Thorstein Veblen

A TEORIA DA CLASSE OCIOSA

Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais

A TEORIA DA CLASSE OCIOSA

Escrevendo sôbre "A Teoria da Classe Ociosa" R. G. Tyrrell chamou Thorstein Veblen de "o homem que abalou o mundo com sua ironia e abriu o caminho de novas reformas sociais". Thorstein Veblen é considerado, hoje, um dos quatro ou cinco espíritos realmente originais e criadores da cultura norte-americana. E "A Teoria da Classe Ociosa" — um livro integrado na melhor bibliografia sociológica e econômica do século XX.

É êste livro singular que, na tradução primorosa de Olívia Krähenbühl, a Livraria Pioneira Editôra oferece à leitura de quantos se interessam, entre nós, por ciências sociais e pela problemática empresarial.

Pode afirmar-se, porém, que, sob perspectiva sociológica, é uma análise da origem e desenvolvimento das instituições sociais sob a pressão dominante dos fatôres econômicos. E, do ponto de vista econômico, uma investigação da estrutura e da dinâmica do capitalismo.

O método de análise vebleniano está vinculado à interpretação econômica da História. Mas não se confunde com o materialismo histórico de Marx. Thorstein Veblen procurou definir e situar os valores psicológicos e sociais que coexistem no homem, com o que êle chamou de "instinto de trabalho". Nesse sentido, consideram-se exemplares as páginas dedicadas, por exemplo, ao "ócio conspícuo", ao "vestuário como expressão da cultura pecuniária" e às "sobrevivências modernas da proeza".

Lembraria, porisso mesmo, que as transformações técnicas não provêm só da esfera econômica, mas de outras, do processo social. E — numa tônica que o marxismo considera apenas ingênuo — diria que o resultado do moderno desenvolvimento industrial "consistiu em intensificar a emulação e a inveja dela decorrente bem como centralizá-las na posse e fruição de bens materiais".

Acentue-se que êsse livro está impregnado de pelo menos duas experiências vitais do seu autor. Uma, quando Veblen assistiu à luta que o agrarismo travava contra o domínio nôvo das ferrovias, dos agiotas urbanos e dos intermediários que manipulavam o preço dos produtos das granjas. Outra, quando tomou contato com os problemas de uma sociedade industrial em expansão. Com espírito científico, pôde biografar do ponto de vista econômico, a "classe ociosa" que, associada à "propriedade absentista", colocava, a serviço do seu domínio e ostentação sociais, o "instinto de trabalho" do povo.

Estudo penetrante do capitalismo moderno, "A Teoria da Classe Ociosa" provou ser válida também quando, em 1929 ocorreu o "crack" de Wall Street, nela previsto. É evidente, porisso, que a respectiva análise econômica constitui um prefácio à situação econômica-financeira do Brasil posterior a 1930, produto, em parte, da velha crise que abalou, no café, a estrutura da economia nacional. A obra de Veblen é fundamental ainda para a compreensão e para os estudos suscitados por imposição daquela "affluent society" de que falou um economista moderno e por imposição do neo-capitalismo, onde a automação, que se anuncia como todo-poderosa, ameaça criar, pelo menos entre a maioria dos trabalhadores, nova e paradoxal classe ociosa.

BIBLIOTECA PIONEIRA
DE
CIÊNCIAS SOCIAIS

Seleção aprimorada de obras nacionais e estrangeiras que representam uma contribuição positiva para o ensino, a pesquisa e o labor pròpriamente científico, ao alcance de professôres, alunos, especialistas e estudiosos da matéria.

Cada setor da coleção é dirigido por três especialistas com a colaboração de um Conselho Orientador, constituído de professôres eméritos de todo o País.

Volumes publicados:

CAMARGO, C. P. F. — *Kardecismo e Umbanda*

FERNANDES, F. — *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada*

KRECH & CRUTCHFIELD — *Elementos de Psicologia*

MYRDAL, G. — *O Valor em Teoria Social*

MANNHEIM, K. — *Sociologia Sistemática*

Edições próximas e em preparação:

LEWIN, K. — *Teoria de Campo das Ciências Sociais*

TINTNER, G. — *Introdução à Econometria*

DELFIM NETO, A. — *Planejamento para o Desenvolvimento Econômico*

HAGUE & STONIER — *Elementos de Economia*

DOBB, M. — *Desenvolvimento Econômico e Planejamento*

SEARS, J. B. — *A Natureza do Processo Administrativo*

WEBER, M. — *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*

LIVRARIA PIONEIRA EDITÔRA
SÃO PAULO

A TEORIA DA CLASSE OCIOSA

(Um estudo econômico das instituições)

BIBLIOTECA PIONEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SOCIOLOGIA

THORSTEIN VEBLEN

A TEORIA DA CLASSE OCIOSA

(Um estudo econômico das instituições)

Com uma Introdução de Stuart Chase

Tradução de
OLIVIA KRÄHENBÜHL

LIVRARIA PIONEIRA EDITORA
SÃO PAULO

ÍNDICE

THORSTEIN BUNDE VEBLEN
(1857-1929)

NOTA SÔBRE O AUTOR DE "A TEORIA DA CLASSE OCIOSA"

O colapso da doutrina econômica ortodoxa nos anos da depressão mundial justificou os escritos percucientemente analíticos e proféticos de Thorstein Veblen. O nôvo ponto de vista e o método por êle elaborados apresentaram tôda a estrutura da economia como pseudociência social, e criaram, ao invés, um conjunto inteiramente original de categorias econômicas baseadas em condições industriais em mudança, antes do que num sistema inflexível, formulado segundo os assim chamados princípios eternos.

Filho de um carpinteiro norueguês emigrado, Thorstein Veblen nasceu em Wisconsin; mudou-se mais tarde com a família para uma comunidade escandinava do Minnesota. Do Carleton College foi para a Johns Hopkins para graduar-se em Filosofia, e Yale, em 1884, conferiu-lhe um diploma de doutor em Filosofia. Depois de completar, com uma bôlsa de estudos, um curso de Economia na Universidade de Cornell, foi Veblen para a então recém-organizada Universidade de Chicago, como professor. Dispensaram-no em 1906, depois de ter êle realizado algumas das mais fecundas pesquisas de sua vida acadêmica. Suas heresias econômicas e a travessia transatlântica que fêz em companhia de uma senhora sòzinha podem explicar a sen-

sação de alívio em certos círculos quando Veblen deixou a Universidade. De 1906 a 1918, foi professor da Leland Stanford e da Universidade de Missouri, e finalmente foi ao leste pronunciar conferências na *New School for Social Research*. Dos escritos de seu último período vieram as idéias que deviam lançar um clarão sensacional no agora defunto movimento da "Tecnocracia" e produzir um notável efeito no florescente programa de uma economia planificada. De todos os seus livros, *A Teoria da Classe Ociosa* foi o que exerceu a influência mais profunda em nossa época e o que tem reunido sob a sua bandeira os mais eminentes economistas em todo mundo.

Prefácio

O PROPÓSITO *dêste inquérito é discutir o lugar e o valor da classe ociosa em sua qualidade de fator econômico da vida moderna; considerou-se porém impraticável confinar rigorosamente a discussão a limites assim traçados. Deu-se uma certa dose de atenção necessàriamente à origem e à linha de derivação da instituição, bem como às características da vida social não comumente classificadas de econômicas.*

Em alguns pontos, a discussão se processa em bases de teoria econômica ou de generalização etnológica, que em certo grau bem podem ainda ser desconhecidas. O capítulo inicial aponta a natureza dessas premissas teóricas, o suficiente (assim o esperamos) para evitar obscuridade. Uma declaração mais explícita da posição teórica aqui abrangida está numa série de artigos publicados no Volume IV do American Journal of Sociology, *sôbre "O Instinto de Artesanato e a Fadiga do Trabalho", "Os Começos da Propriedade" e "O Status Bárbaro da Mulher". Mas o argumento não repousa nestas generalizações — em parte recentes — de modo a fazê-lo perder de todo o seu possível valor como pormenor de teoria econômica, caso essas generalizações mais recentes se dissolvam, na mente do leitor, pelo fato de serem insuficientemente respaldadas por autoridade e dados.*

Parte em virtude de razões de conveniência, parte porque há menos ocasiões de apreender mal o sentido dos fenômenos familiares a todos nós, os dados empregados para ilustrar ou acentuar o argumento foram de preferência tirados da vida diária, mediante obser-

vação direta ou notoriedade patente, antes que de fontes secundárias mais recônditas. Nutrimos a esperança de que ninguém se ofenda em seu senso literário ou em sua capacidade científica por êste nosso recurso a fatos familiares, ou pelo que às vezes poderá parecer uma empedernida liberdade no trato de fenômenos vulgares ou de fenômenos cuja íntima situação na vida dos homens às vêzes os subtraiu ao impacto da discussão econômica.

Essas premissas e provas corroborantes, tais as extraídas de origens remotas, bem como quaisquer artigos de teoria ou inferência, são tomados de empréstimo à ciência etnológica; são igualmente de espécie mais familiar e acessível e devem ser prontamente identificáveis por suas origens pelo leitor razoàvelmente informado. O costume de citar as fontes e as autoridades não foi portanto observado. Da mesma forma, as poucas citações aqui introduzidas, principalmente à guisa de ilustração, são de forma a poderem ser reconhecidas com suficiente facilidade sem um indicador de citações.

Nota prévia

Thorstein Veblen foi um de meus ídolos na mocidade. Ao publicar-se um nôvo livro seu, eu imediatamente o adquiria e lia-o uma e muitas vêzes. Passaram-se alguns anos, e comecei a encontrá-lo em conferências de organizações formadas por seus admiradores, mas poucas eram as ocasiões que eu tinha de lhe falar, de modo que mal posso me gabar de conhecê-lo em pessoa. Quando publiquei meu primeiro livro, atrevi-me a mandar-lhe um exemplar. Algumas semanas depois recebi um bilhete, dizendo que o Dr. Veblen teria muito prazer se eu fôsse jantar com êle em seu apartamento.

O grande homem vivia com grande simplicidade. Envergava um terno côr de cinza, tinha a barba côr de cinza e um rosto côr de cinza. Quase não falou durante a refeição. Dir-se-ia muito cansado e envelhecido. Falei-lhe disto e daquilo com uma crescente sensação de que o caceteava. De vez em quando a cabeça côr de cinza assentia, mas na maioria das vêzes êle se me afigurava tão impassível como um Buda de pedra. Finalmente também me calei, dando por acabado o meu fluxo de conversa trivial, de miúdos comentários e filosofias... Fêz-se um silêncio de alguns minutos. Devia despedir-me e sair? Teria feito o papel de um rematado idiota? Por que teria um dos americanos mais sábios de sua geração querido me desconcertar daquele jeito? Comecei a ficar um tanto zangado. Se êle estava por demais cansado para falar em voz alta, por que não cancelou ou adiou o convite que me fizera? Assim se passaram dez dos mais aflitivos minutos que eu ainda experimentara.

De repente, os lábios côr de cinza se mexeram.

— O seu livro — disse êle — é demasiado simples, demasiado lógico. O homem não é um animal lógico, particularmente não o é em suas atividades econômicas. Mas você coligiu alguns dados interessantes. Documentou a concepção de dispêndio econômico mais completamente do que outro qualquer.

O coração saltou-me.

— Mas — continuou êle com um brilho de animação no rosto côr de cinza — não espere que lhe dêem atenção. Obra dessa natureza, por mais excelente que seja, não chama a atenção de ninguém, pelo menos agora. Algum dia, talvez. Quis dizer-lhe que apreciei as referências que me fêz, e que julgo a sua obra, apesar de simplificada, uma contribuição àquela espécie de pensamento econômico pelo qual ambos nos interessamos. Você tem antenas para os fatos. Agarre-se a elas... Estou muito cansado; Você me perdoe.

E estendeu-me a mão.

Saí, e meu ressentimento inicial foi substituído por um profundo calor de simpatia e encorajamento.

Naquelas poucas palavras, de cujo sentido, mais ainda que do exato fraseado, até hoje me lembro, Thorstein Veblen não apenas convidou um impetuoso neófito a abrir caminho enèrgicamente naquele setor, mas mostrou num instante o seu próprio coração. Durante trinta anos vinha êle formulando idéias novas e sôbre elas escrevendo livros aos quais ninguém prestava grande atenção. Seus colegas nas faculdades de Economia foram forçados a reconhecer sua mestria, mas êle era, não obstante isso, considerado um estrangeiro e um iconoclasta, qualquer coisa mais do que um pouco maluco. O grande público nunca teve conhecimento de seus trabalhos, com exceção de um; seu estilo era considerado proibitivo; e conquanto os seus livros sempre encontrassem editor, a maioria dêles era de circulação muito restrita.

A única exceção foi *A Teoria da Classe Ociosa.* Originalmente dado a lume em 1899, foi reeditado quatro vêzes e revisto em 1912. Desde então vendeu-se sem interrupção, tendo o livro se tornado um clássico de literatura econômica e social. A frase "consumo conspícuo", para descrever dispêndios não destinados ao confôrto ou à utilidade mas para propósitos puramente honoríficos, é agora moeda corrente e entra em tôdas as discussões onde se examinam amplamente os problemas do consumidor e os padrões de vida. *A Teoria da Classe Ociosa* foi até o ano de 1933 o principal responsável pelo conhecimento que o grande público afinal travou com o nome de Thorstein Veblen. Sua influência foi lenta, mas tem progredido sem vacilações.

Outras concepções e outros livros dêle permaneceram na obscuridade por uma geração. Impossível dizer se o autor os prezava mais do que *A Teoria da Classe Ociosa.* Certamente sentia não serem êles apreciados. Morreu antes que a sua tese, *The Engineers and the Price System,* escrita em 1919, fôsse proclamada ao redor do mundo em cabeçalhos alusivos à Tecnocracia. Morreu antes que os Srs. Berle e Means, em sua *Modern Corporation and Private Property,* expressassem sob outra forma, com muitos exemplos concretos, a tese da *A Teoria da Classe Ociosa,* primeiramente publicada em 1904; e anteriormente, Ferdinand Pecora, em suas pesquisas sôbre a alta finança, apoiou, com inúmeros exemplos, a orientação que muitos anos antes Veblen apontara com tão espantosa perspicácia.

Veblen era humano; não podia enxergar tudo. Não raro adivinhava erradamente, mas, em conjunto, a história que vamos vivendo desde a Guerra, a curva de energia inanimada, o desemprêgo tecnológico, a prodigiosa alta e o retumbante desastre financeiro — tudo estava nos roteiros de Veblen, muito antes que se ouvisse falar de Charles Mitchel e da *Middle West Utilities.* Foi êle como um astrônomo, construtor de

órbitas para as futuras gerações. No dobrar do século reuniu fatos, sintetizou-os numa das mais ousadas interpretações da história econômica e previu o molde no qual essa história deveria jorrar nas décadas vindouras. Hoje o mundo está começando a reconhecer o seu valor. A atenção que tão amplamente lhe fôra negada durante a vida, agora edifica um monumento à sua memória.

A Teoria da Classe Ociosa provàvelmente permanecerá sendo o livro mais conhecido de Veblen. A tese é simples. Pessoas acima da linha da mera subsistência, nesta época, e em tôdas as épocas anteriores, não aproveitam o excesso que a sociedade lhes deu, visando primordialmente a propósitos úteis. Não buscam elas expandir suas próprias vidas, viver com mais sabedoria, mais inteligência e mais compreensão, mas buscam impressionar as outras pessoas pelo fato de serem possuidoras dêsse excesso... Os meios e modos mediante os quais criam essa impressão, Veblen os denomina de *consumo conspícuo*. Consistem, tais meios e modos, em despender dinheiro, tempo e esfôrço, quase de todo inùtilmente, na agradável tarefa de inflar o próprio ego. Um supremo exemplo, que acarretava muito sofrimento real àquela parcela da classe ociosa, era a compressão dos pés das mulheres nobres da China. Esta agonia era de bom grado aceita como insígnia da mais completa incapacidade para executar qualquer espécie de trabalho útil, e colocava a vítima e sua classe muito acima do vulgo, que precisava de arar e de fiar. Outro supremo exemplo é aquêle "que nos proporcionou um certo rei de França: conta-se que êle perdeu a vida devido a um excesso de capacidade de resistência moral na observância da boa forma. Na ausência de um funcionário, cujo ofício era mudar de lugar o trono de seu senhor, o rei sentou-se sem um queixume junto ao fogo e permitiu que a sua real pessoa fôsse queimada de maneira mortal. Mas, ao fazer isso, salvou de uma

degradante contaminação a sua Cristianíssima Majestade".

O automóvel proporcionou talvez o exemplo mais óbvio de consumo conspícuo nos tempos modernos. Escolhem-se os carros não primordialmente para o uso, o confôrto ou o transporte, mas para manter-se a posição na comunidade. A fabricação, o modêlo, os dispositivos, o estofamento são o que conta. Muitas famílias se privavam do leite para as crianças a fim de comprar gasolina para o carro.

A teoria da classe ociosa tem duas faces. As pessoas superiores dominam seus inferiores em pecúnia mediante gastos supérfluos, à vista do que os inferiores movem céu a terra para melhorar seu *status*, gastando até o último limite de suas posses. Não faz muito que comprar a prestações proporcionou-lhes uma oportunidade sem paralelo para satisfazer suas ambições.

Essa tese, tão óbvia quando para ela se nos chama a atenção, Veblen a desenvolve com muitos exemplos eloqüentes a partir dos tempos primitivos até o comêço da idade da energia. Seu estilo, parecido com certos vinhos, é estranho, quando não desagradável ao novato; mas uma vez conhecido, é capitoso, amargo, delicioso... Ou serei eu que assim penso. Suas idéias, adiantadas demais para sua época, precisam enfrentar o teste da história; mas para muitas delas, não duvido do resultado. Desejaria apenas que êle ainda vivesse nos dias de hoje para interpretar, à sua maneira sardônica, o mundo de 1934.

STUART CHASE

A TEORIA DA CLASSE OCIOSA

Capítulo I

Introdução

Em seu pleno desenvolvimento, a instituição da classe ociosa surge nos estágios avançados da cultura bárbara, como por exemplo na Europa e no Japão feudais. Em tais comunidades as diferenças entre as classes são de observância obrigatória, sobressaindo-se entre elas, como de mais notável significação econômica, as diferenças de ocupação. As classes mais altas são costumeiramente excluídas de ocupações industriais, cingindo-se às funções inerentemente honoríficas. Entre estas funções honoríficas, nas comunidades feudais, estão em primeiro lugar a guerra e, em segundo, o sacerdócio. O sacerdócio, nos casos de comunidades não especialmente belicosas, assume importância maior, seguindo-se a êle o exército. De qualquer modo, com insignificantes exceções, as classes altas em regra não têm funções industriais e êste fato é a expressão econômica de sua superioridade. Um bom exemplo é a Índia bramânica, em que as classes dos guerreiros e dos sacerdotes se excluem de qualquer função industrial. Em tais comunidades de cultura bárbara mais avançada, essa classe, que em sentido lato se pode de-

nominar de classe ociosa, se divide em subclasses existindo entre tais subclasses uma correspondente diferenciação de funções. A classe ociosa, como um todo, compreende as classes nobres e as classes sacerdotais e grande parte de seus agregados. As ocupações são diferentes dentro da classe ociosa, mas tôdas elas têm uma característica comum — não são ocupações industriais. Estas ocupações não-industriais das classes altas são em linhas gerais de quatro espécies — ocupações governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas.

Num estágio anterior de barbarismo, mas não no primeiro dêles, a classe ociosa apresenta uma forma menos diferenciada. Tanto as diferenças entre as classes como as diferentes funções dentro da classe ociosa não são tão precisas e intrincadas. De um modo geral, os ilhéus polinésios estão neste estágio de desenvolvimento, embora pela ausência de animais maiores a caça não tenha no seu esquema de vida o costumeiro prestígio. A comunidade islandesa na época das Sagas é também um bom exemplo. Nessa comunidade, as classes e suas respectivas ocupações são rigorosamente distintas. O trabalho manual, a indústria e de modo geral tôdas as tarefas relativas ao trabalho diário de subsistência tocam exclusivamente à classe inferior. Essa classe inferior inclui os escravos e outras pessoas dependentes e usualmente tôdas as mulheres. Quando existem diversos graus de nobreza, as mulheres da mais alta aristocracia não estão sujeitas a trabalho industrial ou pelo menos às formas mais vulgares do trabalho manual. Já os homens das classes superiores, não sòmente estão isentos dêsse tipo de trabalho como por costume firmemente estabelecido estão proibidos de exercer qualquer função industrial. As funções que podem exercer são rìgidamente definidas. Como no caso das sociedades feudais, referidas acima, essas funções são sòmente as governamentais, as guerreiras, as religiosas e as esportivas. Estas quatro formas de

atividade dominam o esquema de vida das classes altas; e para os governantes, — reis ou chefes — estas são as únicas formas de atividade permitidas pelo costume ou o bom senso da comunidade. Na verdade, quando o esquema é definido já nìtidamente, até mesmo os esportes não se consideram atividade legítima para os membros da classe mais alta. Aos que estão mais baixo na classe ociosa permitem-se certas outras funções; elas são todavia ligadas a uma ou outra das ocupações típicas da classe ociosa, tais como a fabricação e o cuidado de armas e equipamentos guerreiros e de barcos de guerra, o manejo e o cuidado de cavalos, cães e falcões, o preparo de utensílios sagrados, etc. As classes inferiores são excluídas dêstes empregos honoríficos de caráter secundário, exceto quando êles são claramente de índole industrial e só remotamente relacionados com as ocupações típicas da classe ociosa.

Descendo ainda na escala desta cultura bárbara, aqui tomada como exemplo, até os seus primeiros estágios, não mais se encontra a classe ociosa claramente definida. Os estágios inferiores do barbarismo mostram contudo os usos, motivos e circunstâncias dos quais saiu a instituição da classe ociosa e indicam os primeiros passos de sua evolução. As tribos caçadoras nômades, em várias partes do mundo, servem de ilustração destas fases mais primitivas de diferenciação. Pode-se tomar como exemplo conveniente qualquer uma das tribos caçadoras da América do Norte. Delas não se pode dizer que tenham uma classe ociosa definida; existe já uma diferenciação de funções e esta diferenciação é a base de uma estratificação social, mas a classe superior não se desligou ainda suficientemente do trabalho para que já se possa designá-la como uma "classe ociosa". As tribos, neste nível econômico, apresentam já uma diferenciação econômica com uma distinção marcante entre as ocupações masculinas e as femininas, e esta distinção tem um caráter de competição. Em quase tôdas estas tribos, as mulheres são

forçadas, por costume inabalável, àquelas tarefas que se desenvolveram nas ocupações industriais no estágio seguinte. Os homens são dispensados de tais tarefas vulgares, reservando-se para a guerra, a caça, os esportes, e rituais de devoção. Nesta questão, surgem usualmente discriminações extraordinàriamente subtis.

Esta divisão do trabalho coincide com a divisão em uma classe trabalhadora e uma classe ociosa, que se encontra na cultura bárbara mais alta. À medida que se define mais claramente esta diversificação e especialização de funções, a linha de demarcação passa a dividir as funções industriais das não-industriais. As ocupações masculinas, como se encontram no primeiro estágio do barbarismo, não são a origem de quaisquer das funções industriais posteriores. Elas subsistem tão-sòmente nas tarefas que não se classificam como industriais — a guerra, a política, o esporte, a cultura e o sacerdócio. As únicas exceções de nota são uma parte da indústria da pesca e certas tarefas leves que não se podem classificar bem como industriais, tais como a fabricação de armas, brinquedos e artigos de esporte. Pràticamente tôdas as funções industriais se desenvolvem das tarefas que, na primitiva comunidade bárbara, cabem às mulheres.

Na cultura bárbara mais primitiva, o trabalho dos homens é tão indispensável à vida do grupo como o das mulheres. Pode-se mesmo considerar que êsse trabalho masculino contribui tanto quanto o feminino para a alimentação e as outras necessidades do grupo; êste caráter "produtivo" do trabalho masculino é tão óbvio que, nas obras de Economia, já consagradas, toma-se comumente a caça como a indústria primitiva típica. No entanto, o homem da cultura bárbara não lhe atribuía tal significado. Aos seus próprios olhos êle não é um trabalhador, não devendo ser a êste respeito classificado com as mulheres; nem pode o seu esfôrço, na caça, equiparar-se à monotonia do trabalho feminino de modo a admitir qualquer confusão. Em tôdas as

comunidades bárbaras há um senso profundo da disparidade entre o trabalho masculino e o trabalho feminino. O trabalho do homem contribui para a manutenção do grupo, mas sente-se que êsse fato resulta de uma eficácia e excelência, que se não pode comparar, sem desprestígio, com a diligência rotineira das mulheres.

Ainda um passo atrás na escala cultural — entre os grupos selvagens — a diferenciação de tarefas é ainda menos definida; o caráter hostil das diferenças entre classes e tarefas é menos consistente e menos rigoroso. Não são fáceis de encontrar os exemplos de culturas selvagens primitivas. Entre os grupos ou comunidades classificadas como "selvagens", são poucos os que não mostram traços de retrocesso de um estágio cultural mais avançado. Alguns grupos existem, porém, que aparentemente não são o resultado de retrocesso, mas apresentam, com alguma fidelidade, traços de selvageria primitiva. A sua cultura difere da das comunidades bárbaras pela ausência de uma classe ociosa e principalmente pela ausência da atitude espiritual em que se apóia a instituição da classe ociosa. Estas comunidades de selvagens primitivos, sem qualquer hierarquia de classes econômicas, constituem sòmente uma parte pequena e insignificante da raça humana. Entre os melhores exemplos desta fase da cultura estão talvez as tribos dos andamaneses ou os tôdas das Colinas Nilgiri. O esquema de vida dêstes grupos, no momento de seu primeiro contato com os europeus, parece ser típico, no tocante à ausência de uma classe ociosa. Poder-se-ia também citar, como mais um exemplo, os aínos de Yezo; e como exemplos mais duvidosos, alguns grupos de bosquímanos e esquimós. Com ainda menos certeza poder-se-ia incluir na mesma classe algumas comunidades de índios Pueblo. A maior parte destas comunidades, se não tôdas, serão talvez casos de degeneração de um barbarismo mais alto, e não portadores de uma cultura que não ultra-

passou o seu nível atual. Se é êsse o caso, devem tais grupos ser considerados aqui com o devido cuidado; de qualquer modo êles servem, mesmo assim, como ilustração do ponto indicado, como se fôssem realmente "primitivos".

Estas comunidades não têm uma classe ociosa definida e se assemelham umas às outras sob certos outros aspectos de sua estrutura social e de seu modo de vida. São grupos pequenos e de estrutura simples (arcaica); são usualmente pacíficos e sedentários; são pobres; e, no seu sistema econômico, a propriedade individual não é traço dominante. Com tudo isso, não se segue que sejam as menores comunidades existentes ou que tenham, em todos os pontos, a estrutura social menos diferenciada; nem necessàriamente estão aqui incluídas tôdas as comunidades primitivas sem sistema definido de propriedade privada. É de se notar, todavia, que esta classe aparentemente inclui os grupos primitivos mais pacíficos, talvez todos os caracteristicamente pacíficos; na verdade, o traço mais notável, comum aos membros de tais comunidades, é uma certa amável incapacidade de resistir à fôrça ou à fraude.

Os usos e os traços culturais dessas comunidades num baixo estágio de desenvolvimento, indicam que a instituição da classe ociosa surgiu gradualmente durante a transição da selvageria primitiva para o barbarismo; ou, mais precisamente, durante a transição de um modo de vida pacífico para um mais consistentemente guerreiro. Aparentemente, as condições necessárias para que surja tal classe, numa forma definida, são: (1) a comunidade deve ter um modo de vida predatório — a guerra ou a caça de grandes animais ou as duas; isto é, os homens, que nestes casos constituem a classe ociosa em potencial, devem estar habituados a infligir dano físico pela fôrça ou por estratagema; (2) a subsistência deve ser possível de modo suficientemente fácil para que uma parte considerável da comunidade fique livre da rotina regular do trabalho. A instituição

de uma classe ociosa é o resultado de uma discriminação, bem cedo estabelecida, entre diversas funções, segundo a qual algumas são dignas e outras indignas. Estabelecida a discriminação, as funções dignas são aquelas em que intervém um elemento de proeza ou façanha; as funções indignas são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento espetacular existe.

Numa moderna comunidade industrial esta análise tem evidentemente pequena significação; é por isso que tão pouca atenção tem merecido da parte de economistas. Ela realmente parece simplesmente formal e sem substância, quando considerada à luz do bom senso que atualmente informa a discussão de assuntos econômicos. A diferença indicada persiste, entretanto, tenazmente como preconceito corriqueiro mesmo na vida moderna; é o que, por exemplo, mostra a nossa habitual aversão por tarefas servis. É uma diferenciação de caráter pessoal, tendo que ver com superioridade e inferioridade. Nos primeiros estágios da cultura, a fôrça pessoal do indivíduo era de muito maior importância imediata, era muito mais óbvia no moldar o curso dos acontecimentos; por isso o elemento espetacular, a proeza individual, era mais valiosa no esquema quotidiano da vida. Com maior intensidade, sôbre ela se concentrava o interêsse da comunidade. Em conseqüência, a diferenciação com base neste campo era mais imperativa e mais definida do que hoje. Como um dos fatos do desenvolvimento social, tal diferenciação é portanto substancial e tem apoio suficientemente válido e convincente.

Tôda discriminação entre fatos tem um fundamento determinado; êsse fundamento muda sempre que também muda o interêsse sob cujo ângulo são os fatos considerados. Tôda análise ressalta aquêles aspectos dos fatos, tornando-os salientes e pertinentes, sempre que o interêsse dominante do tempo os focaliza. Assim, os fundamentos de determinada diferenciação podem parecer irrelevantes àqueles que encaram os

fatos analisados de um ponto de vista diferente ou os valorizam para outro fim. Sempre e em tôda parte prevalece necessàriamente um hábito particular de distinguir e classificar os vários fins e direções da atividade social, porque tal hábito é indispensável na consecução de uma teoria ou esquema exeqüível de vida. Um determinado ponto de vista ou a característica específica, que é tomada como definitiva na classificação dos fatos da vida, dependem do interêsse que preside à discriminação de tais fatos. É claro, portanto, que os fundamentos de determinada discriminação e o critério na classificação dos fatos mudam à medida que a cultura evolui; isso porque muda o fim, em função do qual se apreendem tais fatos, mudando o ponto de vista dominante. Em suma, os traços salientes e decisivos de um tipo de atividade ou de uma classe social num determinado estágio de cultura não terão a mesma importância relativa para os fins de classificação num estágio subseqüente.

A mudança de padrões e pontos de vista é todavia gradual; ela raramente resulta na subversão ou total supressão de um ponto de vista aceito no passado. A discriminação entre ocupações industriais e não-industriais faz-se ainda habitualmente; a discriminação moderna é a forma transformada da discriminação bárbara entre proeza espetacular e trabalho desagradável e rotineiro. A guerra, a política, o culto público e os espetáculos populares são tidos ainda, no entender popular, como intrìnsecamente diferentes do trabalho necessário para a consecução dos meios materiais da vida. Não é a mesma a nítida linha de demarcação, na forma existente no primitivo esquema bárbaro, mas uma discriminação que, em linhas gerais, persiste ainda, não tendo caído em desuso.

Hoje a diferenciação tácita, fundada no senso comum, afirma realmente que todo esfôrço é industrial apenas na medida em que o seu fim último é a utilização das coisas não-humanas. Ninguém sente como

sendo uma função industrial a utilização coercitiva do homem pelo homem; classifica-se, porém, como atividade industrial, todo esfôrço que tem por fim valorizar a vida humana por meio da exploração do ambiente não-humano. Os economistas que melhor mantiveram e adaptaram a tradição clássica, afirmam normalmente que o "domínio do homem sôbre a natureza" é o fato característico da produtividade industrial. Este domínio industrial sôbre a natureza inclui o domínio do homem sôbre a vida animal e sôbre os elementos. Traça-se assim uma linha entre a humanidade e a criação bruta.

Noutros tempos, entre homens com diferentes preconceitos, não se traçava esta linha precisamente como hoje. No esquema de vida selvagem ou bárbaro, tal linha se traçava doutro modo. Em tôdas as comunidades da cultura bárbara, há um sentido profundo e vivo da antítese entre dois grandes grupos de fenômenos, num dos quais o homem bárbaro incluía êle próprio e no outro o seu alimento. Sentia êle a antítese entre fenômenos econômicos e não-econômicos; não a concebia todavia do modo moderno. A antítese não era entre o homem e a criação bruta, mas entre o mundo animado e o mundo das coisas inertes.

É talvez excesso de cautela explicar, nos dias que correm, que a noção bárbara, que aqui se quer transmitir com a designação de "mundo animado", não é a mesma que hoje se compreende com a designação de "mundo vivo". O termo "animado" não cobre tôdas as coisas vivas e abrange muitas outras. Fenômenos naturais impressionantes, como tempestades, doenças, quedas de água, reconhece-os o bárbaro como "animados"; de outro lado, frutos e ervas e mesmo animais insignificantes como as môscas domésticas, as larvas, os lemingues e os carneiros, não são por êle tidos como "animados", exceto quando considerados coletivamente. O têrmo, como aqui é usado, não implica necessàriamente a existência de uma alma ou um espírito na entidade "animada"; o conceito inclui aquelas coisas

que, no sentir do selvagem ou do bárbaro animista, são formidáveis em virtude de uma capacidade, real ou emprestada, de ação. A categoria compreende assim um grande número de objetos e fenômenos naturais. Esta discriminação entre "inerte" e "ativo" existe mesmo hoje nos hábitos de pensamento de muita gente inculta, e é ainda profundamente relevante para a teoria prevalecente da vida humana e dos processos naturais; mas ela não entra na nossa vida diária com a extensão e as profundas conseqüências práticas que se notam nos primeiros estágios de cultura e de crença.

Para a mentalidade do bárbaro, a elaboração e a utilização do que está na natureza inerte constitui atividade totalmente diversa da atividade relacionada com as coisas e as fôrças "animadas". A linha de demarcação pode ser incerta e mutável, mas a discriminação, em suas linhas gerais, é para êle suficientemente real e convincente para influenciar o seu esquema de vida. O bárbaro atribui às coisas que êle vê como animadas uma atividade dirigida para um fim. É êste agir teleològicamente que dá a qualquer objeto ou fenômeno o caráter de "animado". E sempre que se defronta com qualquer atividade, como um obstáculo, o selvagem ou bárbaro a interpreta nos únicos têrmos que tem à mão — os têrmos que na consciência de suas próprias ações tem como seus dados imediatos. Tôda e qualquer atividade êle equipara portanto à ação humana; os objetos ativos são equiparados ao agente humano. Com todos os fenômenos desta espécie, especialmente aquêles que são formidáveis ou incompreensíveis, êle tem de lidar num espírito e com uma espécie de eficiência diferentes daqueles com que lida com as coisas inertes. Enfrentar com sucesso tais fenômenos é atividade espetacular, não industrial. É uma afirmação de proeza e não de diligência.

Guiado por esta ingênua discriminação entre o inerte e o animado, tôdas as atividades do grupo social primitivo tendem a se dividir em duas classes, que na

terminologia moderna se poderiam chamar de proeza e indústria. Indústria é o esfôrço para criar coisa nova, da matéria passiva e "bruta" com um nôvo fim que lhe é dado pela mão de seu criador; proeza, na medida em que resulta em utilidade para o agente, é o desvio para seus próprios fins de energia dirigida anteriormente a outro fim por um agente estranho. Ainda hoje fala o homem moderno de "matéria bruta" com um resquício do sentido profundo que dava ao têrmo o bárbaro.

A diferença entre proeza e trabalho desagradável e rotineiro coincide com a diferença entre os sexos. Os sexos diferem, não sòmente em estatura e fôrça muscular, mas talvez ainda mais decisivamente em temperamento, e isto muito cedo deve ter causado uma correspondente divisão de trabalho. As atividades que em geral se classificam como proezas tocam aos homens, porque são mais fortes, mais sólidos, mais capazes de tensão súbita e violenta, e mais fàcilmente dispostos à auto-afirmação, à emulação ativa e à agressão. As diferenças em estatura, em caráter fisiológico e em temperamento não são talvez muito grandes entre os membros do grupo primitivo; na verdade, em algumas das comunidades mais arcaicas que se conhecem, como por exemplo as tribos dos andamaneses, parece que são relativamente pequenas e sem grande conseqüência; mas logo que se define, com apoio nas diferenças indicadas de físico e de atitude, uma diferenciação de funções, as próprias diferenças entre os sexos se acentuam. Estabelece-se com base na nova distribuição de funções um processo cumulativo de adaptação seletiva, especialmente se o habitat ou a fauna com que está em contato o grupo exige considerável exercício das virtudes masculinas. A caça habitual aos grande animais exige sempre mais o exercício das qualidades de solidez física, agilidade e ferocidade, e isto inevitàvelmente acelera e acentua a diferenciação de funções entre os sexos. E logo que o grupo entra em contato hostil com

outros grupos, a divergência de funções assumirá a forma de uma diferença entre proeza e indústria.

Nos grupos predatórios de caçadores a função dos homens capazes é lutar e caçar. As mulheres fazem todos os outros trabalhos necessários, classificando-se entre as mulheres os outros membros do grupo incapazes do trabalho de homens. Ora, êstes trabalhos masculinos de caçar e lutar têm o mesmo caráter geral; são ambos de natureza predatória. O guerreiro e o caçador colhem ambos onde não semearam. A sua afirmação agressiva de fôrça e de sagacidade difere evidentemente do trabalho feminino, assíduo e uniforme, de moldar a matéria; assim não se considera trabalho produtivo, mas antes como aquisição pela fôrça de substância nova. Uma vez estabelecido como tal o trabalho do homem bárbaro, no seu pleno desenvolvimento e na sua mais ampla diferença do trabalho feminino, todo esfôrço que não envolva uma afirmação de proeza passa a ser considerado como indigno do homem. Assim que a tradição se firma, o senso comum da comunidade a erige em regra de conduta; daí em diante, neste estágio cultural, nenhuma tarefa e nenhuma aquisição, que não se apóie na proeza, isto é, na fôrça e na fraude, é moralmente possível para o homem que se respeita a si próprio. Habituando-se o grupo firmemente a um modo predatório de vida, a função do homem capaz, na economia social, passa a ser matar, destruir os concorrentes que na luta pela existência tentam resistir-lhe ou enganá-lo, vencer e reduzir à subserviência as fôrças estranhas que no ambiente se mostram refratárias. Esta discriminação teórica entre proeza e rotina de trabalho se firma tão tenazmente e com tão subtis distinções que, em muitas tribos caçadoras, o homem não traz para casa o animal que matou, mas manda a mulher a êsse trabalho mais vil.

Como já se indicou, a discriminação entre proeza e trabalho rotineiro é ofensiva e injusta. As tarefas

que se classificam como proezas são tarefas dignas, honrosas, nobres; as outras, que não contêm tal elemento de proeza, e especialmente as que implicam em subserviência ou submissão, são indignas, humilhantes, vis. O conceito de dignidade, valia ou honra, quando aplicado a determinados indivíduos ou a determinadas atividades, é de primordial importância no desenvolvimento das classes e das diferenças de classe; é preciso portanto que se diga alguma coisa sôbre a sua origem e a sua significação. Pode-se indicar da seguinte maneiro o seu fundamento psicológico.

O homem por necessidade seletiva é um agente. Êle se vê a si próprio como o centro do desenrolar de uma atividade impulsiva, de uma atividade "teleológica". Êle é um agente que em cada ato procura a realização de algum fim concreto, objetivo, impessoal. Sendo um tal agente, êle tem preferência por atividade eficaz e repugnância por esfôrço fútil; sente o mérito da eficiência e o demérito da futilidade, do desperdício, da incapacidade. Esta atitude ou propensão pode-se denominar de instinto de artesanato. Sempre que as circunstâncias ou as tradições de vida levam a uma comparação habitual entre indivíduos, no tocante a eficiência, o instinto de artesanato resulta em emulação ou disputa entre êles. A extensão dêste resultado depende, de modo considerável, do temperamento da população. Nas comunidades em que usualmente se fazem tais comparações, o sucesso se torna um fim em si mesmo, desejável pela sua utilidade como base de estima social. O indivíduo ganha estima e evita censura tornando bem evidente a sua eficiência. O resultado é que o instinto de artesanato produz demonstração emulativa de fôrça.

No estágio primitivo do desenvolvimento social, quando a comunidade é ainda habitualmente pacífica, talvez sedentária, sem um sistema desenvolvido de propriedade privada, o indivíduo mostra a sua eficiência principalmente, e do modo mais consistente, numa

função de incremento à vida do grupo. A emulação econômica existente entre os membros do grupo é principalmente emulação em serviço industrial. E ao mesmo tempo nem é forte o estímulo à emulação nem têm os indivíduos grandes oportunidades para isso.

Ao passar a comunidade de uma selvageria pacífica para uma fase predatória, mudam as condições de emulação. As oportunidades se multiplicam enormemente; são mais prementes os incentivos. A atividade dos homens assume com maior e maior fôrça o caráter de proeza; e a comparação impiedosa entre caçadores e guerreiros se torna cada vez mais fácil e mais costumeira. Os sinais tangíveis da proeza, os troféus, entram para o mundo mental do homem como traço essencial da vida. Os despojos, os troféus da guerra e da caça, passam a ter também valor como prova de fôrça excepcional. A agressão se torna a forma mais prestigiosa da ação; e os despojos servem de prova ostensiva da agressão vitoriosa. Neste estágio cultural, a competição é a forma aceita e digna de auto-afirmação; e a competição vitoriosa se prova pela posse de artigos úteis ou a disposição de serviços obtidos mediante rapina ou coerção. De outro lado, como contraste, a obtenção de bens por outros meios é considerada como indigna do homem na sua plena capacidade. Pela mesma razão, o trabalho produtivo e o serviço prestado a outro envolvem o mesmo desprestígio. Uma diferença injuriosa surge dêste modo entre a proeza e a aquisição pela fôrça, de um lado, e a atividade industrial, de outro. O trabalho adquire um caráter desagradável em virtude da indignidade a que está ligado.

Para o bárbaro primitivo, antes que a noção, na sua simplicidade primeira, se transforme, com as suas próprias ramificações e com o aparecimento de idéias secundárias, que a ela se ligam, "honroso" aparentemente significa tão-sòmente a afirmação de fôrça superior. "Honroso" quer dizer "formidável"; "digno"

quer dizer "prepotente". Um ato honorífico, em última análise, é pouco mais, ou tão-sòmente, um ato vitorioso de agressão, reconhecido pela sociedade; e quando a agressão resulta de conflito com homens e animais, a atividade específica e fundamentalmente honrosa é a afirmação de prepotência. E esta exaltação convencional da prepotência se fortifica enormemente com o ingênuo hábito arcaico de conceber tôdas as manifestações de fôrça em têrmos de personalidade ou "fôrça de vontade". Os epítetos honoríficos, em voga não sòmente entre tribos bárbaras mas também entre povos da mais avançada cultura, trazem comumente a marca dêste simples e primitivo senso de honra. Os epítetos e títulos dados aos chefes e usados para propiciar reis e deuses, freqüentemente lhes conferem uma característica de violência dominadora e de irresistível fôrça devastadora. De certo modo a mesma afirmação pode ser feita quanto às comunidades mais civilizadas de hoje. Êste ponto de vista se reforça ainda quando se considera a predileção, nos emblemas heráldicos, por animais e aves de rapina mais vorazes.

O bárbaro, com a sua apreciação de honra e dignidade, fundada no senso comum, considera que matar adversários temíveis, humanos ou não, é uma atividade eminentemente honorífica. E esta alta função de morticínio, expressão da prepotência do bárbaro, torna todos os outros feitos de morte igualmente honoríficos e prestigiosos, assim como todos os seus instrumentos e acessórios. As armas são honoríficas, e o seu uso, mesmo contra as mais insignificantes criaturas dos campos, torna-se um emprêgo honorífico. A atividade industrial, de outro lado, torna-se odiosa; e do ponto de vista do senso comum os instrumentos e equipamentos da indústria se consideram indignos de um homem capaz. O trabalho se torna tédio.

A suposição, aqui feita, é que, no curso da evolução cultural, os grupos primitivos passaram de um

estágio inicial pacífico para um estágio subseqüente em que a guerra é a ocupação aceita e característica. Nessa suposição não está, todavia, a afirmação de uma transição abrupta de uma paz inalterável para uma fase ulterior em que pela primeira vez ocorre combate; tampouco se afirma que, com a transição para uma fase predatória da cultura, tôda indústria pacífica desaparece. Pode-se dizer, com segurança, que sempre existiu luta, mesmo nos estágios mais primitivos de desenvolvimento social. As lutas ocorrem, nesses estágios, com maior ou menor freqüência, com a competição entre os sexos. Levam a essa conclusão tanto os hábitos dos grupos primitivos, conhecidos hoje, como os hábitos dos antropóides; acentuam-na as inclinações conhecidas da natureza humana.

Poder-se-ia, portanto, objetar que é impossível a existência dêste suposto estágio inicial de vida pacífica. Na evolução cultural não existe um momento em que não se observe luta. A questão, contudo, não é a ocorrência de luta, esporádica ou ocasional, ou mesmo mais ou menos freqüente e habitual; a questão é a existência de um estado de espírito habitualmente belicoso, a existência de um hábito dominante de julgar os fatos e os acontecimentos sob o ponto de vista de luta. Atinge o grupo a sua fase cultural predatória sòmente quando a atitude predatória se torna a atitude espiritual habitual e aceita para os seus membros; quando a luta se torna a nota dominante na teoria de vida do grupo; quando a apreciação vigente dos homens e das coisas é feita sob o ponto de vista da luta.

Assim, a diferença fundamental entre a fase de cultura pacífica e a fase predatória é uma diferença espiritual, não uma diferença mecânica. Esta mudança de atitude espiritual é o resultado de mudança nos fatos materiais da vida do grupo; ela se opera gradualmente, à medida que surgem as circunstâncias materiais favoráveis à atitude predatória. O limite inferior da cultura predatória é um limite industrial. Para que um

grupo ou uma classe adote hábitos predatórios é preciso, assim, que os métodos industriais se tenham desenvolvido suficientemente para que, além do nível de subsistência dos trabalhadores, exista uma margem por que valha a pena lutar. A transição de uma fase pacífica para uma fase predatória depende portanto do desenvolvimento de conhecimentos técnicos e de melhoria no uso de instrumentos. A cultura predatória é também impraticável, nos tempos primitivos, enquanto não se desenvolvem as armas do grupo ao ponto de tornarem o homem um animal temível. No início, o desenvolvimento de instrumentos e armas constitui o mesmo fato sob dois diferentes pontos de vista.

Deve-se caracterizar como pacífica a vida de um determinado grupo enquanto o combate habitual não se impôs no pensamento dos homens, como traço dominante da vida humana. Evidentemente um determinado grupo pode não adotar integralmente uma atitude predatória; na medida em que a adote, serão o seu esquema de vida e as suas normas de conduta regulados pelo ânimo predatório. A fase cultural predatória, dêsse modo, se firma gradualmente, pelo crescimento cumulativo de aptidões, hábitos e tradições predatórios; tal crescimento se deve a uma mudança na vida do grupo, de circunstâncias tendentes a desenvolver e conservar os traços da natureza humana e as tradições e normas de conduta que favorecem a vida predatória de preferência à vida pacífica.

As razões para a hipótese de que existiu realmente um tal estágio pacífico da cultura primitiva são em grande parte de natureza psicológica e não etnológica; não podem ser aqui discutidas em detalhe. Num capítulo posterior, serão elas mencionadas, ao se discutir a sobrevivência, na cultura moderna, de traços arcaicos da natureza humana.

Capítulo II

Emulação pecuniária

No curso da evolução cultural, o aparecimento de uma classe ociosa coincide com o início da propriedade. É uma coincidência necessária porque as duas instituições resultam do mesmo conjunto de fôrças econômicas. Na fase inicial do seu desenvolvimento, as duas são sòmente aspectos diferentes dos mesmos fatos gerais de estrutura social.

Tanto o ócio como a propriedade são elementos da estrutura social, são fatos convencionais; e como tais nos interessam no momento. O abandono habitual do trabalho não constitui uma classe ociosa; — tampouco o fato mecânico do uso e consumo constitui a propriedade. Êste estudo, portanto, não tem por objeto os primórdios da indolência, nem o aparecimento da apropriação de artigos úteis para o consumo individual. O seu objeto é a origem e a natureza de uma classe ociosa convencional, de um lado, e, de outro, o início da propriedade individual, como um direito convencional ou um apêlo a seu reconhecimento.

A primitiva diferença, da qual se originou a divisão em uma classe ociosa e uma classe trabalhadora,

é a distinção entre trabalho feminino e trabalho masculino, existente nos primeiros estágios do barbarismo. Do mesmo modo, a forma mais primitiva da propriedade é a propriedade que têm os homens capazes sôbre as mulheres. Em têrmos mais gerais, e com maior relevância para a teoria de vida do homem bárbaro, pode-se dizer que se trata de propriedade da mulher pelo homem.

Sem dúvida, antes que surgisse o costume da apropriação de mulheres, existia já alguma apropriação de artigos úteis. É o que nos demonstram os usos das comunidades arcaicas hoje existentes, nas quais não existe a propriedade de mulheres. Em tôdas as comunidades, os seus membros, tanto homens como mulheres, se apropriam habitualmente de certo número de coisas para o seu uso individual; não existe, todavia, quanto a tais coisas, da parte de quem as apropria e consome, o sentido de propriedade. Ocorre habitualmente tal apropriação e consumo de pequenos objetos pessoais sem que surja a questão de propriedade; ou, em outras palavras, sem que surja a questão de um direito convencional sôbre coisas alheias.

Nos estágios mais baixos do barbarismo, a propriedade de mulheres começa aparentemente com a apropriação de mulheres cativas. Tal apropriação violenta tem a sua razão inicial aparentemente na sua utilidade como troféus. O costume de tomar violentamente as mulheres do inimigo, como troféus, resultou numa forma de casamento-propriedade, com a formação de uma estrutura familiar sob chefia de um homem. Estendeu-se depois a escravidão a outros cativos e dependentes, além de mulheres, desenvolvendo-se afinal o casamento-propriedade a outras mulheres além das tomadas ao inimigo. A conseqüência da emulação, nas circunstâncias de vida predatória, foi, portanto, de um lado uma forma de casamento, fundada na coerção, e de outro o costume da propriedade. Não é possível dis-

tinguir as duas instituições na fase inicial do seu desenvolvimento; as duas são conseqüência do desejo dos homens de obter sucesso e de ressaltar a sua proeza exibindo o resultado patente de suas atividades. As duas são também conseqüência da inclinação de domínio de que estão imbuídas tôdas as comunidades predatórias. O conceito de propriedade se estende da propriedade de mulheres para incluir a propriedade dos produtos de sua indústria, resultando daí a propriedade das coisas além da propriedade de pessoas.

Dêste modo se instala gradualmente o sistema de propriedade sôbre bens; e embora, nos últimos estágios de desenvolvimento, o elemento mais patente do valor das coisas seja a sua utilidade de consumo, a riqueza de modo algum perdeu ainda a sua utilidade como prova honorífica da prepotência do dono.

Onde quer que se encontre a instituição da propriedade privada, mesmo sob forma muito embrionária, o processo econômico tem o caráter de uma luta entre os homens pela posse de bens. Na teoria econômica, especialmente no caso de economistas que se ligam mais fortemente às doutrinas clássicas sob forma moderna, é costume interpretar esta luta pela riqueza como sendo substancialmente uma luta pela subsistência. Sem dúvida nenhuma é êsse em grande parte o seu caráter durante as primeiras e menos eficientes fases da indústria. É o seu caráter também em todos os casos em que "a parcimônia da natureza" é de tal modo estrita que a comunidade obtém resultado pelo seu esfôrço enérgico e persistente para conseguir os meios de subsistência. Entretanto, tôdas as comunidades progressistas ultrapassam logo êste primitivo estágio de desenvolvimento técnico. Muito cedo cresce a eficiência industrial, de modo que tem a comunidade bem mais que o estritamente necessário para a subsistência dos que se ocupam no processo industrial. É freqüente, na teoria econômica, falar-se então numa

luta ulterior pela riqueza, nesta nova base industrial, como sendo competição pelo aumento dos confortos da vida, principalmente pelo aumento dos confortos físicos que o consumo de bens proporciona.

Normalmente se afirma que o fim da aquisição e da acumulação de bens é o seu próprio consumo, seja êle consumo direto pelo dono de tais bens, seja consumo pelo seu estabelecimento doméstico, que neste caso em teoria com êle se identifica. Tem-se êste fim como sendo pelo menos o fim econômicamente legítimo da aquisição; e é isto tudo que cabe à teoria econômica explicar. Naturalmente pode-se conceber êsse consumo como um atendimento tanto das necessidades físicas do consumidor, isto é, seu confôrto material como de suas necessidades mais elevadas, espirituais, estéticas, intelectuais, ou outras, sejam quais forem; esta última classe de necessidades seria atendida indiretamente pelo consumo de bens, segundo a maneira que é familiar aos leitores de obras econômicas.

O consumo de bens não pode porém ser tido como o incentivo que leva invariàvelmente à acumulação, exceto quando tomado num sentido muito afastado de sua significação primitiva. O motivo que está na base da propriedade é a emulação; e êsse mesmo motivo continua ativo no desenvolvimento posterior tanto da própria instituição a que deu causa como daqueles traços da estrutura social a que se liga esta instituição da propriedade. A posse da riqueza confere honra; é uma distinção injusta. Esta afirmação, de tal modo convincente, não pode ser feita quanto ao consumo de bens, nem quanto a qualquer outro incentivo para a sua aquisição; especialmente, ela não pode ser feita quanto a qualquer incentivo para a acumulação da riqueza.

Não se deve esquecer naturalmente que, numa comunidade em que pràticamente todos os bens são de propriedade privada, a necessidade de ganhar a vida é um incentivo poderoso e onipresente para os seus

membros mais pobres. A necessidade de subsistência e de aumento de confôrto físico pode, durante algum tempo, para as classes habitualmente empregadas no trabalho manual, cuja subsistência é precária, que têm pouco e pouco acumulam ordinàriamente, constituir o motivo dominante de aquisição; ver-se-á, entretanto, com o desenvolvimento desta discussão, que mesmo no caso destas classes pobres, a predominância do motivo de necessidades materiais não é tão forte como algumas vêzes se supôs. De outro lado, no tocante aos membros e classes da comunidade que se ocupam principalmente com a acumulação da riqueza, o incentivo de subsistência ou de confôrto físico nunca atua de modo considerável. A propriedade surgiu e se tornou uma instituição humana sem relação com o mínimo de subsistência. O incentivo dominante desde o início foi a distinção odiosa ligada à riqueza; exceto temporária e excepcionalmente, nenhum outro motivo se lhe sobrepôs em qualquer estágio posterior de desenvolvimento.

A propriedade foi inicialmente prêsa conseguida como troféu numa surtida armada. Enquanto o grupo manteve de certo modo a sua primitiva organização comunal ou enquanto continuou em estreito contato com outros grupos hostis, a propriedade de coisas ou pessoas era útil principalmente pela comparação odiosa que se estabelecia entre o seu possuidor e o inimigo de que êle as tomara. Parece ter sido um desenvolvimento posterior o hábito de distinguir entre os interêsses do indivíduo e os do grupo a que êle pertence. Desde o início, sem dúvida, se estabeleceu a comparação odiosa entre o possuidor da prêsa honorífica e os seus mais infelizes companheiros de grupo; a comparação se prendia em parte à utilidade da coisa apreendida, embora êste não fôsse de início o seu traço mais valioso. A proeza de um homem era tida principalmente como proeza de todo o grupo; o possuidor da prêsa se sentia essencialmente como o guardião da

honra de seu grupo. Esta concepção comunal da façanha individual se encontra também em estágios posteriores da evolução social, especialmente quanto às glórias guerreiras.

Todavia, assim que começa a tomar consistência o costume da propriedade individual, começa também a mudar o ponto de vista que preside à comparação odiosa na qual ela se baseia. Na verdade a segunda mudança é simplesmente um reflexo da primeira. A fase inicial da propriedade, a fase de aquisição por simples apreensão e apropriação, passa à fase subseqüente de uma organização industrial incipiente, fundada na propriedade privada de escravos; a horda se desenvolve numa comunidade industrial mais ou menos auto-suficiente em que a posse de bens assume valor, não tanto como prova de sucesso guerreiro, mas principalmente como prova da prepotência do possuidor sôbre os outros indivíduos da comunidade. A comparação odiosa é agora principalmente uma comparação entre o proprietário e os outros membros do grupo. A propriedade tem ainda o caráter de troféu; com o avanço cultural, entretanto, ela se torna mais e mais a prova de sucesso numa competição pela propriedade entre os membros do grupo, sob as normas quase-pacíficas da vida nômade.

Gradualmente, a atividade industrial se sobrepõe à atividade predatória na vida diária da comunidade e nos hábitos de pensamento dos homens; à medida que isso acontece a acumulação de bens toma cada vez mais o lugar de troféus obtidos em façanhas predatórias, como o índice convencional de prepotência e de sucesso. Dêste modo, com o crescimento de uma indústria normal, a posse da riqueza se torna relativamente mais importante e mais eficaz como a base costumeira de estima e reputação. Não quer isto dizer que não se obtenha estima por meio de outros sinais de proeza, mais diretos; nem que o sucesso na agressão predatória ou na façanha guerreira cesse de ter a aprovação e a

admiração da multidão, ou cesse de suscitar a inveja dos concorrentes menos felizes. Quer dizer simplesmente que as oportunidades de distinção por meio da direta manifestação de fôrça superior são cada vez menos possíveis e freqüentes. Ao mesmo tempo, crescem em número e possibilidade as oportunidades para agressão industrial e para a acumulação de propriedade pelos métodos quase-pacíficos da indústria nômade. E o que é mais relevante ainda, neste ponto, é que a propriedade se torna agora a prova mais evidente de um grau honorífico de sucesso como coisa distinta de realização heróica ou notável. A propriedade se torna portanto a base convencional da estima social. Nenhuma posição honrosa na comunidade é possível sem ela. Torna-se indispensável adquirir e acumular propriedade a fim de conservar o próprio bom nome. Logo que a posse de muitos bens se torna assim a marca de eficiência pessoal, a posse da riqueza assume a seguir o caráter de uma base independente e definitiva de estima dos outros. Os bens materiais, sejam êles adquiridos agressivamente por esfôrço próprio, sejam êles adquiridos passivamente por herança de outros, tornam-se a base convencional da honorabilidade. A riqueza, no início valiosa, simplesmente como prova de eficiência, se torna no entendimento popular um ato meritório por si mesmo. A riqueza é agora coisa honrosa intrìnsecamente; confere honra ao seu possuidor. Através de um nôvo refinamento, a riqueza adquirida passivamente por transmissão de antepassados ou de outros antecessores se torna logo ainda mais honrosa do que a riqueza adquirida por esfôrço próprio; êste desenvolvimento está contudo num estágio posterior, na evolução da cultura pecuniária, e dêle falar-se-á no seu devido tempo.

A proeza e a façanha podem ainda continuar como base da mais alta estima popular, embora a riqueza se tenha tornado a base normal da honorabilidade e de uma posição social impecável. Nos hábitos

de pensamento dos povos que passaram pela disciplina de uma longa cultura predatória, o instinto predatório e a conseqüente aprovação popular de eficiência predatória continuam profundamente enraizados. Segundo o veredicto popular, as mais altas honras a que um homem pode aspirar continuam sendo o prêmio de uma extraordinária eficiência predatória na guerra ou de uma quase-predatória eficiência de estadista; mas no que toca à posição normal e decente na comunidade, êstes meios cederam lugar à aquisição e acumulação de bens materiais. Aos olhos da comunidade os homens de prestígio precisam ter atingido um certo padrão convencional de riqueza, embora tal padrão seja de certo modo indefinido; do mesmo modo, no anterior estágio predatório, era necessário que o homem bárbaro atingisse um certo padrão de resistência física, da astúcia e de habilidade nas armas. Num caso, um certo padrão de riqueza, no outro, um certo padrão de proeza são as condições de honorabilidade; e tudo o que excede êste padrão normal é meritório.

Os membros da comunidade que não atingem êste padrão de proeza ou de riqueza, indefinidos embora, sofrem na estima de seus companheiros; conseqüentemente sofrem também na sua própria estima, já que a base usual da própria estima é o respeito dos outros. Sòmente os indivíduos de temperamento excepcional conseguem, diante da desaprovação da comunidade, conservar em última análise a própria estima. Aparentemente, existem exceções a esta regra, especialmente entre pessoas de fortes convicções religiosas; mas estas exceções aparentes não se podem considerar como exceções reais, porque tais pessoas se apóiam usualmente na aprovação presumível de alguma testemunha sobrenatural de suas ações.

Assim, logo que a propriedade se torna a base de estima popular, torna-se ela também um requisito daquela complacência que se chama respeito próprio. Nas comunidades em que a propriedade dos bens é

particular, tem o indivíduo, para a sua própria paz de espírito, de possuir tanto quanto os outros de sua classe; e é extremamente agradável possuir alguma coisa mais do que os outros. Nem bem, todavia, adquire o indivíduo maior riqueza e com ela se acostuma, o seu nôvo padrão cessa de lhe dar maior satisfação que o padrão anterior. De qualquer modo, a tendência é constante para fazer de cada padrão pecuniário o ponto de partida para um nôvo aumento de riqueza; o nôvo padrão, por sua vez, produz um nôvo critério de suficiência e uma nova classificação pecuniária em relação aos vizinhos. Relativamente à questão ora discutida, o fim da acumulação de riquezas é sempre uma autoclassificação do indivíduo em comparação com o resto da comunidade no tocante à fôrça pecuniária. O indivíduo normal, enquanto tal comparação lhe é distintamente desfavorável, vive crônicamente descontente com a própria situação; e logo que êle atinge o que pode chamar o padrão pecuniário médio da comunidade ou de sua classe na comunidade, aquêle descontentamento crônico se transforma num esfôrço impaciente para se distanciar cada vez mais de tal padrão. A comparação odiosa entre os indivíduos nunca se torna tão favorável a um dêles, que êste se descuide de tentar colocar-se ainda mais alto relativamente a seus concorrentes na luta pela honorabilidade pecuniária.

Pela sua própria natureza, o desejo de riqueza nunca se extingue em indivíduo algum; e evidentemente está fora de questão uma saciedade do desejo geral ou médio de riqueza. Nenhum aumento geral de riqueza na comunidade, por mais geral, igual ou "justa" que seja a sua distribuição, levará mesmo de longe ao estancamento das necessidades individuais, porque o fundamento de tais necessidades é o desejo de cada um de sobrepujar todos os outros na acumulação de bens. Admitem alguns que o incentivo à acumulação está na

necessidade de subsistência ou de confôrto físico; se êsse fôsse o caso, poder-se-ia conceber que as necessidades econômicas conjuntas da comunidade se satisfizessem num ponto qualquer de progresso na eficiência industrial. A luta é contudo essencialmente uma luta por honorabilidade fundada numa odiosa comparação de prestígio entre os indivíduos; assim sendo, é impossível uma realização definitiva.

O que se acabou de dizer não significa que não existem outros incentivos para a aquisição e a acumulação de riqueza, além dêste desejo de sobrepujar os outros, em posição pecuniária, e dêsse modo ganhar a sua estima e inveja. O desejo de maior confôrto e segurança está presente como motivo da ação individual em cada estágio do processo de acumulação, numa moderna comunidade industrial, embora o padrão de suficiência, relativamente a confôrto e segurança, seja por sua vez grandemente influenciado pelo hábito de emulação pecuniária. Em grande parte esta emulação molda os métodos e seleciona os modos que o indivíduo escolhe na busca de confôrto pessoal e vida decente.

Além disto, também o poder que a riqueza dá constitui um motivo para a acumulação. Tem o homem inclinação definida para a atividade teleológica, repugnando-lhe todo esfôrço fútil; estas qualidades, que tem o homem em virtude de seu caráter de agente, não o abandonam quando êle sai da simples cultura comunal, em que a nota de vida dominante é a solidariedade, instintiva e indiferenciada, do indivíduo com o grupo a que se liga. Quando êle entra numa fase predatória, em que o egoísmo, num sentido mais estrito, se torna a nota dominante, conserva êle aquela sua inclinação, como traço essencial que molda o seu esquema de vida. A propensão para atingir alvos determinados e a repugnância por atividade fútil continuam sendo os motivos econômicos fundamentais. A propensão muda sòmente quanto à sua forma de expressão e quanto aos objetivos próximos da sua atividade. Sob o regime da

propriedade individual, o meio mais fácil de realizar qualquer objetivo é a aquisição e acumulação de bens materiais; e à medida que a antítese relativa à auto-estimativa entre homem e homem se torna mais consciente, a vontade de realização — o instinto de artesanato — tende mais e mais a tomar a forma de um esfôrço para sobrepujar os outros em realização pecuniária. O sucesso relativo, medido pela odiosa comparação pecuniária com outros, se torna o fim convencional da ação humana. O fim legítimo e normalmente aceito de todo esfôrço passa a ser a consecução de uma comparação favorável com outros homens; a repugnância pela futilidade em grande parte, portanto, coincide com o incentivo da emulação. Tal repugnância acentua a luta pela honorabilidade pecuniária, punindo com uma desaprovação mais incisiva tôdas as falhas e todos os sinais de falhas no tocante ao sucesso pecuniário. Esfôrço deliberado passa a significar, essencialmente, esfôrço dirigido para um resultado mais favorável relativamente à acumulação de riqueza. Entre os motivos que levam os homens a acumular riqueza, avulta portanto como o primeiro dêles, tanto em intensidade como em amplitude, o motivo de emulação pecuniária.

Ao usar a expressão "invejosa" é talvez desnecessário notar que nenhuma intenção existe de elogiar ou depreciar, nem de recomendar ou lastimar, qualquer dos fenômenos por ela caracterizados. Usa-se aqui o têrmo num sentido técnico para descrever a comparação entre os indivíduos, classificando-os e estimando-os no tocante ao seu valor relativo, num sentido estético ou moral; o têrmo é usado para designar ou graus relativos de complacência segundo os quais os homens podem legìtimamente ser vistos por êles mesmos e por outros. Uma comparação odiosa é o processo de estimativa das pessoas relativamente ao seu valor.

Capítulo III

Ócio conspícuo

O EFEITO IMEDIATO DA LUTA PECUNIÁRIA, que se acabou de descrever em suas linhas gerais, seria o de tornar os homens laboriosos e frugais, se não interviessem outras fôrças econômicas ou outros elementos do processo de emulação. Na verdade, é o que acontece em parte com as classes inferiores, cujo meio normal de adquirir bens é o trabalho produtivo. Isto é mais especialmente verdade quanto às classes trabalhadoras nas comunidades sedentárias do estágio agrícola, nas quais existe considerável subdivisão da propriedade e cujas leis e costumes garantem a tais classes uma parte mais ou menos definida do produto de seu labor. Estas classes inferiores não podem evitar o trabalho; assim sendo, o fato de trabalharem não parece muito vergonhoso, pelo menos entre essas próprias classes. Pelo contrário: sendo o trabalho o seu modo de vida reconhecido e aceito, os indivíduos se orgulham da eficiência no trabalho por ser esta a única maneira de emulação que lhes é permitida. Para os indivíduos aos quais é impossível adquirir bens e competir apenas no campo da eficiência produtiva e da poupança, a luta pela honora-

bilidade pecuniária resulta de certo modo num aumento de diligência e de parcimônia. Contudo, certos traços secundários do processo de emulação, de que não se tratou ainda, intervêm, circunscrevendo e modificando substancialmente a emulação, levando-a a outras direções, tanto entre as classes pecuniàriamente inferiores como na classe superior.

Comporta-se diferentemente a classe pecuniária superior, que é a preocupação principal dêste estudo. Também para ela não está ausente o incentivo para a diligência e a poupança; mas a sua ação é de tal modo modificada pelas exigências secundárias da emulação pecuniária que tôda tendência nessa direção é pràticamente cancelada, tendendo a não ter qualquer efeito o incentivo para a diligência. A mais forte das exigências secundárias da emulação, que é igualmente a de mais amplo alcance, é o requisito de abstenção de qualquer trabalho produtivo. Isto é verdade especialmente no estágio bárbaro da cultura. Na cultura predatória, o trabalho se associa nos hábitos de pensamento dos homens à fraqueza e à sujeição a um senhor. Êle é portanto marca de inferioridade, sendo considerado indigno do homem na sua plena capacidade. Em virtude desta tradição sente-se o trabalho como humilhante; a tradição perdura ainda. Com o progresso da diferenciação social, ela adquiriu a fôrça axiomática que lhe confere a sua longa duração e a sua incontestada vigência.

Para obter e conservar a consideração alheia não é bastante que o homem tenha simplesmente riqueza ou poder. É preciso que êle patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe dão os outros tal consideração. Não só serve a prova de riqueza para acentuar a importância do indivíduo aos olhos dos outros, conservando sempre vivo e atento o sentido que têm dela, como também tal prova é igualmente útil na criação e preservação da satisfação própria. Em todos os estágios de cultura, exceto nos mais baixos, o homem normal encontra

confôrto e apoio para sua própria estima no fato de viver em "ambiente decente" sem necessidade de "trabalhos servis". Sempre que forçado a abandonar o seu padrão habitual de vida decente, tanto no que toca aos aspectos materiais de sua vida como no que concerne à espécie ou à quantidade de sua atividade diária, êle sente diminuída a sua dignidade humana, mesmo independentemente de qualquer consideração consciente da aprovação ou desaprovação de seus companheiros.

Mesmo hoje, persiste com muita de sua antiga fôrça a distinção teórica arcaica entre o que é vil e o que é honorífico no modo de viver do homem. Sinal evidente dêste fato é a repugnância instintiva pelas formas mais vulgares do trabalho que sentem, com raríssimas exceções, os membros das classes mais altas. Têm os homens ainda hoje um sentido ritualístico de imundícia ligado de modo fortíssimo às ocupações que, nos nossos hábitos de pensamento, têm que ver com trabalhos vis. Sentem tôdas as pessoas de gôsto refinado que uma certa contaminação espiritual é inseparável das tarefas convencionalmente exigidas de servos. Condenam-se sem hesitação os ambientes vulgares, as casas ruins, como tal entendidas as casas baratas, e as ocupações produtivas corriqueiras, porque são incompatíveis com uma vida satisfatória num plano espiritual, com uma vida "mental elevada". Desde os tempos dos filósofos gregos até hoje, reconheceram os homens ponderados, como requisito de uma vida digna, bela ou mesmo virtuosa, que é preciso ter um certo ócio e estar livre de contato com certos processos industriais ligados às necessidades quotidianas da vida humana. A vida ociosa, por si mesma e nas conseqüências, é linda e nobre aos olhos de todos os homens civilizados.

Sem dúvida, em grande parte, êste valor direto e subjetivo do ócio e dos outros sinais de riqueza é secundário e derivado. É em parte um reflexo da utilidade do ócio como um meio para obter o respeito dos

outros e, em parte também o resultado de um processo mental de substituição. O trabalho sempre foi aceito como o sinal convencional de fôrça inferior e, por isso, considerado, por um processo mental de abreviação, como intrìnsecamente vil.

Durante o estágio predatório, pròpriamente dito, e especialmente durante os primeiros estágios do desenvolvimento quase-pacífico da indústria, que segue o estágio predatório, uma vida ociosa é o mais simples e mais patente modo de demonstrar fôrça pecuniária e conseqüentemente fôrça superior; a condição essencial é que o homem ocioso possa viver sem dificuldade no confôrto. Nêste estágio, a riqueza consiste principalmente de escravos; os benefícios que traz a posse de riqueza e de poder assume a forma principal de serviços pessoais e das vantagens imediatas de tais serviços. Conseqüentemente, a desnecessidade conspícua de trabalhar se torna a marca convencional de uma superior realização pecuniária e o índice aceito de respeitabilidade; de outro lado, torna-se o trabalho inconsistente com uma posição respeitável na comunidade, já que o trabalho produtivo é a marca de pobreza e de sujeição. Os hábitos de poupança e de atividade não se acentuam, portanto, com uma emulação pecuniária prevalecente. Ao contrário, esta espécie de emulação desencoraja indiretamente a participação no trabalho produtivo. Era inevitável que o trabalho se tornasse desonroso, como uma prova de pobreza, mesmo que não fosse já considerado indecoroso sob a antiga tradição vinda de um estágio cultural mais primitivo. Na antiga tradição da cultura predatória, é preciso evitar o esfôrço produtivo como indigno dos homens capazes, e esta tradição não se perde, antes se reforça, com a passagem de uma vida predatória para uma vida quase-pacífica.

A instituição da classe ociosa, mesmo que não tivesse surgido juntamente com a propriedade individual, por fôrça da desonra ligada às tarefas produtivas, teria sido de qualquer modo uma das primeiras con-

seqüências da propriedade. E é preciso notar que, embora tivesse existido em teoria desde o início da cultura predatória, a classe ociosa assume nova e mais completa significação com a transição de um estágio predatório para o seguinte estágio pecuniário. Desde então é ela uma "classe ociosa" não sòmente em teoria mas também de fato. Dêsse momento data a instituição da classe ociosa na sua forma consumada.

Durante o estágio predatório, pròpriamente dito, a distinção entre a classe ociosa e a classe trabalhadora é, de certo modo, uma distinção apenas de cerimonial. Os homens capazes se recusam rigorosamente a participar de qualquer trabalho que, no seu entender, constitua tarefa enfadonha e vil; mas o seu trabalho, na realidade, contribui de modo apreciável para o sustento do grupo. O estágio subseqüente de atividade quase-pacífica se caracteriza usualmente pelo estabelecimento da escravidão, pela manutenção de rebanhos e pela existência de uma classe servil de guardas e pastôres; já então a indústria avançou de tal modo que a comunidade não mais depende, para o seu sustento, da caça ou de qualquer outra forma de atividade que se possa com justiça denominar de façanha. Desde êsse momento o traço característico da classe ociosa é a isenção conspícua de todo trabalho útil.

As ocupações normais e características da classe, nesta fase madura de sua evolução, são formalmente quase as mesmas que eram nos primeiros tempos. São elas o govêrno, a guerra, o esporte, e as atividades do ritual. É claramente possível, como fazem os que gostam de difíceis distinções teóricas, afirmar que tais ocupações são ainda incidentalmente e de modo indireto "produtivas"; mas note-se, e êste ponto é decisivo, que o motivo usual e ostensivo da classe ociosa, em tais ocupações, não é evidentemente aumentar a riqueza por esfôrço produtivo. Tanto neste como em qualquer outro estágio cultural, o govêrno e a guerra têm por alvo, sem dúvida, pelo menos em parte, o ganho

pecuniário dos que exercem tais atividades; mas tal ganho é obtido pelo método honroso de apreensão e apropriação. Estas ocupações são de natureza predatória e não produtivas. Uma observação paralela pode ser feita relativamente à caça, mas com uma diferença. Ao sair a comunidade do estágio da caça, pròpriamente dito, esta se diferencia gradualmente em duas atividades distintas. De um lado ela é uma atividade produtiva, exercida principalmente pela vantagem do ganho; de tal atividade está virtualmente ausente o elemento de façanha, ou pelo menos não está presente de modo suficientemente claro para livrá-la da imputação de indústria lucrativa. De outro lado, a caça é também um esporte, um exercício puro e simples do impulso predatório. Como tal não obedece ela a qualquer incentivo sensìvelmente pecuniário, contendo ao contrário um elemento mais ou menos evidente de façanha. Sòmente êste último aspecto da caça, isento já de qualquer imputação de atividade servil, é meritório e se enquadra no esquema de vida da classe ociosa no seu pleno desenvolvimento.

A desnecessidade de trabalhar não só é um ato honorífico e meritório; passa bem logo a constituir um requisito de decência. Durante os primeiros tempos da acumulação de riqueza, a insistência sôbre a propriedade, como base de respeitabilidade, é extremamente ingênua e imperiosa. Essa desnecessidade de trabalhar é a prova convencional da riqueza, sendo portanto a marca convencional de posição social; e essa insistência sôbre o mérito da riqueza leva a uma insistência sôbre o ócio. *Nota notae est nota rei ipsius.* Segundo as leis da natureza humana, já reconhecidas, esta norma se apodera da prova convencional de riqueza e fixa-a, com o tempo, nos hábitos de pensamento dos homens como sendo algo de essencialmente meritório e nobre, ao passo que, ao mesmo tempo, por um processo semelhante, o trabalho produtivo se torna intrìnsecamente indigno, num duplo sentido. A norma termina por tornar indigno

o trabalho aos olhos da comunidade e também moralmente impossível para os homens nobres e livres; torna-se incompatível com uma vida digna.

Êste tabu que pesa sôbre o trabalho tem uma outra conseqüência no tocante à diferenciação industrial das classes. À medida que se torna mais densa a população e o grupo predatório se transforma numa comunidade industrial permanente, as autoridades constituídas e as normas que regulam a propriedade ganham em âmbito e consistência. Torna-se então impraticável obter riqueza por meio de simples apreensão; de outro lado, por coerência lógica, a aquisição de riqueza pela indústria é igualmente impossível para os homens de espírito elevado e pobres. A única alternativa que têm então é a privação ou a mendicidade. Assim, sempre que a tendência para o ócio conspícuo encontra campo propício ao seu pleno desenvolvimento, surge uma classe ociosa secundária e num certo sentido espúria, uma classe desprezível e pobre que vive precàriamente em desconfôrto e pobreza e que é moralmente incapaz de se ocupar de atividades lucrativas. O gentil-homem e a senhora empobrecidos são ainda hoje fenômenos familiares. Êste sentimento intenso da indignidade do mais leve trabalho manual é familiar a todos os povos civilizados, e não só aos povos de cultura pecuniária menos avançada. No caso de pessoas de sensibilidade delicada, por muito tempo habituadas à vida opulenta, êste sentimento de que o trabalho é vergonhoso pode se tornar tão forte que prevalecerá até mesmo contra o próprio instinto de preservação. Conta-se assim de certos chefes polinésios que, presos a uma etiquêta estrita, preferiam morrer de inanição a levar à bôca o alimento com as suas próprias mãos. É verdade que a razão de tal procedimento pode ter sido, pelo menos em parte, o sentimento de tabu ligado à pessoa do chefe ou de sua excessiva santidade. O contato de suas mãos comunicaria o tabu, tornando tudo que êle tocasse impróprio para alimento humano. O próprio tabu, é to-

davia derivado da indignidade ou da incompatibilidade moral do trabalho; portanto, mesmo entendida dêste modo, a conduta dos chefes polinésios se conforma mais estreitamente com a norma do ócio honorífico do que poderia à primeira vista parecer. Um melhor exemplo, ou pelo menos um exemplo mais inconfundível, tem-se num certo rei da França que, segundo dizem, perdeu a vida por demonstrar um excesso de fortaleza moral na observância da etiquêta. Na ausência do funcionário encarregado de afastar a cadeira real, o rei permaneceu perto da lareira deixando sem se queixar que a sua real pessoa se queimasse irremediàvelmente. Mas pelo menos não permitiu que a Sua Majestade Cristianíssima se contaminasse com uma tarefa servil.

Summum crede nefas animam praeferre pudori,
Et propter vitam vivendi perdere causas.

Já se notou que o têrmo "ócio", na conotação que tem neste estudo, não implica indolência ou quiescência. Significa simplesmente tempo gasto em atividade não-produtiva. Gasta-se o tempo de modo não produtivo: primeiramente, por um sentimento da indignidade do trabalho produtivo e, em segundo lugar, para demonstrar a capacidade pecuniária de viver uma vida inativa. O homem ocioso não passa todo o seu tempo diante dos olhos dos outros, a fim de regalá-los com o espetáculo do ócio honorífico que, segundo o esquema ideal, constitui a sua vida. Parte do seu tempo gasta-o êle forçosamente longe dos olhos do público; tem por amor ao seu bom nome, de prestar contas convincentes de sua utilização dêste tempo disponível privado. Tem de encontrar um meio de mostrar a todos que passa no ócio também tais horas gastas longe de espectadores. Isto só pode êle fazer indiretamente, mostrando algum resultado tangível e duradouro do seu ócio; isto é, só pode fazê-lo como fazem os artesãos e servos que êle

emprega, exibindo os produtos tangíveis e permanentes de seu trabalho.

No caso do trabalho produtivo, a sua prova duradoura é o produto material, usualmente um artigo de consumo. No caso da façanha é também possível e usual obter um resultado tangível que sirva para exibir como troféu ou despôjo. Numa fase posterior de desenvolvimento, entram em uso as medalhas ou insígnias que servem de marcas convencionais de proeza e que indicam ao mesmo tempo a quantidade ou o grau das façanhas que simbolizam. À medida que aumenta a densidade da população e as relações humanas se tornam mais numerosas e complexas, todos os detalhes da vida sofrem um processo de elaboração e seleção; e neste processo de elaboração, o uso de troféus se desenvolve num sistema de posições, títulos, graus e insígnias, no qual os exemplos típicos são os emblemas heráldicos, as medalhas e as condecorações honoríficas.

Do ponto de vista econômico, o ócio, considerado como uma atividade, está estreitamente ligado à vida de façanhas; e as realizações, que caracterizam a vida ociosa e que são os seus critérios de decôro têm muito em comum com os troféus de façanha. Porém, o ócio no seu sentido estrito, como coisa distinta da façanha e de todo esfôrço ostensivamente produtivo de objetos sem uso intrínseco, não resulta usualmente num produto material. A prova de ócio no passado toma comumente, portanto, a forma de bens "imateriais". Estas provas imateriais de ócio passado são talentos quase-eruditos ou quase-artísticos e um conhecimento de processos e incidentes que diretamente não trazem vantagem à vida humana. São dessa espécie, por exemplo, no nosso tempo, o conhecimento das línguas mortas e das ciências ocultas, da ortografia correta, da sintaxe e da prosódia, das várias formas de música doméstica e de outras artes do lar, dos últimos refinamentos do vestuário, da mobília e da equipagem, de jogos, esportes e ani-

mais de raça como cães e cavalos de corrida. Em todos êstes ramos do conhecimento, o motivo inicial de sua aquisição e de sua voga pode ter sido algo de muito distanciado do desejo de demonstrar que não se perdeu tempo em atividade industrial. Todavia, se tais talentos não tivessem sido aceitos como prova de atividade improdutiva, êles não teriam sobrevivido sob a forma de talentos convencionais da classe ociosa.

Êstes talentos, num certo sentido, se podem classificar como formas de erudição. Além dêles existe paralelamente uma outra classe de fatos sociais que se distingue da erudição, tendo mais o caráter de hábito físico e de destreza. Trata-se do campo geral das maneiras e da educação, da polidez e do decôro e geralmente de normas de cerimonial. Esta classe de fatos é ainda mais imediata e ostensivamente observável por todos; daí terem êsses fatos, em tôda parte, tão grande valor como prova de uma respeitável parcela de ócio. Vale a pena observar que todas essas observâncias cerimoniais, que se denominam genèricamente de boas maneiras, têm maior importância como signo de prestígio nos estágios de cultura em que o ócio conspícuo está mais em voga como marca de respeitabilidade, do que nos estágios seguintes de desenvolvimento cultural. O bárbaro, no estágio quase-pacífico do desenvolvimento industrial, é notòriamente um gentil-homem de extremo refinamento, no que toca ao decôro, superior mesmo aos homens de épocas mais avançadas, exceto os realmente excepcionais. Na realidade, como todos sabem, ou pelo menos se afirma usualmente, as boas maneiras sofreram progressiva deterioração, à medida que a sociedade ultrapassou o estágio patriarcal. Segundo muitos gentis-homens da velha escola, nos seus momentos de irritação, as maneiras e o comportamento dos homens, nas modernas comunidades industriais, mesmo no seio das classes mais altas, são infelizmente ruins; a decadência do código de bom tom, nas classes especìficamente industriais, isto é a vulgarização da vida, se tornou

uma das principais enormidades da civilização de nossos dias, aos olhos de todos que têm sensibilidade delicada. Essa decadência, que se verifica em todos os povos industriais, indica claramente, deixando de lado qualquer desejo de lastimar o fato, que o decôro é produto e sintoma da existência de uma classe ociosa e que sòmente se desenvolve plenamente num regime de status.

Não se deve buscar a origem, ou melhor a causa, do código de maneiras num esfôrço de alguns para, através de boas maneiras, mostrar que ocuparam muito de seu tempo na tarefa de adquiri-las. O fim próximo da inovação ou da elaboração de um nôvo comportamento foi sempre o seu maior valor de beleza ou de expressão. Em grande parte, como gostam de supor os antropólogos e os sociólogos, o código cerimonial de decôro se baseia, ao se iniciar e desenvolver, no desejo de obter a boa vontade dos outros ou de mostrar a própria benevolência; êste motivo inicial raramente ou quase nunca está ausente do comportamento de pessoas bem-educadas, em qualquer dos estágios avançados de desenvolvimento. Segundo dizem, a etiquêta é em parte elaboração do gesto e em parte é uma sobrevivência simbólica e convencional de atos anteriores de dominação, de serviço ou de contato pessoal. Em grande parte, a etiquêta exprime uma relação de status — uma pantomima simbólica de domínio, de um lado, e de subserviência, do outro. Atualmente, sempre que os hábitos mentais predatórios e as resultantes atitudes de domínio e de subserviência caracterizam o esquema vigente de vida, é também de extrema importância a observância estrita de um código de etiquêta; quando isso acontece o rigoroso cumprimento de tôdas as cerimônias relativas a títulos e posições se aproxima do ideal estabelecido pelo bárbaro da cultura nômade quase-pacífica. Tem-se nalguns países da Europa continental bons exemplos desta sobrevivência espiritual. Também, nessas comunidades, o ideal arcaico é ainda

seguido quanto à estima em que é tida a etiquêta como fato de valor intrínseco.

O decôro foi, no início, símbolo e pantomima; a sua única utilidade era demonstrar a existência dos fatos e qualidades que simbolizava. Bem logo, todavia, sofreu êle a transformação usual de todos os fatos simbólicos nas relações humanas. No entendimento popular, a etiquêta passou a ter uma utilidade intrínseca; adquiriu um caráter sacramental, independente em grande parte dos fatos que inicialmente indicava. Tornaram-se intrìnsecamente odiosos para todos os homens os desvios do código de decôro; no sentimento quotidiano, a boa educação não é sòmente um sinal de excelência no homem, que resulta de um fato anterior, mas um traço integrante da dignidade da alma humana. Poucas coisas causam no homem moderno tal revolta instintiva como uma quebra de decôro; com tal fôrça atribui-se utilidade intrínseca à obediência cerimonal das normas de etiquêta, que poucos, ou ninguém, consegue dissociar uma infração de etiquêta do sentimento de que o infrator é em si mesmo indigno. Perdoa-se uma deslealdade, não uma falta de etiquêta. "As boas maneiras fazem o homem".

Todavia, apesar de ter a etiquêta esta utilidade intrínseca, tanto no entender daqueles que a observam como no dos espectadores, êste sentimento da justeza intrínseca do decôro é sòmente o fundamento próximo de sua voga. O seu ulterior fundamento econômico deve ser buscado no caráter honorífico do ócio, no emprêgo não-produtivo de tempo e esfôrço, sem o que não se adquirem boas maneiras. O conhecimento e o hábito das normas da boa educação só se ganham com o uso continuado. Os gostos refinados, as boas maneiras e os hábitos requintados de vida são sinal útil de bom nascimento, porque a boa educação requer tempo, esfôrço e dinheiro, estando fora do alcance dos que têm todo o seu tempo e energia ocupados com o trabalho. O conhecimento das normas da boa educação

é sinal ostensivo de que o indivíduo, enquanto está longe da observação dos outros, se ocupa em adquirir talentos de nenhum valor lucrativo. Em última análise, o valor das boas maneiras está no fato de que são prova de uma vida de ócio. Dêste modo, já que o ócio é o meio convencional conducente à respeitabilidade pecuniária, adquirir uma certa dose de decôro é essencial a todos quantos aspiram a qualquer posição pecuniária.

Na vida ociosa, a parte de tempo gasta longe de espectadores só contribui para a respeitabilidade do indivíduo quando produz um resultado concreto e visível, capaz de ser apresentado como prova de ócio, medido e comparado com produtos semelhantes apresentados por outros aspirantes à respeitabilidade. Isso sempre acontece, com relação a boas maneiras e atitudes, com a simples abstenção constante de qualquer atividade produtiva, mesmo quando o indivíduo não se esforça conscientemente para adquirir a aparência de domínio e de opulência ociosa. Mais especialmente, parece ser verdade que a vida ociosa, numa família, por várias gerações, produz nos seus componentes um efeito definido, passível de verificação na conformação individual e ainda mais no comportamento e nas atitudes habituais. Todavia, tôdas as vantagens de uma vida ociosa de várias gerações e todo o decôro adquirido por longo hábito podem ainda ser melhorados por esfôrço próprio; com tôdas aquelas vantagens, pode o indivíduo acentuar os sinais de ócio honorífico, exibindo-os como disciplina rigorosa e sistemática. Claramente, o indivíduo, com esfôrço diligente e gasto pecuniário, pode melhorar substancialmente o seu conhecimento e eficiência nos talentos da classe ociosa. De outro lado, quanto maior é a eficiência do indivíduo em tais talentos e quanto mais patente a estrita observância de atividades sem fins lucrativos ou diretamente úteis, tanto mais tempo e dinheiro são gastos na sua aquisição e maior a respeitabilidade resultante. Daí, na luta competitiva

por boas maneiras, o esfôrço gasto no cultivo de hábitos de decôro; daí o desenvolvimento de detalhes de decôro numa ampla disciplina, com a qual se devem conformar todos os que querem ser tidos como de irrepreensível respeitabilidade. Dêste modo, acontece que o ócio conspícuo, de que o decôro é uma ramificação, se transforma gradualmente tanto num esfôrço contínuo para um requinte cada vez maior no comportamento como numa educação do gôsto e da sensibilidade relativamente aos artigos que se devem consumir e aos métodos de seu consumo.

Digna de nota, quanto a êste ponto, é a possibilidade de produzir idiossincrasias pessoais, patológicas ou não, por meio de imitação arguta e disciplina sistemática; tal possibilidade foi usada na produção deliberada de uma classe culta, freqüentemente com grande sucesso. Dêste modo, pelo processo vulgarmente conhecido por esnobismo, consegue-se uma evolução mais rápida de refinamento e educação quanto a um bom número de famílias e descendências. Êste mais rápido refinamento produz indivíduos que, pela sua utilidade como membros de uma classe ociosa, não são nada inferiores aos que tiveram um treino mais longo e menos árduo.

É possível, além de tudo isso, medir os graus de conformidade com o último código de normas de decôro, relativamente aos meios e métodos de consumo. É possível comparar duas pessoas no tocante aos seus graus de conformidade com o ideal de decôro; e, comparadas, é possível classificá-las, com certa precisão, de acôrdo com uma escala progressiva de boas maneiras e educação. O veredicto, nêste caso, é usualmente de boa fé; decide-se com base na conformidade de cada um às normas de bom-gôsto nas questões em foco, e sem consideração consciente da posição pecuniária ou do ócio de cada candidato à respeitabilidade; mas as normas de bom gôsto, segundo as quais se chega ao ve-

redicto, estão sob o regime da lei do ócio conspícuo e, na realidade, sofrem constante mudança, adaptando-se cada vez mais rigorosamente aos seus requisitos. Assim, embora o fundamento próximo da discriminação seja de espécie diferente, o princípio orientador e a prova da boa educação são o requisito de ócio substancial e patente. No âmbito dêste princípio existe provàvelmente considerável variação; essas variações, todavia, são de forma e expressão, não de substância.

Nas relações sociais quotidianas naturalmente, a cortesia é em grande parte expressão direta de consideração para com os outros e boa vontade amistosa; para explicar a presença dêste elemento do comportamento ou a aprovação social que êle recebe, não é preciso buscar para êle um fundamento de respeitabilidade; mas o mesmo não acontece no caso do código de boas maneiras. Estas são expressão de *status*. Naturalmente, é suficientemente claro para quem quiser ver, que o nosso procedimento para com criados e outras pessoas pecuniàriamente dependentes é o procedimento de um membro superior numa relação de *status*, embora tal atitude se manifeste de forma muito diferente e muito mais branda do que a atitude original de domínio indisfarçado. Do mesmo modo a atitude para com os superiores e em grande parte para com os iguais, exprime também uma atitude de subserviência mais ou menos convencionalizada. Prova de tudo isso é a presença dominadora do grande senhor ou senhora, que mostram o seu domínio e alheamento de questões econômicas, e que ao mesmo tempo se conformam com tal fôrça ao sentimento prevalecente do que é justo e excelente. São os indivíduos da classe ociosa mais alta, que não têm superiores e poucos iguais, que dão ao decôro a sua mais completa e madura expressão; são êles também que lhe dão aquela forma definitiva que serve de norma final para o comportamento dos indivíduos das classes inferiores. Na classe ociosa mais alta, o código de decôro é também, evi-

dentemente, um código de status, mostrando mais claramente a sua incompatibilidade com todo trabalho vulgarmente produtivo. O direito de nascimento e a marca do gentil-homem, na sua mais alta expressão, constituem uma perfeita segurança de si mesmo e uma imperiosa complacência para com os outros, habituado que está a obter sem reservas a sua subserviência e não pensar no dia de amanhã; no sentimento popular, é ainda mais do que isso, sendo o seu comportamento aceito como um atributo de mérito superior diante do qual o inferior se curva e cede alegremente.

Já se disse em capítulo anterior que existem razões para afirmar que a instituição da propriedade começou com a propriedade de sêres humanos, especialmente mulheres. Os incentivos para a aquisição de tal propriedade foram aparentemente: 1 — a inclinação para o domínio e a coerção; 2 — a utilidade de escravos como prova da proeza de seu dono; 3— a utilidade de seus serviços.

O serviço pessoal do escravo tem um lugar especial no desenvolvimento econômico. No estágio de indústria quase-pacífica, e especialmente nos primeiros tempos do desenvolvimento da indústria neste estágio, a utilidade do trabalho escravo parece ter sido o motivo dominante na aquisição de tal propriedade. Os servos têm valor pelo serviço que prestam. Mas a importância dêste motivo não se deve a um declínio na importância absoluta das duas outras utilidades do servo. Acontece simplesmente que as diferentes circunstâncias da vida acentuam aquela utilidade dos servos. As mulheres e os outros escravos têm alto valor, como prova de riqueza e como meio para a acumulação de nova riqueza. No caso de tribos pastoris, os escravos, juntamente com o gado, são a forma usual de investimento lucrativo. A escravidão feminina serve de tal modo para caracterizar a vida econômica na cultura quase-pacífica, que a mulher até chega a

constituir a unidade de valor nos povos dêste estágio cultural — como por exemplo nos tempos homéricos. Quando êsse é o caso, há pouca dúvida de que a base do sistema industrial é a escravidão e que as mulheres são usualmente escravas. A mais importante das relações humanas, em tal sistema, é a relação entre senhor e escravo. A prova aceita de riqueza é a posse de muitas mulheres e, bem logo, de outros escravos, que se ocupam da pessoa do senhor e da produção de bens para êle.

Logo mais uma divisão de trabalho se estabelece; o serviço pessoal do senhor vem a ser a tarefa específica de alguns escravos, ao passo que os que se ocupam inteiramente na produção industrial se conservam cada vez mais afastados de qualquer relação imediata com êle. Ao mesmo tempo, os servos, cuja função é o serviço pessoal do dono, nêle incluídos os serviços domésticos, gradualmente se livram da indústria lucrativa.

Êste processo de progressiva isenção de tarefas industriais corriqueiras se inicia geralmente pela isenção da espôsa ou da primeira espôsa. Depois de ter a comunidade adquirido hábitos sedentários de vida, torna-se difícil, como meio usual de obter novas espôsas, a captura de mulheres das tribos hostis. Neste momento da evolução cultural, a espôsa principal é normalmente de sangue nobre e êste fato apressa a sua isenção de emprêgo vulgar. Não é êste o lugar para discutir a origem do conceito de sangue nobre ou o lugar que êle ocupa no desenvolvimento da instituição do casamento. Basta dizer, neste instante, que sangue nobre é o que se distinguiu por longo contato com a riqueza ou com contínuo privilégio. A mulher com tais antecedentes é preferencialmente escolhida como espôsa, não só pela aliança resultante com parentes poderosos, mas também pelo sentimento de que é intrìnsecamente superior o sangue ligado a muita riqueza e grande poder. Ela será mesmo assim escrava de seu

marido, do mesmo modo que era, antes de sua aquisição, a escrava de seu pai; ao mesmo tempo, contudo, ela tem o sangue nobre do pai, existindo portanto incongruência entre a sua qualidade e qualquer das ocupações vis dos outros servos. O princípio de que o sangue nobre se transmite de pai a filhos coloca-a acima do escravo comum, por mais completa que seja a sua sujeição a seu senhor e por mais inferior que ela seja aos membros masculinos de sua classe social. Logo que êsse princípio adquire autoridade de tradição, ela assume, de certo modo, as prerrogativas da classe ociosa que são os sinais principais de sangue nobre. Acentuada por tal princípio da transmissibilidade do sangue nobre, a isenção que tem a espôsa de todo trabalho manual se amplia, quando o permite a riqueza do marido, chegando a incluir não só o trabalho manual como todos os outros trabalhos servis. Com o desenvolvimento industrial e com a concentração da propriedade nas mãos de um número relativamente pequeno de indivíduos, cresce o padrão de riqueza convencional da classe mais alta. Firma-se, então, a mesma tendência inicialmente para a isenção de trabalhos manuais e depois de quaisquer outras tarefas domésticas, quanto às demais espôsas, quando existem, e afinal quanto aos outros servos que trabalham junto à pessoa do senhor. Tal isenção vem tanto mais tarde quanto mais distante é a relação entre o servo e a pessoa de seu senhor.

Quando o permite a situação pecuniária do senhor, a enorme importância atribuída ao seu serviço pessoal acentua o desenvolvimento de uma classe especial de servos pessoais. A pessoa do senhor, encarnação do mérito e da honra, é de extraordinária importância. A sua posição excepcional na comunidade e o seu respeito próprio tornam essencial que êle tenha à sua disposição servos especializados; tais servos não podem ter qualquer outra ocupação que possa perturbar a sua tarefa principal. Êstes servos especializados são úteis

mais como ostentação do que pelos serviços específicos que prestam. Na medida, contudo, em que não existem sòmente para ostentação, servem também ao prazer do senhor, principalmente porque permitem o exercício de seu instinto de domínio. É verdade que o estabelecimento doméstico do senhor, em contínuo crescimento, exige sempre mais trabalho; mas êste fato não é de grande relevância, porque o estabelecimento cresce usualmente para servir de índice de respeitabilidade e não como exigência de maior confôrto. Conseguem-se todos êstes alvos muito melhor com um grande número de servos altamente especializados. O resultado, portanto, é um número cada vez maior de servos domésticos e pessoais e uma cada vez maior diferenciação entre êles; concomitantemente, os últimos se abstêm cada vez mais de qualquer trabalho produtivo. Em virtude de serem êsses servos uma evidência de riqueza, as tarefas que perfazem tendem a se tornar cada vez menores, até que afinal as suas funções se tornam meramente nominais. Isto é verdade especialmente quanto aos servos que atendem mais imediatamente e mais manifestamente à pessoa do senhor. Assim, a sua utilidade chega a consistir, em grande parte, na sua conspícua isenção de trabalho produtivo e no fato de que tal isenção prova a riqueza e o poder do senhor.

Quando o emprêgo de um grupo especial de servos, em ócio conspícuo, se firmou dêste modo por longo tempo, começam os homens a ser preferidos às mulheres em tais serviços que os colocam tão patentemente aos olhos do público. Os homens, especialmente os fortes e bem apessoados, como devem ser os criados e outros servos domésticos, são evidentemente mais capazes e mais caros do que as mulheres. Servem assim muito mais para tais trabalhos, porque demonstram um maior desperdício de tempo e de energia. Daí, na economia da classe ociosa, a dona de casa laboriosa dos tempos patriarcais, com o seu séquito de

criadas trabalhadoras, ceder o lugar à dama de companhia e ao lacaio.

Em tôdas as camadas sociais e em qualquer estágio do desenvolvimento econômico, o ócio da dama de companhia e do lacaio é diferente do ócio do senhor porque é ocupação ostensivamente laboriosa. Em grande parte, êle toma a forma de uma atenção penosa ao serviço do senhor ou à manutenção e cuidado do estabelecimento doméstico e seus acessórios ou bens. Dêsse modo, o seu ócio só pode ser designado como tal porque pouco ou nenhum trabalho produtivo fazem, não porque fujam a tôda aparência de trabalho. Os deveres da dama de companhia ou dos empregados domésticos são freqüentemente bem árduos; têm também por objeto freqüentemente tarefas que se consideram extremamente necessárias ao confôrto de todo o estabelecimento doméstico. Neste sentido, isto é, na medida em que servem ao bem-estar físico e ao confôrto do senhor ou de seu estabelecimento doméstico, devem ser considerados como trabalho produtivo. Sòmente o que resta depois que se desconta êste trabalho efetivo é realmente ócio.

Todavia, muitos dos serviços designados como cuidados domésticos na vida quotidiana moderna, bem como muitas das "utilidades" que o homem civilizado considera como necessárias a uma existência confortável, são de caráter cerimonial. Devem ser portanto classificados, a bem dizer, como ócio, no sentido em que aqui se usa o têrmo. Do ponto de vista de uma existência decente, tais cuidados podem ser, mesmo assim, inelutàvelmente necessários; podem mesmo ser requisitos necessários ao confôrto pessoal, embora sejam total ou parcialmente de caráter cerimonial. Com êsse caráter, são êles ainda imperativos e necessários, porque o homem assim os considera e, na sua falta, sente-se maculado ou indigno. Sente êle desconfôrto, na falta de tais cuidados, ainda que isso não resulte diretamente em desconfôrto físico; do mesmo modo, não

se ressente de sua falta o homem não treinado em discriminar entre o que é convencionalmente bom e o que é convencionalmente mau. Na medida em que isso é verdade, o trabalho despendido nesses serviços pode ser classificado como ócio; quando efetuado por pessoas independentes e livres, deve ser classificado como ócio vicário.

O ócio vicário das espôsas e criados, que se denomina cuidado doméstico, freqüentemente se transmuda em trabalho rotineiro, especialmente quando a competição pela respeitabilidade é cerrada e persistente. Êste é freqüentemente o caso na vida moderna. Quando tal acontece, o serviço doméstico sob a responsabilidade desta classe de criados domésticos se pode designar com tôda propriedade como esfôrço desperdiçado, ao invés de ócio vicário. Esta última designação todavia tem a vantagem de indicar a origem das tarefas domésticas, bem como de sugerir o fundamento econômico real de sua utilidade; isso porque estas ocupações domésticas são úteis principalmente como método de atribuir respeitabilidade pecuniária ao senhor ou ao seu estabelecimento doméstico, já que determinado tempo e esfôrço se desperdiça conspìcuamente em seu favor.

Dêste modo, portanto, surge uma classe ociosa, subsidiária ou derivada, cuja função é o ócio vicário em proveito da respeitabilidade da classe ociosa principal ou legítima. Esta classe ociosa vicária se distingue da classe ociosa pròpriamente dita por um traço característico de seu modo habitual de vida. O ócio da classe de senhores, pelo menos ostensivamente, se caracteriza pelo seu êxito em satisfazer a sua inclinação para evitar todo e qualquer trabalho; êle presumìvelmente aumenta o bem-estar do senhor e a opulência de sua vida. De outro lado, o ócio da classe de criados domésticos, isenta de trabalho produtivo, é um ócio necessário, a que estão obrigados, e não visa primàriamente o seu próprio confôrto. O ócio do criado não é

ócio seu; na medida em que êle é realmente um criado e não pertence ao mesmo tempo a uma das camadas inferiores da classe ociosa, o seu ócio passa normalmente por ser serviço especializado que tem por fim aumentar a opulência da vida de seu senhor. Esta relação de subserviência é patente nas atitudes e na maneira de vida do criado. A mesma observação se aplica à espôsa, durante todo o longo estágio econômico em que ela é principalmente serva, isto é, durante todo o tempo em que o estabelecimento doméstico tem um chefe masculino efetivo. O criado, para que satisfaça os requisitos do esquema de vida da classe ociosa, precisa não sòmente ter uma atitude de subserviência mas também demonstrar que foi devidamente treinado para tal subserviência e tem no seu exercício a prática necessária. Tanto o criado como a espôsa não só têm de executar certas tarefas e demonstrar nelas uma docilidade servil como têm também, necessàriamente, de mostrar que aprenderam a tática da subserviência, isto é, que foram treinados no necessário conformismo com as normas de efetiva e conspícua subserviência. Mesmo atualmente é esta aptidão para as manifestações formais da relação servil e o treino nelas, que constituem os elementos principais da utilidade que têm os criados mais altamente remunerados; são também êles os principais dotes de uma espôsa bem educada.

Como primeira qualidade de um bom criado, exige-se que êle conspìcuamente conheça o seu lugar. Não é bastante que êle saiba como realizar certas tarefas mecânicas; é preciso que êle realize tais tarefas de forma adequada. Pode-se dizer que o serviço doméstico é uma função espiritual e não uma função mecânica. Surge assim gradualmente um elaborado sistema de normas específicas, que regulam o ócio vicário desta classe servil. Censura-se todo e qualquer desvio de tais normas, não tanto porque demonstre falha de eficiência mecânica ou mesmo porque patenteie ausência de atitude e temperamento servis, mas porque, em

última análise, mostra falta de treino especial. O treino especial para o serviço doméstico custa tempo e esforço; o criado, que evidentemente o tem, demonstra que não se ocupa nem se ocupou em qualquer trabalho produtivo. Tal treino é prova ostensiva de um ócio vicário vindo de longe no passado. Assim, o criado bem treinado não sòmente é útil a seu senhor, por satisfazer o seu gôsto instintivo pelo serviço bem feito e acabado e a sua inclinação para dominar os que dêle dependem, como também por demonstrar a sua capacidade de usar serviço humano muito mais custoso do que o representado pelo ócio conspícuo e real de um indivíduo sem treino. É grande o desprestígio do senhor que mantém mordomo ou criado que, ao servir à mesa ou ao acompanhá-lo quando sai, exerce as suas funções de modo tão inadequado que todos logo vêem que a sua ocupação habitual é a agricultura ou o pastoreio. Êsse trabalho inadequado demonstraria a incapacidade, por parte do patrão, de obter empregados especialmente treinados; isto é, demonstraria incapacidade de pagar pelo tempo, esfôrço e treino, necessários à formação de um criado segundo as rigorosas normas da etiquêta. Quando o comportamento do criado indica falta de recursos do patrão, desaparece a razão principal de manter o criado, uma vez que a sua existência se destina a demonstrar a riqueza do patrão.

Pelo que se disse acima pode parecer que o criado inadequadamente treinado é uma indicação direta de que êle não é dispendioso ou de que é útil. Naturalmente, não é êsse o caso. A conexão é muito menos imediata. Sucede neste particular o que sucede em geral nas questões humanas. Primeiramente uma coisa é desejada por um motivo definido; mais tarde ela passa a ser desejada por si mesma, adquire nos nossos hábitos de pensamento, o caráter de substancialmente desejável. No tocante às normas específicas de comportamento, todavia, uma norma determinada per-

manece em vigor sòmente quando tem o apoio do hábito ou aptidão que constitui o critério de seu desenvolvimento, ou pelo menos não é com êle incompatível. A necessidade de ócio vicário, isto é de um consumo conspícuo do serviço alheio, é o incentivo dominante que leva à manutenção de criados. Enquanto isto fôr verdade, pode-se estabelecer sem grande discussão que qualquer alteração do uso normal, que possa sugerir um treino menor por parte do criado, bem logo se tornaria insustentável. O requisito de um dispendioso ócio vicário constitui uma forma indireta e seletiva de formar o gôsto, isto é, de formar o sentimento do que é certo no assunto; dêste modo, o requisito elimina as alterações insustentáveis, porque determina uma desaprovação social de tais alterações.

À medida que cresce o padrão de riqueza reconhecido por todos, ocorre um refinamento no emprêgo e no uso de criados, como meio de demonstrar riqueza supérflua. A posse e a manutenção de escravos, empregados na produção de bens, demonstra riqueza e proeza do senhor, mas a manutenção de criados que nada produzem demonstra ainda maior riqueza e posição. Sob tal princípio, surge uma classe de criados, quanto mais numerosa melhor, cuja única função é servir fàtuamente a pessoa do senhor, evidenciando dêsse modo a sua capacidade de consumir improdutivamente uma grande quantidade de serviços. Sobrevém então uma divisão de trabalho entre os criados ou pessoas dependentes, que gastam a vida na manutenção do prestígio do senhor ocioso. Assim, um grupo trabalha para êle produtivamente, ao passo que o outro, chefiado normalmente pela espôsa, ou pela primeira espôsa, se ocupa em simples consumo ocioso, provando dêsse modo a capacidade do senhor de sofrer grande prejuízo pecuniário sem pôr em risco a sua superior opulência.

Êste esbôço do desenvolvimento e da natureza do serviço doméstico é de certo modo ideal e esquemático;

êle é o que mais se aproxima, porém, da situação real no estágio cultural aqui denominado de estágio "quase--pacífico" da indústria. É neste estágio que o serviço pessoal adquire pela primeira vez o caráter de uma instituição econômica; é neste estágio que êle ocupa o lugar principal no esquema de vida da comunidade. Na evolução cultural, o estágio quase-pacífico sucede ao estágio predatório pròpriamente dito, constituindo, os dois, fases sucessivas da vida bárbara. O seu traço característico é a observância formal de paz e ordem, ao mesmo tempo que nêle a vida tem ainda excessiva coerção e antagonismo de classe para que se possa denominá-la de pacífica no pleno sentido da palavra. Para muitos fins, de um ponto de vista não econômico, poder-se-ia denominá-lo de um estágio de status. Êsse têrmo caracteriza bem o método das relações humanas nesse estágio e a atitude espiritual dos homens no seu nível cultural. Mas a expressão "quase-pacífica" parece preferível porque descreve e caracteriza melhor os métodos industriais dominantes, e indica de modo mais preciso a direção do desenvolvimento industrial neste ponto da evolução econômica. Quanto às comunidades da cultura Ocidental, esta fase do desenvolvimento econômico está já no passado, exceto para uma parte de cada comunidade, numèricamente muito pequena embora extremamente conspícua, na qual os hábitos de pensamento peculiares à cultura bárbara sofreram uma desintegração relativamente muito pequena.

O serviço pessoal é ainda um elemento de grande importância econômica, especialmente quanto à distribuição e ao consumo de bens; mas a sua importância relativa, mesmo nesses setores, é sem dúvida menor do que já foi. O ponto alto do desenvolvimento de tal ócio vicário está no passado e não no presente; e a sua mais perfeita expressão, no presente, se encontra no esquema de vida da classe ociosa mais alta. A esta classe muito deve a cultura moderna no tocante à conserva-

ção de tradições, usos e hábitos de pensamento, que são de um nível cultural mais arcaico; a ela se deve a sua mais ampla aceitação e o seu mais efetivo desenvolvimento.

Nas modernas comunidades industriais estão extremamente desenvolvidos os meios mecânicos destinados ao confôrto e à facilidade da vida quotidiana. Êsse desenvolvimento é tal que raramente se empregam criados pessoais e mesmo criados domésticos de tôda espécie, exceto por obediência à norma de respeitabilidade conservada por tradição de um estágio anterior. A única exceção seriam os que se empregam no cuidado de enfermos e de doentes mentais; mas tais pessoas são mais pròpriamente enfermeiros do que criados domésticos, constituindo portanto uma exceção mais aparente do que real.

Hoje, a razão que se dá para o emprêgo de criados domésticos, como por exemplo no lar moderadamente abastado, é aparentemente a impossibilidade de fazerem os membros da família, sem desconfôrto, todo o trabalho nêle necessário. Os motivos de não poderem fazer tal trabalho são os muitos "deveres sociais" que têm e a severidade e quantidade das tarefas a executar. Êstes dois motivos podem ser reformulados do seguinte modo: 1) Sob o código de etiquêta, que necessàriamente têm de obedecer, os membros da família têm de gastar todo o seu tempo e esfôrço ostensivamente em ócio conspício, isto é, em visitas, passeios, clubes, círculos de costura, esportes, organizações de caridade, e outras funções sociais. As pessoas, que gastam em tais coisas o seu tempo e energia, confessam particularmente que elas são, juntamente com a atenção que exigem relativamente ao vestuário e a outros consumos conspícuos, extremamente cansativas, mas ainda assim totalmente inevitáveis. 2) Sob o requisito de consumo conspícuo de bens, o aparelhamento da vida se tornou de tal modo elaborado e exaustivo, quanto a habitação, mobília, bricabraque, vestuário e

refeições, que o consumidor de tais coisas não pode lidar com elas sem auxílio. O contato pessoal com os criados necessários para manter o padrão estabelecido de respeitabilidade é usualmente desagradável para os membros da família; a sua presença, todavia, é tolerada e paga, porque êles assumem uma parte no consumo oneroso de tais bens. A presença tanto de criados domésticos como da classe especial de criados pessoais altamente especializados, constitui diminuição de confôrto físico, que é tolerada diante da necessidade moral de respeitabilidade pecuniária.

Na vida moderna, a principal manifestação de ócio vicário é constituída pelos chamados deveres domésticos. Êsses deveres estão se transformando ràpidamente em deveres executados, não tanto em benefício pessoal do chefe da família, mas principalmente em benefício do lar, tomado como uma unidade, como um grupo, do qual a espôsa é parte em ostensivo pé de igualdade. À medida que o lar, em que tais serviços se prestam, se distancia da forma arcaica de casamento-propriedade, êles tendem naturalmente a sair da categoria de ócio vicário, no seu sentido original, exceto quando executados por criados pagos. Em outras palavras, já que o ócio vicário só é possível com apoio em status ou serviço pago, o desaparecimento da relação de status, em qualquer setor da vida social, implica concomitantemente no desaparecimento do ócio vicário. Porém, como restrição a essa última qualificação, deve-se acrescentar que, enquanto a família subsiste — ainda que a sua direção não mais pertença a uma única pessoa — êste tipo de trabalho não-produtivo, efetuado para a manutenção da respeitabilidade do lar, deve ser também classificado como ócio vicário, embora com um sentido ligeiramente diferente. Há agora o ócio de quase todos os membros da organização familiar, em vez do ócio que beneficiava apenas o senhor, como anteriormente.

Capítulo IV

Consumo conspícuo

Ao SE FALAR DA EVOLUÇÃO da classe ociosa vicária e da sua diferenciação das demais classes trabalhadoras, fêz-se referência a uma outra divisão do trabalho, a existente entre as diversas classes de criados domésticos. Uma parte dessa classe servil, constituída principalmente pelos indivíduos cuja ocupação é o ócio vicário, assume eventualmente uma nova espécie de deveres secundários — o consumo vicário de bens. A forma mais evidente que toma êste consumo é o uso de librés e a utilização de acomodações domésticas espaçosas. Uma outra forma, só ligeiramente menos ostensiva ou menos efetiva do que a primeira, e muito mais comum, é o consumo de alimento, vestuário, moradia e mobília pela senhora e pelo resto do estabelecimento doméstico.

Êsse consumo especializado de bens, entretanto, já num momento da evolução econômica muito anterior ao aparecimento da senhora, se tinha constituído num sistema mais ou menos elaborado, como prova de fôrça pecuniária. O início de uma diferenciação no consumo é mesmo anterior a qualquer possível fôrça pecuniária.

Pode-se mesmo encontrar tal diferenciação no início da cultura predatória; sugere-se até que uma diferenciação incipiente, nesta questão, existiu antes do início da vida predatória. Esta diferenciação no consumo de bens existente no momento mais primitivo da evolução cultural, assemelha-se à diferenciação posterior, que é hoje tão ìntimamente familiar, pelo fato de serem ambas de caráter cerimonial; difere dela, todavia, porque não se apoia numa diferença de riqueza acumulada. Deve-se classificar a utilidade do consumo como prova de riqueza, como um desenvolvimento derivado. É adaptação a nôvo fim, por processo seletivo, de uma diferença que existia anteriormente e que se tinha firmemente estabelecido nos hábitos de pensamento dos homens.

Nas primeiras fases da cultura predatória, a única diferenciação econômica é a ampla separação entre uma classe honorífica superior de um lado, constituída pelos homens plenamente capazes, e de outro, uma classe inferior e desprezível, que faz todo o trabalho, constituída por mulheres. A função dos homens, de acôrdo com o esquema de vida ideal, naquele tempo, é consumir o que as mulheres produzem. O consumo, que cabe às mulheres, é meramente incidental; é um meio para que possam continuar a trabalhar, e não visa o próprio confôrto e plenitude de vida. O consumo improdutivo de bens é honorífico, principalmente porque é uma marca de proeza e um requisito da dignidade humana; secundàriamente, torna-se tal consumo por si mesmo substancialmente honorífico, especialmente no caso das coisas mais desejáveis. O consumo de certas iguarias, e freqüentemente, também, de artigos raros de adôrno, torna-se tabu para as mulheres e as crianças, como também para a classe servil masculina, quando ela existe. Êste tabu, com o progresso da cultura se transforma em simples costume, de um caráter mais ou menos rigoroso. De qualquer modo, todavia, não im-

portando a base teórica da distinção mantida, seja um tabu, seja uma convenção social mais ampla, as características do esquema convencional de consumo não mudam fàcilmente. Alcançado o estágio quase-pacífico de indústria, com a escravidão como sua instituição fundamental, o princípio geral, mais ou menos rigorosamente observado, é que a classe servil industrial deve consumir sòmente o que é necessário à sua subsistência. Pela própria natureza das coisas, os luxos e os confortos da vida pertencem à classe superior. Em virtude do tabu, certos alimentos e mais particularmente certas bebidas são estritamente reservados a essa classe.

A diferenciação cerimonial na alimentação se observa principalmente quanto ao uso de bebidas intoxicantes e de narcóticos. Êstes artigos de consumo são dispendiosos e portanto nobres e honoríficos. Assim, as classes servis, especialmente as mulheres, praticam uma abstinência forçada de tais estimulantes, exceto nos países onde podem ser obtidos a baixo preço. Desde os tempos arcaicos até o fim do regime patriarcal, a função das mulheres é preparar e servir êstes artigos de luxo e a função dos homens da classe superior é consumi-los. Dêsse modo, a embriaguez e as outras conseqüências patológicas do livre uso de tais estimulantes tendem a se tornar honoríficos, porque são também o sinal do status superior daqueles que têm a capacidade econômica para usá-los. As enfermidades conseqüentes do seu abuso entre muitos povos são tidas como atributos de masculinidade. Nalguns casos, as próprias designações de certas condições patológicas, resultantes do uso de estimulantes, entraram para a língua quotidiana como sinônimos de "nobre" ou "superior". Os sintomas de vício dispendioso, sòmente num estágio relativamente primitivo da cultura, são convencionalmente aceitos como atributos de status superior, tendendo a se tornar virtudes e a obter a deferência da comunidade; apesar disso, a respeitabilidade

ligada a certos vícios dispendiosos retém muito de sua fôrça, de modo que ela diminui de modo apreciável a desaprovação social dos homens ricos ou de classe nobre que a êles se entregam. Pelo mesmo motivo, é muito mais forte a desaprovação de tais vícios, no caso de mulheres, menores ou pessoas inferiores. Essa odiosa discriminação tradicional permanece atualmente mesmo nos povos mais avançados. Vê-se assim que, onde o exemplo da classe ociosa retém a sua fôrça imperativa na regulamentação das convenções sociais, as mulheres em grande parte observam ainda a mesma abstinência tradicional de estimulantes.

Esta caracterização de uma maior abstinência no uso de estimulantes por parte das mulheres das classes superiores parecerá talvez um excesso de lógica à custa do bom senso. Entretanto, os fatos pertinentes, imediatamente acessíveis a quem quer que queira observá-los, mostram que a maior abstinência das mulheres se deve, em parte, a uma convenção social imperativa; esta convenção, de modo geral, é mais forte onde continua com a sua maior fôrça a tradição partriarcal, a tradição de que a mulher é propriedade. Segundo esta tradição, que num certo sentido, foi grandemente modificada em âmbito e rigor, mas que de modo algum perdeu ainda o sentido original, a mulher, sendo propriedade, deve consumir sòmente o que é necessário ao seu sustento, exceto na medida em que qualquer consumo excedente contribui para o confôrto ou a respeitabilidade de seu senhor. O consumo de artigos de luxo, no seu verdadeiro sentido, é consumo que visa o confôrto do próprio consumidor; é, portanto, atributo do senhor. Qualquer consumo dessa espécie por outros pode ser apenas tolerado. Nalgumas comunidades, em que os hábitos de pensamento populares foram profundamente moldados pela tradição patriarcal, esperam-se conseqüentemente as sobrevivências do tabu relativo ao consumo de artigos de luxo, pelo menos sob a forma de

uma desaprovação de seu uso pela classe servil. Isto é verdade especialmente no tocante a certos artigos de luxo, cujo uso pela classe dependente diminuiria sensìvelmente o confôrto ou o prazer de seus senhores ou que por outros motivos são tidos como de legitimidade duvidosa. No entender da grande classe média conservadora da civilização ocidental, o uso dêstes vários estimulantes é repreensível pelo menos por um dêsses dois motivos, senão pelos dois; e é por demais significativo o fato, para deixar de ser notado aqui, de que é precisamente nesta classe média da cultura germânica, em conseqüência do pêso das tradições patriarcais, que as mulheres estão com mais fôrça sujeitas a um tabu modificado relativamente a narcóticos e bebidas alcoólicas. Muitas qualificações existem, e outras tendem a se estabelecer à medida que se enfraquece a tradição patriarcal; mas a regra geral é ainda que as mulheres devem consumir tão-sòmente para o proveito de seus senhores. Naturalmente, surge logo uma objeção óbvia: o gasto das mulheres, no vestuário e nos artigos domésticos, constitui exceção evidente da regra; ver-se-á, contudo, que esta exceção é muito mais aparente do que real.

Durante os primeiros estágios do desenvolvimento econômico, o consumo ilimitado de bens, especialmente dos bens de maior excelência, e como regra qualquer consumo que exceda o mínimo necessário à subsistência, pertence normalmente à classe ociosa. Esta restrição tende a desaparecer, pelo menos formalmente, quando se chega ao último estágio pacífico, com a propriedade particular e um sistema industrial fundado no trabalho assalariado ou na pequena economia doméstica. Todavia, durante o estágio anterior quase-pacífico, em que tomaram forma e consistência tantas das tradições por meio das quais a instituição da classe ociosa afetou a vida econômica de épocas posteriores, êste princípio teve fôrça de lei consuetudinária. O princípio serviu de norma, a que se tinha de conformar o consumo; qual-

quer desvio apreciável de tal norma considera-se forma aberrante, destinada a desaparecer mais cedo ou mais tarde na evolução ulterior da cultura.

Assim, no estágio quase-pacífico, o senhor não sòmente consome mais do que o mínimo necessário à sua subsistência e eficiência física, mas o seu consumo se especializa quanto à qualidade dos bens consumidos. Êle consome livremente e do melhor, no tocante a alimento, bebida, narcóticos, abrigo, serviços, ornamentos, vestuário, armas e munições, divertimentos, amuletos, ídolos e divindades. Na melhoria gradual, que se processa nos artigos de seu consumo, o motivo e o fim próximo da inovação é sem dúvida a maior eficiência dos novos artigos, mais elaborados e perfeitos, na promoção de seu confôrto e bem-estar pessoal. Êsse não é porém o fim principal de seu consumo. O processo de inovação sofre também a influência do critério de respeitabilidade, na determinação dos produtos que, de acôrdo com êle, têm melhor possibilidade de sobrevivência. Por ser o consumo dos bens de maior excelência prova de riqueza, êle se torna honorífico; recìprocamente, a incapacidade de consumir na devida quantidade e qualidade se torna uma marca de inferioridade e de demérito.

A discriminação rigorosa no tocante à excelência nos alimentos, na bebida, etc., não sòmente passa bem logo a determinar a maneira de viver como também a educação e a atividade intelectual do senhor. Êle já não é mais simplesmente o homem bem sucedido e agressivo, o homem forte, atilado e intrépido. Êle tem de evitar a deterioração; por isso tem também de cultivar o gôsto, já que lhe é imprescindível discriminar cuidadosamente entre o que é nobre e o que é ignóbil nos bens de seu consumo. Torna-se êle assim um *connoisseur* dos alimentos nobres de vários graus de mérito, das bebidas e dos adornos masculinos, do vestuário adequado, da arquitetura, das armas, dos jogos, das

danças e dos narcóticos. Êste cultivo do senso estético requer tempo e esfôrço; portanto, tende êle a transformar a sua vida de ócio num aprendizado mais ou menos árduo para uma vida correta de ócio ostensivo. Estreitamente ligado ao requisito de livre consumo da espécie correta de bens existe um outro requisito; êle deve também saber consumi-los de modo adequado. A sua vida de ócio deve ser corretamente conduzida. Daí o aparecimento das boas maneiras, como já se notou num capítulo anterior. As boas maneiras e os modos de vida refinados são sinais de conformidade com a norma de ócio e de consumo conspícuos.

Para o homem ocioso, o consumo conspícuo de bens valiosos é um instrumento de respeitabilidade. À medida que acumula riqueza, êle é incapaz, sòzinho, de demonstrar a própria opulência pelo consumo conspícuo. Recorre por isso ao auxílio de amigos e concorrentes, dando-lhes presentes valiosos e convidando-os para festas e divertimentos dispendiosos. É verdade que festas e divertimentos se originaram provàvelmente no simples sentimento ingênuo de ostentação; bem cedo, todavia, adquiriram aquela utilidade de consumo conspícuo, retendo até hoje êsse caráter; assim, essa utilidade há muito é o fundamento substancial do seu uso. Os divertimentos custosos, tais como o *potlatch* (festa dada em certas tribos de índios americanos pelo aspirante à chefia), e o baile, são especialmente próprios para tal fim. O concorrente, com o qual quer o dono da festa instituir uma comparação de opulência, é usado dêste modo como um meio para aquêle fim; êle consome vicàriamente por seu anfitrião, serve ao mesmo tempo de testemunha do consumo dos bens valiosos que o anfitrião tem em excesso e não pode consumir sòzinho, e presencia o seu refinamento de etiquêta.

Naturalmente, outros motivos existem, de espécie mais generosa, para os divertimentos dispendiosos. O

costume de reuniões festivas se originou provàvelmente em sentimentos de sociabilidade e religião; tais sentimentos também se encontram mais tarde, mas já não são os únicos sentimentos presentes. As festividades da classe ociosa, no seu pleno desenvolvimento, continuam provàvelmente determinadas, muito ligeiramente, por motivos religiosos, e em grande parte por sentimentos de recreio e convívio; mas elas têm também o fim aludido de comparação quanto ao consumo conspícuo, e com não menor eficácia, apesar da base estranha daqueles motivos mais confessáveis. O efeito econômico de tais amenidades sociais não diminuiu com isso, quer quanto ao consumo vicário de bens, quer quanto à exibição de conhecimentos de etiquêta, difíceis e onerosos.

À medida que acumula riqueza, desenvolve-se a classe ociosa em suas funções e em sua estrutura, surgindo dentro dela uma ulterior divisão. Surge um sistema mais ou menos elaborado de status e posições. Esta diferenciação ainda mais se acentua pela herança de riqueza e a conseqüente herança de fidalguia. A herança de fidalguia traz forçosamente a herança de um ócio obrigatório; a fidalguia pode ser de tal monta que se herda a vida de ócio sem o complemento de riqueza necessário para mantê-la dignamente. Pode-se herdar sangue nobre sem bens suficientes para possibilitar um consumo livre e fácil numa vida de respeitabilidade. Daí o aparecimento de uma classe de gentis-homens sem dinheiro, já incidentalmente mencionada neste estudo. Êstes gentis-homens de meia casta se classificam segundo um sistema de posições hierárquicas. Aquêles que, pelo nascimento ou pela riqueza, ou pelos dois, estão mais perto das camadas mais altas da classe ociosa são superiores aos que, pelo nascimento, estão dêles mais afastados ou são pecuniàriamente mais fracos. Os gentis-homens das camadas inferiores, especialmente os pobres, ou marginais, afi-

liam-se, por um sistema de dependência ou lealdade, aos superiores; dêste modo ganham em respeitabilidade ou adquirem de seus patronos os meios necessários à vida de ócio. Tornam-se seus cortesãos, dependentes ou servos; e, alimentados e prestigiados por seu patrono, constituem-se em índices de sua posição, consumindo vicàriamente a sua riqueza supérflua. Muitos dêstes gentis-homens são, ao mesmo tempo, por direito próprio, membros da classe ociosa; assim alguns, só em ínfima medida, outros, muito parcialmente, se podem considerar como consumidores vicários. Aquêles, todavia, que realmente são dependentes ou servos de um gentil-homem superior devem-se considerar, sem reserva, como consumidores vicários. Ainda: muitos dêstes gentis-homens, bem como muitos que pertencem à aristocracia inferior, têm, ligados às suas pessoas, grupos mais ou menos extensos de consumidores vicários, constituídos por suas espôsas, filhos, criados, dependentes, etc.

Em tôda esta hierarquia de ócio vicário e consumo vicário, a regra é que todos os cargos devem ser exercidos de tal modo, ou em circunstâncias tais, ou ainda sob sinais de tal modo evidentes, que se saiba inequìvocamente de quem é o ócio ou o consumo a que se ligam os dependentes, e a quem de direito pertence o resultante incremento de respeitabilidade. O consumo e o ócio de tais pessoas representam um investimento que faz o senhor ou patrono com a finalidade de aumentar a sua reputação. Êste ponto é manifestamente óbvio, no tocante a festas e liberalidades; é imediato o acréscimo de respeitabilidade do senhor ou patrono, uma vez que o fato é notório. No caso do ócio ou consumo de servos e dependentes, o acréscimo de respeitabilidade do senhor ou patrono se prende ao fato de residirem êles na sua vizinhança, sendo assim evidente para todos a origem das vantagens auferidas. Ao crescer o grupo, cuja estima o senhor corteja, tor-

nam-se necessários meios mais patentes para demonstrar a quem cabe o mérito pelo ócio outorgado; surgem então os uniformes, as insígnias e as librés. Uniformes e librés implicam considerável dependência; pode-se mesmo dizer que são marcas de servidão, real ou ostensiva. Em linhas gerais, podem-se dividir os que usam uniformes e librés em duas classes — os homens livres e os servos ou os nobres e os ignóbeis. Os serviços que prestam também se podem dividir em nobres e ignóbeis. É esta naturalmente uma distinção que, na prática, não se observa estritamente; a mesma pessoa executa freqüentemente os menos servis dos serviços servis e as menos honoríficas das funções nobres. Nem por isso, entretanto, se deve pôr de lado a distinção indicada. Todavia, há um elemento de perplexidade na questão; consiste êle no fato de que a distinção fundamental entre nobre e ignóbil, que tem a sua base na natureza dos serviços que ostensivamente se executam, se prende a uma distinção secundária entre o honorífico e o humilhante, que tem a sua base na posição social da pessoa para a qual se executam tais serviços ou cuja libré se usa. Assim, são nobres os cargos que de direito constituem o emprêgo apropriado da classe ociosa, tais como o govêrno, a guerra, a caça, o cuidado de armas e aparelhamentos guerreiros, e outros semelhantes, isto é, os que se classificam como empregos ostensivamente predatórios. De outro lado, são ignóbeis os empregos próprios da classe industrial, tais como os ofícios manuais e outros trabalhos produtivos, as tarefas servis, e outros semelhantes. Contudo, os serviços ignóbeis executados para uma pessoa de alta nobreza podem se tornar cargo honorífico; estão neste caso os cargos de Donzela de Honor ou de Dama de Companhia da Rainha e os cargos reais de *Master of the Horses*(1) e de *Keeper of the Hounds*(2).

(1) Mestre cavalariço.
(2) Guardião dos galgos.

Os dois últimos cargos sugerem a existência de um princípio mais ou menos generalizado; sempre que, como nestes casos, a tarefa servil se liga diretamente aos empregos primàriamente ociosos da guerra e da caça, ela adquire fàcilmente, por reflexo, um caráter honorífico. Dêste modo, uma grande honra se pode ligar a um emprêgo que, por sua natureza, é de espécie servil.

Com o ulterior desenvolvimento da indústria pacífica, desaparece gradualmente o costume de empregar um grupo ocioso de homens-de-guerra uniformizados. O consumo vicário de dependentes que usam a insígnia de seu senhor ou dono passa a cingir-se a um grupo de servos de libré. Assim, de modo muito especial a libré se torna a marca da servidão, ou melhor, da servilidade. Sem dúvida, algum caráter honorífico se liga sempre à libré de um homem-de-guerra, mas tal caráter desaparece assim que a libré se torna exclusivamente a marca do servo. A libré se torna repugnante a todos os que são forçados a usá-la. O homem está ainda tão pouco afastado de um estado de real escravidão que são todos sensíveis à humilhação implícita em tôda servilidade. Tal antipatia se revela mesmo no caso de uniformes ou librés que algumas corporações exigem como vestuário distintivo de seus empregados. Nos Estados Unidos da América do Norte, esta aversão por uniformes serve para desacreditar, de modo impreciso e vago, até mesmo os funcionários públicos, militares ou civis, que são obrigados a usar librés ou uniformes.

Com o desaparecimento da escravidão, tende a diminuir de modo geral o número de consumidores vicários. Naturalmente isto é verdade, talvez num grau ainda mais alto, no tocante ao número de dependentes que consomem diretamente para o maior prestígio de um senhor. De modo geral, embora não consistentemente, coincidem os dois grupos. O dependente, que em primeiro lugar assumiu êste dever de consumir pelo

senhor, foi a sua espôsa; e como era de se esperar, a espôsa é a última a conservar tal dever, no desenvolvimento posterior da instituição, ao diminuir gradualmente o número de pessoas que costumeiramente têm êsse dever. Nas classes mais altas da sociedade, as duas espécies de serviços, tanto a que é feita diretamente para o senhor como a que é feita indiretamente no seu estabelecimento doméstico, são de maior quantidade; nessas classes a espôsa tem ainda o auxílio de um grupo mais ou menos numeroso de servos. Na medida em que descemos na escala social chegamos ao ponto em que sòmente a espôsa cumpre o dever de ócio e consumo pelo marido. Nas comunidades de cultura ocidental, isso se verifica atualmente na baixa classe média.

Aqui ocorre uma inversão curiosa. É fato de observação costumeira que na baixa classe média não há sequer pretensão de ócio por parte do chefe do estabelecimento doméstico. O ócio, pela fôrça das circunstâncias, caiu em desuso. Mas a espôsa de classe média ainda conserva a tradição de ócio vicário para o bom nome do lar e do marido. Em qualquer comunidade industrial moderna, à medida que se desce na escala social, o fato primário — o ócio conspícuo do chefe da família — desaparece num ponto relativamente alto. O chefe da família de classe média se viu forçado por circunstâncias econômicas a ganhar a sua vida em ocupações que em grande parte têm freqüentemente o caráter de indústria; tal é o caso do homem de negócios dos nossos dias. Mas o fato derivado — o ócio e o consumo da espôsa e o ócio de dependentes — continua em vigor, como convenção cuja destruição a sua respeitabilidade não tolera. É freqüente o caso do homem que trabalha assìduamente a fim de que sua espôsa possa, de maneira correta, dar-lhe o ócio vicário que o senso comum de seu tempo exige.

O ócio que lhe dá a sua espôsa não é, naturalmente, nesses casos, uma simples manifestação de preguiça ou

indolência. Tal ócio toma quase invariàvelmente a forma de trabalhos ou deveres domésticos, ou de amenidades sociais. A análise mostra que tais trabalhos e amenidades para pouco ou nada servem senão para mostrar que ela não se ocupa nem precisa ocupar-se de qualquer atividade útil. Como já se notou ao tratar-se das boas maneiras, é dêste caráter a maior parte dos cuidados domésticos costumeiros com os quais, na classe média, a espôsa se ocupa. Não que os resultados da sua atenção a assuntos caseiros, de índole decorativa ou mundana, não sejam agradáveis ao senso de homens educados segundo as regras de decência da classe média; mas o gôsto para o qual apelam os efeitos de adôrno e arranjos domésticos é um gôsto formado sob a orientação seletiva de uma regra de decôro que exige exatamente essas provas de esfôrço despendido. Tais efeitos são-nos agradáveis principalmente porque fomos ensinados a achá-los agradáveis. Há nesses deveres domésticos muita solicitude visando a uma combinação adequada de forma e côr, visando igualmente outros fins que devem ser classificados como estéticos no sentido próprio do têrmo; e não há negar que, às vêzes logram-se efeitos de certo valor estético substancial. Quase tudo aquilo em que aqui se insiste no tocante a essas amenidades da vida é que os esforços da dona de casa estão sob a orientação de tradições formadas pela lei do dispêndio supérfluo (conspícuo) de tempo e substância. Se se consegue beleza ou confôrto — mercê de circunstâncias mais ou menos fortuitas — deve cada um dêles ser conseguido por meios e métodos que se recomendem à grande lei econômica do esfôrço supérfluo. A parcela mais reputada, mais "apresentável" dos acessórios domésticos, é por um lado, composta de artigos de consumo conspícuo, e, por outro, de aparatos para pôr em relêvo o ócio vicário da dona da casa.

A exigência de consumo vicário nas mãos da mulher, ainda mais do que a exigência do ócio vicário,

continua em vigor até mesmo num ponto mais baixo da escala pecuniária. Num ponto abaixo do qual não é perceptível pouca ou nenhuma pretensão de esfôrço supérfluo de pureza cerimonial e de tipo semelhante e onde seguramente não se faz nenhuma tentativa de ócio ostensivo, a decência ainda exige da mulher o consumo conspícuo de alguns bens em prol da boa reputação da casa e seu chefe. Assim, como resultado mais recente desta evolução de uma instituição arcaica, a mulher que era no comêço, tanto de fato como em teoria, criada e serva do homem e produtora de bens para o consumo do senhor, tornou-se consumidor cerimonial dos bens por êle produzidos. Mas ainda inequìvocamente permanece sua serva em teoria pois a sua habitual utilização do ócio e do consumo vicários é a marca indelével do servo não liberto.

Êste consumo vicário pôsto em prática pelo estabelecimento doméstico das classes médias e inferiores não pode ser explicado como uma expressão direta do esquema de vida da classe ociosa, uma vez que o estabelecimento doméstico dêste nível pecuniário não lhe é próprio. Antes, é o esquema de vida da classe ociosa que aqui importa como uma expressão secundária. A classe ociosa está no tôpo da estrutura social em matéria de consideração; e seu modo de vida, mais os seus padrões de valor, proporcionam à comunidade as normas da boa reputação. A observância dêsses padrões, em certa medida torna-se também incumbência de tôdas as classes inferiores da escala. Nas modernas comunidades civilizadas, as linhas de demarcação entre as classes sociais se tornaram vagas e transitórias, e onde quer que isto ocorra, a norma da boa reputação imposta pela classe superior estende a sua influência coercitiva, com ligeiros entraves, por tôda a estrutura social, até atingir as camadas mais baixas. O resultado é os membros de cada camada aceitarem como ideal de decência o esquema de vida em voga na camada mais alta logo acima dela, ou dirigirem as suas energias a

fim de viverem segundo aquêle ideal. Sob pena de perder seu bom nome e respeito próprio em caso de fracasso, devem êles, pelo menos na aparência, conformar-se com o código aceito.

A base sôbre a qual a boa reputação em qualquer comunidade industrial altamente organizada finalmente repousa é a fôrça pecuniária; e os meios de demonstrar fôrça pecuniária e, mercê disso, obter ou conservar o bom nome, são o ócio conspícuo e um consumo conspícuo de bens. Por conseguinte, ambos êsses métodos estão em voga tão baixo quanto possível na escala; e nas camadas mais baixas, onde se empregam os dois métodos, ambos os ofícios são em grande parte delegados à mulher e às crianças da casa. Ainda mais abaixo, onde qualquer grau de ócio, mesmo apenas ostensivo, se tornou impraticável para a mulher, o consumo conspícuo de bens permanece e continua sendo pôsto em prática por ela e seus filhos. O chefe da casa também pode fazer algo neste particular e comumente o faz; mas descendo ainda mais baixo, até o nível da indigência — já à beira das favelas — o homem, e também as crianças, cessam virtualmente de consumir bens visando à aparência, e a mulher permanece virtualmente sendo o único expoente da decência pecuniária doméstica. Nenhuma classe da sociedade, nem mesmo a mais abjetamente pobre, abre mão da totalidade do consumo conspícuo costumeiro. Os últimos artigos desta categoria de consumo não são por ela abandonados, exceto mediante os rigores da mais aflitiva necessidade. Grande soma de esqualidez e privação será suportada antes que ela ponha de parte a última tetéia ou a derradeira pretensão à decência pecuniária. Não há classe nem país que tão abjetamente cedesse à pressão da necessidade física ao ponto de se recusar tôdas as satisfações desta necessidade mais alta ou espiritual.

Do anterior exame acêrca do crescimento do ócio e do consumo conspícuos, parece que a utilidade de

ambos, para fins de boa reputação, repousa no elemento de dispêndio, a ambos comum. Num caso, o dispêndio é de tempo e esfôrço; no outro, de bens. Ambos são métodos de demonstrar a posse da riqueza, e os dois são convencionalmente aceitos como eqüivalentes. A escolha entre êles é questão de simples conveniência publicitária, exceto na medida em que possa ser afetada por outros padrões de propriedade, provenientes de origem diversa. Na base da conveniência, pode-se preferir uma ou outra em diferentes fases de desenvolvimento econômico. A questão consiste em saber-se a qual dêsses dois métodos reagirão com maior eficácia as pessoas cujas convicções se deseja afetar. O uso respondeu a essa questão de diferentes modos em diferentes circunstâncias.

Enquanto a comunidade ou o grupo social são bastante pequenos e bastante compactos para serem eficazmente atingidos apenas pela notoriedade comum — isto é, na medida em que o ambiente humano ao qual o indivíduo é obrigado a se adaptar no tocante à boa reputação se limita à esfera de seus conhecimentos pessoais e do falatório da vizinhança — nessa medida, um método é quase tão eficaz quanto o outro. Ambos pois servirão igualmente bem durante os primeiros estágios de desenvolvimento social. Mas quando a diferenciação aumenta e se torna necessário atingir um ambiente humano mais vasto, o consumo começa a superar o ócio como meio ordinário de decência. Isto é especialmente verdadeiro durante a última fase econômica pacífica. Nessa altura os meios de comunicação e a mobilidade da população expõem o indivíduo à observação de muitas pessoas que não têm outros meios de julgar da sua boa reputação exceto mediante a exibição de bens (e talvez de educação) que êle esteja apto a fazer enquanto estiver exposto à sua observação direta.

A moderna organização da indústria opera na mesma direção também por outra linha. As exigências

do moderno sistema industrial freqüentemente justapõem os indivíduos e os estabelecimentos domésticos entre os quais existe pouco contato que não êsse de justaposição. Os vizinhos de uma pessoa, mecânicamente falando, muitas vêzes não são seus vizinhos sociais, nem mesmo seus conhecidos: e todavia a sua boa opinião transitória possui um alto grau de utilidade. O único meio prático de impressionar êsses observadores não simpatizantes da nossa vida cotidiana é a demonstração ininterrupta da nossa capacidade de pagar. Na comunidade moderna há também uma freqüência mais assídua de grandes reuniões de gente que desconhece o nosso modo de vida, em lugares tais como a igreja, o teatro, o salão de baile, os hotéis, os parques, as lojas e semelhantes. A fim de impressionar êsses observadores efêmeros e a fim de manter a satisfação própria em face da observação dêles, a marca da fôrça pecuniária da pessoa deve ser gravada em caracteres que mesmo correndo se possa ler. É portanto evidente que a presente tendência do desenvolvimento vai na direção de aumentar, mais que o ócio, o consumo conspícuo.

É também observável que a prestimosidade do consumo como meio de acrescer a boa reputação, bem como a insistência sôbre o mesmo em sua qualidade de elemento de decência, encontra-se, no máximo, naqueles setores da comunidade onde o contato humano do indivíduo é mais amplo e onde é maior a mobilidade da população. O consumo conspícuo reivindica uma parcela relativamente maior da renda da população urbana se a compararmos com a população rural, e essa reivindicação é igualmente mais imperiosa. O resultado é que, a fim de manter uma aparência decente, a primeira vive habitualmente da mão para a bôca, e isto numa medida muito maior do que a última. Acontece, por exemplo, que o lavrador americano, sua mulher e filhos, são notòriamente menos elegantes no trajar,

bem como de maneiras menos citadinas do que a família do artesão urbano de igual renda. Não que a população urbana seja por natureza mais ávida do peculiar desvanecimento oriundo de um consumo conspícuo, nem que a população rural tenha em menos conta a decência pecuniária. Mas o estímulo a esta linha de evidência, bem como a sua eficácia transitória, são mais afoitas na cidade. A êste método, pois, se recorre com maior prontidão, e na luta para superarem-se uns aos outros, a população citadina impele o seu padrão normal de consumo conspícuo a um ponto mais alto, com o resultado de exigir-se um dispêndio relativamente maior nesse setor, como indicação de um determinado grau de decência pecuniária na cidade. A exigência de conformidade a êsse padrão convencional mais alto se torna obrigatória. O padrão de decência é mais alto de classe para classe, e deve-se viver à altura dessa aparência de decência, sob pena de perder-se a casta.

O consumo se torna elemento muito mais importante no padrão de vida dos que vivem na cidade do que no padrão de vida dos que vivem no campo. Entre a população campesina, seu lugar é em certa extensão ocupado pela poupança e os confôrtos domésticos, conhecidos por intermédio das conversas da vizinhança o suficiente para servir ao idêntico propósito geral de boa reputação pecuniária. Êsses confortos caseiros e o ócio ao qual as pessoas se entregam — lá, onde o ócio é usual — são, naturalmente, em grande parte, classificados como artigos de consumo conspícuo, e quase o mesmo se pode dizer das poupanças. A menor quantia de poupança posta de lado pela classe artesanal é sem dúvida devida, em certa dose, ao fato de, no caso do artesão, serem as poupanças um meio menos eficaz de publicidade, relativamente ao ambiente no qual êle se situa, do que as poupanças dos moradores de fazendas e cidades pequenas. Entre os últimos, os negócios de todo mundo, especialmente a situação pecuniária de cada um, são de todos conhecidos. Considerado sim-

plesmente em si mesmo — tomado em primeiro grau — êste acréscimo de estímulo ao qual as classes artesanais e as classes urbanas laboriosas se expõem, pode não concorrer para diminuir sèriamente a quantidade de poupanças; mas, em sua ação cumulativa, mediante a elevação do padrão de dispêndio decente, o seu efeito dissuasivo sôbre a tendência a poupar não pode ser muito grande.

Uma feliz ilustração da maneira pela qual esta regra de boa reputação obtém resultados é observável na prática de "servir uma rodada", de pagar bebida aos outros e fumar em lugares públicos, prática costumeira entre os trabalhadores e artesãos nas cidades, e, geralmente, entre a classe média inferior da população urbana. Oficiais tipógrafos podem ser citados como uma classe na qual essa forma de consumo conspícuo tem grande voga, o que acarreta certas conseqüências notórias, não raro condenadas. Os hábitos peculiares a essa classe neste particular são em geral atribuídos a certa espécie de deficiência moral mal definida, ou a uma influência moralmente deletéria que se supõe exercida de modo não verificável, pela ocupação, sôbre os homens que nela se empenham. A condição dos homens que trabalham nas salas de impressão e composição na generalidade das tipografias pode resumir-se como segue: a perícia adquirida em qualquer emprêsa tipográfica ou em qualquer cidade faz-se valer em qualquer outra emprêsa ou cidade; isto é, a inércia devida à especialização é insignificante. Ao mesmo tempo, êsse ofício exige mais do que a média das inteligências e do conhecimento gerais, e os homens que o exercem são mais prontos que os demais a tirar proveito da mudança de um lugar para outro, de qualquer insignificante variação na demanda do seu labor. Por conseguinte, a inércia devida ao apêgo ao lugar também é insignificante. Não só isso, mas os salários da profissão são bastante altos para tornar relativamente fácil a mudança de ambiente. O resultado é uma grande

mobilidade do trabalhador tipográfico; talvez uma mobilidade ainda maior do que a de qualquer categoria de trabalhadores, considerável e bem definida. Êsses homens estão sempre sendo postos em contato com novos grupos de conhecidos, com os quais as relações travadas são transitórias ou efêmeras, mas cuja boa opinião não é por isso tida em menos conta durante todo o tempo de serviço. A tendência humana à ostentação, reforçada por sentimentos de camaradagem, leva-os a gastar com mais largueza naqueles setores que melhor servem a essa tendência. Aqui, como em qualquer outro lugar, o preceito se apodera do costume logo que êste entra em voga, e incorpora-o ao padrão autorizado da decência. O passo seguinte é fazer dêste padrão de decência o ponto de partida de um nôvo movimento na mesma direção — pois não há mérito algum na simples conformidade inerte a um padrão de dissipação com o qual vive lògicamente de acôrdo todo o oficial do mesmo ofício.

A grande prevalência da dissipação entre tipógrafos (dissipação ainda maior do que a do comum dos trabalhadores) é por conseguinte atribuível, pelo menos em certa medida, à maior facilidade de movimentos e ao caráter mais efêmero das relações e do contato humano, peculiar ao ofício. Mas a base substancial desta grande exigência de dissipação não é outra, em última análise, senão aquela mesma tendência a uma manifestação de domínio e decência pecuniária que torna frugal e parcimonioso o camponês-proprietário francês, e induz o milionário norte-americano a fundar colégios, hospitais e museus. Se a regra do consumo conspícuo não fôsse em grande extensão posta em relêvo por outras características da natureza humana, a êle estranhas, qualquer poupança seria lògicamente impossível a uma população situada como as classes artesanais e laboriosas urbanas na atualidade, por mais altos que pudessem ser os seus salários.

Há porém outros padrões de boa reputação, e ainda outros cânones, mais ou menos imperativos, de conduta, que não a riqueza e suas manifestações, alguns dentre os quais servem para acentuar ou restringir a ampla regra fundamental do consumo conspícuo. Mercê do simples teste de eficácia publicitária, devíamos esperar que o ócio e o consumo conspícuo de bens dividissem no início o campo de emulação quase igualmente entre si. Poder-se-ia esperar que o ócio cedesse terreno gradualmente e tendesse para a caducidade à medida do desenvolvimento econômico e o aumento de tamanho da comunidade; enquanto o consumo de bens deveria gradualmente crescer de importância, tanto absoluta como relativamente, até absorver todos os produtos disponíveis, nada deixando escapar além da simples subsistência. Mas a marcha real do desenvolvimente foi algo diferente dêste plano ideal. No comêço, o ócio ocupou o primeiro lugar, e veio a manter uma posição muito acima do consumo supérfluo de bens, seja como expoente direto da riqueza e elemento constituinte do padrão de decência durante a cultura quase-pacífica. Dêsse ponto em diante, o consumo ganhou terreno, até que, presentemente, mantém uma primazia indubitável, embora ainda esteja longe de absorver tôda a margem da produção acima de um mínimo de subsistência.

A primitiva ascendência do ócio como veículo de boa reputação é atribuível à distinção arcaica entre empregos nobres e ignóbeis. O ócio é honorífico e se torna imperativo, em parte porque demonstra isenção do trabalho ignóbil. A diferenciação arcaica em classes nobres e ignóbeis se baseia numa distinção invejosa entre empregos de qualidade honorífica ou aviltante: e esta distinção tradicional se torna em uma regra imperativa de decência durante a primeira fase quase-pacífica. Sua ascendência é favorecida pelo fato de ser o ócio ainda uma prova plenamente eficaz de ri-

queza, tal como o consumo. Na realidade, tão eficaz é êle no ambiente humano relativamente pequeno e estável ao qual o indivíduo se expõe nesse estágio cultural que, mercê do concurso da tradição arcaica, que condena todo trabalho produtivo, êle dá nascimento a uma vasta classe pobre, e até mesmo tende a confinar a produção industrial da comunidade a um mínimo de subsistência. Esta extrema inibição da indústria é impedida porque o trabalho escravo, operando sob uma compulsão mais rigorosa que a da boa reputação, é forçado a produzir bens além do mínimo de subsistência da classe trabalhadora. O relativo declínio subseqüente no uso do ócio conspícuo como base de boa reputação é em parte devido a um relativo aumento de eficácia no consumo como prova de riqueza; mas é em parte atribuível a outra fôrça — uma fôrça estranha, e, em certa medida, antagônica ao exercício do dispêndio conspícuo.

Êsse estranho fator é o instinto de artesanato. Permitindo-o outras circunstâncias, êsse instinto dispõe os homens a considerarem favoràvelmente a eficácia produtiva e o mais que fôr de humano uso. Dispõe-nos igualmente a condenar o desperdício de esfôrço e substância. O instinto de artesanato está presente em todos os homens, e afirma-se até mesmo nas circunstâncias mais adversas. De modo que, por maior que seja em realidade a superfluidade de um determinado gasto, êle precisa ter pelo menos tintura de propósito ostensivo à guisa de desculpa. A maneira pela qual, em circunstâncias especiais, o instinto resulta em gôsto pela proeza e discriminação invejosa entre as classes nobres e ignóbeis, já foi apontada em capítulo anterior. Na medida em que êle entra em conflito com a lei do dispêndio conspícuo, o instinto de artesanato se exprime não tanto na insistência sôbre a utilidade substancial, como num sentido duradouro da ociosidade e da impossibilidade estética do que é òbviamente fútil. Sendo, por natureza, uma afeição instintiva, a sua

orientação toca principal e imediatamente às violações óbvias e aparentes de quanto exige. Apenas menos prontamente e com menos fôrça repressora é que alcança as violações substanciais de suas exigências só apreciadas quando nelas se reflete.

Enquanto o trabalho continua sendo executado exclusivamente, ou usualmente, por escravos, a degradação de todo esfôrço produtivo está por demais constante e inibidoramente presente na idéia dos homens para permitir ao instinto de artesanato um efeito mais sério no setor da utilidade industrial; mas quando a fase quase-pacífica (com escravidão e status) passa para a fase pacífica na indústria (com trabalho assalariado e pagamento em dinheiro), o instinto começa a operar com mais eficácia. Começa então agressivamente a moldar a opinião dos homens sôbre o que é meritório, e a firmar-se pelo menos como uma regra auxiliar de auto-satisfação. À parte tôdas as considerações estranhas, essas pessoas (adultas) são, na atualidade, apenas uma minoria esvaecente sem pendor algum para a realização de algum fim, e não são impelidas, motu-próprio, a plasmar algum objeto ou fato ou relação de utilidade humana. Êsse pendor pode em larga dose ser superado pelo incentivo mais imediatamente compulsório de ócio honorífico e de repugnância em face de uma utilidade pouco decorosa e pode, por conseguinte, resultar apenas numa obra puramente fictícia; como, por exemplo, os "deveres sociais" e as realizações quase-artísticas ou quase-eruditas na decoração da casa e seus arranjos, na atividade de círculos de costura ou de reforma de vestidos, na proficiência artística em trajar-se, no jôgo de cartas, no iatismo, no gôlfe e em vários esportes. Mas o fato de poder resultar em inanidades sob a fôrça das circunstâncias, não refuta a presença do instinto — não mais do que a realidade do instinto de chocar é refutada numa galinha que se fêz sentar num ninho cheio de ovos de porcelana.

Esta atual procura de alguma forma de propósito útil que não seja a um tempo indecorosamente produtivo de ganho individual ou coletivo, marca uma diferença de atitude entre a moderna classe ociosa e aquela da fase quase-pacífica. No estágio anterior, segundo acima se deixou dito, a tôda-poderosa instituição da escravatura e de status atuava irresistìvelmente para desencorajar esforços que não se dirigissem a outra coisa que não fôssem fins ingênuamente predatórios. É ainda possível encontrar algum exercício habitual para a inclinação à ação mediante o recurso a uma agressão violenta ou a uma repressão exercida contra grupos hostis ou classes submissas no interior do grupo; e isto serve para aliviar a pressão e consumir energia da classe ociosa sem que lhe seja mister recorrer a alguma utilidade real ou mesmo a exercícios ostensivamente úteis. A prática da caça também serviu, em certa medida, aos mesmos propósitos. Quando a comunidade se transformou numa organização industrial pacífica, e quando a ocupação mais plena da terra reduziu as oportunidades da caça a um ínfimo resíduo, a pressão da energia que buscava exercer-se com um fim em vista teve de descobrir uma válvula de escape em outras direções. A ignomínia ligada ao esfôrço útil também entrou numa fase menos aguda com o desaparecimento do trabalho compulsório; e o instinto de artesanato veio então a afirmar-se com mais constância e consistência.

A linha de menor resistência mudou um tanto, e a energia que primeiro tinha vazão na atividade predatória, agora em parte se dirige para algum fim ostensivamente útil. O ócio ostensivamente inútil veio a ser condenado, especialmente em vastos setores da classe ociosa onde a origem plebéia atua para os pôr em desacôrdo com a tradição do *otium cum dignitate*. Mas aquela regra de boa reputação que desaprova todo o emprêgo cuja índole é a do esfôrço produtivo, ainda não está longe, e não permitirá coisa alguma além da voga

mais efêmera a qualquer emprêgo substancialmente útil ou produtivo. A conseqüência é que uma mudança se fêz no ócio conspícuo praticado pela classe ociosa; não tanto de substância como de forma. Uma reconciliação entre as duas exigências em conflito se efetua mediante o recurso ao fictício. Desenvolveram-se muitas e intrincadas observâncias polidas e deveres sociais de natureza cerimonial; fundaram-se muitas organizações com algum objetivo especioso de melhoramentos corporificados em seu estilo e título oficiais; há muitas idas e vindas, e muita conversa, a fim de que os interlocutores não tenham o ensejo de refletir naquilo que constitui o valor econômico efetivo de seu comércio. E junto com a ficção do emprêgo útil, e inextricàvelmente entretecido em sua textura, há comumente, se não invariàvelmente, um elemento mais ou menos apreciável de esfôrço útil dirigido para algum fim importante.

Na esfera mais estreita do ócio vicário processou-se uma mudança similar. Em vez de passar o tempo numa visível ociosidade, como nos melhores dias do regime patriarcal, a dona de casa da fase pacífica adiantada se dedica assìduamente aos cuidados domésticos. Os traços salientes dêste desenvolvimento do serviço doméstico já foram aqui indicados.

Através de tôda a evolução do dispêndio conspícuo, seja de bens ou de serviços ou de vida humana, observa-se a óbvia implicação de que êle tem de ser, a fim de eficazmente reparar a boa fama do consumidor, um dispêndio com coisas supérfluas. Nenhum mérito se lhe acrescentaria mediante o consumo das simples coisas necessárias à vida, exceto por comparação com os abjetamente pobres, aos quais falta até mesmo um mínimo de subsistência; e nenhum padrão de dispêndio pode resultar de uma tal comparação, exceto um nível de decência o mais prosaico e desgracioso. Um padrão de vida ainda seria possível, que admitisse

comparação invejosa a outros respeitos que não o da opulência; como, por exemplo, uma comparação nas manifestações de fôrça moral, física, intelectual ou estética. Hoje em dia estão em voga comparações em tôdas essas direções; e a comparação feita a êsses respeitos está em geral tão inextricàvelmente ligada à comparação pecuniária, que difìcilmente se distingue desta última. Isto é especialmente verdadeiro no que concerne à classificação contemporânea das expressões de fôrça ou proficiência intelectual ou estética; de modo que freqüentemente interpretamos como estética ou intelectual uma diferença que, em substância, é apenas pecuniária.

O emprêgo do têrmo "supérfluo" é a certos respeitos infeliz. Tal como é empregado na vida cotidiana, traz um timbre de condenação. É usado aqui à falta de um têrmo melhor, que descreva adequadamente a mesma série de motivos e fenômenos, e não deve ser tomado num sentido odioso, como se implicasse um dispêndio ilegítimo de produtos ou de vida humanos. De conformidade com a teoria econômica, o dispêndio em questão não é mais nem menos legítimo do que qualquer outro. Aqui se denomina "supérfluo", porque êsse dispêndio não serve à vida humana ou ao bem-estar do homem em sua totalidade, não porque seja um desperdício ou um desvio de esfôrço, ou dispêndio segundo êstes se encaram do ponto de vista do consumidor individual que por êle optar. Escolhendo-o, isto encerra a questão da sua relativa utilidade, comparada esta com outras formas de consumo não condenadas por causa da sua superfluidade. Seja qual fôr a forma preferida de consumo, ou o fim colimado mediante essa preferência, a sua utilidade para o consumidor se baseia na virtude dessa mesma preferência. Do ponto de vista do consumidor individual, a questão do gasto supérfluo não ocorre pròpriamente no âmbito da teoria econômica. Assim pois,

o emprêgo da palavra "supérfluo" como têrmo técnico, não implica condenação dos motivos ou dos fins buscados pelo consumidor sob esta regra de dispêndio conspícuo.

Mas, em outros setores, é digno de notar-se que o têrmo "supérfluo", na linguagem corrente, implica a condenação daquilo que se caracteriza como "gasto supérfluo". Esta implicação senso-comum é um afloramento do instinto de artesanato. A reprovação popular do gasto supérfluo equivale a dizer que, a fim de estar em paz consigo próprio, o homem comum deve ser capaz de ver em qualquer esfôrço ou prazer humanos uma intensificação da vida e do bem-estar em sua totalidade. A fim de obter aprovação irrestrita, qualquer fato econômico deve primeiro ser aprovado no teste da sua utilidade impessoal — utilidade do ponto de vista genèricamente humano. A vantagem relativa ou competitiva de um indivíduo em comparação com outro não satisfaz a consciência econômica, e, por conseguinte, o dispêndio competitivo não obtém a aprovação da consciência.

Segundo uma rigorosa exatidão, não se deve incluir no capítulo de gasto supérfluo, exceto o dispêndio em que se incorre na base de uma comparação pecuniária invejosa. Mas, a fim de colocar qualquer artigo determinado, ou qualquer elemento, sob esta rubrica, não é necessário serem êles reconhecidos como gastos nesse sentido pela pessoa que incorre em tal dispêndio. Freqüentemente acontece que um elemento do padrão de vida que começou sendo primordialmente supérfluo, acaba se tornando, na idéia do consumidor, uma das necessidades da vida, podendo dêste modo se tornar tão indispensável como qualquer outro artigo do seu dispêndio habitual. Artigos que às vêzes se alinham nesse capítulo e dos quais se pode lançar mão como exemplos da maneira segundo a qual êsse princípio se aplica são os tapêtes e a tapeçaria em geral, a baixela de prata, serviços de garçom, cartolas de sêda, roupa engomada,

muitos artigos de joalheria e vestuário. A indispensabilidade dessas coisas depois que o hábito e a convenção se formara, pouco importam quanto à classificação do dispêndio como supérfluo ou não supérfluo na significação técnica da palavra. O teste a que todo dispêndio tem de submeter-se numa tentativa para decidir êste ponto, é o de saber se êle serve diretamente para intensificar a vida humana em sua totalidade; se êle promove o processo vital encarado impessoalmente. Pois é essa a base da recompensa do instinto de artesanato — instinto que é o tribunal de última instância em qualquer assunto acêrca da verdade ou da adequação econômicas. É uma questão referente à recompensa dada por um senso comum desapaixonado. A questão não é portanto se nas condições existentes do hábito individual ou do costume social, um determinado dispêndio traz satisfação — ou paz de espírito a um certo consumidor particular; mas se o seu resultado é um lucro líquido em confôrto ou plenitude de vida, à parte os gostos adquiridos e as regras de uso e decência convencionais. Os gastos habituais devem ser classificados no capítulo do supérfluo, na medida em que o costume sôbre o qual repousam seja atribuível ao hábito de comparação invejosa; na medida em que se perceba que não podiam tornar-se habituais e normativos sem o apoio dêste princípio de reputação pecuniária ou sucesso econômico relativo.

Òbviamente, não é necessário um determinado objeto de dispêndio ser exclusivamente supérfluo a fim de se alinhar na categoria de gasto ostensivo. Um artigo pode ser útil e supérfluo a um tempo, e a sua utilidade para o consumidor pode constar de utilidade e superfluidade nas mais variadas proporções. Os bens consumíveis, e até mesmo os bens produtivos, geralmente revelam os dois elementos combinados, componentes que são da sua utilidade; conquanto, de modo geral, o elemento "superfluidade" tenda a predominar em artigos de consumo, enquanto o contrário é verdadeiro em se

tratando de artigos destinados ao uso produtivo. Mesmo nos artigos que à primeira vista parecem servir apenas à pura ostentação, é sempre possível captar a presença de um propósito útil, pelo menos ostensivo; e, por outro lado, mesmo na maquinaria e nas ferramentas inventadas visando a algum processo particular, bem como nos mais grosseiros aparelhos da indústria humana, os traços de consumo conspícuo ou, pelo menos, o hábito da ostentação, usualmente se tornam evidentes em face de um escrutínio mais atento. Seria arriscado afirmar que um propósito útil está sempre ausente da utilidade de qualquer artigo ou serviço, por mais óbvio que seja o desperdício ostensivo do seu propósito original e principal elemento; e seria apenas um pouco menos arriscado afirmar em relação a qualquer produto originalmente útil, que o elemento de desperdício nada tenha a ver, imdiata ou remotamente, com o seu valor.

Capítulo V

O padrão de vida pecuniário

Para a grande maioria das pessoas de qualquer comunidade moderna, a razão imediata dos gastos além do necessário ao confôrto físico, não é tanto um esfôrço consciente de se exceder nas despesas de seu consumo visível, como um desejo de manter um padrão convencional de decência quanto ao grau e quantidade dos bens consumidos. Êste desejo não é ditado por um padrão rigorosamente fixo, que deve ser alcançado e, além do qual, não há incentivo para progredir. O padrão é flexível; e é especialmente de extensibilidade indefinida, contanto que haja tempo de se habituar a qualquer aumento na capacidade pecuniária e de adaptar-se à nova e mais ampla escala de gastos, que se segue a um tal aumento. É muito mais difícil diminuir a escala de gastos, já adotada, do que estendê-la em resposta a um aumento da riqueza. Muitos itens dos gastos costumeiros, quando analisados, revelam-se quase inteiramente como desperdício, sendo portanto apenas honorários; mas, uma vez incorporados à escala do consumo decente, tornando-se assim uma parte integrante da vida do indivíduo, são tão difíceis de serem

abandonados como quaisquer outros itens que conduzem diretamente ao confôrto físico pessoal, ou mesmo como os necessários à vida e à saúde. Em outras palavras, os gastos honorários, conspìcuamente supérfluos, que proporcionam bem-estar espiritual, poderão se tornar mais indispensáveis do que muitos dos gastos que provêem apenas às necessidades "inferiores" do bem-estar físico ou do sustento. É notòriamente tão difícil abandonar um padrão de vida "elevado" como baixar um padrão que já é relativamente baixo, apesar de, no primeiro caso, a dificuldade ser de ordem moral, enquanto no último poderá significar a dedução (redução) material dos confortos físicos da existência.

Mas, enquanto a regressão é difícil, um nôvo avanço nos gastos conspícuos é relativamente fácil; de fato, êle se processa quase normalmente. Nas raras ocasiões em que aquela ocorre, uma falha no aumento de consumo visível quando há à mão os meios para êsse aumento, reflete na apreensão pública, que busca uma explicação, e motivos indignos de avareza são imputados aos deficientes nesse particular. Por outro lado, uma reação imediata ao estímulo é aceita como efeito normal. Isto sugere que o padrão de vida, que em geral governa os nossos esforços, não são os gastos ordinários comuns, já alcançados; é o consumo ideal pouco além do nosso alcance, ou cujo alcance requer um certo esfôrço. O motivo é a competição — o estímulo de uma comparação individual que nos instiga a sobrepujar àqueles que estamos habituados a considerar como pertencentes à nossa classe. A mesma proposição é substancialmente expressa na observação comum (em voga) de que cada classe inveja e compete com a classe logo acima dela na escala social, enquanto que raramente se compara com a que fica debaixo ou muito acima. Isto significa, em outras palavras, que o nosso padrão de decência nos gastos, assim como em outros meios de competição, é determinado pelo que vigora entre os logo acima de

nós quanto à respeitabilidade; até que, dêsse modo, especialmente nas comunidades em que as distinções de classe sejam um tanto vagas, todos os cânones de respeitabilidade e decência, e todos os padrões de consumo derivam, por gradações imperceptíveis, dos usos e hábitos de raciocínio dos da classe social e pecuniária mais elevada — a classe ociosa abastada.

Cabe a esta classe determinar, em linhas gerais, qual o esquema de vida que a comunidade deve adotar como decente ou honroso; e é sua missão preservar, por meio de preceito e exemplo, êste esquema de salvação social na sua forma ideal mais elevada. Mas a classe superior pode exercer esta missão quase sacerdotal sòmente sob certas limitações materiais. A classe não pode efetuar à vontade uma revolução repentina ou reversão dos hábitos populares de pensamento em relação a qualquer dêsses requisitos de cerimonial. Leva tempo para que qualquer mudança impregne as massas e altere a atitude habitual das pessoas; e é especialmente demorada a mudança de hábitos das classes socialmente mais afastadas do corpo central. O processo será mais lento onde a mobilidade da população fôr menor ou onde os intervalos entre as diferentes classes forem maiores ou mais abruptos. Mas, se o tempo o permite, é vasto o campo de influência da classe quanto às questões da forma e detalhe no esquema de vida da comunidade, enquanto, no que diz respeito aos princípios substanciais (básicos) da respeitabilidade, as alterações que pode efetuar se situam dentro de limites estreitos de tolerância. O seu exemplo e preceito têm a fôrça de uma ordem para tôdas as classes abaixo dela; porém, ao elaborar os preceitos destinados a governar a forma e o método da respeitabilidade — moldando os usos e a atitude espiritual das classes inferiores — esta prescrição autoritária age constantemente sob a direção seletiva das regras de desperdício conspícuo, temperado em vários graus pelo

instinto do artesanato. Deve-se acrescentar a estas normas mais um grande princípio da natureza humana — o ânimo predatório — que, do ponto de vista geral e pelo conteúdo psicológico, se situa entre os dois há pouco mencionados. O efeito do último em moldar o esquema de vida aceito deve ainda ser discutido.

As regras da respeitabilidade devem, então, adaptar-se às circunstâncias econômicas, às tradições e ao grau da maturidade espiritual de uma determinada classe, cujo esquema de vida pretende regular. Deve-se notar especialmente que, independente da fôrça de sua autoridade e da veracidade quanto aos requisitos fundamentais da respeitabilidade na época da sua instituição, uma observância formal específica não pode, em circunstância alguma, se manter em vigor se, com o correr do tempo ou na sua transmissão a uma classe pecuniária menos favorecida, se verificar que se opõe aos princípios fundamentais de decência entre os povos civilizados, isto é, à serventia no sentido de uma equiparação individual no sucesso pecuniário.

É evidente que estas regras quanto aos gastos têm muita influência na determinação do padrão de vida de qualquer comunidade e de qualquer classe. Não é menos óbvio que o padrão de vida, que prevalece em qualquer época e em qualquer nível social, terá muito que dizer sôbre as formas que tomarão os gastos honoríficos, e sôbre a intensidade com que estas exigências "mais elevadas" dominarão o consumo do povo. Neste sentido, o contrôle exercido pelo padrão de vida aceito é primordialmente de caráter negativo; age quase exclusivamente como preventivo contra o retrocesso na escala dos gastos conspícuos, que uma vez se haviam tornado habituais.

O padrão de vida é pela sua natureza um hábito. Constitui, em método e intensidade, um hábito de reação a um dado estímulo. A dificuldade em abandonar

um padrão estabelecido consiste na dificuldade em quebrar um hábito já formado. A relativa facilidade com que é feito um avanço no padrão de vida significa que viver é um processo de desdobramento da atividade e que a mesma se desdobrará prontamente numa nova direção, sempre, quando e onde diminuir a resistência para a auto-expressão. Mas uma vez formado o hábito de expressão ao longo de uma certa linha de pouca resistência, a descarga procurará o escapamento de costume, mesmo depois de se haver processado uma mudança no ambiente, aumentando apreciàvelmente a resistência externa. Esta maior facilidade de expressão numa determinada direção, que se chama de hábito, pode contrabalançar um considerável aumento na resistência oposta pelas circunstâncias externas para o desdobramento da vida numa determinada direção. Entre os diferentes hábitos, ou modos habituais e direções de expressão, que constituem o padrão de vida do indivíduo, há uma diferença apreciável quanto à persistência sob circunstâncias adversas e quanto ao grau de imperativismo com que a descarga procura uma determinada direção.

Isto quer dizer, em linguagem corrente de economia teórica, que os homens relutam em limitar os seus gastos em qualquer direção, sendo que mais num sentido que em outro; de forma que, enquanto qualquer consumo habitual é abandonado com relutância, há certos itens que são abandonados relativamente com relutância extrema. Os artigos ou formas de consumo a que o consumidor se apega com maior tenacidade são geralmente os considerados como necessidades vitais, ou o mínimo necessário à subsistência. Êsse mínimo não é naturalmente uma ração de bens rìgidamente estabelecida, definitiva e invariável, tanto na espécie como na quantidade; porém, para a finalidade em vista, poder-se-á admitir que abrange um certo agregado, mais ou menos fixo, de bens de consumo, necessários à

manutenção da vida. Pode-se acreditar que geralmente é êsse mínimo que se abandona em último lugar quando de uma limitação progressiva dos gastos. Em outras palavras, e de modo geral, poder-se-á dizer que os hábitos mais antigos e arraigados que governam a vida do indivíduo — aquêles que afetam a sua existência como um organismo — são os mais persistentes e imperiosos. Além dessas, situam-se as exigências mais elevadas — hábitos de formação posterior do indivíduo ou da raça — numa gradação um tanto irregular e, de forma alguma, invariável. Algumas dessas exigências mais elevadas, como por exemplo o emprêgo habitual de certos estimulantes, ou a vontade de salvação (no sentido escatológico) ou de boa reputação, podem tomar, em alguns casos, a precedência sôbre as exigências mais baixas ou mais elementares. Em geral, quanto mais antigo o hábito, tanto mais inquebrantável; e quanto mais um determinado hábito coincidir com os costumes, tanto maior a persistência com que se fixará. O hábito será mais firme se as tendências especiais da natureza humana que a sua prática abranger, ou as aptidões particulares que nêle encontrem a sua expressão, forem tendências ou disposições já larga e profundamente envolvidas no processo vital, ou ìntimamente ligadas à história da vida de um determinado grupo racial.

A gradação na facilidade com que se formam os diferentes hábitos em diversas pessoas, assim como na relutância em abandoná-los, indica que a formação de hábitos específicos não é simplesmente questão de sua duração. Tendências e características de temperamento, herdadas, valem tanto quando o tempo de habituação para determinar quais os hábitos que virão a dominar um esquema de vida individual. E o tipo prevalecente das tendências transmitidas ou, em outras palavras, o tipo de temperamento peculiar ao elemento étnico dominante de qualquer comunidade, terá muito

que dizer sôbre o escopo e forma de expressão dos hábitos e da vida desta comunidade. Quanto podem as idiossincrasias transmitidas pesar na formação rápida e definitiva dos hábitos de um indivíduo, é ilustrado pela extrema facilidade com que às vêzes se forma o hábito predominante do alcoolismo; ou pela igual facilidade e inevitabilidade de formação do hábito de observâncias devotas entre pessoas dotadas de tendências especiais nessa direção. Quase o mesmo sentido se prende àquela facilidade peculiar de adaptação a um estado (ambiente) humano específico, o chamado amor romântico.

Os homens diferem quanto às suas tendências herdadas ou segundo a relativa facilidade com que desempenham as suas atividades vitais em determinadas direções; e os hábitos, que coincidem ou derivam de uma tendência específica, relativamente acentuada, ou de uma facilidade de expressão, específica e relativamente grande, exercem uma grande influência sôbre o bem-estar individual. A parte desempenhada por êsse elemento em determinar a relativa tenacidade dos diferentes hábitos, que constituem o padrão de vida, serve para explicar a extrema relutância com que os homens desistem de qualquer artigo habitual de consumo conspícuo. As tendências ou propensões a que se pode atribuir um hábito dêsse gênero são aquelas cujo desempenho consiste na competição; e a propensão para a competição — para a comparação individual — é de origem antiga e constitui uma tendência saliente da natureza humana. É fàcilmente incentivada em qualquer nova forma e se fixa com grande insistência sob qualquer aspecto que já lhe tenha sido familiar. Quando o indivíduo se tem uma vez acostumado a achar expressão num determinado gênero de gastos honoríficos — quando uma certa cadeia de estímulos tenha sido habitualmente satisfeita num determinado sentido sob a direção dessas arraigadas propensões para a competição — será com extrema relutância que tais

gastos habituais serão abandonados. Por outro lado, sempre que o enriquecimento possibilitar ao indivíduo desdobrar e estender o seu modo de vida, as antigas propensões da raça se manifestarão para determinar a sua direção. E aquelas propensões (que já se encontram em atividade sob alguma forma de expressão a elas relacionada, secundadas por sugestões indicadas, fornecidas pelo corrente e estabelecido esquema de vida, e para cuja prática os meios materiais e oportunidades estejam à disposição) serão especialmente as que contribuirão para moldar a forma e a direção em que se manifestará o nôvo acesso à fôrça acrescida do indivíduo. Isto equivale a dizer que, em qualquer comunidade onde os gastos conspícuos constituam uma parte do esquema de vida, um aumento da capacidade individual de gastar se canalizará provàvelmente num sentido já consagrado do consumo conspícuo.

Com exceção do instinto de autopreservação, a propensão para a competição é provàvelmente o mais forte, alerta e persistente dos motivos econômicos. Numa comunidade industrial, esta propensão para a competição se exprime na concorrência pecuniária; e isto, no que se refere às comunidades civilizadas ocidentais da atualidade, é virtualmente equivalente à sua expressão em alguma forma de desperdício conspícuo. As tendências para o desperdício conspícuo estão, portanto, prontas a absorver qualquer aumento da eficiência ou aumento industrial da comunidade, depois de supridas as necessidades físicas mais elementares.

Onde, sob as modernas condições, não ocorrer êste resultado, a razão da discrepância terá que ser em geral procurada numa proporção demasiadamente rápida do aumento da riqueza individual, para que o hábito de gastar o possa acompanhar; ou poderá ser que o indivíduo em questão reserve o consumo conspícuo do incremento para o futuro — geralmente com o intuito de intensificar o efeito espetacular do agregado

de gastos em vista. Como a maior eficiência industrial possibilita produzir meios de subsistência com menos esfôrço, as energias dos trabalhadores da comunidade tenderão a alcançar maiores resultados nos gastos conspícuos, em vez de afrouxar o ritmo para maior comodidade. A tensão não é reduzida com o aumento da eficiência industrial, que o possibilitaria, mas o incremento da produção é empregado para fazer face a estas demandas, de expansão indefinida, do gênero geralmente imputado, na economia teórica, às necessidades espirituais mais elevadas. É principalmente a presença dêsse elemento no padrão de vida que permitiu a J. S. Mill afirmar: "é ainda discutível se tôdas as invenções mecânicas, até agora feitas, tenham aliviado o labor diário de qualquer ser humano".

O padrão de gastos aceito pela comunidade ou pela classe a que o indivíduo pertence determina, em grande extensão, o seu padrão de vida. Isto se efetua diretamente pelo apêlo ao senso comum quanto ao que é direito e bom, através do seu discernimento e assimilação do esquema de vida a que pertencer; mas se efetua também, indiretamente, pela insistência popular em conformidade com a escala de gastos considerada como apropriada, sob pena de desprêzo e ostracismo. Aceitar e manter o padrão de vida em voga é tão agradável como prático e, em geral, indispensável ao confôrto pessoal e ao sucesso na vida. O padrão de vida de qualquer classe, no que diz respeito ao elemento de desperdício conspícuo, é comumente tão elevado quanto o permitir a capacidade produtora da classe — com uma constante tendência ascendente. O efeito sôbre as atividades produtivas importantes do homem consiste, portanto, em dirigi-las, com propósito bem definido, para a maior aquisição de riquezas possível, e para a desaprovação do trabalho que não produza lucros pecuniários. Ao mesmo tempo, o efeito sôbre o consumo é de concentrá-lo sôbre as linhas mais evidentes aos observadores, cuja opinião favorável é al-

mejada, enquanto as inclinações e aptidões, cuja prática não envolve gastos honoríficos de tempo e de substância, tendem a ser relegadas ao desuso.

Através desta discriminação em favor do consumo visível se verifica que a vida doméstica da maioria das classes é relativamente mesquinha em comparação com a parte ostensiva da sua existência, que se desenrola perante os olhos do observador. Como uma segunda conseqüência da mesma discriminação, as pessoas geralmente escondem da observação pública a sua vida privada. No que diz respeito àquela parte do seu consumo, que poderá irrepreensìvelmente ser efetuada em segrêdo, êles se abstêm de qualquer contato com os seus vizinhos. Daí o exclusivismo individual, em relação à sua vida doméstica, da maioria das comunidades industrialmente desenvolvidas; e, daí, de derivação mais remota, o hábito de reserva e de vida privada, tão característico do código de boa conduta, entre as classes superiores de tôdas as comunidades. A baixa cifra de natalidade das classes mais premidas pelas exigências de gastos de reputação, é da mesma forma atribuível às demandas do padrão de vida, baseado no desperdício conspícuo. O consumo conspícuo, e o conseqüente aumento das despesas, exigido pela manutenção respeitável de uma criança, é bastante considerável e age como um freio potente. É provàvelmente o mais eficaz dos freios malthusianos de prudência.

O efeito dêsse fator sôbre o padrão de vida, tanto no sentido de redução dos elementos de consumo mais obscuros, destinados ao confôrto físico e à manutenção, como também na limitação ou ausência de filhos, é talvez melhor observado entre as classes dedicadas à carreira científica. Por causa da suposta superioridade e exclusividade dos dotes e talentos que caracterizam a sua vida, estas classes são convencionalmente tidas em escala social mais elevada do que o permitiriam as suas condições pecuniárias. A escala de gas-

tos decentes, no seu caso, é correspondentemente elevada, deixando por conseqüência bem pouca margem para outros fins. Por fôrça das circunstâncias, o seu próprio discernimento habitual do direito e do justo, neste particular, assim como as expectativas da comunidade quanto à decência pecuniária entre os letrados, são excessivamente elevados — em comparação ao grau prevalecente de opulência e capacidade de ganho da classe, relativamente às outras classes, a cuja escala social nominalmente pertençam. Em qualquer comunidade moderna, onde haja monopólio sacerdotal destas ocupações, as pessoas dedicadas às ciências são inevitàvelmente lançadas em contato com classes pecuniàriamente superiores. O elevado padrão de decência pecuniária, que vigora entre essas classes superiores, infiltra-se nas classes dos cientistas com perdas insignificantes do seu rigor; e, em conseqüência, não existe outra classe na comunidade que gaste maior proporção dos seus meios com o desperdício conspícuo.

Capítulo VI

Regras pecuniárias do gôsto

MAIS DE UMA VEZ aqui se repetiu a advertência de que, enquanto a norma reguladora do consumo é em grande parte uma exigência do consumo conspícuo, não se deve todavia entender que o motivo pelo qual age o consumidor em qualquer determinado caso é êste princípio em sua forma crua e não sofisticada. Comumente, o motivo do consumidor é um desejo de se conformar com o uso estabelecido para evitar reparos e comentários desfavoráveis, para viver segundo as regras aceitas de decência na qualidade, quantidade e grau dos bens consumidos, bem como no digno emprêgo de seu tempo e esfôrço. Na maioria dos casos mais corriqueiros, êste sentido de uso prescrito está presente nos motivos do consumidor e exerce uma fôrça constrangedora direta, especialmente quando o consumo se realiza sob as vistas de observadores. Mas um elemento considerável de dispêndio prescritivo também se observa no consumo não conhecido dos observadores em nenhum grau apreciável — por exemplo, nas roupas de uso interior, em alguns artigos alimentares, em utensílios de cozinha e

outros aparelhos domésticos destinados antes ao serviço do que à ostentação. Nesses objetos de utilidade, um atento escrutínio descobrirá certos traços que se lhes acrescentam ao custo e salientam o valor comercial dos bens em questão, mas que não aumentam proporcionalmente os préstimos dos fins materiais a que tão-sòmente estão destinados a servir.

Sob a lei seletiva do consumo conspícuo viça um código de regras autorizadas de consumo, cujo objetivo é elevar o consumidor a um padrão de dispêndio e desperdício em seu consumo de bens e no emprêgo de seu tempo e esfôrço. Êsse desenvolvimento de usos prescritivos tem um efeito imediato sôbre a vida econômica, mas tem também um efeito indireto e remoto sôbre outros aspectos da conduta. Hábitos de pensamento que tangem à expressão da vida em determinada direção, inevitàvelmente afetam a opinião corrente sôbre o que é bom e correto também em outras direções. No complexo orgânico dos hábitos de pensamento que formam a substância da vida consciente do indivíduo, o interêsse econômico não está isolado nem é distinto de todos os demais interêsses. Algo já se disse, anteriormente, sôbre suas relações com as regras da respeitabilidade.

O princípio de consumo conspícuo orienta a formação de hábitos de pensamento quanto ao que é honesto e respeitável na vida e nas "utilidades". Assim fazendo, êsse princípio permeará outras normas de conduta que precìpuamente nada têm a ver com o código de honra pecuniária, mas que têm, direta ou incidentalmente, uma significação econômica de certa magnitude. Assim pois, a regra de dispêndio honorífico pode, imediata ou remotamente, influenciar o senso do dever, o senso da beleza, o senso da utilidade, o senso da propriedade devocional ou ritualística e o senso científico da verdade.

É quase desnecessário discutir aqui os pontos particulares nos quais a regra do dispêndio honorífico ha-

bitualmente permeia as regras da conduta moral, ou a maneira segundo a qual dito fenômeno se processa. O assunto é dos que têm recebido grande atenção e suscitado exemplos às mãos daquêles cujo ofício é vigiar e advertir com respeito a quaisquer desvios do código de moral estabelecido. Nas comunidades modernas, onde o traço dominante econômico e legal da vida comunitária é a instituição da propriedade privada, um dos traços salientes do código de moral é a inviolabilidade da propriedade. Não é mister insistir ou dar exemplos para obter assentimento à proposição de que o hábito de manter inviolada a propriedade privada é permeado por outro hábito: o de procurar a riqueza no interêsse da boa reputação a ser granjeada mercê do consumo conspícuo. Muitos atentados contra a propriedade, especialmente atentados de uma especial magnitude, estão nesse caso. É também matéria proverbial e de comum notoriedade que, em atentados que resultam num grande aumento de riqueza para o ofensor, êste ordinàriamente não incorre na extrema penalidade ou na extrema desonra com que o seu atentado seria castigado apenas na base de um ingênuo código de moral. O ladrão ou o trapaceiro que granjeou grande riqueza com a sua delinqüência tem mais probabilidade do que o ladrão de segunda categoria para escapar à rigorosa penalidade da lei; e alguma boa reputação se lhe acrescenta pelo aumento da sua riqueza e pelo modo decente como gasta os bens irregularmente adquiridos. Um dispêndio sensato do fruto da sua rapinagem apela especialmente para as pessoas que possuem um sentido desenvolvido das conveniências e chega ao ponto de mitigar o senso de torpeza moral com que viam ao princípio a ação delinqüente. Pode-se igualmente notar — e isto vem melhor ao caso — que todos somos inclinados a desculpar um atentado à propriedade no caso de um homem cujo motivo, muito digno, é prover os meios de um estilo de vida "decente" para sua mulher e

seus filhos. Se se acrescentar que sua mulher foi criada "no regaço do luxo", isto é mais uma circunstância atenuante adicional. Vale dizer, temos a inclinação de perdoar o atentado cujo objetivo era o objetivo honorífico de capacitar a mulher do ofensor a realizar por êle uma soma de consumo vicário de tempo e substância, tais os exigidos pelo padrão de decência pecuniária. Nesse caso, o hábito de aprovar o grau consuetudinário de dispêndio conspícuo se mescla ao hábito de condenar as violações da propriedade, até mesmo ao ponto de, algumas vezes, deixar indecisa a sentença entre o louvor e a censura. Isto é peculiarmente verdadeiro quando a delinqüência envolve um apreciável elemento predatório ou de rapina.

Não é mister insistir nesse tema; mas talvez não esteja fora de lugar observar que todo aquêle considerável corpo de moral que se constela em tôrno do conceito de uma propriedade inviolável constitui um precipitado psicológico do mérito tradicional ligado à riqueza. Deve-se acrescentar que esta riqueza, tida como sagrada, é precìpuamente avaliada segundo a boa reputação a ser obtida mediante o seu consumo conspícuo.

A relação da decência pecuniária com o espírito científico ou a busca do conhecimento será tratada com algum pormenor em capítulo separado. Igualmente, no que toca ao mérito e à propriedade devocional ou ritual nessa relação, pouco haverá a dizer presentemente. Êsse tópico também será tratado incidentalmente em capítulo posterior. Ainda assim, o exercício do dispêndio honorífico tem muito a dizer na formação do gôsto popular quando ao que é correto e meritório em assuntos sagrados, e poder-se-á, portanto, indicar a relação do princípio de gasto conspícuo com alguns conceitos e observâncias devotas mais corriqueiras.

Evidentemente, a regra do dispêndio conspícuo é responsável por uma grande parte do que se poderá

denominar "consumo devoto", isto é, o consumo de edifícios sagrados, vestimenta e demais bens da mesma classe. Mesmo naqueles cultos modernos a cujas divindades se atribui uma predileção por templos não construídos com as mãos, os edifícios sagrados e outros pertences do culto são construídos e decorados com vistas a um considerável grau de prodigalidade no consumo. Basta apenas um pouco de observação ou introspecção — e qualquer delas serve aqui — para nos assegurar que o dispendioso esplendor da casa de culto tem um efeito apreciàvelmente edificante e blandicioso na disposição de ânimo do adorador. Serve para reforçar o mesmo fato a reflexão sôbre o senso de vergonha abjeta mediante o qual a menor prova de indigência ou sordidez do recinto sagrado afeta os que o contemplam. Os acessórios de qualquer observância devota devem estar pecuniàriamente acima de qualquer censura. Êste requisito é absoluto, seja qual fôr a elasticidade que se empreste em consideração a tais acessórios do ponto de vista estético ou de qualquer outra serventia.

Não está igualmente fora de lugar notarmos que em tôdas as comunidades (especialmente em zonas onde o padrão de decência pecuniária das residências não é alto) o santuário local é mais ornamentado, mais conspìcuamente dispendioso em sua arquitetura e decoração do que as moradias da congregação. Isto é verdadeiro em quase todos os cultos sejam êstes pagãos ou cristãos, mas é especialmente verdadeiro quando se trata de cultos mais antigos e amadurecidos. Ao mesmo tempo, o santuário pouco contribui (se é que contribui alguma coisa) para o confôrto físico de seus membros. Com efeito, a estrutura sagrada não apenas serve ao bem-estar físico de seus membros em insignificante medida, quando a comparamos com as suas humildes residências, mas todos os homens sentem que um senso correto e esclarecido do verdadeiro, do

belo e do bom êxige que, em todo dispêndio com o santuário, esteja conspìcuamente ausente qualquer coisa que possa servir ao confôrto do adorador. Se qualquer elemento de confôrto é admitido nos arranjos do santuário, êle deve pelo menos ser escrupulosamente encoberto e disfarçado sob uma ostensiva austeridade. Nas mais reputadas casas de culto da atualidade, onde não se poupam despesas, o princípio de austeridade chega ao ponto de fazer dos dispositivos do lugar um meio de mortificação da carne, especialmente na aparência. Há poucas pessoas de gôsto delicado em assuntos de consumo devoto, para as quais êsse desperdício austeramente incômodo não apele como intrìnsecamente bom e correto. O consumo com a devoção pertence à natureza do consumo vicário. A regra da devoção austera se baseia na reputabilidade pecuniária do consumo conspìcuamente perdulário: apoiado no princípio de que o consumo vicário deve, conspìcuamente, não concorrer para o confôrto do consumidor vicário.

O santuário e seus arranjos têm algo dessa austeridade em todos os cultos onde não se concebe estarem presentes o santo ou a divindade aos quais o santuário pertence, ou fazerem os mesmos uso pessoal da propriedade para a instalação do gôsto pelo luxo que se lhes atribui. A índole dos acessórios sagrados é algo diferente a êsse respeito daqueles cultos nos quais os hábitos de vida atribuidos à divindade estão mais próximos daqueles que se atribuem a um potentado patriarcal terreno — onde se concebe fazer êle uso, em pessoa, daqueles bens de consumo. No último caso, o santuário e seus pertences imitam a moda dos bens destinados ao consumo conspícuo de um amo temporal, ou proprietário. Por outro lado, quando os sagrados pertences são simplesmente empregados no serviço da divindade, isto é, quando são consumidos vicàriamente por ela pelos seus servos, assumem os mesmos o caráter apro-

priado aos bens destinados tão-sòmente ao consumo vicário.

No último caso, o santuário e os acessórios sagrados são dispostos de modo a não dar realce ao confôrto ou plenitude de vida do consumidor vicário, ou, de qualquer modo, dar a impressão de que o fim do seu consumo é o confôrto do consumidor. Pois o fim do consumo vicário é salientar, não a plenitude de vida do consumidor, mas a reputação pecuniária do chefe em cujo proveito o consumo se faz. Por conseguinte, a vestimenta sacerdotal é notòriamente dispendiosa, ornamentada e incômoda; e os cultos nos quais não se concebe agir o servidor na capacidade de consorte, são de um estilo austero e incômodo. E sente-se que assim devem ser.

Não é apenas no estabelecimento de um padrão religioso de dispendiosidade perdulária que o princípio de desperdício invade o domínio das regras de utilidade ritual. Êle toca os modos bem como os meios, e se aproxima do ócio vicário bem como do consumo da mesma espécie. Em seu melhor aspecto, o comportamento sacerdotal é distante, ocioso, perfuntório, não contaminado por sugestões de prazer sensual. Isto é verdadeiro, naturalmente em diferentes graus, nos diferentes cultos e seitas; mas na vida sacerdotal dos vários cultos antropomórficos, são visíveis os indícios de um consumo vicário de tempo.

A mesma incisiva regra de lazer vicário está visìvelmente presente nos detalhes externos das observâncias devotas e basta indicá-las para que se tornem evidentes a quantos a elas assistam. Todos os rituais possuem uma notável tendência para se reduzir a uma repetição de fórmulas. O desenvolvimento destas é principalmente notório nos cultos mais antigos, que têm ao mesmo tempo uma vida e uma aparência mais austera e ornamentada, e severamente sacerdotal; mas é também perceptível nas formas e métodos do culto de seitas mais novas e mais puras, cujos gostos no

tocante a sacerdotes, vestimentas e santuários são menos exigentes. A repetição do culto (a expressão "culto" inclui uma sugestão de importância relativamente ao tema que se discute), se faz mais perfuntòriamente à medida que o mesmo se acrescenta em idade e consistência, e esta qualidade perfuntória da repetição é deveras agradável ao gôsto devoto correto. E com boas razões, pois o fato de ser o mesmo perfuntório equivale a dizer diretamente que o amo e senhor em cuja intenção o mesmo se realiza está acima da vulgar necessidade do culto realmente profícuo que lhe prestam seus servidores. Êstes são servidores inúteis, e existe uma implicação honorífica para seu amo e senhor no fato de permanecerem êles inúteis. Desnecessário indicar a grande analogia nesse ponto entre o ofício sacerdotal e o ofício do lacaio. Em qualquer dos casos, lisonjeia-nos o sentido do que é apropriado em tais assuntos, reconhecer na visível qualidade perfuntória do culto o fato de o mesmo se fazer tão-sòmente *pro forma*. Não deve haver sinal algum de agilidade ou destreza de manipulação na execução do ofício sacerdotal, tais os que poderia sugerir a pressa de o dar por terminado.

Em tudo isso há naturalmente uma evidente implicação no tocante ao temperamento, aos gostos, às propensões e hábitos de vida imputados à divindade pelos adoradores que vivem segundo a tradição dessas regras pecuniárias de reputação. E porque penetrou os hábitos de pensamento dos homens, o princípio de desperdício conspícuo coloriu as noções que os seguidores têm da divindade e as relações nas quais o vassalo humano está para com ela. Naturalmente, é nos cultos mais ingênuos que mais se patenteia esta difusão de beleza pecuniária, sendo todavia visível de fora a fora em todos êles. Todos os povos, seja qual fôr a sua fase cultural ou grau de instrução, de bom grado exageram uma informação autêntica e sensìvelmente escassa sôbre a personalidade e o ambiente costumeiro

de suas divindades. Invocando, por essa forma, o socôrro da fantasia para enriquecer e preencher a imagem da divina presença e seu estilo de vida, imputam-lhe os traços que servirão para compor a imagem que fazem de um homem digno. E ao procurarem entrar em comunhão com a divindade, os meios e modos de contato se assimilam o mais aproximadamente possível com os que possam ser o ideal divino que, na época, os homens tenham em mente. Sentem êles que a presença divina é conquistada de melhor grado e com melhor efeito mercê de certos métodos consagrados e com o acompanhamento de certas circunstâncias materiais que, na compreensão popular, se acham em peculiar consonância com a natureza divina. Êste ideal, popularmente aceito, do procedimento e dos acessórios adequados a tais comunhões, é, naturalmente, em grande medida, modelado pela compreensão popular daquilo que é intrìnsecamente digno e belo no comportamento e no ambiente humano em tôdas as relações dignificantes. Mas a êste respeito seria enganoso tentar-se uma análise do procedimento devoto mediante a referência nua e crua de tôdas as provas da presença de um padrão pecuniário de respeitabilidade em a norma subjacente de emulação pecuniária. Seria igualmente errôneo atribuir à divindade, tal como ela é popularmente concebida, uma consideração zelosa por sua posição pecuniária, e o hábito de evitar e condenar as situações e os ambientes esquálidos simplesmente porque os mesmos são inferiores em seu aspecto pecuniário.

Ainda assim, dando-se o devido desconto, parece que as regras da respeitabilidade pecuniária afetam materialmente (direta ou indiretamente) as nossas noções sôbre os atributos da divindade, bem como as nossas noções sôbre as maneiras e as circunstâncias convenientes e adequadas da comunhão divina. Sente-se que os hábitos de vida da divindade devem ser peculiarmente serenos e sugestivos de lazer. E quando quer que se descreva sua habitação local em poéticas ima-

gens para edificar a fantasia devota ou para ela apelar, quem a descreve apresenta, naturalmente, à imaginação do ouvinte, um trono cercado por grande número de servidores, e com uma profusão de emblemas de opulência e poder. Na generalidade dessas apresentações das moradas celestes, o ofício dêsse corpo de servidores constitui um ócio, sendo seu tempo e esfôrço em larga medida consumidos numa repetição industrialmente improdutiva das características e proezas meritórias da divindade; ao mesmo tempo que o pano de fundo da apresentação cintila fulgores de metais preciosos e das mais caras variedades de pedrarias. É tão-sòmente nas expressões mais crassas da fantasia devota que essa intromissão das regras pecuniárias nos ideais de devoção atinge tais extremos. Exemplo de um dêsses extremos ocorre nas imagens devotas da população negra do Sul dos Estados Unidos. Em suas descrições de tais imagens, os oradores são incapazes de lançar mão de qualquer coisa mais barata do que o ouro; de tal modo que, nesses casos, a insistência na beleza pecuniária produz um espantoso efeito em amarelo — o que seria insuportável a um gôsto mais sóbrio. É entretanto provável não existir culto algum no qual os ideais de mérito pecuniário não sejam chamados a suplementar os ideais da adequação cerimonial que orientam a concepção dos homens sôbre o que é correto em assuntos do aparato sagrado.

Sente-se, da mesma forma — e êsse sentimento é pôsto a render — que os servidores sacerdotais da divindade não devem se empenhar em trabalho industrialmente lucrativo; que o trabalho de qualquer espécie — qualquer emprêgo de uso humano tangível — não deve ser exercido na presença divina ou no recinto do santuário; que todo aquêle que comparecer à presença divina deve estar limpo de quaisquer traços industriais profanos em seu vestuário ou pessoa devendo ao mesmo tempo aparecer em trajes mais dispendiosos do que os

de uso diário; que, nos dias santificados, postos de parte em honra da divindade ou para entrar em comunhão com ela, trabalho algum de uso humano deve ser feito por quem quer que seja. Até mesmo os dependentes leigos mais longínquos devem dedicar-lhe um ócio vicário na proporção de um dia em sete.

Em tôdas essas demonstrações da pouca instrução dos homens no tocante ao que convém e é correto na observância devota e nas relações com a divindade, a presença efetiva das regras da respeitabilidade pecuniária é bastante evidente, ou seja porque tais regras exercem seu efeito de imediato ou logo em seguida no critério devoto a êsse respeito.

Essas regras de respeitabilidade tiveram um efeito semelhante, porém de um alcance maior e mais especìficamente determinante, no critério popular da beleza ou da utilidade dos bens de consumo. As exigências da decência pecuniária influenciaram, em apreciável medida, o sentido da beleza e da utilidade dos artigos de uso ou de beleza. Em certa medida, os artigos são preferidos por constituírem uma prodigalidade conspícua; sente-se que são prestativos quase na mesma proporção em que constituem um desperdício e são mal adaptados ao uso ostensivo.

A utilidade dos artigos valorizados pela sua beleza depende estreitamente da sua dispendiosidade. Uma ilustração comum bastará para mostrar essa dependência. Uma colher de prata cinzelada à mão, de valor comercial de uns dez ou vinte dólares, não é ordinàriamente mais útil — no primeiro sentido da palavra — do que uma colher do mesmo material, feita à máquina. Até pode não ser mais útil do que uma colher fabricada de um metal tão "vil" como o alumínio, cujo valor não passa de dez ou doze centavos. O primeiro dos dois utensílios é com efeito um objeto comumente menos efetivo do que o último para o seu fim ostensivo. Vendo a matéria por êsse prisma, surge naturalmente a objeção de que um dos usos principais, senão o prin-

cipal, da colher mais cara, não é levado em consideração; a colher cinzelada à mão lisonjeia-nos o gôsto e o sentido da beleza, ao passo que aquela feita à máquina e em vil metal, não tem outro ofício além de uma brutal eficiência. Os fatos são sem dúvida tais como a objeção os revela, mas ficará evidente, após reflexão, que uma tal objeção é antes plausível do que concludente. Parece que: 1 — embora feitas de materiais diferentes, cada colher possui beleza e utilidade adequada ao fim para o qual é usada; o material da colher trabalhada à mão é umas cem vêzes mais valioso do que o metal vil, sem contudo exceder grandemente o último em beleza intrínseca de textura ou côr, e sem ser, em grau apreciável, superior em questão de utilidade mecânica; 2 — se um exame atento revelasse que a dita colher feita a mão era na realidade apenas a imitação feliz de um objeto feito manualmente, uma imitação, entretanto, feita com tanta habilidade ao ponto de dar a mesma impressão de traço e superfície a qualquer exame que não fôsse de um ôlho experimentado e minucioso, a utilidade do artigo, inclusive a satisfação que o usuário derivasse da sua contemplação como objeto de beleza, declinaria imediatamente cêrca de oitenta ou noventa por cento, ou mesmo mais; 3 — se as duas colheres são, para um observador razoàvelmente atento, quase tão idênticas na aparência que apenas o pêso mais leve do artigo espúrio o traia, essa identidade de forma e côr escassamente acrescentará ao valor da colher feita a máquina, nem de modo apreciável aumentará a satisfação do "senso de beleza" que tem o usuário ao contemplá-la, contanto que a colher mais barata não seja uma novidade, e êle possa obtê-la a um custo nominal.

O caso das colheres é típico. A superior satisfação que deriva do uso e da contemplação de produtos caros e considerados belos, é comumente, em grande medida, uma satisfação do nosso sentido do seu preço

elevado que se mascara de beleza. Nossa grande apreciação do artigo superior é uma apreciação do seu caráter honorífico, com muito mais freqüência do que seria a apreciação sofisticada de sua beleza. O requisito do desperdício conspícuo não está em geral presente, conscientemente, em nossas regras de gôsto, mas está não menos presente como uma norma a constranger seletivamente a forma e a continuação daquilo que é belo e a orientar a nossa descriminação no tocante ao que pode legìtimamente ser aprovado como belo e ao que não pode.

É neste ponto, onde o belo e o honorífico se encontram e fundem, que a discriminação entre a utilidade e a superfluidade é mais difícil em qualquer caso concreto. Acontece freqüentemente um artigo que serve ao propósito honorífico de prodigalidade conspícua ser ao mesmo tempo um objeto belo; e a mesma aplicação de trabalho à qual êle deve a sua utilidade para o primeiro objetivo, pode (e não raro o faz) emprestar beleza de forma e côr ao artigo. A questão ulteriormente se complica pelo fato de muitos objetos, como, por exemplo, as pedras, os metais preciosos e alguns outros materiais usados para adôrno e decoração, deverem a sua utilidade como artigos de prodigalidade conspícua à sua anterior utilidade como objetos de beleza. O ouro, por exemplo, tem um alto grau de beleza sensual; muitíssimas, senão a maioria das obras de arte altamente prezadas, são intrìnsecamente belas, embora muitas vêzes o sejam por sua qualificação material; o mesmo é verdadeiro em se tratando de alguns estofos usados no vestuário, certas paisagens e, em menor grau, muitas outras coisas. Excetuando-se a beleza intrínseca que possuem, êsses objetos difìcilmente foram cobiçados tais como são, ou foram monopolizados como objetos de orgulho pelos seus possuidores ou usuários. Mas a utilidade dessas coisas para o que as possui é menos devida à sua beleza intrínseca

do que à honra que a sua posse e consumo conferem, ou à censura que ela impede.

Independentemente da sua utilidade a outros respeitos, êsses objetos são belos e têm utilidade como tais; são valiosos nesse particular, se podem ser monopolizados ou ter sua posse reservada; são, portanto, cobiçados como possessões valiosas, e o seu gôzo exclusivo lisonjeia o sentido de superioridade pecuniária do dono ao mesmo tempo que a contemplação dos mesmos satisfaz o seu sentido do belo. Mas a sua beleza, no sentido ingênuo da palavra, é antes a ocasião do que a razão da sua monopolização ou do seu valor comercial. "Grande é a beleza sensual das pedras preciosas; sua raridade e preço lhes conferem uma qualidade distinta, o que não aconteceria se fôssem baratas". Há com efeito, na generalidade dos casos dessa natureza, relativamente pouco incentivo à posse e ao uso exclusivo dêsses objetos de beleza, exceto se o mesmo se baseia no seu caráter honorífico de artigos de prodigalidade conspícua. A maioria dos objetos dessa classe geral, com a exceção parcial dos artigos de adôrno pessoal, serviriam igualmente bem a outros fins que não o honorífico, quer possuídos ou não pela pessoa que os vê, ou mesmo, no que tange aos adornos pessoais, acrescente-se que o seu fim principal é emprestar notoriedade à pessoa do seu dono (ou usuário) em comparação com as pessoas que se vêem obrigadas a passar sem êles. A utilidade estética das coisas belas não é grandemente, tampouco universalmente, aumentada mediante a sua posse.

A generalização do que até aqui êsse terreno nos permite é que qualquer objeto bastante valioso para apelar ao nosso senso de beleza tem de se conformar não apenas com os requisitos da beleza como também com o requisito do preço elevado. Mas isto não é tudo. A regra do preço caro também nos afeta o gôsto de tal maneira ao ponto de fundir inextricàvelmente em nossa apreciação os sinais de preço caro com os belos

traços do objeto, e subordinar o efeito resultante ao rótulo de uma apreciação da sua simples beleza. Os indícios de preço caro vêm a ser aceitos como traços de beleza dos artigos dispendiosos. Agradam pelo fato de constituírem marcas de preço caro e honorífico, e o prazer que êles proporcionam nêste particular se funde com o que nos é oferecido pela bela côr e forma do objeto; assim é que freqüentemente afirmamos que um artigo de vestuário, por exemplo, é "perfeitamente belo", quando quase tudo quanto sobra de uma análise do valor estético do mesmo é a afirmação de que êle é apenas pecuniàriamente honorífico.

Estas fusão e confusão dos elementos preço-caro e beleza são talvez melhor exemplificadas em artigos de vestuário e mobiliário doméstico. O código de respeitabilidade em assuntos de vestuário decide quais as formas, as côres, os materiais e os efeitos gerais do vestuário humano que serão aceitos como apropriados em determinada época; e quaisquer desvios dêsse código ofenderão nosso gôsto — desvios que serão, presumìvelmente, desvios da verdade estética. A aprovação com a qual contemplamos o vestuário em voga de modo algum deve ser levada em conta de fingimento. Prontamente, e freqüentemente com a maior sinceridade, gostamos do que está na moda. Por exemplo, tecidos grosseiros e côres berrantes nos ofendem sempre que a moda decreta um acabamento acetinado e côres neutras. Um chapéu extravagante dêste ano indubitàvelmente apela hoje à nossa sensibilidade com muito mais veemência do que o faria um chapéu extravagante do ano passado; conquanto, visto na perspectiva de um quarto de século, seria dificílimo, segundo creio, conceder a palma da beleza intrínseca a qualquer dessas estruturas. Assim pois, pode-se notar que, simplesmente considerado em sua justaposição física em relação à forma humana, o lustroso chapéu de um cavalheiro ou o seu lustroso sapato de couro não têm mais valor intrínseco do que o lustroso cotovêlo de uma

manga coçada pelo uso; e todavia não há dúvida de que tôdas as pessoas bem nascidas (das comunidades ocidentais civilizadas), instintiva e naturalmente aderem aos primeiros como a fenômenos de grande beleza, e evitam o último por êste ofender todos os sentidos para os quais pudesse apelar. É extremamente duvidoso poder qualquer pessoa ser induzida a usar uma engenhoca tal como a cartola em voga na sociedade civilizada, exceto por alguma razão urgente — mais urgente que não a estética.

Mediante um hábito ulterior de percepção apreciativa dos indícios de preço caro em artigos, e pela habitual identificação da beleza com a respeitabilidade, acontece que uma coisa bela mas não dispendiosa não é considerada bela. Por exemplo, tem acontecido que algumas belas flôres passam convencionalmente por ervas repugnantes; outras, que podem ser cultivadas com relativa facilidade, são aceitas e admiradas pela baixa classe média, que não se pode permitir luxos mais dispendiosos nesse setor; mas essas variedades são rejeitadas como vulgares pelas pessoas capacitadas a comprar flôres dispendiosas e que sabem discernir uma beleza pecuniária mais alta nos produtos da flora enquanto outras flôres, de beleza intrínseca não maior do que estas, são cultivadas com grandes gastos e excitam grande admiração dos que amam as flôres e cujo gôsto amadureceu sob a orientação crítica de um ambiente requintado.

É também visível a mesma variação de gôsto de uma classe social para outra, no que diz respeito a outros bens de consumo, por exemplo, mobília, casas, parques e jardins. Essa diversidade de opiniões sôbre o que é belo nesses vários tipos de bens não é uma diversidade da norma de acôrdo com a qual opera o sentido do belo não requintado. Não é uma diferença constitucional de qualidades estéticas, mas, antes, uma diferença no código de respeitabilidade a especificar quais os

objetos que estão exatamente na esfera de consumo honorífico no que tange à classe ao qual o crítico pertence. Há uma diferença nas tradições de propriedade com respeito às qualidades das coisas, que pode, sem desdouro para o consumidor, ser consumido sob a rubrica de objetos artísticos e de bom gôsto. Descontando-se as variações a serem levadas em conta em outros terrenos, estas tradições se determinam, mais ou menos rìgidamente, pelo nível de vida pecuniário da classe.

A vida diária apresenta muitas ilustrações curiosas da maneira pela qual o código de beleza pecuniária varia, em artigos de uso, de uma classe para outra, bem como do modo segundo o qual o senso convencional da beleza difere em suas manifestações do senso não dirigido pelos requisitos de reputação pecuniária. Um exemplo é o gramado — jardim ou parque de relva cortada rente — que tão naturalmente apela ao gôsto dos povos ocidentais. Parece especialmente apelar ao gôsto das classes abastadas naquelas comunidades onde predomina em grau apreciável o elemento dolicocéfalo louro. O gramado possui indubitàvelmente um elemento de beleza sensual como simples objeto de apercepção e como tal apela diretamente para a vista de quase tôdas as raças e classes; mas talvez seja mais indubitàvelmente belo à vista do dolicocéfalo louro do que para a maioria de outras variedades humanas. Esta maior apreciação de um trecho de verdura por êsse grupo étnico — maior do que por outros elementos da população — acompanha outros traços do temperamento dolicocéfalo louro, o que indica que esta raça foi por muito tempo um povo de pastôres, habitantes de uma região de clima úmido. O gramado cortado rente é belo aos olhos de um povo cuja tendência herdada é a de achar um prazer imediato na contemplação de um pasto ou de uma terra de pastagem bem conservada.

Para fins estéticos, o gramado é um pasto de vacas; e na atualidade, em alguns casos — onde a prodigalidade das circunstâncias concomitantes impede qualquer imputação de economia — o idílio do dolicocéfalo louro se reabilita mediante a introdução de uma vaca no relvado ou no gramado particular. Em tais casos, a vaca comumente empregada é de raça e dispendiosa. A vulgar sugestão de poupança, quase sempre inseparável da vaca, é uma constante objeção ao uso decorativo dêsse animal. De modo que em todos os casos, exceto quando o ambiente luxuoso anula essa sugestão, o uso da vaca como objeto de bom gôsto deve ser evitado. Onde a preferência por algum animal de pasto a fim de corresponder à sugestão de pastagem é demasiado forte para ser suprimida, o lugar da vaca é muitas vêzes ocupado por um substituto mais ou menos inadequado, tal como o veado, o antílope ou qualquer outro animal exótico. Tais substitutos, embora menos belos do que a vaca segundo o gôsto pastoral do homem do Ocidente, são nesses casos preferidos devido à sua superior futilidade ou preço elevado, e conseqüente reputação. Não são vulgarmente lucrativos, seja de fato ou por sugestão.

Os parques públicos, naturalmente, estão na mesma categoria dos gramados; são, no máximo, imitações de pastagens. Um parque dessa espécie é naturalmente melhor conservado pelo pastejo, e o gado sôbre a relva não é um mesquinho aditamento à beleza da coisa, no que não é preciso insistir com qualquer pessoa que viu ao menos uma vez um pasto bem tratado. Mas vale notar, como expressão do elemento pecuniário no gôsto popular, que êsse método de conservar terrenos públicos é raramente empregado. O máximo que fazem operários qualificados sob a supervisão de um tratador experimentado é mais ou menos uma acurada imitação de pastagem, mas o resultado invariàvelmente deixa a desejar quanto ao efeito artístico da mesma. Mas para o entendimento popular da média, um rebanho de gado

tão acentuadamente sugere poupança e utilidade, que a sua presença em um parque público seria intoleràvelmente ordinária. Êste método de conservação de parques é relativamente barato, e, em conseqüência, indecoroso.

Tem o mesmo sentido geral um outro aspecto dos parques públicos. Pois também existe uma exibição integral de gastos, acompanhada de uma simplicidade fingida e de crua utilidade. Parques particulares também apresentam a mesma fisionomia sob a gerência ou propriedade de pessoas cujos gastos se formaram nos hábitos de vida da classe média ou na tradição da classse mais alta de data não mais remota do que a infância da geração que agora está passando. Os parques que se conformam com os gostos educados da classe alta mais recente não apresentam êsses traços em grau tão notável. A razão dessa diferença de gostos entre a geração passada e a que se inicia entre os bem-nascidos reside na situação econômica em mudança. A mesma diferença se percebe a outros respeitos, bem como nos ideais aceitos no tocante a jardins. Neste país, bem como na maioria dos outros, até a última metade do século, apenas uma diminuta proporção dos habitantes é possuidora de uma riqueza que os isenta de poupança. Devido aos meios imperfeitos de comunicação, essa pequena fração vivia espalhada, sem o menor contato entre os seus componentes. Não havia portanto base para um desenvolvimento do gôsto sem olhar a despesas. A revolta do gôsto requintado contra a poupança vulgar não tinha peias. Onde quer que o senso não refinado da beleza surgisse esporàdicamente sancionando arredores pouco dispendiosos, faltar-lhe-ia a "confirmação social" que coisa alguma, exceto um corpo considerável de pessoas de pensamento uniforme, pode dar. Não havia, portanto, nenhuma opinião efetiva da classe mais alta, que fechasse os olhos à evidência de uma possível poupança na administração dos jardins; e não havia, conseqüentemente, nenhuma divergência

apreciável entre o ideal da classe ociosa e a pequena classe média no tocante à fisionomia dos mesmos. Ambas as classes igualmente concretizaram os seus ideais tendo a atenazá-las o mêdo ao descrédito pecuniário.

Atualmente começa a surgir uma divergência de ideais. A parcela da classe ociosa consistentemente isenta do trabalho e cuidados pecuniários de uma geração ou mais é agora bastante grande para formar e sustentar opinião em assuntos de gôsto. À maior mobilidade de seus membros também se acrescentou a facilidade mediante a qual a "confirmação social" pode ser atingida dentro da classe. Nessa classe seleta, a ausência de poupança é assunto tão corriqueiro, ao ponto de ter perdido muito da sua utilidade como base de decôro pecuniário. Portanto, as regras do gôsto da classe alta mais recente não insistem tão consistentemente numa incessante demonstração de dispêndio e na rigorosa exclusão das aparências de poupança. Foi assim que uma predileção pelo rústico e o "natural" em parques e jardins fêz a sua aparição nesses níveis sociais e intelectuais mais altos. Esta predileção é em grande parte um afloramento do instinto de artesanato; e exibe os seus resultados em vários graus de consistência. Raramente é sem afetação, e de vez em quando gradualmente se transforma em alguma coisa não muito diferente daquela rusticidade simulada a que acima aludimos.

Uma fraqueza por dispositivos cruamente serviçais que acentuadamente sugere o uso e o desperdício imediatos acha-se presente até mesmo nos gostos da classe média; mas é aí conservado sob contrôle pelo domínio ininterrupto da regra de uma futilidade bem conceituada. Em conseqüência, essa fraqueza opera numa variedade de meios e modos para fingir utilidade; por exemplo, em dispositivos tais como cêrcas rústicas, pontes, caramanchões, pavilhões e semelhantes aspectos decorativos. Expressão dessa afetação de uti-

lidade, no que é talvez a mais importante divergência dos primeiros estímulos do senso da beleza econômica, nos é proporcionada pelo gradil rústico e as treliças de ferro forjado, ou pela aléia sinuosa feita em terreno plano.

A classe ociosa mais seleta superou o emprêgo dessas variantes pseudo-úteis de beleza pecuniária — pelo menos em alguns pontos. Mas o gôsto da camada da classe ociosa pròpriamente dita e da pequena e grande classe média ainda exige beleza pecuniária como suplemento da beleza estética, mesmo naqueles objetos que são precìpuamente admirados pela beleza que lhes é intrínseca como qualidade natural.

O gôsto popular em tais assuntos deve ser observado na alta apreciação prevalecente pela topiaria e os canteiros convencionais dos jardins públicos. Feliz ilustração a dar dêste domínio da beleza pecuniária sôbre a beleza estética nos gostos da classe média pode ser vista na reconstrução dos terrenos ùltimamente ocupados pela *Exposição de Colômbia*. Serve ela para mostrar que a exigência do dispêndio bem conceituado ainda está presente e vigorosa mesmo quando é evitada tôda ostentação perdulária. Os efeitos artísticos realmente lavrados nessa obra de reconstrução divergem algo dos efeitos aos quais os terrenos se teriam prestado em mãos não orientadas pelas regras do gôsto pecuniário. E até mesmo a melhor classe da população citadina contempla a obra com uma aprovação irrestrita, a sugerir que há no caso muito pouca ou nenhuma discrepância entre os gostos das classes médias mais altas e as mais baixas da cidade. O senso de beleza da população dessa cidade representativa da cultura pecuniária adiantada reluta ante qualquer desvio do seu grande princípio cultural de dispêndio conspícuo.

O amor da natureza, talvez emprestado de um código estético de classe mais alta, às vezes se exprime

de modos inesperados, sob a orientação dessa regra de beleza pecuniária, e conduz a resultados que podem parecer incongruentes a um observador distraído. A prática adotada de se plantarem árvores nas regiões dêste país despidas de vegetação, tem sido levada a efeito, por exemplo, como um artigo de dispêndio honorífico, em áreas densamente arborizadas; de modo que não é raro uma aldeia ou um fazendeiro da região arborizada limpar a terra de suas árvores nativas e imediatamente replantar árvores novas, de certas variedades estrangeiras, seja na fazenda ou ao longo das ruas. Dêste modo, derrubam-se carvalhos, álamos, freixos, tílias, coníferas, cariocáreas e vidoeiros para dar lugar a plantações de bôrdos, choupos e salgueiros caducos. Isso porque se julga que a ausência de gastos que representa deixar de pé as árvores da floresta está abaixo da dignidade que deveria revestir um artigo destinado a servir a fins decorativos e honoríficos.

A mesma incisiva orientação de gôsto mediante uma boa reputação pecuniária é perceptível nos padrões existentes no tocante à beleza dos animais. Já aqui se aludiu à parte representada por essa regra de gôsto ao atribuir ela à vaca o lugar que lhe compete na escala estética popular. Algo parecido é válido para outros animais domésticos, enquanto êles são, industrialmente e em grau apreciável, úteis à comunidade — como, por exemplo, as aves de criação, os porcos, o gado, os carneiros, as cabras e os cavalos de tiro. Pertencem êstes à natureza de bens produtivos, e servem a um fim útil, freqüentemente com fins lucrativos; razão por que a beleza não lhes é prontamente imputada. O caso é diferente quando se trata de animais domésticos que ordinàriamente não servem a fins industrais; por exemplo, pombos, papagaios e outras aves de gaiola, gatos, cachorros e cavalos de corrida. Comumente êstes são artigos de consumo conspícuo, são portanto honoríficos por sua natureza e podem legìtimamente ser considerados belos. Essa classe

de animais é convencionalmente admirada pela totalidade das classes mais altas, enquanto as classes pecuniàriamente mais baixas (e aquela seleta minoria da classe ociosa dentro da qual a rigorosa regra que abjura a poupança é em certa medida obsoleta) vêem beleza tanto numa classe de animais como em outra, sem traçar uma linha rígida e fixa de limite pecuniário entre o belo e o feio.

No caso daqueles animais domésticos que são honoríficos e reputadamente belos, existe uma base subsidiária de mérito à qual é mister aludir. Além dos pássaros que pertencem à classe honorífica dos animais domésticos, e que devem a sua situação nessa classe tão-sòmente ao seu caráter não lucrativo, os animais que merecem atenção particular são os gatos, os cães e os cavalos de corrida. O gato tem menor reputação do que os outros que acabamos de citar, pois representa um menor desperdício; pode até servir a fins utilitários. Ao mesmo tempo, o temperamento do gato não o habilita a uma finalidade honorífica. Vive com o homem em têrmos de igualdade, nada sabe daquela relação de classe que é a antiga base de tôdas as distinções de valor, honra e conceito, e não se presta fàcilmente a uma comparação invejosa entre seu dono e os vizinhos. A exceção a esta última regra ocorre no caso de produtos raros e caprichosos tais os gatos angorá, que possuem certo valor honorífico baseado em seu alto preço, e têm, portanto, uma especial pretensão à beleza em bases pecuniárias.

O cão leva vantagem no setor da utilidade, bem como em seus dons especiais de temperamento. Geralmente se fala dêle, num alto sentido, que é o amigo do homem, e louvam-se a sua inteligência e sua fidelidade. Isto significa que o cão é servo do homem e possui o dom de uma indiscutível subserviência e a presteza com que o escravo adivinha o estado de espírito de seu dono. Conjugado a êsses traços, que o habilitam para a relação de classe — e que, para o nosso atual propósito,

devem ser consignados como traços úteis — o cão possui algumas características de valor estético mais equívoco. É o mais sujo dos animais domésticos e o de hábitos mais repugnantes, o que êle compensa mediante uma atitude servil e bajuladora para com o dono, e uma disposição para infligir aborrecimentos e incômodos aos demais. Assim é que o cão se recomenda ao nosso favor facultando um ensejo à nossa propensão de dominar, ao mesmo tempo constituindo um objeto de despesas; e comumente não serve a nenhum fim industrial, ocupando em conseqüência um lugar bem garantido na consideração do homem como coisa que é de bom conceito. Ao mesmo tempo está o cão associado em nossa imaginação com a caça — emprêgo meritório e expressão do honorífico impulso predatório.

Com base nessas vantagens, a beleza da forma e do movimento e os traços mentais recomendáveis que êle porventura tenha serão convencionalmente reconhecidos e exagerados, sejam quais forem. E até mesmo essas variedades de cães que foram grotescamente deformados pelo capricho do criador são de boa fé reputadas belas por muita gente. Tais variedades — e o mesmo é verdadeiro no tocante a outros animais propositadamente deformados — são de certa forma, avaliados e classificados em proporção com o grau do seu aspecto grotesco e a instabilidade da moda particular que a deformidade assume no caso determinado. Para o fim em vista, essa utilidade diferencial baseada no aspecto grotesco e na instabilidade de estrutura é redutível a têrmos de uma maior escassez e conseqüentes despesas. O valor comercial das monstruosidades caninas, tais como os estilos prevalecentes no tocante a cães de estimação tanto para uso dos homens como das mulheres, se baseia no alto custo de sua produção, e seu valor para seus proprietários está principalmente na sua utilidade de artigos de consumo conspícuo. Indiretamente, através do reflexo sôbre seu dispêndio

honorífico, atribui-se-lhes um valor social; e assim, por uma fácil substituição de palavras e idéias, vêm êles a ser admirados e considerados belos. Como nenhuma atenção concedida a êsses animais é absolutamente lucrativa ou útil, ela é também dignificante; e como o hábito de dar-lhes atenção não é condenado, pode êle se tornar em um afeto de grande tenacidade e dos mais benévolos. De modo que, no afeto concedido a animais de estimação, a regra da dispendiosidade está mais ou menos remotamente presente à guisa de uma norma que guia e molda o sentimento e a seleção de seu objeto. O mesmo é verdadeiro, como agora se verá, no tocante ao afeto pelas pessoas; embora nesse caso seja diferente a maneira pela qual essa norma atua.

O caso do cavalo de corrida é muito semelhante ao do cachorro.

Tendo-se em vista a finalidade industrial, o cavalo é absolutamente dispendioso ou ruinoso ou inútil. Seja qual fôr o uso produtivo que possa ter no sentido de aumentar o bem estar da comunidade ou tornar mais fácil ao homem o seu estilo de vida, vem êsse uso revestido da forma de demonstrações de fôrça e facilidade de movimento, agradáveis ao senso estético popular. Isto, naturalmente, é uma utilidade substancial. O cavalo não é dotado da aptidão espiritual para a mesma servil dependência do cão: mas serve eficazmente, ao impulso de seu dono em dispor as fôrças "animadas" do ambiente para seu próprio uso e discrição, e para exprimir através delas a sua própria individualidade. O cavalo veloz é potencialmente um cavalo de corrida, em alto ou baixo grau; e é neste aspecto que reside a sua peculiar utilidade para seu possuidor. A utilidade do cavalo de corrida repousa principalmente em sua eficácia como meio de emulação; serve ao sentido de agressão e domínio de seu dono quando êste vê que o seu cavalo supera o do vizinho. Semelhante uso, não sendo lucrativo, mas inteira e

consistentemente perdulário, e ainda por cima conspícuo, é também, em conseqüência, honorífico, dando portanto ao cavalo de corrida uma forte posição presuntiva de bom conceito. Além disso, o cavalo de corrida pròpriamente dito possui um uso similarmente não industrial mas honorífico em seu aspecto de instrumento de jôgo.

Assim pois o cavalo de corrida é estèticamente afortunado, naquilo em que a regra de bom conceito pecuniário legitima a livre apreciação de qualquer traço de beleza ou utilidade que êle possua. Suas pretensões têm o cariz do dispêndio conspícuo, ao mesmo tempo que são respaldadas pela aptidão predatória do domínio e da emulação. Além disso, o cavalo é um animal bonito, embora o cavalo de corrida não seja especialmente bonito para o gôsto pouco desenvolvido dos que não pertencem à classe dos fanáticos de corridas nem à classe cujo sentido de beleza é mantido em suspenso pelo constrangimento moral do prêmio em jôgo. Com relação a êste gôsto ineducado, o mais belo cavalo dir-se-ia uma forma que sofreu uma alteração menos radical do que a que sofreu o cavalo de corrida às mãos do criador em seu afã seletivo. Todavia, quando um escritor ou orador — especialmente aquêles cuja eloqüência é consistentemente mais sediça — que uma ilustração da graça e da utilidade animais, para fins retóricos, é justamente para o cavalo que apela; e geralmente deixa bem claro, antes de acabar, que o que tem na mente é o cavalo de corrida.

Deve-se notar que, na apreciação classificada das variedades de cavalos e cães, tal a que se observa até entre pessoas de gostos moderadamente cultivados nesse assunto, também é perceptível outra linha mais direta na influência das regras de avaliações da classe ociosa. Por exemplo: neste país, os gostos da classe ociosa são, em certa medida, moldados segundo usos e hábitos prevalecentes (ou que se imaginam prevalecentes) na classe ociosa da Grã-Bretanha. Isto é mais verdadeiro tratando-se de cavalos, não de cães. No

que diz respeito aos primeiros, especialmente aos cavalos de sela — que servem no máximo à simples ostentação de dispêndio — considera-se verdadeiro, de modo geral, que um cavalo é tanto mais belo quanto mais inglês; sendo a classe ociosa inglêsa, no que toca aos usos de bom conceito, a classe mais alta dêste país, e, em conseqüência, o exemplo para as classes mais baixas. Esta imitação nos métodos de apreender a beleza e formar julgamentos de gôsto não precisa necessàriamente resultar numa predileção espúria, ou, de qualquer modo, hipócrita ou afetada. Quando nessa base, a predileção é um prêmio tão sério e substancial como em qualquer outra; a diferença é que êste gôsto é um gôsto pelo reputadamente correto, não pelo estèticamente verdadeiro.

A imitação, deve-se dizer, se estende mais além do simples senso de beleza relativa ao cavalo. Inclui os arreios e o modo de cavalgar, de forma que o modo ou a atitude de montar com elegância e correção consagrada também são decididos pelo uso inglês, como também a andadura eqüestre. Para mostrar como podem às vêzes ser fortuitas as circunstâncias que decidem sôbre o que deve ser correto ou não segundo a regra pecuniária da beleza, pode-se notar que a sela inglêsa e, especialmente, o passo peculiarmente incomodo que tornou necessária essa sela, são uma sobrevivência do tempo em que as estradas inglêsas eram lamacentas, virtualmente intransitáveis para um cavalo de andadura mais cômoda; de modo que uma pessoa de gôsto bem formado na arte de cavalgar, cavalga hoje um trotão com um côto de cauda, em posição incômoda e marcha aflitiva, só porque as estradas inglêsas, durante grande parte do último século, eram intransitáveis para um cavalo que tivesse uma marcha mais própria de cavalo, ou para um animal formado para caminhar com facilidade na região firme e desimpedida da qual é autóctone.

Não é apenas no tocante a bens de consumo — com inclusão dos animais domésticos — que as regras do gôsto foram afetadas pelo bom conceito pecuniário. O mesmo se poderá dizer quanto à beleza das pessoas. A fim de evitar assunto de controvérsia, aqui não se dará importância à predileção popular acaso existente para com o porte (ociosamente) imponente e majestoso que na tradição vulgar atualmente se associa com a opulência dos homens maduros. Êsses traços são aceitos em certa medida, como elementos de beleza pessoal. Mas, por outro lado, há certos elementos de beleza faminina que ora vêm a pêlo, e que são de uma índole tão concreta e específica ao ponto de reclamarem uma apreciação mais particularizada. É mais ou menos uma regra, nas comunidades em fase de desenvolvimento econômico, onde as mulheres são prezadas pela classe alta mercê de sua prestimosidade, ser o ideal da beleza feminina a mulher robusta e de membros graúdos. A base dessa apreciação é física, tendo, entretanto, a conformação do rosto, uma importância apenas secundária. Exemplo bem conhecido dêsse ideal prevalecente na primitiva cultura predatória é o das donzelas dos poemas homéricos.

Êsse ideal sofre uma mudança no desenvolvimento subseqüente, quando, no plano convencional, o ofício da mulher da classe alta se transforma simplesmente em ócio substitutivo. Nessa altura, o ideal abrange as características que se supõem resultarem, ou serem apanágio, de uma vida ociosa forçosamente adotada. O ideal aceito em tais circunstâncias pode ser apreciado quando poetas e escritores dos tempos da cavalaria descrevem as belas mulheres da época. No plano convencional daquela época, concebiam-se as damas da classe alta isentas de todo o trabalho útil e vivendo em perpétua tutela. O ideal de beleza. cavaleiresco ou romântico, toma conhecimento do rosto, principalmente insistindo em sua delicadeza, na delicadeza das mãos

e dos pés, na esbeltez da figura, e, especialmente, na cintura fina. Nas representações ilustradas da mulher daquela época, e nos imitadores românticos modernos do pensamento e do sentimento cavaleiresco, a cintura é adelgaçada ao ponto de implicar uma extrema debilidade. O mesmo ideal ainda perdura numa parcela considerável das modernas comunidades industriais; deve-se porém acrescentar que êle se manteve com maior pertinácia nas comunidades menos adiantadas quanto ao desenvolvimento econômico e civil, reveladoras das sobrevivências mais consideráveis de hierarquia social e instituições predatórias. O que vale dizer que o ideal cavaleiresco é melhor preservado nas comunidades substancialmente menos modernas da atualidade. Sobrevivências dêste ideal sentimental e romântico ocorrem livremente nos gostos das classes abastadas dos países do continente europeu.

Nas comunidades modernas que atingiram altos níveis de desenvolvimento industrial, a classe ociosa mais alta acumulou tão grande massa de riqueza, ao ponto de colocar suas mulheres acima de qualquer imputação de trabalho vulgarmente produtivo. Aqui, a posição social da mulher, em sua qualidade de consumidora vicária, começa a perder o seu lugar na afeição da generalidade do povo; e, em conseqüência, o ideal da beleza feminina está começando a voltar da mulher mòrbidamente delicada, transparente e perigosamente delgada, para um mulher do tipo arcaico que não renega suas mãos e pés, tampouco os demais aspectos grosseiros de sua pessoa. No decorrer do desenvolvimento econômico, o ideal de beleza entre os povos de cultura ocidental mudou do corpo para a senhora, e recomeça a voltar para a mulher; tudo isso em obediência a mudanças nas condições da emulação pecuniária. Em certa época, essa emulação exigia escravas robustas; noutra, exigia o conspícuo desempenho do ócio vicário, e, conseqüentemente, uma visível incapacidade; mas a situação começa agora a superar esta

última exigência, uma vez que, sob a eficiência maior da indústria moderna, o ócio feminino é possível até mesmo nos últimos graus do bom conceito pecuniário, ao ponto de já não servir como sinal definitivo de uma situação pecuniária mais alta.

Além dêsse contrôle geral, exercido pela norma de dispêndio conspícuo no tocante ao ideal da beleza feminina, há ainda dois ou três detalhes que merecem especificação por mostrarem como pode êle exercer um extremo constrangimento de pormenores sôbre o senso masculino de beleza feminina. Já se observou que, nas fases de evolução econômica nas quais o ócio conspícuo é muito reputado como sintoma de bom conceito pecuniário, o ideal exige mãos e pés delicados e diminutos, e cintura fina. Êsses traços, acrescidos de outros que se relacionam com os defeitos de estrutura que geralmente os acompanham, servem para mostrar que a pessoa assim constituída é incapaz de esfôrço útil, e precisa portanto de ser mantida na ociosidade pelo seu proprietário. É ela inútil e dispendiosa, e, conseqüentemente, tem valor como prova da fôrça pecuniária de seu dono. O resultado é que, nesta fase cultural, vêm às mulheres a idéia de modificar suas pessoas, de modo a se conformarem em maior grau com as exigências do gôsto prevalecente da época; e sob a orientação da regra do bom conceito pecuniário, os homens julgam atraentes os traços patológicos, artificialmente induzidos, daí resultantes. Para exemplificar, citaremos a cinturinha de vespa, moda muito difundida e duradoura nas comunidades da cultura ocidental, bem com a deformação do pé entre as chinesas. Ambas são mutilações inegàvelmente repulsivas ao gôsto a elas desabituado, de modo que é mister formar-se o hábito para que a gente as aceite. Todavia, não se pode duvidar da atração que exerciam sôbre os homens a cujo estilo de vida convinham como objetos honoríficos e sancionados pelas exigências do prestígio

pecuniário. São, com efeito, objetos de beleza pecuniária e cultural, que vieram a fazer as vêzes de elementos na composição do ideal de feminilidade.

O nexo aqui indicado entre o valor estético e o valor pecuniário emulativo das coisas não está naturalmente presente na consciência do avaliador. Pelo menos na medida em que uma pessoa, ao formar sua opinião no tocante ao gôsto, pense e reflita que o objeto de beleza sob consideração é pecuniário e de bom conceito, sendo, por isso, legìtimamente reputado belo; ou na medida em que a opinião não seja uma opinião *bona fide* de gôsto e não entre a ser considerada nesta conexão. A conexão na qual aqui se insiste, entre a respeitabilidade e a beleza percebida dos objetos reside no efeito que tem a respeitabilidade nos hábitos de pensamento do avaliador. Têm êle o hábito de formar julgameitos de valor de várias espécies — econômicos, morais, estéticos ou de respeitabilidade — no tocante aos objetos que lhe dizem respeito, e sua atitude ao encomiar qualquer determinado objeto em qualquer outra base afetará o grau de apreciação do mesmo objeto quando se trata de julgá-lo para fins estéticos. Isto é ainda mais verdadeiro no tocante à avaliação feita em bases tão ìntimamente relacionadas com a base estética, como é o caso da respeitabilidade. A avaliação para fins estéticos e para fins de prestígio não estão de tal modo apartadas como parece à primeira vista. É muito fácil surgir a confusão entre essas duas espécies de avaliação, porque o valor dos objetos que dão prestígio não está habitualmente determinado no discurso mediante o emprêgo de um têrmo descritivo especial. O resultado é que os têrmos de uso familiar, empregados para designar categorias ou elementos de beleza, se aplicam para cobrir êsse elemento sem nome do mérito pecuniário, e, conseqüência fàcilmente previsível, segue-se-lhe uma correspondente confusão de idéias. Dêste modo, as exigências de bom conceito pecuniário colidem, na compreensão popular, com as exigências do senso de

beleza, e beleza desacompanhada dos sinais abonadores do bom conceito pecuniário não é aceita. Mas as exigências pecuniárias de respeitabilidade, e as da beleza em seu sentido ingênuo, não coincidem em nenhum grau apreciável. A eliminação, da nossa vizinhança, dos pecuniàriamente inaptos, resulta portanto numa eliminação mais ou menos completa daquela considerável série de elementos de beleza que não se conformam com as exigências pecuniárias.

As normas subjacentes de gôsto têm raízes antiqüíssimas, provàvelmente precederam o advento das instituições pecuniárias que aqui se discutem. Em conseqüência, por fôrça da passada adaptação seletiva dos hábitos mentais dos homens, acontece que, simples exigências de beleza, são em sua maior parte melhor satisfeitas por dispositivos e estruturas não dispendiosos, que de modo direto sugerem tanto o ofício que têm de desempenhar como o método de servir a seus próprios fins.

Talvez seja oportuno relembrar aqui a posição psicológica moderna. Beleza de forma dir-se-ia ser uma questão de facilidade de percepção. O postulado talvez possa, impunemente, alargar-se mais. Se a abstração se faz por associação, sugestão e "expressão", classificadas como elementos de beleza, então a beleza de qualquer objeto percebido significa que a mente prontamente exerce a sua atividade perceptiva nas direções facultadas pelo objeto em questão. Mas as direções nas quais a atividade prontamente se desenvolve ou se exprime são as direções para as quais a mente se inclina mercê de um hábito longo e antigo. Naquilo que concerne aos elementos essenciais de beleza, êsse é um hábito tão longo e aderente de modo a induzir não apenas um pendor pela forma perceptiva em questão, mas também uma adaptação da estrutura e da função fisiológica. Na medida em que o interêsse econômico entra na constituição da beleza, êle assim o faz

como sugestão ou expressão de adequação a um propósito, uma subserviência manifesta, e prontamente deduzida, do processo vital. Essa expressão de facilidade econômica ou utilidade econômica em qualquer objeto — o que se pode chamar de beleza econômica do objeto — é melhor servida pela nítida e franca sugestão do seu ofício e eficiência para o objetivo material da vida.

Nessa base, o artigo simples e desadornado é estèticamente o melhor de todos. Mas uma vez que o padrão pecuniário de respeitabilidade rejeita o que é barato nos artigos peculiares ao consumo individual, a satisfação do nosso anseio por coisas belas pode ser procurada por via da transigência. As regras de beleza têm de ser delimitadas por algum dispositivo que venha a provar um dispêndio perdulário honorífico, ao mesmo tempo satisfazer às exigências do nosso sentido crítico do útil e do belo, ou, pelo menos satisfazer às exigências de algum hábito que viesse servir em substituição àquele sentido. Êsse sentido auxiliar do gôsto seria o sentido da novidade; e êste último é servido em sua função substituta pela curiosidade com que os homens olham quaisquer dispositivos engenhosos ou enigmáticos. Daí vem que muitos objetos alegadamente belos, e servindo como tais, demonstram uma considerável engenhosidade de desenho e são calculados para intrigar quem os contempla (a fim de o deixar perplexo com miúdas sugestões e vagas idéias do improvável) ao mesmo tempo que provam um excessivo dispêndio de trabalho sôbre o que conferiria a maior eficiência ao seu fim econômico ostensivo.

Podemos dar um exemplo neste particular, tirado fora da série de nossos hábitos e contatos quotidianos, portanto fora do ângulo da nossa visão. Aludimos às notáveis capas de plumas do Havaí, ou aos muito conhecidos cabos entalhados de enxós de certas ilhas da Polinésia. Ambos os artigos são inegàvelmente belos, não apenas porque apresentam uma agradável composição de forma, linha e côr, como também porque evi-

denciam uma grande mestria e engenhosidade de desenho e de fabrico. Ao mesmo tempo tais artigos são manifestamente inadequados para servir a qualquer outro objetivo econômico. Mas não é sempre que a evolução de dispositivos engenhosos e enigmáticos, desenvolvida conforme a regra do desperdício de esfôrço, apresenta resultados tão felizes. Êstes são freqüentemente uma supressão virtualmente completa de todos os elementos que poderiam suportar um escrutínio relativo à sua qualidade de expressões de beleza ou utilidade, e a substituição das provas de um desperdício de engenhosidade e trabalho respaldadas por uma conspícua inaptidão; e até muitos objetos que nos cercam na vida diária, e muitos artigos diários de indumentária e enfeite, são de molde a não ser tolerados senão mercê de uma obrigação imposta por uma tradição fixa. Exemplos dessa substituição de engenhosidade e dispêndio em lugar de beleza e utilidade podem-se verificar, por exemplo, na arquitetura doméstica, na arte ou obras de fantasia domésticas, em vários artigos de vestuário, especialmente nos trajes femininos e sacerdotais.

A regra da beleza exige uma expressão genérica. A "novidade" devida às exigências do dispêndio conspícuo permeia essa regra de beleza, naquilo em que ela traz como resultado a transformação da fisionomia de nossos objetos de gôsto numa série de idiossincrasias; além disso as idiossincrasias estão sob a vigilância seletiva da regra de dispendiosidade.

Êste processo de adaptação seletiva de desenhos visando ao desperdício conspícuo, e à substituição da beleza pecuniária pela beleza estética, tem sido especialmente eficaz no desenvolvimento da arquitetura. Seria extremamente difícil achar uma moderna residência civilizada, ou edifício público, que fizesse jus a algo melhor do que a uma relativa inocuidade aos olhos de qualquer pessoa que desassociasse os elemen-

tos de beleza dos de desperdício honorífico. A infinita variedade de fachadas expostas em nossos prédios de aluguel ou edifícios de apartamentos é uma infinita variedade de desgraças arquitetônicas e de sugestões de um desconfôrto muito caro. Consideradas como objetos de beleza, as paredes maciças dos lados e dos fundos dessas estruturas, intocadas pelas mãos do artista, são comumente a melhor parte do edifício.

O que se disse sôbre a influência da lei do dispêndio conspícuo no tocante às regras do gôsto será válido, com apenas uma leve alteração de têrmos, no tocante à sua influência sôbre as nossas idéias da utilidade dos bens para outros fins que não os estéticos. Os bens são produzidos e consumidos visando a um desenvolvimento mais pleno da vida humana; e sua utilidade consiste, em primeiro lugar, em sua eficácia para conseguir êsse fim. Primeiramente é êsse fim a plenitude da vida do indivíduo encarada em têrmos absolutos. Mas a inclinação humana para a emulação se apossou do consumo de bens como instrumento de comparações invejosas, em conseqüência revestiram os bens consumíveis uma utilidade secundária: a prova da relativa habilitação para pagar. Êsse uso indireto e secundário de bens de consumo empresta um caráter honorífico ao dito consumo, e hoje em dia, também aos bens que melhor servem a êsse fim emulativo de consumo. O consumo de bens dispendiosos é meritório, e são honoríficos os bens que possuem um apreciável elemento de custo em excesso daquilo que confere utilidade à sua finalidade mecânica ostensiva. Os indícios de custo supèrfluamente caro dos bens são portanto indícios de valor — de grande eficácia, mercê da finalidade indireta e emulativa a ser propiciada pelo seu consumo; inversamente, os bens humilham, e são por isso pouco atraentes, se demonstram uma adaptação demasiado estrita ao fim mecânico buscado e não incluem uma margem de dispêndio onde se basear uma complacente comparação emuladora. Esta utilidade indireta empresta muito de

seu valor às "melhores" classes de bens. A fim de apelar ao senso educado de utilidade, um artigo deve possuir umas tinturas desta utilidade indireta.

Embora os homens tenham começado por desaprovar um estilo de vida não dispendioso porque isso indicava uma inabilidade para gastar bastante, e, em conseqüência, uma ausência de êxito pecuniário, logo terminaram por cair no hábito de censurar coisas baratas como intrìnsecamente desonrosas e indignas devido a seu baixo preço. À medida que o tempo passava, cada geração subseqüente ia recebendo esta tradição de dispêndio meritório da geração que a precedera, e por sua vez elaborando e envigorando a regra tradicional de respeitabilidade pecuniária nos artigos de consumo; até que finalmente chegaram a um tal grau de convicção no tocante à indignidade de tôdas as coisas não dispendiosas, de modo que já não há engano possível quando se formula a seguinte frase: "Barato e ordinário". Tão completamente se arraigou em nosso pensamento êsse hábito de aprovarmos o caro e desaprovarmos o barato, que adotamos pelo menos alguma dose de desperdício em nosso consumo, muito embora tais artigos sejam consumidos na mais estrita intimidade e sem a menor idéia de ostentação. Todos sentimos, sinceramente e sem possibilidades de engano, que estamos mais edificados por haver, mesmo na intimidade do nosso lar, comido nossa refeição diária com talheres de prata lavrada à mão, ou em porcelana também pintada à mão (freqüentemente de valor duvidoso) postos em toalhas de linho de alto preço. Qualquer retrocesso no padrão de vida que nos habituamos a considerar digno a êsse respeito é tido como uma dolorosa violação da nossa dignidade humana. Assim também, nas últimas décadas, as velas têm sido uma fonte de luz mais agradável do que qualquer outra à hora do jantar. Com efeito, a luz das velas é mais suave, menos ofensiva a olhos bem educados do que a

luz de querosene, de gás ou elétrica. Não se poderia dizer o mesmo há trinta anos passados, quando as velas eram (e o eram ainda recentemente) a luz disponível mais barata para uso doméstico. E nem mesmo agora as velas proporcionam uma luz aceitável ou eficaz em qualquer iluminação que não seja ritual.

Um sábio estadista ainda vivo resumiu essa questão com o dito seguinte: "Sobretudo barato, homem barato", e provàvelmente ninguém há que não sinta a fôrça de convicção aí contida.

O hábito de observar os traços de dispêndio supérfluo nas mercadorias, e de exigir que tôdas elas proporcionem alguma utilidade da espécie indireta ou emuladora, conduz a uma mudança nos padrões pelas quais se mede a utilidade das mesmas. O elemento honorífico e o elemento da eficácia brutal não se separam na apreciação do consumidor no tocante a utilidades, e os dois juntos servem para compor o conjunto não analisável da utilidade dos bens. No padrão de utilidade que disso resulta, nenhum artigo será aprovado se apenas se baseia na suficiência material. A fim de se completar e receber plena aceitação do consumidor, o artigo deve igualmente apresentar um elemento honorífico. O resultado é os produtores de artigos de consumo dirigirem seus esforços para a produção de bens que vão ao encontro dessa exigência do elemento honorífico. E isto farão com tanto maior alacridade e eficácia, pois que êles próprios estão sob o domínio do mesmo padrão de valia no tocante aos bens, e ficariam sinceramente constrangidos à vista de bens aos quais faltasse o polimento honorífico. Acontece, daí, não existirem na atualidade em indústria alguma, mercadorias destituídas, em maior ou menor grau, do elemento honorífico. O consumidor que, a exemplo de Diógenes, insistisse na eliminação de todos os elementos honoríficos ou de desperdício de seu consumo, seria incapaz de suprir às suas necessidades mais triviais no mercado moderno. Com efeito, mesmo que tentasse

suprir às suas necessidades diretamente pelo seu próprio esfôrço, acharia difícil, quando não impossível, despojar sua cabeça dos hábitos contemporâneos de pensamento; de modo que escassamente poderia obter um suprimento das coisas necessárias da vida para o consumo de um só dia que fôsse, sem que instintivamente, e inadvertidamente, incorporasse em um produto banal alguma coisa dêsse elemento honorífico, quase decorativo, da obra perdulária.

É de notar-se que, em sua seleção de bens utilizáveis no mercado a varejo, os compradores são guiados mais pelo acabamento e o artesanato dos bens, do que por quaisquer sinais de utilidade substancial. Os bens, para se venderem, têm de possuir uma apreciável parcela do trabalho gasto em conferir-lhes as marcas de dispêndio honorífico, em adição ao que lhes confere prestimosidade para o uso material a que devem servir. Êsse hábito de fazer do alto custo visível uma regra de prestimosidade, naturalmente serve para realçar o custo acrescentado dos artigos de consumo. Alerta-nos contra o barato, identificando, em certo grau, o mérito da coisa com o seu custo. Há geralmente um esfôrço consistente de parte do consumidor, para obter mercadorias da utilidade exigida, mediante as mais vantajosas pechinchas que possa lograr; mas a exigência convencional do alto preço indisfarçável — garantia e elemento da utilidade dos bens — leva-o a rejeitar como abaixo da classificação bens que não contenham um grande elemento de desperdício conspícuo.

Deve-se acrescentar que uma grande parcela daqueles traços de bens de consumo que figuram na idéia popular como sinais de utilidade, e aqui referidos como elementos de dispêndio conspícuo, se recomendam ao consumidor também em outras bases que não o do simples dispêndio. Provam, habitualmente, perícia e artesanato eficaz, mesmo que não contribuam para a utilidade substancial dos bens; e é sem dúvida largamente

nessa base que qualquer traço particular de utilidade honorífica entra primeiro em moda e em seguida mantém a sua posição como um elemento normal constitutivo da valia do artigo. Uma exibição de artesanato eficiente é agradável simplesmente como tal, mesmo quando o seu resultado remoto, despercebido na época, seja inútil. Há uma satisfação do senso artístico na contemplação de uma obra bem realizada. Deve-se também acrescentar que nenhuma evidência de perícia artesanal, ou de engenhosa e eficaz adaptação dos meios aos fins, usufruirá, ao fim e ao cabo, a aprovação do moderno consumidor civilizado, a menos que a sancione a regra do dispêndio conspícuo.

A posição aqui assumida é envigorada de maneira oportuna pelo lugar atribuído na economia do consumo aos produtos da máquina. O ponto de diferença material entre as mercadorias feitas a máquina e as mercadorias feitas a mão que servem aos mesmos fins, é comumente servirem as primeiras a seus fins primários com melhor adequação. São um produto mais perfeito, revelam melhor adaptação dos meios aos fins. Isto não os salva da desestima e depreciação, pois não correspondem ao teste do dispêndio honorífico. O trabalho manual é um método mais dispendioso de produção; daí que os bens assim acabados sejam mais úteis para os fins de respeitabilidade pecuniária e virem os sinais do trabalho feito à mão a ser honoríficos, e os bens que exibem tais sinais se classificarem num grau mais alto do que os produtos correspondentes feitos a máquina. Comumente, se não invariàvelmente, as marcas honoríficas do trabalho feito a mão são certas imperfeições e irregularidades em suas linhas, a mostrarem onde o artesão falhou na execução do modêlo. A base, pois, da superioridade da obra manual, é uma certa margem de rudeza. Esta margem não deve jamais ser tão grande, ao ponto de revelar um artesanato confuso, que só faria evidenciar o seu baixo custo; nem tão pequena,

de modo a sugerir a precisão ideal só atingida pela máquina, pois isto só viria comprovar o seu baixo custo.

A apreciação das provas de rudeza honorífica às quais os artigos feitos à mão devem o seu valor e superior encanto aos olhos da gente bem educada é questão de uma discriminação acertada. Exige treino e a formação de hábitos mentais corretos no tocante ao que se pode denominar a "fisionomia" dos artigos. Artigos de uso diário feitos a máquina são com freqüência admirados e preferidos pelo vulgo precisamente devido a sua excessiva perfeição, o mesmo podendo-se afirmar das pessoas incultas que não deram a devida atenção às meticulosidades do consumidor elegante. A inferioridade de ritual dos produtos mecânicos serve para mostrar que a perfeição do artesanato corporificada em quaisquer inovações de alto custo no acabamento dos produtos não é por si mesma suficiente para garantir-lhes aceitação e preferência permanentes. A inovação precisa apoiar-se na regra do dispêndio conspícuo. Qualquer traço na fisionomia dos artigos, por mais agradável em si mesmo, e por mais que se coadune ao gôsto pelo trabalho efetivo, não será tolerado se se provar ofensivo a essa norma de respeitabilidade pecuniária.

A inferioridade cerimonial ou a impureza devidas à "vulgaridade" dos bens de consumo, ou, em outras palavras, ao seu baixo custo de produção, foram levados muito a sério por grande número de pessoas. A repulsa aos produtos mecânicos é freqüentemente formulada como uma repulsa à vulgaridade de tais artigos. Aquilo que é comum está ao alcance (pecuniário) de muita gente. O seu consumo, portanto, não é honorífico, uma vez que não serve aos propósitos de uma favorável comparação emuladora com outros consumidores. Daí o consumo, ou mesmo a vista de tais artigos, ser inseparável de uma sugestão odiosa dos níveis mais baixos da vida humana, donde a gente se afasta com uma total sensação de mesquinheza, extremamente de-

sagradável e depressiva para uma pessoa de sensibilidade. Nas pessoas cujos gostos se afirmam imperiosamente, e que não têm o dom, o hábito ou o incentivo para discriminar entre as bases de seus vários julgamentos de gôsto, as opiniões de sentido honorífico se fundem com as da beleza e da utilidade, segundo já dissemos; e a avaliação compósita resultante serve como julgamento da beleza do objeto e sua prestimosidade, segundo o pendor ou o interêsse do avaliador o inclinem a apreender o objeto num ou noutro dêsses aspectos. Segue-se, não infreqüentemente, que as marcas de preço barato ou de vulgaridade são aceitas como marcas definitivas de impropriedade artística, e um código, ou lista, de categorias artísticas por um lado, e de abominações estéticas de outro, é erigido nessa base para a orientação em questões de gôsto.

Conforme já se indicou, os artigos baratos de uso diário, e, portanto, impróprios, das modernas comunidades industriais, são comumente produtos feitos à máquina; e a feição genérica da fisionomia de artigos mecânicos dessa espécie, quando comparada com a do artigo feito à mão, é o seu mais perfeito artesanato e a sua maior concisão na execução pormenorizada do modêlo. Daí que as imperfeições visíveis dos bens feitos à mão, sendo honoríficas, são também consideradas indícios de superioridade em questão de beleza ou utilidade, ou em ambas. Daí proveio aquela exaltação do imperfeito, do qual John Ruskin e William Morris foram os veementes porta-vozes em sua época; e nesse terreno, a sua propaganda da crueza artística e desperdício de esforços foi adotada e levada adiante pelos anos afora. Daí, também, a propaganda a favor de um retôrno às artes manuais e à indústria caseira. A obra e as especulações dêste grupo de homens que com justiça se filiam à descrição dada aqui, teriam sido impossíveis, em uma época em que os bens visìvelmente mais perfeitos não eram os mais baratos.

Naturalmente, é apenas em relação ao valor econômico dessa escola de educação estética que se pretende dizer algo aqui. O que se disse não deve ser levado à conta de depreciação, mas, principalmente, como uma caracterização da tendência dessa educação em seu efeito no consumo e na produção de bens de consumo.

A maneira pela qual a tendência dêsse desenvolvimento do gôsto influiu na produção será talvez mais convincentemente exemplificada na manufatura de livros — atividade a que Morris se entregou nos últimos anos de sua vida; mas aquilo que, em grau superlativo, é válido na obra da Kelmscott Press, é também válido, apenas com um pouco menos de fôrça, quando geralmente aplicado à fabricação artística da atualidade, quer se refira a tipo, papel, ilustração, material de encadernação ou obra de encadernador. As pretensões à excelência evidenciadas pelos produtos mais recentes da indústria livreira repousam, em certa medida, no grau em que a mesma se aproxima das cruezas da época em que a fabricação de livros era uma luta incerta com materiais refratários, levada a efeito por intermédio de dispositivos insuficientes. Êstes produtos, uma vez que requeiram trabalho manual, são mais dispendiosos; são igualmente menos fáceis de usar do que os livros fabricados apenas com vista à utilidade. Em conseqüência, implicam aptidão de parte do consumidor para consumi-los livremente, bem como a aptidão a esperdiçar tempo e esfôrço. É nesta base que os tipógrafos de hoje estão voltando ao "velho estilo" e a outros estilos mais ou menos obsoletos de tipos menos legíveis, dando à página uma aparência mais grosseira que a da impressão "moderna". Até mesmo um periódico científico, sem nenhuma intenção ostensiva que não seja apresentar com mais eficácia a matéria atinente à ciência, fará concessões às exigências dessa beleza pecuniária ao ponto de imprimir seus ensaios científicos no tipo de estilo antigo, em papel *vergé* e com mar-

gens fechadas. Entretanto, livros que não se preocupam ostensivamente apenas com a apresentação de seu conteúdo ainda vão mais longe, como é natural. Há, por exemplo, um tipo mais cru, impresso em papel avergoado a mão de margens contínuas e excessivas, e fôlhas fechadas, encadernado com uma elaborada crueza e complicada inaptidão. A Kelmscott Press reduziu o assunto a um verdadeiro absurdo (visto apenas do ponto de vista da utilidade brutal) publicando livros para uso moderno numa ortografia obsoleta, impressos em tipo gótico e encadernados em velino flexível munido de correias. Ainda outro traço característico, que fixa a classe econômica do livro artístico, é o fato de ser êle impresso em edições limitadas. Isto é com efeito uma garantia — na verdade, algo crua — de que o livro é raro, e portanto caro, por conseguinte emprestando distinção pecuniária ao consumidor.

A principal atração de tais livros para o comprador de gôsto cultivado repousa, naturalmente, não em um reconhecimento consciente ou ingênuo do seu preço caro e da sua superior desgraciosidade. Nesse caso, bem como no caso da superioridade, sôbre os produtos mecânicos, dos artigos feitos à mão, a base consciente da preferência é uma excelência intrínseca imputada ao artigo mais caro e mais canhestro. A superior excelência atribuída ao livro que adota os processos antigos e obsoletos de impressão é concebida como sendo principalmente uma superior utilidade no que toca a estética; mas não é raro encontrar-se um bibliófilo educado que insista em que o produto mais tôsco é também mais útil como veículo do discurso impresso. Naquilo que diz respeito ao superior valor estético do livro decadente, as probabilidades indicam que a alegação do bibliófilo tem alguma base. O livro é planejado ùnicamente com o ôlho na sua beleza, e o resultado é comumente alguma dose de sucesso de parte do artista. Entretanto, aqui se insiste em que a regra do

gôsto sob a qual o artista opera é uma regra formada sob a vigilância da lei do dispêndio conspícuo, e que esta lei opera eficazmente para eliminar qualquer regra de gôsto que não se conforme com as suas exigências. Vale dizer que, conquanto o livro decadente possa ser belo, os limites dentro dos quais o artista pode trabalhar são fixados por exigências de uma qualidade não estética. O produto, se é belo, precisa igualmente, e ao mesmo tempo, ser de alto preço e mal adaptado a seu uso ostensivo. A regra obrigatória de gôsto no caso do artista, não é entretanto inteiramente moldada pela lei do desperdício em sua primeira forma; a regra é, até certo ponto, moldada de conformidade com aquela expressão secundária do temperamento predatório — veneração pelo arcaico e o obsoleto — que é um dos desenvolvimentos peculiares do assim chamado classicismo.

Na teoria estética poderá ser extremamente difícil, senão de todo impraticável, traçar uma linha entre a regra do classicismo, ou a consideração pelo arcaico, e o cânone da beleza. Para fins estéticos, uma tal distinção mal necessita de ser traçada, e, com efeito, não precisa de existir. Para uma teoria do gôsto, a expressão de um ideal aceito de arcaísmo, em qualquer base que isso se dê, será, talvez melhor classificada como um elemento de beleza; não se deve fazer questão da sua legitimidade. Mas, para o presente fim — o fim de determinar quais as bases econômicas do gôsto e qual a sua significação para a distribuição e o consumo de bens — a distinção não está igualmente fora de questão.

A posição dos produtos mecânicos no plano civilizado de consumo serve para indicar a natureza de relações subsistente entre a regra do dispêndio conspícuo e o código de conveniências no tocante ao consumo. Nem em assuntos de arte ou de gôsto pròpriamente ditos, nem relativamente ao sentido contemporâneo da utilidade dos bens, age esta regra como um princípio de inova-

ção ou iniciativa. Não penetra o futuro como um princípio criador que faz inovações e acrescenta novos artigos de consumo e novos elementos de custo. Em certo sentido, o princípio em questão é uma lei negativa, antes do que positiva. É um princípio regulador, antes do que criador. Raramente inicia ou origina diretamente qualquer uso ou costume. Sua ação é sòmente seletiva. Assim pois, o dispêndio conspícuo proporciona diretamente uma base de variação e crescimento, mas a conformidade com as suas exigências é uma condição da sobrevivência de inovações tais as que se possam fazer em outros terrenos. De qualquer modo que surjam usos, costumes e métodos de dispêndio, todos estão sujeitos à ação seletiva desta norma de reputação; e o grau em que êles se conformam com as suas exigências é um teste da sua adequação à sobrevivência na competição com os demais usos e costumes similares. No mesmo pé de igualdade, quanto mais òbviamente perdulário seja o uso ou o método, tanto maior será a sua probabilidade de sobrevivência debaixo dessa lei. A lei do dispêndio conspícuo não explica a origem das variações, mas tão-sòmente a persistência daquelas formas aptas a sobreviver sob o seu domínio. Age para preservar o que é apto, não para originar o que é aceitável. Seu ofício é provar tôdas as coisas e conservar para seu propósito só o que é bom.

Capítulo VII

O vestuário como expressão da cultura pecuniária

SERÁ OPORTUNO, à guisa de ilustração, mostrar com algum pormenor a maneira segundo a qual os princípios econômicos até aqui expostos se aplicam aos fatos quotidianos em alguma direção do processo de vida. Visando a essa finalidade, nenhuma linha de consumo proporciona exemplo mais adequado do que o dispêndio com o vestuário. Especialmente a regra do dispêndio conspícuo de bens é a que encontra no vestuário a sua expressão, embora os outros princípios correlatos de respeitabilidade pecuniária também apareçam exemplificados nos mesmos acessórios. Outros modos de pôr em evidência a nossa situação pecuniária servem a seus fins com eficácia, e há muitos em voga, sempre e por tôda parte; mas o dispêndio com o vestuário leva vantagem sôbre a maioria, pois o nosso traje está sempre em evidência e proporciona logo à primeira vista uma indicação da nossa situação pecuniária a todos quantos nos observam. É também verdade que o dispêndio confesso para fins de ostentação está mais visì-

velmente presente, e é talvez mais universalmente praticado, em assuntos de vestuário do que em qualquer outro setor do consumo. Ninguém terá dificuldade em concordar com a verdade sediça de que a maior parte do dispêndio em que incorrem tôdas as classes em questão de vestuário é principalmente devida ao interêsse pela aparência respeitável, não pela proteção da própria pessoa. E, provàvelmente, em nenhum outro ponto é a sensação de sordidez tão agudamente sentida como numa decadência do padrão estabelecido pelos usos sociais em matéria de vestuário. E isso é verdade em grau ainda maior do que com relação à maioria de outros artigos de consumo, suportando as pessoas privações ainda mais penosas em outros confortos e necessidades da vida a fim de se permitirem aquilo que consideram uma soma decente de consumo supérfluo; de modo que não é raro, em um clima ríspido, andarem as pessoas impròpriamente vestidas a fim de parecerem elegantes. E o valor comercial dos bens usados no vestuário em qualquer comunidade moderna em grande parte se compõe da moda corrente e do prestígio que se atribui a êsses bens, mais que do serviço mecânico que o vestido presta à pessoa que o usa. A necessidade de vestuário é pois uma necessidade "mais alta", ou seja, espiritual.

A necessidade espiritual de vestuário não é inteiramente, tampouco principalmente, um pendor ingênuo para a ostentação de dispêndio. A lei do dispêndio conspícuo orienta o consumo do vestuário, aliás, como em outras coisas, indiretamente, mediante a formação das regras do gôsto e da decência. Na grande maioria dos casos, o motivo consciente de quem usa ou compra vestuário conspìcuamente dispendioso é a necessidade de se conformar com o uso estabelecido, e de viver à altura do padrão adotado no tocante ao gôsto e à respeitabilidade. Mas não apenas porque a gente precisa se orientar pelo código de propriedade em questão de

vestuário a fim de evitar a mortificação proveniente de um reparo ou comentário desfavorável; mas porque, além disso, a exigência dos gastos supérfluos está tão arraigada em nossos hábitos de pensamento no que toca ao vestuário, que qualquer outra indumentária que não a dispendiosa nos é instintivamente odiosa. Sem reflexão ou análise, sentimos que o barato é indigno. "Sobretudo barato, homem barato". "Barato e ordinário" é uma expressão reconhecidamente verdadeira no que tange ao vestuário, ainda mais verdadeira do que quando se refere a outros produtos de consumo. Tanto na base do gôsto como da utilidade, um artigo não dispendioso é considerado inferior, segundo a expressão "barato e ordinário". Achamos belas as coisas, proporcionalmente a seu preço caro. Com poucas insignificantes exceções, todos achamos um artigo de vestuário de alto preço e feito à mão, preferível, em questões de beleza e utilidade, a uma imitação menos dispendiosa do mesmo, por mais inteligentemente que o artigo espúrio possa imitar o caro original; e o que ofende a nossa sensibilidade no artigo espúrio não é o fato de êle ser inferior em sua forma ou côr, ou, de qualquer modo, em seu efeito visual. O objeto que nos repugna pode até ser uma imitação tão perfeita, ao ponto de desafiar o mais severo escrutínio; todavia, nem bem a contrafação é percebida, o seu valor estético, assim como o seu valor comercial, declinam precipitadamente. Não apenas isso, mas pode-se afirmar, com pequeno risco de contradita, que o valor estético duma contrafação percebida no vestuário declina de algum modo na mesma proporção em que a contrafação é mais barata do que o original. Estèticamente êle perde em qualidade porque cai a um nível pecuniário mais baixo.

Mas a função do vestuário como evidência da aptidão para gastar não termina com simplesmente dizer-se que aquêle que o usa consome valiosos bens em excesso do que requer o seu confôrto físico. O simples dis-

pêndio conspícuo de bens é eficaz e satisfatório tal como é; é uma boa evidência *prima facie* de sucesso pecuniário, e, conseqüentemente, uma evidência *prima facie* de valor social. Mas o vestuário tem possibilidades mais sutis e de maior alcance do que apenas esta primeira prova de consumo supérfluo, se além de mostrarmos que quem o usa pode permitir-se gastar livre e perdulàriamente, podemos também mostrar, ao mesmo tempo, que êle ou ela não necessitam de ganhar a vida, razão por que o seu valor social será realçado em considerável medida. O vestuário, portanto, a fim de servir eficazmente a seus propósitos, não deve apenas ser dispendioso, mas deve também tornar visível a todos os observadores que quem o usa não está ligado a qualquer espécie de labor produtivo. No processo evolucionário, mediante o qual o nosso sistema de vestuário foi elaborado até atingir a presente adaptação admiràvelmente ajustada a seus propósitos, esta linha subsidiária de evidência recebeu a devida atenção. Um exame detalhado daquilo que, na compreensão popular, passa por elegância no vestir, mostrará que essa elegância é conseguida para dar a impressão de que a pessoa que a tem não costuma desenvolver qualquer esfôrço útil. Nem é preciso dizer que vestuário algum será considerado elegante ou mesmo decente, se estiver sujo ou desgastado, revelando que quem o usa efetua trabalho manual. O efeito agradável de vestuários elegantes e imaculados se deve principalmente — se não de todo — à sugestão de ócio que trazem, da isenção de contato pessoal com processos industriais de qualquer natureza. Grande parte do atrativo de que se reveste o calçado de couro legítimo, a roupa branca imaculada, a luzidia cartola cilíndrica e a bengala, que tanto fazem realçar a dignidade inata do cavalheiro, provêm de os mesmos sugerirem incisivamente que aquêle que os traz não pode, assim vestido, dar ajuda a qualquer ofício que seja direta e imediatamente de utilidade humana. O ves-

tuário elegante serve a seu propósito de elegância não apenas porque é dispendioso, mas também porque é a insígnia do ócio. Não apenas demonstra que quem o usa é apto a consumir um valor relativamente grande, mas ao mesmo tempo atesta que êle consome sem produzir.

O vestuário feminino vai ainda mais longe que o masculino no sentido de demonstrar que quem o usa abstém-se de trabalhar em obra produtiva. Não é necessário argumentar para dar fôrça à generalização de que as modas mais elegantes em chapéus femininos até chegam, mais que a cartola masculina, a impossibilitar o trabalho. O calçado feminino se acrescenta do assim chamado salto francês para provar o ócio obrigatório a que o obriga o seu polimento; porque o salto alto — é óbvio — torna extremamente difícil até mesmo o mais simples e o mais indispensável trabalho manual. O mesmo é verdade no tocante à saia e demais roupas que caracterizam o traje feminino. A razão substancial de nosso tenaz apêgo à saia é justamente essa: ela é dispendiosa e tolhe a cada instante aquela que a usa, incapacitando-a para qualquer esfôrço útil. O mesmo também é verdadeiro no que tange ao costume feminino de trazer os cabelos excessivamente compridos.

Mas o vestuário da mulher não apenas supera o do homem em grau naquilo em que atesta isenção de trabalho: também acrescenta um traço peculiar e grandemente característico que difere em qualidade de qualquer outro habitualmente pôsto em prática pelos homens. Êste traço pertence à classe dos dispositivos da qual o colête é o exemplo típico. É o colête, em teoria econômica, uma mutilação substancial, arrostada com o propósito de baixar a vitalidade da paciente e torná-la permanente e visìvelmente incapacitada para o trabalho. Bem verdade que o colête prejudica a beleza pessoal de quem o usa, mas a perda sofrida nesse particular é realçada pelo ganho em reputação que provém da sua dispendiosidade e da fraqueza da usuária,

visìvelmente aumentadas. Pode-se de um modo geral afirmar que a feminilidade do vestuário feminino se resolve, substancialmente, num impedimento mais eficaz do esfôrço útil proporcionado pelo vestuário peculiar à mulher. Essa diferença entre o vestuário feminino e masculino é aqui simplesmente indicada como um traço característico. Logo examinaremos a base em que ela ocorre.

Até aqui, portanto, temos observado, como norma importante e dominadora do vestuário, o amplo princípio do dispêndio conspícuo. Subsidiário dêsse princípio, e como um corolário do mesmo, observamos, como segunda norma, o princípio do ócio conspícuo. Na feitura de vestidos esta norma opera na forma de diversos dispositivos que servem para mostrar que quem os usa não se empenha — tanto quanto se possa convenientemente demonstrar — em trabalho produtivo. Além dêsses dois princípios, há ainda um terceiro, de fôrça igualmente constrangedora e escassamente menos importante, o qual ocorrerá a quem quer que reflita sôbre o assunto. O vestuário não apenas deve ser conspìcuamente dispendioso e incômodo: deve, ao mesmo tempo, estar na moda. Até agora nenhuma explicação satisfatória foi dada do fenômeno atinente às variações da moda. A exigência imperiosa do vestuário adotado como última moda, bem como o fato dessa moda adotada mudar freqüentemente de estação para estação, é suficientemente conhecida de todos; mas a teoria dêsse fluxo e mudança ainda não se descobriu. Podemos naturalmente dizer, com perfeita consistência e veracidade, que êsse princípio de "novidade" da moda é outro corolário resultante da lei do dispêndio conspícuo. Òbviamente, se a cada vestuário é permitido servir por apenas uma breve temporada, e se nenhum da última estação é transportado e usado na seguinte, o dispêndio perdulário do traje é grandemente aumentado. Isto é válido até onde alcance, mas é apenas negativo. Quase tudo quanto essa

consideração nos permite afirmar é que a norma do dispêndio conspícuo exerce uma vigilância controladora em tôdas as questões de vestuário, de modo que qualquer mudança da moda tem de conformar-se com a exigência do desperdício; mas deixa sem resposta a pergunta que diz respeito ao motivo da mudança feita e aceita nos estilos predominantes, deixando igualmente de explicar por que a conformidade a um determinado estilo e em uma época determinada é tão imperiosamente necessária como bem sabemos que é.

Para um motivo criador, capaz de servir como motivo de criação e inovação no campo da moda, teremos de regressar ao motivo primitivo, não econômico, com o qual o vestuário se originou — o motivo de adôrno. Sem entrar no longo exame de como e por que êsse motivo se afirma sob a orientação da lei do dispêndio, pode-se afirmar, de modo geral, que cada inovação sucessiva no setor da moda constitui um esfôrço para alcançar alguma forma de exibição mais aceitável ao nosso sentido de forma, côr ou eficácia — mais aceitável do que aquela que ela desloca. As mudanças da moda são a expressão da busca incansável de alguma coisa que se recomende ao nosso senso estético; mas como cada inovação está sujeita à ação seletiva da norma do dispêndio conspícuo, o âmbito no qual essa inovação se pode efetuar é algo restrito. A inovação não só tem de ser mais bela, ou talvez, menos freqüentemente chocante do que a inovação substituída, mas precisa igualmente ficar à altura do padrão de dispêndio adotado. Pareceria à primeira vista que o resultado de semelhante luta implacável para atingir o belo em questão de vestuário deveria ser uma aproximação gradual da perfeição artística. Poderíamos esperar, naturalmente, que a moda mostrasse uma tendência bem marcante na direção de um ou mais tipos de vestuário eminentemente adequados à forma humana; e podíamos até mesmo pensar que possuímos uma base muito sólida para a esperança de que hoje, depois de

tôda a engenhosidade e esfôrço despendidos anos a fio, no vestuário, a moda conseguisse uma perfeição relativa e relativa estabilidade, intìmamente aproximada de um ideal artístico permanentemente defensável. Mas não é êsse o caso. Seria com efeito muito arriscado asseverar que a moda de hoje é intrìnsecamente mais adequada do que a de dez anos atrás, ou mesmo de vinte, ou cinqüenta, ou cem. Por outro lado, a afirmação continua incontrovertida: de que a moda em voga há dois mil anos era mais adequada e assentava melhor do que as elaboradíssimas e incômodas criações de hoje.

A explicação da moda que acabamos de dar não a explica, entretanto, inteiramente, e em conseqüência teremos de olhar mais longe. É bem sabido que certos estilos relativamente estáveis e certos tipos de vestuário desenvolveram-se em diversas partes do mundo; como, por exemplo, entre os japonêses, os chineses e povos de outras nações orientais; igualmente entre os gregos, os romanos e outros povos orientais da antiguidade, bem como, mais recentemente, entre os camponeses de quase todos os países da Europa. Êsses costumes nacionais ou populares são a maior parte das vêzes julgados, por críticos competentes, mais adequados e mais artísticos do que os estilos flutuantes do moderno vestuário civilizado. São ao mesmo tempo (pelo menos de um modo geral) menos visìvelmente dispendiosos; vale dizer que outros elementos além da ostentação do dispêndio são mais prontamente captados em sua estrutura.

Êsses costumes relativamente estáveis são, comumente, restrita e estreitamente localizados e variam, em leves graduações sistemáticas, de lugar para lugar. Foram, em todos os casos, confeccionados por pessoas ou classes mais pobres do que nós, e pertencem especialmente a regiões, localidades e épocas em que a população, ou, pelo menos, a classe a qual lhes deu origem, é relativamente homogênea, estável e imóvel.

Quer dizer que os costumes estáveis, que suportarão a prova do tempo e da perspectiva, são criados em circunstâncias nas quais a norma do dispêndio conspícuo se afirma com menos império do que o faz nas grandes cidades modernas civilizadas, cuja população relativamente móvel e rica é a que hoje marca o compasso em assuntos de moda. Os países e classes que dêste modo criaram costumes estáveis e artísticos estavam de tal modo colocados, que a emulação pecuniária entre êles se orientou para uma competição de ócio conspícuo, não de um consumo conspícuo de bens. De modo que será verdade, de um modo geral, as modas serem menos estáveis e menos elegantes naquelas comunidades onde o princípio de dispêndio conspícuo de bens se afirma com mais império, tal como acontece entre nós outros. Em questões práticas, a norma de dispêndio conspícuo é incompatível com a exigência de o vestuário precisar ser belo ou elegante. E êste antagonismo proporciona uma explicação da perpétua mudança da moda, que nem a regra do dispêndio e nem a da beleza podem por si mesmas explicar.

O padrão de respeitabilidade pecuniária requer uma demonstração de dispêndio supérfluo; mas todo desperdício repugna ao gôsto inato. Já se indicou aqui a lei psicológica de que todos os homens — e talvez mulheres em grau mais alto — detestam a inutilidade seja no esfôrço ou nos gastos e detestam quase tanto como a Natureza detesta o vácuo, segundo outrora se dizia. Mas o princípio de dispêndio conspícuo requer gastos evidentemente fúteis; e o dispêndio conspícuo resultante no vestuário é portanto intrìnsecamente feio. Daí que, em tôdas as inovações de vestuário, cada detalhe acrescentado ou alterado se esforce por evitar uma imediata condenação mediante a exibição de algum propósito ostensivo, ao mesmo tempo que a exigência do dispêndio conspícuo impede a utilidade dessas inovações de se tornar outra coisa que não seja um certo pretexto transparente. Até mesmo em seus vôos mais livres, rara-

mente a moda se furta à simulação de alguma utilidade ostensiva. A utilidade ostensiva dos pormenores elegantes do vestuário é entretanto um fingimento tão transparente e sua futilidade substancial em breve nos chama tão cruamente a atenção, que logo êle se nos afigura intolerável e, em conseqüência, buscamos refúgio em um nôvo estilo. Mas o nôvo estilo tem igualmente de se conformar com a exigência do desperdício e da futilidade bem conceituados. Esta, porém, se torna em breve tão odiosa como a do seu antecessor; e o único remédio que a lei do desperdício nos permite é procurar alívio em uma nova criação igualmente fútil e igualmente insustentável. Daí a feiúra essencial e a incessante mudança da moda em questões de vestuário.

Tendo assim explicado o fenômeno das variações da moda, resta-nos fazer tal explicação coincidir com os fatos mais corriqueiros. Entre êsses fatos, há o bem sabido pendor que têm todos os homens pelos estilos em voga em determinada época. Um nôvo estilo entra em voga e continua preferido durante uma estação e, pelo menos enquanto é novidade, as pessoas geralmente o acharão atraente. A moda prevalecente transmite a sensação de que é bela. Isto em parte se deve ao alívio que ela proporciona com ser diferente do que era antes, e, em parte, por ser bem conceituada. Tal como se indicou no capítulo anterior, a regra da respeitabilidade pecuniária orienta, em certa medida, os nossos gostos, de modo que, sob sua orientação, qualquer coisa será aceita como elegante até que se extinga a novidade da mesma, ou até que a garantia de respeitabilidade seja transferida para uma nova criação que sirva ao mesmo propósito geral. Que a alegada beleza ou "encanto" dos estilos em voga em qualquer época determinada sejam apenas transitórios e espúrios, atesta-o o fato de que nenhuma das modas cambiantes suporta a prova do tempo. Quando vista segundo a perspectiva de meia dúzia de anos ou mais, a mais bela das modas nos impressiona como grotesca, quando

não disforme. Nosso apêgo transitório a qualquer coisa que seja o *dernier-cri*, repousa em bases não estéticas e dura apenas até que o nosso duradouro senso estético tenha tempo de se afirmar, rejeitando o derradeiro e indigesto dispositivo.

O processo de desenvolvimento de uma aversão estética leva mais ou menos tempo; a duração de tempo requerida sendo em qualquer caso inversa ao grau de odiosidade intrínseca do estilo em questão. Esta relação de tempo entre a odiosidade e a instabilidade em questões de moda proporciona uma base para a inferência de que, quanto mais ràpidamente se sucedem os estilos em substituição de uns pelos outros, tanto mais são êles ofensivos ao gôsto sadio. A presunção, portanto, é que quanto mais a comunidade, e especialmente as classes ricas da comunidade, aumentam sua riqueza e sua mobilidade e também o âmbito de seu contato humano, tanto mais imperiosamente a lei do dispêndio conspícuo se afirmará em questões de vestuário, tanto mais o sentido da beleza tenderá a ficar em suspenso ou a ser suplantado pela regra da respeitabilidade pecuniária, tanto mais ràpidamente cambiarão e mudarão as modas, tanto mais grotescos e intoleráveis serão os variados estilos que sucessivamente entrarão em moda.

Nesta teoria de vestuário, resta ao menos um tópico a ser abordado. Quase tudo quanto aqui se disse vale tanto para o traje masculino como para o feminino; embora na atualidade melhor se aplique, e com maior fôrça, a quase todos os pontos do feminino. Num tópico, porém, o vestuário da mulher difere substancialmente do vestuário do homem. No primeiro, há inegàvelmente uma maior insistência naqueles traços que atestam a isenção ou a incapacidade de quem o usa para tôda atividade vulgarmente produtiva. Esta característica do traje feminino é interessante, não só porque completa a teoria do vestuário, mas também porque confirma o que já foi dito aqui sôbre a situação econômica da mulher, tanto no passado como no presente.

Como se já observou na discussão da situação da mulher sob os títulos de Ócio Vicário e Consumo Vicário, aconteceu que, no decurso do desenvolvimento econômico, tornou-se ofício da mulher consumir para o chefe da casa, sendo o seu vestuário planejado com êsse fim em vista. Aconteceu, porém, que o trabalho ostensivamente produtivo é demasiado desairoso para as mulheres que se prezam e daí tomar-se especial cuidado na criação de vestidos femininos, a fim de dar ao observador a impressão (freqüentemente fictícia) de que a mulher que o usa não pode habitualmente se entregar a qualquer trabalho útil. O código das propriedades exige que a mulher se abstenha com maior consistência do trabalho útil e faça de seus lazeres maior praça do que os homens da mesma classe. Irrita-nos os nervos contemplar uma mulher bem nascida necessitada de ganhar a vida mediante trabalho produtivo. Não é essa a "esfera da mulher". Sua esfera é o lar, que ela deve "embelezar" e do qual deve ser o "principal ornamento". Esta característica, em conjunto com o fato de que o código de propriedade exige uma atenção mais constante ao dispêndio ostensivo com o vestuário e demais acessórios femininos, vale para reforçar a opinião já implícita do que se disse atrás. Mercê de sua descendência de um passado patriarcal, nosso sistema social confere à mulher função de fazer ressaltar a sua aptidão doméstica de pagar. De acôrdo com o moderno sistema de vida civilizada, o bom nome da casa à qual ela pertence deve constituir o especial cuidado da mulher; e o sistema de dispêndio honorífico e ócio conspícuo, mediante os quais êsse bom nome é principalmente mantido, pertence em conseqüência à esfera da mulher. No plano ideal, à medida que tende a realizar-se na vida das altas classes pecuniárias, essa atenção ao gasto conspícuo de substância e esfôrço deve ser, normalmente, a única função econômica da mulher.

Na fase de desenvolvimento econômico na qual as mulheres ainda eram, em todo sentido, propriedade dos

homens, o cumprimento do ócio e do consumo conspícuo faziam parte dos serviços exigidos das mulheres. Não sendo elas donas de si próprias, o dispêndio e o ócio ostensivos de sua parte redundariam na respeitabilidade de seus amos, antes que no delas; portanto, quanto mais dispendiosas e mais òbviamente improdutivas as mulheres da casa, tanto mais credoras seriam elas e mais eficazes suas vidas para o estabelecimento da respeitabilidade do cabeça do lar. Tanto assim que das mulheres se exigiu não apenas a apresentação da prova de uma vida de ócio, mas até mesmo uma real inaptidão para a atividade útil.

Neste ponto é que o vestuário masculino fica abaixo do da mulher, e com bastante razão. O dispêndio conspícuo e o ócio conspícuo são respeitáveis pelo fato de fornecerem uma prova de fôrça pecuniária; a fôrça pecuniária é respeitável ou honorífica porque, em última análise, atesta o bom êxito e uma fôrça superior; portanto, a prova de dispêndio e de ócio revelada por qualquer indivíduo em seu próprio interêsse não pode consistentemente assumir uma forma tal ou ser levada a um ponto tal que ateste incapacidade ou marcante desconfôrto de sua parte; pois que a exibição, nesse caso, demonstraria não uma fôrça superior mas uma inferioridade, anulando dêsse modo a sua própria intenção. Por isso, onde quer que o dispêndio conspícuo e a ostentação da abstenção do esfôrço sejam normalmente, ou na média, efetuados para mostrar um visível desconfôrto ou uma inaptidão física voluntàriamente induzida, a inferência imediata é a de que o indivíduo em questão não cumpre esse dispêndio supérfluo nem se submete a essa inaptidão para o seu lucro pessoal, mas o faz no interêsse de alguém com quem está em relação de dependência econômica; uma relação que, em última análise, deve reduzir-se (em teoria econômica) a uma relação de servidão.

Para aplicar esta generalização ao vestuário feminino e expô-la em têrmos concretos: o salto alto, a saia,

o chapéu pouco prático, o colête, o geral menosprêzo pelo confôrto de quem os usa (traço inconfundível no vestuário da mulher civilizada) são outros tantos artigos a provar que, no plano da vida civilizada, a mulher continua, em teoria, econômicamente dependente do homem; que, embora num sentido altamente idealizado, continua sendo a serva do homem. A rude verdade no tocante a todo êsse ócio e atavios por parte das mulheres tem por base o fato de serem elas servas às quais na diferenciação das funções econômicas, foi delegado o ofício de fazer realçar no seu amo a aptidão para despender.

Há a êsse respeito marcante semelhança entre o vestuário das mulheres e o dos criados, especialmente dos servos de libré. Há em ambos uma complexa e desnecessária ostentação de dispêndio e em ambos os casos há igualmente marcante desconsideração pelo confôrto físico dos usuários. Mas os atavios da dama vão mais longe na complicada insistência que dão ao ócio, quando não à fraqueza física, no que de muito excedem à dos criados. E assim tem de ser; pois em teoria, de acôrdo com o plano da cultura pecuniária, a senhora da casa é também a criada principal.

Além dos criados, correntemente reconhecidos como tais, há pelo menos mais uma classe de pessoas cujo vestuário a assimila à classe dos servidores e revela muitas das características que compõem a feminilidade do vestuário da mulher. Referimo-nos à classe sacerdotal. As vestes sacerdotais revelam, de forma acentuada, tôdas as características inerentes a uma posição servil e a uma vida vicária. Ainda mais marcante do que o hábito diário do sacerdote, as vestes sacerdotais pròpriamente ditas, são ornamentadas, grotescas, incômodas, e, pelo menos ostensivamente, em extremo desconfortáveis. Ao mesmo tempo, espera-se que o sacerdote se abstenha de todo esfôrço útil, e, quando postado à frente do público, apresente uma fisionomia de rígido desconsôlo, muito próxima da do criado doméstico bem

treinado. O rosto raspado do padre é outro traço causador do mesmo efeito. Esta semelhança da classe sacerdotal com a classe dos criados particulares em seu aspecto e vestuário, é devida à similaridade de ambas as classes no que diz respeito às suas funções econômicas. Em teoria econômica, o sacerdote é um criado particular, implìcitamente a serviço da divindade cuja libré enverga. Sua libré é do tipo muito dispendioso, tal como deve ser a fim de realçar de maneira adequada a dignidade de seu exaltado amo; mas é disposta a fim de mostrar que a utilidade da mesma contribui pouco ou nada para o confôrto físico de quem a veste, pois é um artigo de consumo vicário e a respeitabilidade, que advém de seu consumo, deve ser atribuída ao amo ausente, não ao servo.

A linha de demarcação entre o vestuário da mulher, do sacerdote e do criado, por um lado, e dos homens por outro, nem sempre é consistentemente observada na prática, mas pouco se duvida da sua presença indefectível, de modo mais ou menos definido, nos hábitos mentais populares. Há, naturalmente, homens livres, e não poucos, os quais, em seu zêlo cego pelo vestuário imaculadamente adequado, transgridem a linha teórica entre o vestuário masculino e o feminino, até o ponto de se vestirem com trajes òbviamente planejados para torturar o seu corpo mortal; mas todo mundo reconhece, sem sombra de dúvida, que êsses trajes masculinos se afastam visìvelmente da normalidade. Temos o hábito de qualificar tais trajes de "efeminados"; e ouve-se de vez em quando o reparo de que o cavalheiro tal, de traje excepcional, está tão bem vestido como um lacaio.

Certas discrepâncias aparentes nesta teoria do vestuário merecem exame mais detalhado, especialmente porque definem uma tendência mais ou menos evidente do desenvolvimento mais recente e amadurecido da indumentária. A moda do colête aperesenta uma aparente exceção à regra aqui citada à guisa de exemplo.

Um exame mais atento, entretanto, mostrará que esta aparente exceção é na realidade uma verificação da regra de que a moda de qualquer determinado elemento ou característica do vestuário repousa em sua utilidade como prova de situação pecuniária. Sabe-se que, nas comunidades industrialmente mais adiantadas, o colête é usado tão-sòmente em certas camadas sociais razoàvelmente definidas. As mulheres das classes mais pobres, especialmente da população rural, habitualmente não o usam, exceto como um luxo domingueiro. Nessas classes, as mulheres têm de trabalhar àrduamente e pouco lhes adianta, sob o pretexto do ócio, crucificar a própria carne na vida quotidiana. O uso domingueiro do colête é devido à imitação de uma regra de respeitabilidade da classe mais alta. Acima dêste baixo nível de indigência e de trabalho manual, o colête era, há uma ou duas gerações, quase indispensável a uma situação inatacável para tôdas as mulheres, inclusive as mais ricas e as mais bem conceituadas. Esta regra durou enquanto ainda não havia nenhuma grande classe de pessoas suficientemente ricas para se colocar acima da imputação de necessidade de trabalho manual, e ao mesmo tempo suficientemente grande para formar um corpo social auto-suficiente e isolado, cuja massa proporcionasse um fundamento a regras especiais de conduta dentro da classe, reforçada pela opinião corrente da própria classe. Agora porém desenvolveu-se uma classe ociosa bastante grande, possuidora de uma tal riqueza, que qualquer comentário no setor do trabalho manual obrigatório seria uma calúnia ociosa e inócua; e o colête, portanto, caiu largamente em desuso no interior dessa mesma classe.

As exceções a esta regra de isenção do colête são mais aparentes do que reais. Elas são as classes ricas de países com mais baixa estrutura industrial — quase arcaica, de tipo quase industrial — e os que mais recentemente subiram para as classes ricas nas comu-

nidades industriais mais adiantadas. As últimas ainda não tiveram tempo para pôr de lado as regras plebéias de gôsto e bom conceito pecuniário que levaram consigo do seu nível pecuniário mais baixo. Essas sobrevivências do colête não são raras entre as classes sociais mais altas daquelas cidades norte-americanas, por exemplo, que só recente e ràpidamente ascenderam à opulência. Isto é: em todos os países que herdaram o colête, êste continua sendo usado, onde quer e enquanto servir ao propósito de provar o ócio honorífico por via da inaptidão física de quem o usa. A mesma regra naturalmente se aplica a outras mutilações e dispositivos destinados a diminuir a visível eficácia do indivíduo.

Algo semelhante também acontece no tocante a diversos artigos de consumo conspícuo, e parece persistir um tanto em vários outros artigos, especialmente se êstes envolvem um marcante desconfôrto ou aparência de desconfôrto nos usuários. Nos últimos cem anos, tem havido uma tendência perceptível, especialmente na evolução do traje masculino, de abandonar os métodos de dispêndio e o uso de símbolos de ociosidade que seriam desagradáveis — símbolos que, em seu tempo, teriam servido para algum fim, mas cuja continuação nas classes mais altas da sociedade atual seria um trabalho supérfluo; tal, por exemplo, o uso da cabeleira empoada ou de rendas douradas, e o hábito constante de fazer a barba. Ùltimamente tem havido, na sociedade elegante, uma certa recrudescência do hábito de barbear, mas isto talvez seja uma imitação transitória e inconsciente da moda que se impõe aos criados domésticos, e pode-se com razão esperar que ela em breve enverede pelo caminho da barba de nossos avós.

Êstes indícios e outros que se lhe assemelham na audácia com que apontam aos observadores a inutilidade habitual das pessoas que os adotam, foram substituídos por muitos outros, por métodos mais delicados no exprimir um fato idêntico; métodos que não

são menos evidentes ao olhar experimentado daquele círculo seleto cujo bom conceito é principalmente desejado. O método primitivo e mais cru da propaganda se manteve firme todo o tempo em que o público, ao qual o empresário ou exibidor tinha de apelar, compreendia vastas parcelas da comunidade não adestradas em captar as delicadas variações nas provas de riqueza e ócio. O método de propaganda sofre um requintamento sempre que uma classe rica e suficientemente vasta evolui — classe essa, que goza de lazeres para adquirir perícia na interpretação dos indícios mais sutis de dispêndio. O vestuário "berrante" torna-se ofensivo a pessoa de gôsto, evidência que êle é proveniente do desejo indevido de atingir e impressionar as sensibilidades deseducadas do vulgo. Para o indivíduo bem educado, o que importa é a estima honorífica que lhe é concedida pelo gôsto cultivado dos membros de sua própria classe superior. Uma vez que a classe rica tanto se ampliou, ou que o contato do indivíduo da classe ociosa com os membros de sua própria classe se tornou tão vasto, de modo a constituir uma ambiência humana suficiente para as finalidades honoríficas, nasce uma tendência a excluir dela os elementos mais baixos da população, até mesmo na mera qualidade de espectadores cujo aplauso ou censura deveriam ser buscados. O resultado de tudo isso é um refinamento de métodos, uma utilização de dispositivos mais sutis, e uma espiritualização do esquema simbólico do vestuário. Ao passo que a comunidade avança em cultura e riqueza, a aptidão para o dispêndio é posta em evidência por meios que requerem progressivamente uma melhor discriminação do observador. Esta melhor discriminação entre os veículos de propaganda é com efeito um elemento da cultura pecuniária mais alta.

Capítulo VIII

Isenção industrial e conservantismo

A VIDA DO HOMEM EM SOCIEDADE, bem como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência, portanto, um processo de adaptação seletiva. A evolução da estrutura social foi um processo de seleção natural das instituições. O progresso que se fêz e que se vai fazendo nas instituições humanas e no caráter humano, pode-se considerar, de um modo geral, uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que vem mudando progressivamente mediante o desenvolvimento da comunidade e a mudança das instituições sob as quais o homem vive. As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalecentes ou dominantes, de atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatôres eficientes de seleção. De modo que as instituições em mudança levam por seu turno a uma ulterior seleção de indivíduos dotados de temperamento mais apto e a uma ulterior adaptação

do temperamento individual e seus hábitos ao ambiente mutável, mediante a formação de novas instituições.

As fôrças que modelaram o desenvolvimento da vida humana e da estrutura social são sem dúvida ulteriormente redutíveis a têrmos de tecido vivo e ambiente material; mais aproximadamente, para o objetivo em vista, essas fôrças podem melhor ser definidas em têrmos de meio ambiente, em parte humano, em parte não humano, e num elemento humano dotado de uma constituição física e intelectual mais ou menos definida. Tomado em conjunto, ou na média, êsse elemento humano é mais ou menos variável; principalmente, sem dúvida, se submetido a uma regra de conservação seletiva de variações favoráveis. A seleção de variações favoráveis é talvez, em grande medida, uma conservação seletiva de tipos étnicos. Na biografia de qualquer comunidade cuja população é formada por uma mistura de diversos elementos étnicos, um ou outro dentre muitos tipos persistentes e relativamente estáveis de corpo e temperamento se tornam predominantes em determinado ponto. A situação, inclusive as instituições em vigor em qualquer época determinada, favorecerá a sobrevivência e o domínio de um tipo de caráter de preferência a outro; e o tipo humano assim selecionado para continuar e, ulteriormente, elaborar as instituições herdadas do passado, modelará essas instituições à sua própria semelhança. Mas além da seleção, bem como entre tipos relativamente estáveis de caráter e hábitos mentais, há ainda, simultâneamente, um processo de adaptação seletiva de hábitos mentais, dentro da ordem geral de aptidões, características do tipo étnico (ou tipos) predominante. Pode haver uma variação do caráter fundamental de qualquer população mediante a seleção entre tipos relativamente estáveis; mas há também uma variação devida à adaptação em detalhe dentro da ordem do tipo, ou devida à seleção entre opiniões específicas habituais no tocante a qualquer relação social ou grupo de relações.

Para o presente objetivo, entretanto, a questão atinente à natureza do processo adaptativo — se o mesmo é principalmente uma adaptação entre tipos estáveis de temperamento e caráter, ou principalmente, uma adaptação de hábitos mentais humanos a circunstâncias em mudança — importa menos do que o fato de que, por um ou outro método, as instituições mudam e desenvolvem-se. As instituições têm de mudar com a mudança das circunstâncias, uma vez que é da natureza do seu método habitual corresponder aos estímulos que essas circunstâncias variáveis lhes proporcionam. O desenvolvimento dessas instituições é o próprio desenvolvimento da sociedade. Em substância, são as instituições hábitos mentais prevalecentes no tocante a relações particulares e funções particulares do indivíduo e da comunidade; e o esquema da vida, feito de um agregado de instituições em vigor em determinada época ou em um determinado ponto do desenvolvimento de qualquer sociedade, pode, do lado psicológico, ser largamente caracterizado como uma atitude espiritual prevalecente ou uma teoria prevalecente da vida. No que toca a seus traços genéricos, essa atitude espiritual ou teoria de vida é em última análise redutível a têrmos de um tipo prevalecente de caráter.

A situação de hoje modela as instituições de amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando na habitual opinião humana sôbre as coisas, e assim alterando, ou envigorando um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado. As instituições — o que vale dizer, os hábitos mentais — sob a orientação das quais os homens vivem, são por assim dizer, herdadas de uma época anterior; época mais ou menos remota, mas, em qualquer caso, elaboradas no passado e dêle herdadas. As instituições são o produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas, e por conseguinte nunca estão de pleno acôrdo com as exigências do presente. Em a natureza do caso,

êsse processo de adaptação seletiva não pode jamais emparelhar-se com a situação progressivamente cambiante na qual a sociedade se encontra em qualquer época; pois o ambiente, a situação, as exigências da vida que obrigam à adaptação e ao exercício da seleção, mudam de dia para dia; e cada sucessiva situação da comunidade tende por sua vez para o arcaísmo, nem bem foi adotada. Um passo rumo ao desenvolvimento, já por si constitui uma mudança de situação a exigir uma nova adaptação; torna-se, com efeito, um ponto de partida para um nôvo passo rumo ao ajustamento, e assim por diante, interminàvelmente.

Deve-se portanto notar (embora isto seja um tedioso truísmo) que as instituições de hoje — o esquema de vida hoje aceito — não se adapta inteiramente à situação atual. Ao mesmo tempo, os hábitos mentais dos homens hodiernos tendem a persistir indefinidamente, exceto quando as circunstâncias obrigam a uma mudança. Estas instituições assim herdadas, êsses hábitos mentais, pontos de vista, atitudes e aptidões mentais, ou seja lá o que fôr, são, portanto, um elemento conservador; e êste é um fator de inércia social, de inércia psicológica, de conservantismo.

A estrutura social sofre mudanças, evolui, se adapta a uma situação modificada, apenas mediante uma mudança dos hábitos mentais de várias classes da comunidade; ou, em última análise, mediante uma mudança nos hábitos mentais dos indivíduos que compõem a comunidade. A evolução da sociedade é substancialmente um processo de adaptação mental de parte do indivíduo, sob a pressão de circunstâncias que já não toleram hábitos mentais formados segundo um diferente conjunto de tais circunstâncias e segundo um diferente conjunto das mesmas no passado. Para o nosso objetivo imediato, não será questão de grande importância ser êsse processo adaptativo um processo de seleção e sobrevivência de tipos étnicos persistentes, ou um processo

de adaptação individual e de herança de traços adquiridos.

O progresso social, principalmente, quando visto do ponto de vista da teoria econômica, consiste em uma contínua abordagem progressiva, de um "ajustamento", aproximadamente exato, "das relações externas com as internas"; mas êsse ajustamento jamais se estabelece definitivamente, uma vez que as "relações externas" estão sujeitas a uma constante mudança — conseqüência da mudança progressiva que se processa nas "relações internas". Mas o grau de aproximação pode ser maior ou menor, dependendo da facilidade com a qual o ajustamento se faz. Um reajustamento nos hábitos mentais humanos a fim de se conformarem com as exigências de uma situação modificada é em qualquer caso feito apenas tardiamente e com relutância, e tão-sòmente sob a coerção exercida por uma situação que tornou insustentáveis as opiniões adotadas. O reajustamento das instituições e das opiniões habituais em relação a um ambiente alterado é feito em resposta à pressão externa; sua natureza é a de uma reação provocada por um estímulo. A liberdade e a facilidade de reajustamento, isto é, a capacidade de desenvolvimento na estrutura social, dependem portanto, em grande extensão, do grau de liberdade mediante o qual a situação, em qualquer época determinada, atua nos membros individuais da comunidade, isto é, do grau de exposição dos membros individuais da coletividade às fôrças constrangedoras do ambiente. Se qualquer parcela ou classe da sociedade está abrigada contra a ação do ambiente a qualquer respeito mais especial, essa parcela da comunidade, ou essa classe, adaptará com maior delonga as suas opiniões e seu esquema de vida à generalidade da situação alterada; e nessa mesma medida tenderá a retardar o processo de transformação social. A classe ociosa abastada se encontra semelhantemente abrigada no que toca às fôrças econômicas que conduzem à mudança e ao reajustamento. E

pode-se dizer que as fôrças que levam ao reajustamento das instituições, principalmente no caso da comunidade industrial moderna, são, em última análise, e quase inteiramente, de natureza econômica.

Qualquer comunidade pode ser considerada como um mecanismo industrial ou econômico, cuja estrutura se constrói com aquilo que se chama suas "instituições econômicas". Essas instituições são métodos habituais de dar continuação ao modo de vida da comunidade em contato com o ambiente material no qual ela vive. Quando determinados métodos de desenvolver a atividade humana nesse determinado ambiente foram por essa forma elaborados, a vida da comunidade se exprimirá com alguma facilidade nesses rumos habituais; e a comunidade empregará as fôrças do ambiente para alcançar os objetivos situados pelo seu modo de vida de acôrdo com os métodos aprendidos no passado e corporificados nessas instituições. Mas enquanto cresce a população, e enquanto o conhecimento e a proficiência humanas se ampliam no dirigir as fôrças da natureza, os métodos habituais de relações entre os membros do grupo, e o método habitual de dar realização ao modo de vida do grupo como um todo, já não apresentam os mesmos resultados anteriores. Se o esquema, de acôrdo com o qual se efetua a vida do grupo sob as anteriores condições, apresenta aproximadamente o mais alto resultado atingível (sob as circunstâncias) em eficácia ou facilidade para a vida do grupo, nesse caso o mesmo esquema inalterado não produzirá o maior resultado atingível a êsse respeito sob as condições alteradas. Modificadas as condições de população, proficiência e conhecimento, a facilidade da vida tal como se processa de acôrdo com o esquema tradicional pode não ser mais baixo do que era sob as condições anteriores; mas as probabilidades são de que seja menos do que podia ser se o esquema fôsse alterado para se ajustar às condições alteradas.

O grupo se compõe de indivíduos, e a vida do grupo é a vida dos indivíduos vivida pelo menos por uma ostensiva maioria. O esquema de vida aceito pelo grupo é o consenso de opiniões mantidas pelo conjunto dêsses indivíduos no tocante ao que é certo, bom, conveniente e belo em a natureza da vida humana. Na redistribuição das condições de vida ocorridas no método alterado de lidar com o ambiente, o resultado não é uma mudança uniforme da facilidade de vida em todo o grupo. As novas condições podem aumentar a facilidade de vida para o grupo como um todo, mas a redistribuição terá usualmente como resultado uma diminuição da facilidade e da plenitude de vida para alguns membros do grupo. Um progresso em métodos técnicos, em população ou em organização industrial requererá pelo menos de alguns dos membros da comunidade a mudança de seus hábitos de vida, se é que pretendem ingressar com facilidade e eficácia nos métodos industriais alterados; e assim fazendo, serão incapazes de viver de conformidade com as idéias recebidas no que toca ao que é certo e belo nos hábitos de vida.

Quem quer que necessite mudar de hábitos de vida e suas habituais relações com os seus semelhantes, perceberá a discrepância entre o método de vida dêle requerido pelas exigências surgidas mais recentemente e o esquema tradicional de vida ao qual se habituou. São os indivíduos colocados nessa situação os que têm o mais forte incentivo para reconstruir o esquema de vida recebido, e os que são mais prontamente persuadidos a aceitar novos padrões; e é mediante a necessidade do meio de vida que os homens se colocam em tal situação. A pressão exercida pelo ambiente sôbre o grupo, favorecendo o reajustamento do esquema de vida, colide com os membros do grupo, na forma de exigências pecuniárias; e é devido a êsse fato — o de fôrças externas serem em grande parte reduzidas à forma

de exigências pecuniárias ou econômicas — que nos é lícito dizer que as fôrças que contam na direção de um reajustamento das instituições em qualquer moderna comunidade industrial, são principalmente fôrças econômicas; ou mais especìficamente, essas fôrças assumem forma de pressão pecuniária. Um reajustamento tal como o que aqui consideramos é substancialmente uma mudança das opiniões humanas no que concerne ao que é bom e certo, e o meio pelo qual uma mudança se faz na mente humana quanto ao que é bom e certo é em grande parte o resultado da pressão de exigências pecuniárias.

Na melhor das hipóteses, qualquer mudança de opinião sôbre o que é bom e correto na vida do homem só se faz tardiamente. Isto é principalmente verdade quando se trata de uma mudança visando àquilo a que se chama progresso; isto é, visando à divergência da posição arcaica; da posição que pode ser considerada o ponto de partida de qualquer passo da evolução social da comunidade. O retrocesso ou a reaproximação de um ponto de vista ao qual a raça está de há muito acostumada é mais fácil. Isto é especialmente verdadeiro no caso de um desenvolvimento discrepante do ponto de vista do passado, discrepância que não se deveu principalmente à substituição de um tipo étnico cujo temperamento é alheio a um ponto de vista anterior.

A fase cultural que vem logo após o presente na história da civilização ocidental é o que aqui se tem chamado de fase quase-pacífica. Nessa fase quase-pacífica a lei do estamento é o traço predominante no esquema de vida. Não é mister indicar a inclinação que têm os homens atuais para reverter à atitude espiritual de domínio e subserviência pessoal que caracterizam aquela fase. Poder-se-á dizer que ela está indecisa e suspensa diante das exigências econômicas da atualidade, não suplantada em definitivo por um hábito mental plenamente conforme com essas mesmas exigên-

cias mais recentes. As fases predatória e quase-pacífica da evolução econômica parece que tiveram uma longa duração na história de todos os principais elementos étnicos que concorrem para formar as populações da cultura ocidental. O temperamento e os pendores próprios dessas fases culturais têm portanto atingido uma tal persistência, ao ponto de tornar inevitável uma rápida reversão aos largos traços da correspondente constituição psicológica no caso de qualquer classe ou comunidade que esteja afastada da ação daquelas fôrças que concorrem para a manutenção dos hábitos mentais mais recentemente desenvolvidos.

Sabe-se de sobejo que, quando os indivíduos, ou mesmo grupos consideráveis de homens, são segregados de uma cultura industrial mais alta e expostos a um ambiente cultural mais baixo, ou a uma situação econômica de tipo mais primitivo, êles depressa revelam sinais de reversão aos traços espirituais que caracterizam o tipo predatório; e parece provável que o tipo de homem europeu dólico-louro possui maior facilidade para essa reversão à barbárie — mais do que os demais elementos com os quais êsse tipo se associa na cultura ocidental. Exemplos de tal reversão em pequena escala abundam na história mais recente da migração e colonização. Exceto pelo mêdo de ofender àquele patriotismo chauvinista que é um traço tão característico da cultura predatória, e cuja presença é com freqüência o sinal mais marcante de reversão nas comunidades modernas, o caso das colônias americanas pode ser citado como exemplo de uma tal reversão em escala excepcionalmente grande, conquanto a mesma não fôsse uma reversão de alcance muito amplo.

A classe ociosa se acha, em grande proporção ao abrigo da pressão daquelas exigências econômicas prevalecentes em qualquer moderna comunidade organizada altamente industrial. As exigências da luta pela

vida são menores nessa classe do que em qualquer outra; e como conseqüência dessa situação privilegiada, ela é uma das menos sensíveis dentre as demais classes da sociedade no corresponder às exigências que a situação exige visando a um ulterior desenvolvimento das instituições e um reajustamento a uma situação industrial alterada. A classe ociosa é a classe conservadora. As exigências da situação econômica geral da comunidade não incidem, livre ou diretamente, sôbre os membros dessa classe. Dela não se exige, sob pena de confisco, que mude seus hábitos de vida e seus pontos de vista teóricos sôbre o mundo exterior, a fim de se ajustar às exigências de uma técnica industrial alterada, uma vez que ela não é, em pleno sentido, uma parte orgânica da comunidade industrial. Tais exigências, portanto, não causam prontamente, nos membros dessa classe, aquêle grau de desassossêgo diante da ordem existente — desassossêgo que só pode levar qualquer conjunto humano a largar mão de seus pontos de vista e dos métodos de vida que se lhes tornaram habituais. O papel da classe ociosa na evolução social consiste em retardar o movimento e conservar o que é obsoleto. Esta afirmação não é absolutamente nenhuma novidade, pois de há muito já é um dos lugares-comuns da opinião popular.

A convicção prevalecente de que a classe rica é por natureza conservadora foi popularmente aceita sem que para isto contribuísse qualquer opinião teórica quanto ao lugar e à relação dessa classe no desenvolvimento cultural. Quando se apresenta uma explicação do conservantismo dessa classe, essa é sempre a explicação ressentida de que a classe rica se opõe à inovação pelo simples motivo de possuir interêsses criados, de espécie inconfessável, na manutenção das condições vigentes. A explicação aqui apresentada não implica nenhum motivo menos digno. A oposição da classe às mudanças no plano cultural é instintiva, e não se baseia principalmente em um cálculo interessado

em vantagens materiais; é uma revulsão instintiva diante de qualquer desvio do modo adotado de fazer ou encarar as coisas — uma revulsão comum a todos os homens e a ser vencida tão-sòmente pela pressão das circunstâncias. Tôda e qualquer mudança nos hábitos de vida e de pensamento é incômoda. A diferença, a êste respeito, entre os ricos e o geral da humanidade se baseia não tanto no motivo que leva ao conservantismo como no grau de vulnerabilidade às fôrças econômicas que reclamam mudança. Os membros da classe rica não cedem às exigências da inovação com a mesma presteza que os demais homens porque não são a isso constrangidos.

Êsse conservantismo da classe rica é um traço tão visível que até chegou a ser considerado um sinal de respeitabilidade. Sendo o conservantismo uma característica dos mais ricos, e, portanto, da parcela mais bem conceituada da comunidade, êle adquiriu um certo valor honorífico ou decorativo. Tornou-se normativo em tal extensão, que o apêgo às opiniões conservadoras é visto como coisa natural segundo a idéia que fazemos da respeitabilidade; e incumbe, imperiosamente, a todos quantos pretendem levar uma vida impecável no que concerne à reputação social. O conservantismo, sendo uma característica da classe alta, é respeitável; e, inversamente, a inovação, sendo um fenômeno peculiar à classe baixa, é vulgar O primeiro e o mais instintivo elemento daquela revulsão irrefletida e reprobatória, com a qual voltamos as costas a todos os inovadores sociais, é justamente êsse sentido da vulgaridade essencial da coisa. De modo que, até mesmo nos casos nos quais se reconhecem os méritos substanciais do fato do qual o inovador é o porta-voz (como, aliás, pode muito bem acontecer se os males que êle pretende remediar estão suficientemente afastados no que toca ao tempo, ao espaço e ao contato pessoal) não se pode senão ser sensível ao fato de que o inovador é uma

pessoa com a qual é pelo menos desagradável a gente associar-se, e de cujo contato social a gente deve se retrair. Inovação é má forma.

O fato de os usos, ações e idéias da abastada classe ociosa adquirirem o caráter de uma regra normativa de conduta para o resto da sociedade, acrescenta pêso e extensão à influência conservadora daquela classe, obrigando tôdas as pessoas respeitáveis a seguirem seu exemplo. De modo que, mercê da sua posição de avatar da boa forma, vem a classe rica a exercer uma influência retardadora no desenvolvimento social — influência excessivamente maior do que se poderia atribuir à simples fôrça numérica da classe. Seu exemplo normativo age no sentido de enrijar grandemente a resistência das demais classes contra a inovação, e fixar a estima dos homens pelas boas instituições que lhes foram legadas por uma geração anterior.

Há um outro modo segundo o qual a influência da classe ociosa atua na mesma direção, no que concerne ao impedimento da adoção de um plano de vida convencional mais de acôrdo com as exigências da época. Êste segundo método de orientação da classe alta não está em rigorosa consistência para se classificar na mesma categoria do conservantismo e da aversão instintivos aos novos modos de pensamento aos quais acabamos de aludir mas deve igualmente ser aqui tratado, uma vez que tem pelo menos o seguinte em comum com o hábito mental conservador: o de atuar para retardar a inovação e o crescimento da estrutura social. O código da educação das convenções e dos usos em voga em qualquer determinada época e em qualquer povo determinado tem mais ou menos o caráter de um todo orgânico; de modo que qualquer mudança apreciável em um ponto do esquema tem algo de mudança ou de reajustamento também em outros pontos, senão uma reorganização em tôda a linha. Quando surge uma mudança que toca de imediato apenas um pequeno ponto do esquema, o desarranjo conseqüente na estrutura

das convenções pode passar despercebido; porém mesmo num caso dêsses é lícito dizer que algum desarranjo, de maior ou menor alcance, se lhe seguirá. Por outro lado, quando uma tentativa de reforma envolve a supressão ou a completa remodelação duma instituição de primeira importância no esquema convencional, imediatamente se percebe que ocorreu um sério transtôrno de todo o esquema; percebe-se que um reajustamento da estrutura à nova forma assumida por um de seus principais elementos será um processo penoso e aborrecido, senão incerto.

A fim de perceber a dificuldade que uma mudança tão radical em qualquer outro aspecto do plano convencional de vida envolveria, é apenas necessário lembrar a supressão da família monogâmica, ou do sistema agnato de consangüinidade, ou da propriedade privada, ou da fé teísta, em qualquer país da civilização ocidental; ou imaginar a supressão do culto dos ancestrais na China, ou do sistema de castas na Índia, ou da escravidão na África, ou o estabelecimento da igualdade dos sexos nos países maometanos. Não se precisa de argumento para demonstrar que o desarranjo da estrutura geral das convenções seria, em qualquer dêsses casos, muito considerável. A fim de efetuar uma inovação como essa, uma alteração de longo alcance nos hábitos mentais dos homens também ficaria comprometida em outros pontos além daquele mais imediato. A repugnância a qualquer inovação equivale ao recuo diante dum esquema de vida essencialmente estranho.

A revulsão sentida pela gente "boa" diante de qualquer desvio dos métodos consagrados de viver é um fato conhecido na experiência de todo dia. Não é raro ouvir tais pessoas (que dispensam à comunidade conselhos e advertências salutares) se exprimirem com veemência sôbre os efeitos perniciosos e de longo alcance que a comunidade virá a sofrer mediante mudanças relativamente insignificantes tais a separação entre

a Igreja Anglicana e o Estado, o aumento da facilidade do divórcio, a adoção do sufrágio feminino, a proibição do fabrico e venda e bebidas alcoólicas, a abolição ou restrição da herança, etc. Qualquer dessas inovações, dizem-nos, "abalaria até os fundamentos a estrutura social", "reduziria a sociedade a um caos", "subverteria os alicerces da moralidade", "tornaria a vida intolerável", "confundiria a ordem da natureza", etc. Estas locuções pertencem indubitàvelmente à natureza da hipérbole; mas ao mesmo tempo, a exemplo de todos os exageros, constituem a prova de uma viva consciência sôbre a gravidade das conseqüências que envidam descrever. O efeito dessas inovações e outras de igual quilate no transtornar o plano de vida consagrado é uma conseqüência muito mais grave, sabe-se, do que a simples modificação de um artigo isolado dentre os vários dispositivos criados para a conveniência do homem em sociedade. O que é verdadeiro, em grau tão óbvio, no que diz respeito a inovações de primeira importância, é igualmente verdadeiro, em grau menor, no que concerne a mudanças de menor importância imediata. A aversão à mudança é em grande parte uma aversão ao incômodo de precisar fazer o reajustamento exigido por qualquer determinada mudança; e essa solidariedade ao sistema de instituições de qualquer determinada cultura de um povo fortalece a resistência instintiva oposta a qualquer mudança nos hábitos mentais humanos, até mesmo em assuntos que, em si mesmos, não têm maior importância.

Mercê desta solidariedade das instituições humanas, uma conseqüência desta relutância acrescida é qualquer inovação exigir um maior dispêndio de energia nervosa para fazer o necessário reajustamento do que seria o caso. Não porque uma mudança nos hábitos mentais estabelecidos seja desagradável. O processo de reajustamento da teoria aceita de vida envolve um certo esfôrço mental — um esfôrço mais ou menos contínuo e laborioso a fim de achar-se e manter-se o

Tudo isto, naturalmente, nada tem a ver com o elogio ou a censura da classe ociosa em sua qualidade de expoente e veículo do conservadorismo ou a sua reversão na estrutura social. A inibição que ela causa pode ser salutar ou prejudicial. Se é um ou outro em determinado caso, isso é uma questão de casuística, não de teoria geral. Pode ser verdadeira a opinião (como questão de política) tantas vêzes expressa pelos porta-vozes do elemento conservador, que, despidos de alguma resistência substancial e consistente ante a inovação, tal a que apresentam as classes conservadoras ricas, a inovação e o experimento social precipitarão a comunidade para uma situação insustentável e intolerável, cujo único resultado possível seria o descontentamento e uma reação desastrosa. Tudo isto, entretanto, está além do nosso presente exame.

Mas à parte tôda censura, e longe da indispensabilidade de exame de alguma inovação temerária, a classe ociosa, em a natureza das coisas, atua consistentemente no sentido de retardar o ajustamento ao ambiente ao qual se chama progresso social, ou desenvolvimento. A atitude característica da classe pode resumir-se na seguinte máxima: "Aquilo que é, está certo"; enquanto a lei da seleção natural, em sua aplicação às instituições humanas, resulta no seguinte axioma: "Aquilo que é, está errado". Não que as instituições atuais estejam completamente erradas para os propósitos da vida atual; mas são sempre, na natureza das coisas, erradas até certo ponto. São o resultado de um ajustamento mais ou menos inadequado dos métodos de vida a uma situação que em certa medida prevalecia no desenvolvimento anterior; e são portanto erradas por algo mais do que o intervalo que separa do passado a situação presente. "Certo" e "errado" são naturalmente empregados aqui sem qualquer significação sôbre aquilo que deve ou não deve ser. Simplesmente se empregam no ponto de vista evolucionário (moralmente incolor) e são destinados a designar a compatibilidade

quer a decência nesse ponto é coisa considerável e imperiosa; de modo que até mesmo nas classes cuja situação pecuniária é suficientemente forte para admitir um consumo de bens em considerável excesso de um mínimo de subsistência, o saldo que resta após a satisfação das necessidades físicas mais imperiosas não raro é desviado para uma finalidade de decência conspícua, antes do que para um acréscimo de confôrto físico e plenitude de vida. Além disso, um tal excesso de energia, quando disponível, é provàvelmente despendido na aquisição de bens de dispêndio conspícuo ou de poupança conspícua. O resultado é que as exigências de respeitabilidade pecuniária tendem: 1 — a deixar um mínimo de subsistência parcamente disponível para outra coisa que não seja o consumo conspícuo, e 2 — a absorver qualquer excesso de energia possìvelmente disponível depois de prover às mais primárias necessidades físicas da vida. O resultado de tudo isso é um fortalecimento da atitude geral conservadora da comunidade. A instituição de uma classe ociosa impede de imediato o desenvolvimento cultural: 1 — mediante a inércia da própria classe, 2 — mediante o exemplo normativo do dispêndio conspícuo e mediante o conservadorismo, e 3 — indiretamente, mediante o sistema de distribuição desigual da riqueza e do sustento na qual a própria instituição repousa.

Acrescente-se a isto que a classe ociosa tem também um interêsse material em deixar as coisas como estão. Nas circunstâncias prevalecentes em qualquer época determinada, está essa classe em situação privilegiada, e pode-se esperar que qualquer desvio da ordem existente opere em seu detrimento, antes do que a seu favor. A atitude da classe, simplesmente influenciada por seu interêsse de classe, será portanto que a deixem em paz. Êsse motivo interessado vem para complementar o instintivamente sólido preconceito da classe, e assim torná-la ainda mais consistentemente conservadora do que o seria em outras circunstâncias.

Tudo isto, naturalmente, nada tem a ver com o elogio ou a censura da classe ociosa em sua qualidade de expoente e veículo do conservadorismo ou a sua reversão na estrutura social. A inibição que ela causa pode ser salutar ou prejudicial. Se é um ou outro em determinado caso, isso é uma questão de casuística, não de teoria geral. Pode ser verdadeira a opinião (como questão de política) tantas vêzes expressa pelos porta-vozes do elemento conservador, que, despidos de alguma resistência substancial e consistente ante a inovação, tal a que apresentam as classes conservadoras ricas, a inovação e o experimento social precipitarão a comunidade para uma situação insustentável e intolerável, cujo único resultado possível seria o descontentamento e uma reação desastrosa. Tudo isto, entretanto, está além do nosso presente exame.

Mas à parte tôda censura, e longe da indispensabilidade de exame de alguma inovação temerária, a classe ociosa, em a natureza das coisas, atua consistentemente no sentido de retardar o ajustamento ao ambiente ao qual se chama progresso social, ou desenvolvimento. A atitude característica da classe pode resumir-se na seguinte máxima: "Aquilo que é, está certo"; enquanto a lei da seleção natural, em sua aplicação às instituições humanas, resulta no seguinte axioma: "Aquilo que é, está errado". Não que as instituições atuais estejam completamente erradas para os propósitos da vida atual; mas são sempre, na natureza das coisas, erradas até certo ponto. São o resultado de um ajustamento mais ou menos inadequado dos métodos de vida a uma situação que em certa medida prevalecia no desenvolvimento anterior; e são portanto erradas por algo mais do que o intervalo que separa do passado a situação presente. "Certo" e "errado" são naturalmente empregados aqui sem qualquer significação sôbre aquilo que deve ou não deve ser. Simplesmente se empregam no ponto de vista evolucionário (moralmente incolor) e são destinados a designar a compatibilidade

ou a incompatibilidade com o processo evolucionário efetivo. A instituição de uma classe ociosa, por fôrça do interêsse e do instinto de classe, e por preceito e exemplo normativo, contribui para a perpetuação do desajustamento existente das instituições, e até favorece uma reversão para um esquema de vida algo mais arcaico; um esquema que estaria ainda mais longe de ajustamento com as exigências da vida na situação existente do que o esquema obsoleto adotado, originário de um passado imediato.

Mas depois que tudo foi dito no tópico referente às boas práticas antigas, permanece verdadeiro o fato de que as instituições cambiam e se desenvolvem. Há um crescimento cumulativo de costumes e hábitos mentais; uma adaptação seletiva de convenções e métodos de vida. Algo deve-se dizer sôbre o ofício da classe ociosa em guiar êsse crescimento bem como retardá-lo; mas pouco se pode dizer aqui da sua relação com o crescimento institucional, exceto que ela toca às instituições que são primária e imediatamente de caráter econômico. Essas instituições — a estrutura econômica — podem ser geralmente divididas em duas classes ou categorias, segundo servirem a um ou a outro dos dois propósitos divergentes da vida econômica.

Para adotar a terminologia clássica, são elas instituições de aquisição ou de produção; ou para revertermos às palavras já empregadas numa diferente conexão em capítulos anteriores, são elas instituições pecuniárias ou industriais; ou, ainda em outros têrmos, são instituições a serviço ou do interêsse econômico invejoso, ou não invejoso. A primeira categoria tem a ver com os "negócios", a última com a indústria, tomando-se esta palavra em seu sentido mecânico. A última classe não é freqüentemente reconhecida como instituição, em grande parte porque não concerne de imediato à classe dominante e é, portanto, raramente, assunto de legislação ou de convenção deliberada.

Quando se lhes dá atenção, são comumente abordadas do lado pecuniário ou de negócios; sendo êsse o lado ou fase da vida econômica que principalmente ocupa as deliberações dos homens de nossa época, especialmente as deliberações da classe mais alta. Essas classes têm pouco mais do que um interêsse financeiro nas coisas econômicas e ao mesmo tempo a elas incumbe principalmente deliberar sôbre os negócios da comunidade.

A relação da classe ociosa (isto é, da classe rica não industrial) com o processo econômico, é uma relação pecuniária — relação de aquisição, não de produção; de exploração, não de utilidade. Indiretamente, seu ofício econômico pode, naturalmente, ser da mais alta importância no processo da vida econômica e, de modo algum, aqui se pretende depreciar a função econômica da classe abastada ou dos capitães de indústria. Nosso propósito é simplesmente o de indicar qual a natureza da relação dessas classes com o processo industrial e as instituições econômicas. O seu ofício é de índole parasitária, seu interêsse consiste em desviar o que puderem para seu próprio uso e reter o que tiverem na mão. As convenções do mundo dos negócios cresceram sob a vigilância seletiva dêsse princípio de predação e parasitismo. São convenções de propriedade; derivativos, mais ou menos remotos, da antiga cultura predatória. Mas essas instituições pecuniárias não se ajustam inteiramente à situação atual, pois se desenvolveram numa situação anterior, algo diferente da de hoje. Até mesmo na eficácia do seu aspecto pecuniário, não são eficientes como poderiam ser. A vida industrial modificada requer diferentes métodos de aquisição; e as classes pecuniosas têm algum interêsse em adaptar as instituições a fim de proporcionar-lhes um melhor efeito na aquisição do lucro privado, compatível com a continuação do processo industrial donde êsse lucro provém. Daí haver uma tendência mais ou menos firme na orientação dada pela classe ociosa ao

crescimento institucional em resposta aos fins pecuniários que modelam a sua vida econômica.

O efeito do interêsse pecuniário e do hábito mental pecuniário sôbre o desenvolvimento das instituições percebe-se naqueles decretos e convenções que contribuem para a segurança da propriedade, a execução dos contratos, a facilidade das transações financeiras e os interêsses adquiridos. De igual significação são as mudanças que afetam as falências e as sindicaturas, a responsabilidade limitada, as operações bancárias e o meio circulante, as coalisões de empregadores e operários, o crédito e a cotização temporária entre emprêsas. Essa espécie de equipamento institucional da comunidade é de conseqüência imediata tão-sòmente para as classes abastadas, e na proporção em que o são; isto é, na proporção em que se alinhem na classe ociosa. Mas, indiretamente, essas convenções econômicas são da mais grave conseqüência no processo industrial e na vida da comunidade. No guiar o desenvolvimento institucional nesse setor, as classes pecuniárias servem a um propósito da maior importância para a comunidade, não apenas na conservação do esquema social adotado, mas também na formação do processo industrial como tal.

O fim imediato dessa estrutura pecuniária institucional e sua melhoria consiste na maior facilidade para uma exploração pacífica e ordenada; mas seus efeitos remotos ultrapassam de longe êsse objetivo imediato. A conduta facilitada dos negócios não apenas permite à vida industrial e extra-industrial decorrer tranqüilamente, mas a resultante eliminação de distúrbios e complicações a exigir o exercício de uma aguda discriminação nas questões de todo dia atua no sentido de tornar supérflua a classe pecuniária. Logo que as transações pecuniárias viram rotina, pode-se bem dispensar o capitão de indústria. Essa meta, inútil dizê-lo, ainda se acha num futuro indefinido. Os melhoramentos introduzidos a favor do interêsse pecuniário nas mo-

dernas instituições tendem, em outro setor, a substituir o capitão pela corporação "sem alma" dos acionistas contribuindo assim igualmente para a superfluidade da grande função que é o exercício dos direitos da propriedade, hoje atribuída à classe ociosa. Indiretamente, portanto, a direção dada ao desenvolvimento das instituições econômicas por influência da classe ociosa tem uma conseqüência industrial deveras importante.

Capítulo IX

Conservação dos traços arcaicos

A INSTITUIÇÃO DE UMA CLASSE ociosa afeta não apenas a estrutura social, mas também o caráter individual dos membros da sociedade. Logo que determinada propensão ou determinado ponto-de-vista foram aceitos como padrão ou norma de vida autorizados, êstes reagirão no caráter dos membros da sociedade que os aceitaram, e até certo ponto, modelarão seus hábitos mentais e exercerão uma vigilância seletiva no desenvolvimento das aptidões e das inclinações do homem. O efeito é em parte conseguido por uma adaptação educacional coercitiva dos hábitos de todos os indivíduos, em parte pela eliminação dos indivíduos inadaptados e sua descendência. O material humano que não se preste aos métodos de vida impostos pelo esquema adotado sofre uma tal ou qual eliminação, bem como uma repressão. Os princípios de emulação pecuniária e de isenção industrial foram dêsse modo erigidos em regras de vida, e tornaram-se fatôres de alguma importância na situação à qual têm os homens de adaptar-se.

Êstes dois vastos princípios de desperdício conspícuo e isenção industrial afetam o desenvolvimento

cultural, tanto pela orientação que dão aos hábitos mentais humanos (assim controlando o desenvolvimento das instituições), como pela conservação seletiva de certos traços da natureza humana que conduzem a facilidades de vida no plano da classe ociosa (assim controlando o temperamento efetivo da comunidade). A tendência mais próxima da instituição da classe ociosa no moldar o caráter humano segue o rumo da sobrevivência e da reversão espiritual. Seus efeitos na índole da comunidade pertencem à natureza de um desenvolvimento espiritual interrompido. Especialmente nas culturas mais recentes, tem a instituição, como um todo, uma tendência conservadora. Esta asserção é bastante conhecida em substância, mas a muitos pode ter a aparência de novidade em sua presente aplicação. Portanto, uma revista sumária de suas bases lógicas pode não ser inoportuna, até mesmo com risco de alguma tediosa repetição e formulação de lugares-comuns.

A evolução social é um processo de adaptação seletiva de temperamento e hábitos mentais, sob a pressão de circunstâncias da vida em sociedade. A adaptação de hábitos mentais constitui o desenvolvimento de instituições. Mas paralela a êsse desenvolvimento houve uma mudança de tipo mais substancial. Não apenas mudaram os hábitos dos homens com as exigências mutáveis da situação, mas estas exigências mutáveis também trouxeram mudanças correlatas à natureza humana. O material humano da própria sociedade varia com as mudanças de condições de vida. A variação da natureza humana é tida pelos etnólogos mais recentes como um processo de seleção entre vários tipos étnicos, ou elementos étnicos relativamente estáveis e persistentes. Os homens tendem a reverter, ou a repetir com maior ou menor fidelidade, um ou outro dentre certos tipos da natureza humana que em seus traços principais se fixaram de conformidade com uma situação passada, diferente da atual. Existem muitos dêsses tipos

étnicos da humanidade relativamente estáveis compreendidos nas populações da cultura ocidental. Êsses tipos étnicos sobrevivem na herança racial da atualidade, não como moldes rígidos e invariáveis, como se cada um fôsse o único padrão exato e específico, mas na forma de um maior ou menor número de variantes. Variações dos tipos étnicos apareceram sob o contínuo processo seletivo ao qual os muitos tipos e seus híbridos foram sujeitos durante o desenvolvimento pré-histórico e histórico da cultura.

Essa necessária variação dos próprios tipos, devida a um processo seletivo de considerável duração e pendor consistente, não foi suficientemente notada pelos escritores que têm estudado a sobrevivência étnica. Aqui, o exame diz respeito às duas principais variantes divergentes da natureza humana resultantes dessa relativamente tardia adaptação seletiva aos tipos étnicos compreendidos na cultura ocidental, sendo o ponto de interêsse o provável efeito da situação hodierna na promoção de uma ou outra dessas duas linhas divergentes.

Pode-se resumir a posição etnológica; e a fim de evitar qualquer pormenor que não seja indispensável, a série de tipos e variantes e o esquema de reversão e sobrevivência ao qual êles concernem, são aqui apresentados com uma pobreza esquemática e uma simplicidade não admissível para qualquer outro propósito. O homem de nossas comunidades industriais tende a repetir um ou outro dos três principais tipos étnicos: o dolicocéfalo-louro, o braquicéfalo-moreno e o mediterrâneo — para não mencionar os elementos menores e mais remotos da nossa cultura. Dentro porém dêsses tipos étnicos, a reversão tende para uma ou outra entre pelo menos duas principais direções: a variante pacífica e antepredatória e a variante predatória. A primeira dessas duas variantes características está, em qualquer dos casos, mais próxima do tipo genérico,

sendo a representante reversiva de seu tipo segundo se apresentava na primeira fase da vida em sociedade da qual ficaram provas válidas, sejam estas arqueológicas ou psicológicas. Esta variante é encarada como a representação dos ancestrais do homem civilizado existente na fase selvagem e pacífica da vida que precedeu à cultura predatória, o regime de estamento e o desenvolvimento da emulação pecuniária. A segunda é a variante predatória dos tipos aqui apresentados como uma sobrevivência de uma modificação mais recente dos principais tipos étnicos e seus híbridos — tipos modificados principalmente por uma adaptação seletiva sob a disciplina da cultura predatória e a posterior cultura emulativa de uma fase quase-pacífica, ou pròpriamente, da cultura pecuniária.

Segundo as leis conhecidas da hereditariedade, pode haver uma sobrevivência de fase passada mais ou menos remota. Em casos ordinários, médios ou normais, se o tipo variou, seus traços são transmitidos aproximadamente como eram no passado recente, que se poderá chamar de presente hereditário. Para o fim aqui colimado, êsse presente hereditário é representado pela cultura predatória ou quase-pacífica mais recente.

Essa variação da natureza humana, característica dessa recente (e hereditàriamente ainda existente) cultura predatória ou quase-predatória, é que o moderno homem civilizado tende a repetir na maioria dos casos. Esta asserção requer alguma ressalva no que concerne aos descendentes das classes servis ou reprimidas dos tempos bárbaros, mas a ressalva necessária não é provàvelmente tão grande como à primeira vista poderia parecer. Tomando a população em conjunto, essa variante emulativa e predatória não parece ter atingido um alto grau de consistência ou estabilidade. Isto é: a natureza humana herdada pelo homem ocidental moderno é pouco uniforme no que toca ao alcance ou à fôrça relativa das várias aptidões e propensões que

concorrem para formá-la. O homem com sua hereditariedade atual, é ligeiramente arcaico, se julgado segundo os propósitos das exigências mais recentes da vida em sociedade. E o tipo para o qual principalmente tende o homem moderno a reverter sob a lei da variação é o de uma natureza humana um tanto mais arcaica. Por outro lado, a julgar pelos traços reversivos que se apresentam em indivíduos que variam do prevalecente estilo predatório de temperamento, a variante antepredatória parece possuir uma estabilidade maior e uma maior simetria na distribuição ou fôrça relativa de seus elementos temperamentais.

Esta divergência da natureza humana herdada, bem como uma anterior e uma mais recente variante do tipo étnico que o indivíduo tende a repetir, é contrariada e obscurecida por uma divergência similar entre os dois ou três principais tipos étnicos que concorrem para formar as populações ocidentais. A concepção é que os indivíduos dessas comunidades são, virtualmente, produtos híbridos dos elementos étnicos prevalecentes, combinados nas mais variadas proporções; com o resultado de tenderem a voltar para um ou outro dos tipos étnicos que os compõem. Os tipos étnicos diferem em temperamento de uma maneira algo parecida com a diferença existente entre as variações dos tipos predatórios e antepredatórios; o tipo dólico-louro demonstrando maior número de características do temperamento predatório (ou, pelo menos, uma disposição mais violenta) do que o tipo moreno braquicéfalo e especialmente mais do que o mediterrâneo. Quando o desenvolvimento das instituições ou do sentimento efetivo de uma determinada comunidade revela uma divergência da natureza predatória humana, é portanto impossível dizer com certeza que essa divergência indica uma reversão à variação antepredatória. Pode ela dever-se a um crescente predomínio de um ou outro dos elementos "mais baixos" da população. Todavia, con-

quanto a evidência não seja tão concludente como se possa desejar, há indicações de que as variações no temperamento efetivo das modernas comunidades não são de todo devidas a uma seleção entre tipos étnicos estáveis. Parece que constitui, em apreciável medida, uma seleção entre as variações predatórias e pacíficas de vários tipos.

Esta concepção de evolução humana contemporânea não é indispensável neste exame. As conclusões gerais alcançadas pelo uso de conceitos de adaptação seletiva permanecerão substancialmente verdadeiras se os anteriores conceitos de Darwin e Spencer forem substituídos. Nessas circunstâncias, pode-se admitir uma certa amplitude no uso dos têrmos. A palavra "tipo" é aqui empregada com certa imprecisão para denotar as variações de temperamento que os etnólogos talvez classificassem como variações triviais do tipo e não como tipos étnicos distintos. Onde quer que uma discriminação mais rigorosa pareça essencial ao argumento, o esfôrço de fazê-la se evidenciará claramente no contexto.

Os tipos étnicos da atualidade são portanto variações dos tipos raciais primitivos. Sob a disciplina da cultura bárbara, sofreram alguma alteração, atingiram algum grau de fixidez em sua forma alterada. A hereditariedade do homem atual, é a variante barbárica, servil ou aristocrática dos elementos étnicos que o constituem. Mas esta variante barbárica não atingiu o seu mais alto grau de homogeneidade e estabilidade. A cultura bárbara — as fases predatórias e quase-pacíficas — embora de duração absoluta, não foi suficientemente dilatada nem invariável em caráter para produzir uma extrema fixidez de tipo. Variações da natureza humana barbárica ocorrem com alguma freqüência e tais casos estão se tornando mais perceptíveis na atualidade porque as condições da vida moderna já não mais atuam consistentemente para reprimir desvios da normalidade barbárica. O temperamento predatôrio se presta a

todos os fins da vida humana, e, mais especialmente, aos da indústria moderna.

Os desvios da natureza humana quanto à atual hereditariedade são mais freqüentemente da índole das reversões a uma anterior variante do tipo. A anterior variante é representada pelo temperamento que caracteriza a fase primitiva da selvageria pacífica. As circunstâncias da vida e as metas do esfôrço prevalecentes antes do advento da cultura bárbara, moldaram a natureza humana e fixaram-na no que respeita a certos traços fundamentais. E é a êstes antigos traços genéricos que os homens modernos se inclinam no caso de variações da natureza humana da presente hereditariedade. As condições sob as quais os homens vivem nas fases mais primitivas da vida associada, que podem pròpriamente ser chamadas de civilizadas, parecem ter sido de qualidade pacífica; e o caráter — o temperamento e a atitude espiritual — dos homens nessas primeiras condições ou ambientes e instituições, parece que foram de feitio pacífico e não agressivo, para não dizer indolente. Para o propósito imediato, essa fase cultural pacífica pode-se dizer que marcou a fase inicial do desenvolvimento social. No que diz respeito à presente exposição, o traço espiritual dominante dessa presumível fase inicial da cultura parece que foi um senso inexpresso e informulado de solidariedade de grupo, que se exprimia largamente em uma simpatia complacente (mas de modo algum ativa), por tôdas as facilidades da vida humana, e em uma inquieta revulsão contra a inibição ou a futilidade da vida que percebiam. Mediante a presença ubíqua nos hábitos mentais do homem selvagem antepredatório, êste incisivo porém tranqüilo sentido do genèricamente útil parece que exerceu uma apreciável fôrça inibidora em sua vida e na maneira de seu contato habitual com outros membros do grupo.

Os traços desta inicial e indiferenciada fase pacífica de cultura parecem débeis e duvidosos se olhar-

mos meramente para as provas categóricas de sua existência tal como nos facultam usos e opiniões em voga no presente histórico, seja isto em comunidades civilizadas ou rudes; mas uma prova menos dúbia de sua existência se encontra nas sobrevivências psicológicas, à guisa de traços persistentes e arraigados do caráter humano. Tais traços sobrevivem talvez em grau especial entre aquêles elementos étnicos que se amontoam no fundo da cena na época da cultura predatória. Traços apropriados aos primitivos hábitos de vida tornaram-se então relativamente inúteis na luta individual pela existência. E aquêles elementos da população, ou aquêles grupos étnicos, menos próprios por temperamento à vida predatória, foram reprimidos e recalcados para o segundo plano.

Na transição para a cultura predatória, o caráter da luta pela existência mudou alguma coisa: luta de grupo contra um ambiente não humano, mudou para a luta contra um ambiente humano. Esta mudança foi acompanhada por um crescente antagonismo e consciência de antagonismo entre os membros individuais do grupo. As condições de sucesso dentro do grupo, bem como as condições de sua sobrevivência, também mudaram; e a atitude espiritual dominante do grupo gradualmente mudou, levando uma série diferente de aptidões e pendores para a posição de legítimo domínio no esquema de vida adotado. Entre êsses traços arcaicos que devem ser considerados como sobrevivências oriundas da fase cultural pacífica, estão aquêle instinto de solidariedade de raça que denominamos consciência, inclusive o senso de verdade e eqüidade, e o instinto de artesanato em sua expressão ingênua e não emulativa.

Sob a orientação da ciência biológica e psicológica mais recente, a natureza humana terá de ser redefinida em têrmos de hábito; e na redefinação, isto parece em linhas gerais, ser a única posição e base de tais traços. Êstes hábitos de vida são de índole demasiado incisiva

para se atribuírem à influência de uma breve disciplina anterior mais recente. A facilidade com que êles são temporàriamente reprimidos pelas exigências especiais da vida moderna, demonstra que êstes hábitos são efeitos sobreviventes de uma disciplina de data extremamente antiga, de cujos ensinamentos foram os homens freqüentemente constrangidos a discrepar em pormenores, sob as circunstâncias alteradas de uma época posterior; e o modo ubíquo segundo se afirmam sempre que tais exigências afrouxam, demonstra que o processo pelo qual os traços foram fixados e incorporados na formação espiritual do tipo deve ter durado um tempo relativamente longo e sem interrução mais séria. O ponto não é sèriamente afetado por qualquer dúvida sôbre se o processo era um processo de habituação no sentido antiquado do têrmo ou um processo de adaptação seletiva da raça.

A índole e as exigências da vida, sob aquêle regime de estamento e de antítese individual e de classe que abrange todo o intervalo desde o comêço da cultura predatória até o presente, demonstra que os traços de temperamento aqui escassamente examinados poderiam ter surgido e adquirido fixidez durante êsse intervalo. É inteiramente provável que êsses traços proviessem de um método anterior de vida, e sobrevivessem através do intervalo da cultura predatória e quase pacífica em uma condição de dessuetude incipiente, ou pelo menos iminente, e não trazidos e fixados por essa anterior cultura. Parecem ser características hereditárias da raça e terem persistido a despeito das exigências alteradas de sucesso na fase predatória, e por último, pecuniária, da cultura. Parece que persistiram por fôrça da tenacidade de transmissão peculiar a um traço hereditário presente em certo grau em cada membro da espécie, e o qual repousa em uma larga base de continuidade.

Essa feição genérica não é prontamente eliminada, mesmo em um processo de seleção tão severo e dilatado

como aquêle ao qual os traços aqui examinados foram submetidos durante as fases predatória e quase-pacífica. Êsses traços pacíficos são em grande parte alheios aos métodos e ao ânimo da vida bárbara. A característica saliente da cultura bárbara é uma implacável emulação e antagonismo entre as classes e entre os indivíduos. Essa disciplina emulativa favorece aqueles indivíduos e linhas de descendência dotados dos traços selvagens pacíficos em um grau relativamente leve. Tende portanto a eliminar êsses traços e aparentemente já os enfraqueceu em grau apreciável nas populações a ela sujeitas. Mesmo quando a pena última devida ao não conformismo com o tipo bárbaro de temperamento não é cumprida, o resultado é uma repressão mais ou menos consistente dos indivíduos inconformados e suas linhas de descendência. Quando a vida é largamente uma luta entre indivíduos no interior do grupo, a posse em grau marcante, dos antigos traços pacíficos, estorvaria o indivíduo na luta pela vida.

Em qualquer fase conhecida da cultura, diferente ou mais recente do que a fase inicial aqui tratada, os dons de boa índole, eqüidade e simpatia indiscriminadas não favorecem apreciàvelmente a vida do indivíduo. A posse dêsses dons pode servir para proteger o indivíduo contra os maus tratos às mãos de uma maioria que, em seu ideal do homem normal, insiste em uma pequena quantidade de tais ingredientes; mas à parte o efeito indireto e negativo nesse setor, o indivíduo, quanto menos os possua, vive melhor sob o regime de competição. Ser livre de escrúpulos, simpatia, honestidade e consideração pela vida alheia, podem favorecer, em um limite razoàvelmente amplo, o bom êxito do indivíduo pertencente à cultura pecuniária. Os homens bem sucedidos de todos os tempos pertencem geralmente a êste tipo; com exceção daqueles cujo sucesso não foi conquistado em têrmos de riqueza ou de poder. É apenas em estreitos limites, e mesmo assim,

apenas no sentido pickwickiano(1), que "a honestidade é a melhor política".

Encarado do ponto de vista da vida das modernas condições civilizadas de uma comunidade culta da cultura ocidental, o selvagem primitivo, antepredatório, cujo caráter tentamos esboçar acima, não foi um grande êxito. Mesmo para fins de uma cultura hipotética ao qual êsse tipo de natureza humana deve a estabilidade que tem — mesmo para fins de um grupo selvagem pacífico — êsse homem primitivo tem quase tantos defeitos econômicos conspícuos quanto virtudes do mesmo teor — segundo está bem claro para qualquer pessoa não prejudicada por uma complacência nascida do sentimento de solidariedade. Êsse primitivo será no máximo "um sujeito sagaz e imprestável". As falhas dêsse tipo de caráter presumìvelmente primitivo são a fraqueza, a ineficiência, a falta de iniciativa e engenhosidade, e uma amabilidade frouxa e indolente, ao mesmo tempo que um sentido animístico vivo, mas inconseqüente. Com êsses traços, há ainda outros que têm algum valor no processo da vida coletiva, no sentido de propiciarem facilidades de vida ao grupo. Êsses traços são a verdade, a tranqüilidade, a boa vontade e um interêsse não cumulativo ou invejoso pelos homens e as coisas.

Com o advento da fase predatória da vida, ocorre uma mudança nas exigências feitas ao caráter humano bem sucedido. Os hábitos de vida dos homens têm de adaptar-se a novas exigências em um nôvo esquema de relações humanas. O mesmo desdobramento de energia, que prèviamente encontrara expressão nos traços da vida selvagem acima citados, agora exige-se que encontre nova expressão em uma nova linha de ação, em um nôvo grupo de respostas habituais a estímulos alterados. Os métodos antigos, considerados em têrmos

---

(1) De Pickwick, personagem otimista criada por Dickens, espécie de idiota bem intencionado. (N. da T.)

de facilidade de vida, já não são adequados em as novas condições. A situação anterior era caracterizada por uma relativa ausência de antagonismo ou diferenciação de interêsses; a última, por uma emulação sempre crescente de intensidade, porém de alcance cada vez mais acanhado. Os traços que caracterizam as fases predatórias de cultura e subseqüentes, e que indicam os tipos de homem melhor adaptados para sobreviver no regime de estamento, são (em sua expressão primária), a ferocidade, o egoísmo, o sentimento de clã e a falsidade — o livre recurso à fôrça e à fraude.

Sob a severa e dilatada disciplina do regime de competição, a seleção dos tipos étnicos tem atuado no sentido de dar um domínio algo mais acentuado a êsses traços de caráter, favorecendo a sobrevivência daqueles elementos étnicos mais ricamente dotados a êsse respeito. Ao mesmo tempo, os hábitos genéricos da raça, adquiridos, nunca cessaram de ter alguma utilidade para os propósitos da vida da coletividade e jamais ficaram definitivamente suspensos.

Talvez valha a pena notar que o tipo europeu dólico-louro muito deve da sua influência dominadora e da sua posição despótica na cultura mais recente ao fato de possuir, em grau excepcional, as características do homem predatório. Êsses traços espirituais, mais uma enorme provisão de energia física (isto, talvez, um resultado de seleção entre grupos e linhas de descendência), concorrem principalmente para colocar qualquer elemento étnico na posição da classe ociosa ou dominante, especialmente durante as primeiras fases do desenvolvimento dessa instituição. Isto não quer dizer precisamente que o mesmo complemento de aptidões de qualquer indivíduo lhe garante um eminente sucesso social. No regime competitivo, as condições de sucesso para o indivíduo não são necessàriamente as mesmas para uma classe. O sucesso de uma classe ou partido implica um forte elemento de espírito de clã, ou lealdade ao chefe, ou aderência a um princípio; enquanto

o indivíduo competitivo melhor poderá conseguir seus fins se combinar a energia do bárbaro, a iniciativa, o egoísmo e a falsidade com a falta de lealdade e de espírito de clã do selvagem. A propósito, pode-se mencionar que os homens que conquistaram um brilhante sucesso (napoleônico) na base de um egoísmo imparcial e de ausência de escrúpulos possuíam geralmente mais características físicas do braquicéfalo-moreno do que do dólico-louro. A maior proporção dos indivíduos moderadamente bem sucedidos, mercê do seu egoísmo, parece fìsicamente pertencer ao elemento étnico citado por último.

O temperamento induzido pelo hábito predatório de vida concorre para a sobrevivência e a plenitude de vida do indivíduo sob um regime de emulação. Ao mesmo tempo, concorre para a sobrevivência e o sucesso do grupo se a vida do grupo como coletividade também fôr predominantemente uma vida de competição hostil com outros grupos. Mas a evolução da vida econômica nas comunidades industrialmente mais maduras começou a assumir um tal cariz, que o interêsse da comunidade já não coincide com os interêsses emulativos do indivíduo. Em sua capacidade organizada, essas comunidades industriais adiantadas estão deixando de competir por meios de vida ou pelo direito de viver — exceto quando as inclinações predatórias de suas classes dominantes conservam a tradição de guerra e de rapina. Essas comunidades já não são recìprocamente hostis por fôrça de circunstâncias outras que não as circunstâncias de tradição e temperamento. Seus interêsses materiais — à parte, talvez, os interêsses da boa fama coletiva — já não são apenas incompatíveis, mas o sucesso de qualquer uma das comunidades inquestionàvelmente favorece a plenitude de vida de qualquer outra comunidade do grupo, não só no presente como também em um futuro imprevisível. Nenhuma delas tem qualquer interêsse material em vencer qual-

quer outra. O mesmo não é verdadeiro no mesmo grau quando consideramos os indivíduos e suas mútuas relações.

Os interêsses coletivos de qualquer comunidade moderna se concentram na eficiência industrial. O indivíduo é útil aos fins da comunidade em proporção com a sua eficiência nos empregos vulgarmente chamados "produtivos". Êsse interêsse coletivo é melhor servido pela honestidade, a diligência, a calma, a boa vontade, a ausência de egoísmo e um conhecimento e compreensão habituais de seqüência causal isenta de crença animística e de um sentido de dependência de qualquer intervenção sobrenatural no correr dos acontecimentos. Não há muito o que dizer quanto à beleza, a excelência moral ou o valor e reputabilidade de uma natureza humana tão prosaica quanto implicam essas qualidades; e há poucas razões para entusiasmo no tocante ao modo coletivo de vida que iria resultar da prevalência dessas qualidades em um predomínio implacável. Isto porém não vem a pêlo aqui. O funcionamento bem sucedido de uma moderna comunidade industrial está mais garantido onde existem essas qualidades, e é logrado na medida em que o material humano se caracteriza pela posse das mesmas. Sua presença é exigida em certo grau a fim de alcançar um ajustamento tolerável da moderna situação industrial às circunstâncias. O complexo, pormenorizado, essencialmente pacífico e altamente organizado mecanismo da moderna comunidade industrial opera com melhor vantagem quando essas qualidades, ou a maioria delas, estão presentes em um grau mais alto de exeqüibilidade. Mas estão presentes, em um grau marcantemente mais baixo, no homem do tipo predatório — um grau menor do que convém aos propósitos da vida coletiva moderna.

Por outro lado, o interêsse imediato do indivíduo no regime competitivo é melhor servido por um comércio arguto e um trato inescrupuloso. As características acima citadas como sendo de utilidade aos inte-

rêsses da comunidade são inúteis, antes que úteis para o indivíduo. A presença dessas aptidões em sua formação desvia suas energias para outros fins que não o ganho pecuniário; e também, em seu afã de ganho, levam-no a procurar o ganho mediante as vias diretas e indiretas da indústria, antes do que mediante uma livre e firme carreira de prática aturada. As aptidões industriais são com bastante consistência um empêço para o indivíduo. No regime de emulação, os membros de uma moderna comunidade industrial são rivais, cada um dos quais melhor logrará sua superioridade individual e imediata se, mediante uma falta excepcional de escrúpulos, êle fôr capaz de tranqüilamente ultrapassar e prejudicar seus companheiros quando a ocasião se apresentar.

Já se disse que as modernas instituições econômicas se dividem geralmente em duas categorias distintas: a pecuniária e a industrial. O mesmo é verdadeiro no que toca aos empregos. Sob o primeiro tópico alinham-se os empregos que têm relação com a propriedade ou a aquisição; sob o último, os que têm relação com o artesanato ou a produção. Segundo se observou quando falamos do crescimento das instituições, o mesmo acontece no tocante a empregos. Os interêsses econômicos da classe ociosa têm por base os empregos pecuniários; os da classe trabalhadora repousam em ambas as classes de empregos, mas principalmente no industrial. O acesso à classe ociosa se faz através de empregos pecuniários.

Ambas essas classes de emprêgo diferem materialmente no tocante às aptidões exigidas por cada uma; e o adestramento que dão seguem igualmente duas linhas divergentes. A disciplina dos empregos pecuniários atua visando a conservar e cultivar certas aptidões predatórias e a disposição predatória. Consegue-o tanto pela educação daqueles indivíduos e classes que se ocupam em tais empregos como pela repressão e

eliminação seletiva daqueles indivíduos e linhas de descendência inadequados neste particular. Enquanto os hábitos mentais dos homens forem moldados pelo processo competitivo de aquisição e retenção; enquanto suas funções econômicas forem compreendidas na posse da riqueza concebida em têrmos de valor de troca, e sua direção e financiamento mediante uma permuta de valores; enquanto a sua experiência da vida econômica favorecer a sobrevivência e a acentuação do temperamento e hábitos mentais predatórios. No pacífico sistema moderno, é naturalmente a série pacífica de hábitos e aptidões predatórias a mais incentivada por uma vida de aquisição. Vale dizer: os empregos pecuniários emprestam proficiência à linha geral de práticas compreendidas no capítulo da fraude, não àquela que pertence ao método mais arcaico de apreensão por meio da fôrça.

Êsses empregos pecuniários, tendendo a conservar o temperamento predatório, são os que dizem respeito à propriedade — função imediata da classe ociosa pròpriamente dita — e às funções subsidiárias relativas à aquisição e à acumulação de bens. Estas abrangem aquela classe de pessoas e aquela série de deveres do processo econômico, ligados à propriedade de emprêsas empenhadas na indústria competitiva; especialmente aquelas linhas fundamentais do setor econômico, classificadas como operações financeiras. A estas pode-se acrescentar a maior parte das ocupações mercantis. No seu desenvolvimento máximo e mais definido, tais deveres compõem o ofício econômico do "capitão de indústria". O capitão de indústria é um homem astuto, antes que engenhoso, e seu domínio é pecuniário, antes que industrial. Essa administração da indústria, segundo êle a exerce, é comumente de espécie permissiva. Os detalhes mecânicamente efetivos da produção da organização industrial são delegados a subordinados de mentalidade menos "prática" — a homens dotados de um talento para o artesanato, antes do que de talento administrativo. No que diz respeito

à sua tendência para formar a natureza humana mediante educação e seleção, a maioria dos empregos não econômicos deve ser classificada com os empregos pecuniários. Tais são os empregos políticos, eclesiásticos e militares.

Os empregos pecuniários também experimentam a sanção de respeitabilidade pecuniária em grau muito mais alto do que os empregos industriais. Dêste modo, os padrões de respeitabilidade da classe ociosa aparecem para manter o prestígio daquelas aptidões que servem ao propósito de emulação; e o esquema de vida decente da classe ociosa, também promove a sobrevivência e a cultura das características predatórias. Os empregos se alinham por uma graduação hierárquica de respeitabilidade. Os que dizem respeito à propriedade em larga escala são os mais reputados dentre os empregos econômicos. Seguindo-se-lhes, em reputação, vêm aquêles empregos imediatamente subservientes à propriedade e à finança — tais como os que se relacionam com o serviço bancário e o direito. Os empregos bancários também sugerem vastas propriedades, e a isso talvez se deva uma parcela do prestígio ligado aos bancos. O direito não implica grandes propriedades; mas como nenhuma pecha de utilidade, com outra finalidade que não a competitiva, está ligada à profissão de advogado, esta se situa muito alto no esquema convencional. O advogado ocupa-se exclusivamente com os detalhes da fraude predatória, seja em fazer ou anular a chicana, e o bom êxito na profissão é portanto aceito como sinal de grande talento no que toca àquela astúcia bárbara que sempre comandou o respeito e o temor dos homens. Os propósitos mercantis são apenas parcialmente bem reputados, a menos que envolvam um grande elemento de propriedade e um pequeno elemento de utilidade. Classificam-se como altos e baixos na proporção em que servem a necessidades altas ou baixas; de modo que o negócio de vender a retalho as coisas necessá-

rias à vida desce ao nível da pequena indústria e do trabalho de fábrica. O trabalho manual, ou até mesmo a tarefa de dirigir os processos mecânicos, está naturalmente em situação precária no que toca à respeitabilidade.

Faz-se necessária uma distinção no que diz respeito à disciplina aqui exposta sôbre os empregos pecuniários. À medida que aumenta a emprêsa industrial, a direção pecuniária vem a ter, em seus detalhes um menor caráter de chicana e astuta competição. Vale dizer: para uma proporção sempre crescente de pessoas que entram em contato com essa fase da vida econômica, o negócio reduz-se a uma rotina onde há menos sugestão imediata de ultrapassar ou explorar um competidor. A conseqüente isenção dos hábitos predatórios se estende principalmente aos subordinados, empregados no negócio. Os deveres impostos pela propriedade e pela administração ficam virtualmente imunes a essa distinção.

O caso é diferente quando se trata daqueles indivíduos ou classes imediatamente ocupados com a técnica e as operações manuais de produção. Sua vida diária não está no mesmo grau habituada às motivações emulativas e invejosas, e às manobras do setor pecuniário da indústria. Vivem êles consistentemente no atendimento e coordenação dos fatos e seqüências mecânicas, sua classificação e utilização para os propósitos da vida humana. No que concerne a esta parcela da população, a ação educativa e seletiva do processo industrial com o qual estão imediatamente em contato atua para adaptar seus hábitos mentais a propósitos não emulativos da vida coletiva. Para êles, portanto, a ação educativa apressa a caducidade das aptidões e propensões distintamente predatórias transmitidas pela hereditariedade e a tradição desde o passado barbaresco da raça.

A ação educativa da vida econômica da comunidade, portanto, não é de espécie uniforme em tôdas as

suas manifestações. A série de atividades econômicas que diz respeito imediato à competição econômica possui uma tendência a conservar certos traços predatórios; enquanto aquelas ocupações industriais, que concernem imediatamente à produção de bens, possuem, em geral, a tendência contrária. Mas no que tange à última classe de empregos, deve-se notar que as pessoas nêles empenhadas são quase tôdas, em certa medida, interessadas em assuntos de competição pecuniária (como, por exemplo, na fixação competitiva de ordenados e salários, aquisição de bens de consumo, etc.) Portanto, a distinção aqui feita entre classes de empregos não é de modo algum uma distinção rígida e invariável entre classes de pessoas.

Os empregos da classe ociosa na indústria moderna são de molde a manter vivos certos hábitos e aptidões predatórios. Enquanto os membros dessas classes tomam parte no processo industrial, o seu adestramento tende a conservar-lhes o temperamento bárbaro. Mas há algo a dizer sôbre o outro lado. Indivíduos colocados de modo a se isentarem do esfôrço, podem sobreviver e transmitir suas características, até mesmo se diferirem largamente da média da espécie, tanto em sua formação física como espiritual. As probabilidades de sobrevivência e transmissão de traços atávicos são maiores naquelas classes mais abrigadas contra a pressão das circunstâncias. A classe ociosa está em certa medida ao abrigo das tensões da situação industrial, e ofereceria, portanto, uma proporção excepcionalmente grande de reversões ao temperamento pacífico ou selvagem. Seria possível a tais indivíduos aberrantes ou atavísticos desenvolver suas atividades de vida em linhas antepredatórias, sem sofrer uma pronta repressão ou eliminação, como aconteceria nos setores mais humildes da vida.

Algo parecido dir-se-ia confirmado pelos fatos. Há, por exemplo, uma apreciável proporção das clas-

ses mais altas, cujas inclinações as conduzem para as obras filantrópicas, e há também um considerável conjunto de sentimentos na mesma classe, conducente a apoiar reformas e melhoramentos. Muito dêsse esfôrço filantrópico e reformístico ainda traz a marca daquela amável "astúcia" e incoerência, características do primitivo selvagem. Mas ainda se pode duvidar de que êsses fatos sejam a prova de uma proporção maior de reversões na camada mais alta — maior do que o seria na mais baixa. Mesmo que tais inclinações estivessem presentes nas classes pobres, não lhes seria fácil encontrar expressão ali, uma vez que essas classes carecem dos meios, do tempo e da energia que dão eficácia a inclinações dessa espécie. A prova *prima facie* dos fatos não pode ser posta em dúvida.

Deve-se notar, em ulterior especificação, que a classe ociosa da atualidade é recrutada entre aquêles que foram pecuniàriamente bem sucedidos, os quais, portanto, são presumìvelmente dotados com mais do que um complemento constante dos traços predatórios. A entrada na classe ociosa passa através dos empregos pecuniários, e êsses empregos, mediante seleção e adaptação, atuam para admitir nos níveis mais altos apenas aquelas linhas de descendência pecuniàriamente aptas a sobreviver sob o teste predatório. E tão logo um caso de reversão à natureza humana não predatória se revele nesses níveis superiores, ela é logo extirpada e atirada de volta a níveis pecuniários mais baixos. A fim de conservar o seu lugar na classe, uma família precisa possuir temperamento pecuniário; do contrário, sua fortuna se dissipará e ela perderá a sua posição. Exemplos dessa espécie são bastante freqüentes.

Os componentes da classe ociosa se mantêm mediante um contínuo processo seletivo, pelo qual os indivíduos e as linhagens eminentemente equipados para a competição pecuniária agressiva, são retirados das classes mais baixas. A fim de alcançar os altos níveis, deve o aspirante possuir não apenas uma média razoá-

vel complementar de aptidões pecuniárias, mas deve igualmente possuir êsses dons em grau superlativo, ao ponto de vencer tôdas as dificuldades materiais que lhe barrem o caminho da ascensão. Vencidos os acidentes, os *nouveaux arrivés* comporão um corpo escolhido.

Êsse processo de admissão seletiva vem naturalmente se desenvolvendo sem interrupção, desde que se estabeleceu a moda da emulação pecuniária — o mesmo que dizer, desde que a instituição da classe ociosa se instalou. Mas a base definida da seleção nem sempre foi a mesma, e o processo seletivo, portanto, nem sempre deu os mesmos resultados. Na fase bárbara primitiva ou predatória pròpriamente dita, a prova da aptidão era a proeza, no sentido ingênuo da palavra. Para obter entrada na classe, o candidato tinha de ser dotado de solidariedade para com o clã, ferocidade, solidez, falta de escrúpulos e tenacidade de propósitos. Eram estas as qualidades que contavam na acumulação e contínua manutenção da riqueza. A base econômica da classe ociosa, então como mais tarde, era a posse da riqueza; mas os métodos para a acumular, e o talento requerido para a manter, mudaram um tanto desde os primeiros tempos da cultura predatória. Em conseqüência do processo seletivo, os traços dominantes da classe ociosa barbárica eram a agressão ousada, um sentido vivo de *status* e o livre recurso à fraude. Os membros da classe conservaram a sua posição mediante o exercício da proeza. Na cultura barbárica ulterior, a sociedade atingiu métodos estabelecidos de aquisição e possessão sob um regime de *status* quase-pacífico. A simples agressão e a violência irrestrita foram em grande parte substituídas pela chicana e a astúcia — método mais aprovado de acumular riqueza. A agressão despótica, e a solidez correlativa, mais um sentimento de *status* implacàvelmente consistente, ainda contam entre as mais esplêndidas características da classe, e

permanecem em nossas tradições como as "virtudes aristocráticas" típicas. Mas com estas se associavam um crescente complemento de virtudes pecuniárias menos salientes, tais a previdência, a prudência e a chicana. No decorrer do tempo, e enquanto se aproximava a moderna fase pacífica da cultura pecuniária, a série de aptidões e hábitos que acabamos de citar ganhou relativa eficácia a fim de lograr objetivos pecuniários, e vale relativamente mais no processo seletivo sob o qual se obtinha admissão na classe ociosa e nela se mantinha.

A base da seleção foi mudando, até que as aptidões, que agora qualificam para a admissão na classe, são tão-sòmente as aptidões pecuniárias. O que resta dos traços bárbaros predatórios é a tenacidade de propósitos ou a consistência de objetivos que distinguem o bárbaro predatório do selvagem pacífico ao qual suplantou. Mas não se pode dizer que êsse traço distinga de modo característico o homem pecuniàriamente bem sucedido da classe mais alta, tirado das fileiras das classes industriais. O treino e a seleção aos quais os últimos se expõem na vida industrial moderna emprestam um pêso similarmente decisivo a êsse traço. A tenacidade de propósito pode-se antes dizer que distingue ambas essas classes de duas outras: o homem indolente e imprestável e o delinqüente quase do mesmo modo em que o homem industrial se compara com o seu subalterno indolente. O homem pecuniário ideal é como o delinqüente ideal no converterem ambos pessoas e bens em proveito próprio, e em sua falta de consideração para com os sentimentos e os desejos do próximo, e para com os efeitos remotos de suas ações; entretanto dêle difere por possuir um sentido mais incisivo de sua condição social e em trabalhar com mais consistência e maior percepção de uma época ainda remota. O parentesco dos dois tipos de temperamento é ainda revelado em um pendor para o "esporte" e o jôgo, e o gôsto por uma emulação sem objetivo. O homem pe-

cuniário ideal demonstra igualmente um curioso parentesco com o delinqüente em uma das variações concomitantes da natureza humana predatória. O delinqüente tem com freqüência hábitos mentais supersticiosos; acredita na sorte, nos esconjuros, nas adivinhações e no destino, em presságios e cerimônias shamanísticas. Quando as circunstâncias são favoráveis, esta inclinação tem o dom de se exprimir com um certo fervor devoto servil e uma atenção meticulosa às observâncias devotas, o que se pode talvez melhor caracterizar como devoção do que como religião. Neste ponto, o temperamento do delinqüente tem mais coisas em comum com as classes pecuniárias e ociosas do que com o homem industrial ou com a classe dos subalternos indolentes

A vida em uma moderna comunidade industrial, ou em outras palavras, a vida na cultura pecuniária, atua por um processo de seleção para desenvolver e conservar uma certa ordem de pendores e aptidões. A atual tendência dêsse processo seletivo não é simplesmente uma reversão a um dado tipo étnico imutável. Antes tende para uma modificação da natureza humana que difira, em alguns respeitos, de qualquer dos tipos ou variantes transmitidos pelo passado. O objetivo da evolução não é apenas um. O temperamento que a evolução estabelece como normal difere, pela maior estabilidade de sua meta, de qualquer das variantes arcaicas da natureza humana. Também pela maior coerência de propósitos e maior persistência de esforços. No que diz respeito à teoria econômica, o objetivo do processo de seleção é em seu conjunto coerente nessa proporção; conquanto haja tendências menores de considerável importância, a divergir dessa linha de desenvolvimento. Mas à parte essa tendência geral, a linha de desenvolvimento não é coerente. No tocante à teoria econômica, o desenvolvimento a outros respeitos percorre duas linhas divergentes. Relativamente à seletiva conservação de capacidades e atitudes individu-

ais, essas duas linhas podem ser denominadas pecuniária e industrial. Quanto à conservação de inclinações, atitude espiritual ou disposição, podem ambas ser denominadas emulativas ou egoístas, e não emulativas ou econômicas. Quanto ao pendor intelectual ou cognitivo das duas direções de desenvolvimento, o primeiro pode ser caracterizado como o ponto de vista pessoal — de volição, relação qualitativa, condição social ou valor; o último, como ponto de vista impessoal — de seqüência, relação quantitativa, eficiência mecânica ou uso.

Os empregos pecuniários convocam para ação principalmente a primeira dessas duas séries de aptidões e inclinações, e operam seletivamente para as conservar na população. Os empregos industriais, por outro lado, exercitam principalmente a última série, e atuam para conservá-la. Uma análise psicológica exaustiva demonstrará que cada uma dessas duas séries de aptidões e inclinações não é mais do que a expressão multiforme de um determinado pendor temperamental. Por fôrça da unidade ou coerência do indivíduo, as aptidões, a disposição e os interêsses compreendidos na série primeiramente mencionada são da mesma classe, em sua qualidade de expressões de uma determinada variante da natureza humana. O mesmo é verdadeiro no que tange à última série. Podem as duas ser concebidas como direções alternativas da vida humana, no sentido de que um determinado indivíduo se inclina mais ou menos consistentemente por uma ou pela outra. A tendência da vida pecuniária é, de modo geral, a de conservar o temperamento bárbaro, mas substituindo-o pela fraude e a prudência, ou habilidade administrativa, em lugar daquela predileção pelo dano físico que caracterizava o bárbaro primitivo. Essa substituição da devastação pela chicana ocorre sempre em grau incerto. No tocante aos empregos pecuniários, a ação seletiva corre com bastante consistência nessa direção, mas a disciplina da vida pecuniária, afora a competição pelo lucro, não atua consistentemente para obter o mesmo

efeito. A disciplina da vida moderna no consumo de tempo e bens não atua inequìvocamente para eliminar as virtudes aristocráticas ou para promover as virtudes burguesas. O esquema convencional da vida decente exige um considerável exercício das primitivas características bárbaras. Alguns pormenores desse esquema tradicional de vida já foram apontados em capítulos anteriores sob o título de "ócio", e outros detalhes serão dados em capítulos subseqüentes.

Daquilo que já se disse, parece que a vida da classe ociosa e o esquema de vida da classe ociosa deveriam promover a conservação do temperamento bárbaro; principalmente da variante quase-pacífica, ou burguesa, mas também, em alguma medida, da variante predatória. Na ausência de elementos perturbadores, portanto, poderia ser possível descobrir uma diferença de temperamento entre as classes sociais. As virtudes aristocráticas e burguesas — isto é, os traços destrutivos e pecuniários — se encontrariam principalmente entre as classes mais altas, e as virtudes industriais — isto é, os traços pacíficos — principalmente nas classes dedicadas à indústria mecânica.

De um modo geral e vago, isto é verdadeiro, mas o teste não é tão prontamente aplicado nem tão concludente como se poderia desejar. Há várias razões a alegar pelo seu parcial fracasso. Tôdas as classes se empenham, em alguma medida, na luta pecuniária, e em tôdas as classes a posse das características pecuniárias conta na obtenção do sucesso e da sobrevivência do indivíduo. Onde quer que a cultura prevaleça, o processo seletivo mediante o qual os hábitos mentais dos homens são moldados e é decidida a sobrevivência das linhas rivais de descendência, procede, aproximadamente, de uma base de aptidão aquisitiva. Em conseqüência, se não fôsse pelo fato de que a eficiência pecuniária é em conjunto incompatível com a eficiência industrial, a ação seletiva de tôdas as ocupações tende-

ria para o domínio irrestrito do temperamento pecuniário. O resultado seria a instalação daquilo que se conhece por "o homem econômico" como tipo normal e definitivo da natureza humana. Mas o "homem econômico", cujo único interêsse é egoísta, e cujo único traço humano consiste na prudência, é inútil para os propósitos da indústria moderna.

A indústria moderna exige um interêsse impessoal e não invejoso no trabalho a realizar. Sem isto, os complicados processos da indústria seriam impossíveis e, com efeito, nunca teriam sido concebidos. O interêsse no trabalho diferencia o trabalhador do criminoso por um lado, e do capitão de indústria por outro. De vez que o trabalho tem de realizar-se para que a vida da sociedade continue, daí resulta uma seleção qualificada favorável à aptidão espiritual para o mesmo, dentro de uma certa ordem de ocupações. Deve-se entretanto conceder que, mesmo nas ocupações industriais, a eliminação seletiva dos traços pecuniários é um processo incerto, e que há conseqüentemente uma apreciável sobrevivência do temperamento bárbaro até mesmo nessas ocupações. A êste respeito não há presentemente nenhuma grande distinção entre o caráter da classe ociosa e o caráter da generalidade da população.

Tôda a questão respeitante à distinção de classe no que toca à formação espiritual é também obscurecida pela presença, em tôdas as classes da sociedade, de hábitos de vida adquiridos que simulam de bem perto os traços herdados, e ao mesmo tempo atuam para desenvolver em tôda a população os traços que simulam. Tais hábitos adquiridos ou traços que o caráter assume, são, mais comumente, de molde aristocrático. A posição normativa da classe ociosa como exemplo de respeitabilidade impôs sôbre as classes inferiores muitos traços da teoria de vida da classe ociosa, com o resultado da continuação ininterrupta, através da sociedade, do cultivo mais ou menos persistente daqueles traços aristocráticos. Nessa base, têm igualmente êsses

traços uma maior probabilidade de sobrevivência no povo — maior do que seria o caso, não fôsse pelo preceito e o exemplo da classe ociosa. Como um canal (e deveras importante) através do qual a transfusão das opiniões aristocráticas sôbre a vida, e conseqüentemente, os traços mais ou menos arcaicos de caráter continuam, pode-se mencionar a classe dos criados domésticos. Têm êstes a idéia do bom e do belo plasmada pelo contato com a classe dominante, e carregam as concepções assim adquiridas de volta para seus iguais, assim disseminando os ideais mais altos na comunidade sem a perda do tempo que essa disseminação poderia de outro modo acarretar. O ditado, "Tal amo, tal criado", tem uma significação maior do que comumente se pensa para rápida aceitação popular de muitos elementos culturais da classe alta.

Há também uma série ulterior de fatos que contribuem para diminuir as diferenças de classe no que tange à sobrevivência das virtudes pecuniárias. A luta pecuniária produz uma classe subnutrida de grandes proporções. A subnutrição consiste na deficiência das coisas necessárias à vida, ou necessárias a um dispêndio decente. Em qualquer caso, o resultado é uma luta acirrada pelos meios com que fazer face às necessidades cotidianas; sejam estas necessidades físicas ou mais altas. O esfôrço de auto-afirmação contra as desigualdades requer tôda a energia do indivíduo que concentra seus esforços para abranger tão-sòmente os seus fins egoísticos, e assim se torna cada vez mais mesquinhamente egoísta. Os traços industriais tendem dêsse modo para o envelhecimento mediante desuso. Indiretamente, portanto, pela imposição de um esquema de decência pecuniária e pela extração do mais que puder dos meios de vida das classes inferiores, a instituição de uma classe ociosa atua para conservar os traços pecuniários no corpo da população. O resultado é uma assimilação das classes inferiores ao tipo de natureza

humana que primàriamente pertence tão-sòmente às classes mais altas.

Parece, portanto, que não há uma larga diferença de temperamento entre as classes superiores e inferiores; mas também parece que a ausência de uma tal diferença é em grande parte devida ao exemplo normativo da classe ociosa e à aceitação popular daqueles vastos princípios de dispêndio conspícuo e emulação pecuniária em que repousa a instituição da classe ociosa. A instituição atua para baixar a eficiência industrial da comunidade e retardar a adaptação da natureza humana às exigências da vida industrial moderna. Ela afeta a prevalecente ou efetiva natureza humana numa direção conservadora: 1 — pela transmissão direta de traços arcaicos através da herança no interior da classe, e onde quer que o sangue da classe extravase para fora dessa classe, e 2 — pela conservação e fortalecimento das tradições do regime arcaico, assim tornando as probabilidades de sobrevivência dos traços bárbaros maiores também fora do âmbito de transfusão de sangue da classe ociosa.

Pouco ou quase nada se fêz para coligir ou compilar dados de especial significação para o problema da sobrevivência ou eliminação de traços nas populações modernas. Pouca coisa, de caráter tangível, pode portanto apresentar-se em apoio da opinião aqui exposta, além de um repasse discursivo dos fatos cotidianos mais acessíveis. Uma tal relação não pode deixar de ser sediça e tediosa, mas, apesar disso, ela parece necessária para completar a demonstração, mesmo no esbôço insuficiente mediante o qual foi aqui tentada. Pode-se pois razoàvelmente pedir alguma indulgência para os capítulos subseqüentes, que irão apresentar uma exposição fragmentária dessa espécie.

Capítulo X

Sobrevivências modernas da proeza

A CLASSE OCIOSA mais vive pela comunidade industrial do que nela. Suas relações com a indústria são de espécie pecuniária, antes do que industrial. A admissão à classe é obtida pelo exercício das aptidões pecuniárias — aptidões mais aquisitivas do que utilitárias. Há, portanto, um contínuo peneiramento do material humano que compõe a classe ociosa, e êsse peneiramento se processa na base da aptidão para a atividade pecuniária. Mas o plano de vida da classe é em grande parte uma herança do passado e incorpora muitos dos hábitos e ideais de um período primitivo bárbaro. Êsse esquema arcaico e bárbaro de vida também se impõe às ordens inferiores com maior ou menor moderação. Por sua vez, o esquema de vida, e as convenções atuam seletivamente e mediante a educação para moldar o material humano, e sua ação se exerce principalmente para conservar os traços, hábitos e ideais de uma idade bárbara anterior — a idade da proeza e da vida predatória.

A expressão mais imediata e inequívoca da natureza humana arcaica na fase predatória é pròpriamente

a sua propensão para a luta. Nos casos em que a atividade predatória é coletiva, esta propensão é freqüentemente chamada de espírito marcial, e, recentemente, de patriotismo. Não é mister insistir na afirmação de que, nos países da Europa civilizada, a classe ociosa é dotada dêsse espírito marcial em grau mais alto do que as classes médias. Com efeito, a classe ociosa reclama para si essa distinção como motivo de orgulho e, sem dúvida, com algum fundamento. A guerra é honrosa, e a proeza guerreira é eminentemente honorífica aos olhos da generalidade dos homens; e essa admiração da proeza guerreira é por si mesma a melhor garantia de um temperamento predatório no admirador da guerra. O entusiasmo guerreiro, e a índole predatória da qual é indício, prevalece em maior medida entre as classes mais altas, especialmente na classe ociosa hereditária. Além disso, a ostensiva ocupação séria da classe superior é a do govêrno, a qual, no que diz respeito à sua origem e conteúdo desenvolvimentista, é também uma ocupação predatória.

A única classe que poderia disputar com a classe ociosa hereditária a honra de uma disposição habitualmente belicosa é a classe inferior dos deliqüentes. Em tempos comuns, o grande corpo das classes industriais é relativamente apático no que diz respeito aos interêsses guerreiros. Quando não excitado, êsse corpo de gente comum, que compõe a fôrça efetiva da comunidade industrial, é avêsso a qualquer outra luta que não a defensiva; com efeito, responde um pouco tardiamente até mesmo a uma provocação que exija atitude de defesa. Nas comunidades mais civilizadas, ou antes, nas comunidades que atingiram um adiantado desenvolvimento industrial, pode-se dizer que o espírito de agressão guerreira se tornou obsoleto entre a gente comum. Isto não quer dizer que não exista um número apreciável de indivíduos entre as classes industriais, nos quais o espírito marcial indiscretamente se afirma.

Também não quer dizer que o conjunto de todo o povo não vibre de ardor marcial por algum tempo, sob o estímulo de alguma provocação especial, tal como hoje se vê em mais de um país da Europa, e, ocasionalmente, da América. Mas, executuando êsses períodos de exaltação temporária, e excetuando aquêles indivíduos dotados do temperamento arcaico peculiar ao tipo predatório, mais o conjunto igualmente dotado de indivíduos das classes superiores e inferiores, a inércia da massa de qualquer moderna comunidade civilizada, é, a êste respeito, provàvelmente tão grande, ao ponto de tornar a guerra inviável, exceto para impedir uma invasão. Os hábitos e as aptidões da generalidade dos homens tendem para um desdobramento de atividade em outras direções menos pitorescas que a guerra.

Esta diferença de temperamento entre as classes pode em parte ser devida a uma diferença na herança de traços adquiridos nas várias classes, mas parece igualmente corresponder em certa extensão a uma diferença na derivação étnica. No que a isso respeita, a diferença de classe é visìvelmente menor naqueles países onde a população é relativamente homogênea no sentido étnico, do que nos países onde existe maior divergência entre os elementos étnicos que compõem as diversas classes da comunidade. Pode-se notar, a êsse propósito, que os últimos acréscimos à classe ociosa nos países mais novos, apresentam geralmente uma dose menor de espírito marcial do que os representantes contemporâneos da aristocracia de antiga linhagem. Os *nouveaux arrivés* emergiram recentemente da massa vulgar da população e devem o seu surto na classe ociosa ao exercício de característicos e inclinações que não se pode classificar de proeza no sentido antigo.

À parte a atividade pròpriamente guerreira, a instituição do duelo é também uma expressão da mesma superior disposição para o combate; e o duelo é uma instituição da classe ociosa. Em substância, é o duelo

um recurso mais ou menos deliberado para uma luta como ajuste final de uma diferença de opinião. Nas comunidades civilizadas, o duelo prevalece como um fenômeno normal tão-sòmente quando aí existe uma classe ociosa hereditária, e prevalece quase exclusivamente nessa classe. As exceções são: 1 — os oficiais do Exército e da Marinha — que ordinàriamente pertencem à classe ociosa, e são ao mesmo tempo especialmente treinados nos hábitos mentais predatórios; e 2 — os delinqüentes da classe inferior — que, por herança, ou treino, ou ambos, têm a mesma disposição e hábitos predatórios. Só os bem-nascidos e os desordeiros recorrem normalmente a golpes como solução universal para as suas diferenças de opinião. O homem comum de ordinário apenas luta quando uma excessiva irritação momentânea ou exaltação alcoólica inibe os hábitos mais complexos de resposta aos estímulos que incitam a provocação. Nesse caso, recorre às formas mais simples e menos diferenciadas do instinto de auto-afirmação; isto é, reverte temporàriamente e sem refletir a um hábito mental arcaico.

A instituição do duelo, como recurso para resolver disputas e sérias questões de precedência, se atenua na luta obrigatória e privada não provocada, como obrigação social devida ao bom nome de alguém. Na classe ociosa, um costume dessa espécie singularmente sobrevive no cavalheirismo belicoso do duelo do estudante alemão. Na classe ociosa ou espúria de delinqüentes de todos os países existe uma obrigação social similar, conquanto menos formal, onde incumbe ao desordeiro afirmar a sua varonilidade em luta não provocada com os seus iguais; e espalhado em todos os níveis da sociedade, semelhante costume prevalece nos rapazes da comunidade. O rapaz geralmente sabe exatamente, dia após dia, a graduação dêle e de seus companheiros no que respeita à sua relativa capacidade de luta; e na comunidade dos moços não há de ordinário uma base

segura de respeitabilidade para qualquer que, por exceção, não luta ou não pode lutar se a isso desafiado.

Tudo isso se aplica especialmente a rapazes de um nível de maturidade um tanto vago. O temperamento infantil geralmente não corresponde a essa descrição durante a infância e durante os anos em que, de hábito, procura contato com a mãe em todos os instantes da vida. Neste primeiro período é pequena a agressividade e a inclinação para o antagonismo. A transição desta índole pacífica para a predatória, e, em casos extremos, para as tropelias danosas do menino é uma transição gradual, e se realiza mais ou menos completamente em alguns casos, cobrindo uma vasta série de aptidões individuais. Na primeira fase de crescimento, a criança, menino ou menina, revela menos iniciativa e auto-afirmação agressiva, e menor inclinação para se isolar e para os interêsses do grupo doméstico no qual vive; revela, igualmente maior sensibilidade à repreensão, maior timidez e recato, e a necessidade de contato humano amigável. Na generalidade dos casos, esta primeira índole desaparece mediante o gradual mas algo rápido desaparecimento das feições infantis e se transforma no temperamento do rapaz; conquanto haja casos em que as feições predatórias da vida juvenil absolutamente não apareçam, ou no máximo apareçam em grau insignificante e apagado.

Nas meninas, a transição para a fase predatória raramente se realiza no mesmo grau de perfeição atingida pela dos meninos; e em uma relativamente grande proporção de casos, não se realiza absolutamente. Em tais casos, a transição da infância para a adolescência e a maturidade é um processo gradual e ininterrupto de mudança dos interêsses pelos objetos e aptidões infantis para os objetos, funções e relações da vida adulta. Nas meninas, há uma prevalência menos geral de um intervalo predatório em seu desenvolvimento; e nos casos em que êste ocorre, a atitude predatória dêsse intervalo é comumente menos acentuada.

No menino, o intervalo predatório é de ordinário razoàvelmente marcante e dura algum tempo, mas comumente termina (quando termina) quando êle atinge a maturidade. Estas última asserção pede uma distinção bastante material. Não são raros os casos nos quais a transição do temperamento juvenil para o adulto não se processa, ou se processa apenas parcialmente — entendendo-se por temperamento "adulto" o temperamento da média dos indivíduos adultos na vida industrial moderna e que são de alguma utilidade para os propósitos do processo coletivo de vida, podendo-se dizer que formam a média efetiva da comunidade industrial.

A composição étnica das populações européias varia; em alguns casos, até mesmo as classes inferiores são em larga medida compostas dos dólico-louros perturbadores da paz; enquanto em outros, êsse elemento étnico se encontra principalmente na classe ociosa hereditária. O hábito de luta parece prevalecer em menor extensão entre os rapazes da classe trabalhadora, da classe mais recente das populações, não entre os rapazes das classes superiores ou entre aquelas populações primeiro citadas.

Se esta generalização quanto ao temperamento do rapaz nas classes trabalhadoras fôr de fato verdadeira segundo um mais completo e mais atento escrutínio da questão, isso viria reforçar a opinião de que o temperamento belicoso é, em grau apreciável, uma característica racial, pois parece entrar mais largamente na formação do tipo étnico dominante, de classe superior — o dólico-louro — dos países europeus do que nos tipos subservientes das classes inferiores que se imagina constituírem o corpo da população das mesmas comunidades.

O caso do menino parece não pesar sèriamente na questão do relativo talento para a proeza do qual são dotadas diversas classes da sociedade; mas tem pelo

menos algum valor para mostrar que o impulso de luta pertence antes a um temperamento mais arcaico do que àquele da média dos adultos das classes industriais. Nisto, bem como em outros traços da vida infantil, a criança reproduz, temporàriamente, e em miniatura, algumas das primeiras fases do desenvolvimento do homem adulto. Segundo essa interpretação, a preferência do menino pela proeza e o isolamento de seus próprios interêsses deve ser entendida como uma reversão transitória à natureza humana normal da cultura bárbara primitiva — ou da cultura pròpriamente predatória. A êsse respeito, como em outros mais, o caráter da classe ociosa e da classe delinqüente revelam uma persistência, na vida adulta, de características normais na infância e na juventude, e igualmente normais ou habituais, nas primitivas fases de cultura. A menos que a diferença seja inteiramente atribuível a uma diferença fundamental entre tipos étnicos persistentes, os traços que distinguem do povo comum o delinqüente fanfarrão e o pontilhoso cavalheiro da classe ociosa, são, em certa medida, indícios de um desenvolvimento espiritual interrompido. Assinalam uma fase imatura, se comparados com a fase de desenvolvimento atingida pela média dos adultos na moderna comunidade industrial. E atualmente parecerá que a pueril formação espiritual daqueles representantes das camadas sociais superior e inferior também se revelam na presença de outros traços arcaicos que são apenas essa inclinação para a façanha feroz e o isolamento.

Como se pretendesse não deixar a menor dúvida quanto à imaturidade essencial do temperamento combativo, temos aqui, ligando o intervalo entre a meninice autêntica e a varonilidade adulta, as tropelias travêssas e sem alvo, porém, mais ou menos sistemáticas e complexas, entre os estudantes de idade um pouco maior. Na generalidade dos casos, essas tropelias se limitam ao período da adolescência. Repetem-se com freqüência e energia decrescentes, à medida que o jo-

vem ingressa na vida adulta, e assim se reproduz, de um modo geral, na vida do indivíduo, a seqüência mediante a qual o grupo passa de um hábito de vida para outro mais assentado. Em apreciável número de casos, o desenvolvimento espiritual do indivíduo chega ao fim antes que êle saia dessa fase pueril; em casos tais, o espírito de luta persiste por tôda a vida. Os indivíduos que, em seu desenvolvimento espiritual, eventualmente chegam ao estado adulto, passam normalmente, através de uma fase arcaica temporária, ao nível espiritual permanente dos homens de luta e esporte. Nesse particular, diferentes indivíduos conseguirão, naturalmente, maturidade e sobriedade também em graus diferentes; e os que ficarem abaixo da média, permanecerão como um resíduo insolúvel de crua humanidade na moderna comunidade industrial e uma frustração daquele processo seletivo de adaptação que contribui para uma eficiência industrial mais alta e a plenitude de vida na comunidade.

Êste desenvolvimento espiritual interrompido pode-se exprimir não apenas na participação direta dos adultos nas façanhas juvenis de ferocidade, mas também indiretamente, no auxílio e instigação de tais distúrbios por parte das pessoais mais jovens. Promove, em conseqüência, a formação de hábitos de ferocidade que podem persistir no futuro da geração em crescimento, e assim retardar qualquer tendência para um temperamento efetivo mais pacífico de parte da comunidade. Se uma pessoa dotada de inclinação para a façanha estiver em posição de guiar o desenvolvimento de hábitos nos membros adolescentes da comunidade, a influência que êle exerce no tocante à conservação e reversão à proeza poderá ser considerável. Não é outra por exemplo, a significação do estímulo ùltimamente emprestado por muitos clérigos e outros pilares da sociedades às "brigadas juvenis" e outras organizações pseudomilitares parecidas. O mesmo é verdadeiro no que diz respeito ao incentivo hoje dado ao desen-

volvimento do "espírito de corpo" nos colégios e nos departamentos atléticos colegiais das instituições de ensino superior.

Essas manifestações do temperamento predatório devem tôdas ser classificadas sob o título de "proezas". São em parte simples expressões irrefletidas de uma atitude de ferocidade emulativa, em parte atividades deliberadamente iniciadas no intuito de obter renome de proeza. Esportes de tôda espécie têm um mesmo caráter geral, inclusive o pugilismo, as touradas, o atletismo, o tiro ao alvo, a pesca, o iatismo e os jogos de habilidade, até mesmo quando o elemento da eficiência física demolidora não é característica saliente. Mediante a habilidade, os esportes se transformam gradualmente, de uma base de combate hostil, em astúcia e chicana, sem que seja possível traçar-se uma linha divisória em qualquer ponto. A base da inclinação para o esporte é uma constituição espiritual arcaica — a posse de uma inclinação predatória emulativa em potência relativamente alta. Uma forte propensão para a proeza temerária e para infligir danos é especialmente pronunciada naqueles costumes de uso coloquial especìficamente denominados esportividade.

É talvez mais verdadeiro, ou pelo menos mais evidente, nos esportes do que nas outras expressões de emulação predatória já aqui aludidas, que o temperamento que inclina os homens para êles é essencialmente um temperamento juvenil. Essa inclinação pelos esportes, portanto, marca em um grau peculiar um desenvolvimento interrompido da natureza moral do homem. Esta juvenilidade peculiar de temperamento nos homens esportivos torna-se imediatamente perceptível quando se atenta para o vasto elemento do "faz-de-conta" presente em tôda atividade esportiva. Os esportes partilham dêste caráter de "faz-de-conta" com os jogos e as proezas para os quais habitualmente se inclinam as crianças, especialmente os meninos. O "faz-

-de-conta" não entra na mesma proporção em todos os esportes, mas está presente, em dose apreciável, em todos êles. Está a bem dizer presente na esportividade pròpriamente dita e nas competições atléticas em maior medida do que nos jogos de habilidade de índole mais sedentária, embora esta regra não se aplique com grande uniformidade. Por exemplo, é digno de nota, os homens mais pacatos e prosaicos que vão à caça serem capazes de carregar armas e equipamento em excesso a fim de impressionar a sua própria imaginação com a seriedade do empreendimento. Êsses caçadores também se inclinam a assumir um andar pavoneado e histriônico, e um singular exagêro de movimentos, sejam êstes furtivos ou de ataque, no que diz respeito às suas façanhas. Do mesmo modo, há quase invariàvelmente nos esportes atléticos uma boa parte de discursos extravagantes, de fanfarronadas e mistificação ostensiva — características que dizem da natureza histriônica dessas atividades. Em tudo isso, naturalmente, a lembrança do faz-de-conta juvenil está bem clara. A propósito, a gíria do atletismo é em grande parte formada por locuções extremamente sanguinárias, emprestadas da terminologia guerreira. Exceto quando adotada como veículo indispensável de comunicação secreta, a gíria peculiar a qualquer atividade deve provàvelmente ser aceita como prova de que a atividade em questão é substancialmente fictícia.

Característica ulterior, pela qual os esportes diferem do duelo e semelhantes perturbações da paz, é a peculiaridade de admitirem que outras finalidades lhes sejam atribuídas além dos impulsos de proeza e ferocidade. Há provàvelmente pouco, ou talvez nenhum outro motivo presente em qualquer determinado caso, mas o fato de que outras razões para a prática de esporte são freqüentemente apresentadas, quer dizer que outros motivos estarão presentes de vez em quando de modo subsidiário. Os esportistas — caçadores e pesca-

dores — têm o costume de atribuir os seus pendores ao amor à natureza, à necessidade de recreação e quejandos, como motivos de seus passatempos favoritos. Indubitàvelmente tais motivos estão muitas vêzes presentes e formam uma parte da atração peculiar na vida do esportista; não podem porém ser seus principais incentivos. Essas necessidades ostensivas podem ser satisfeitas mais pronta e plenamente sem o acompanhamento de um esfôrço sistemático para tirar a vida das criaturas que compõem uma característica essencial daquela "natureza" amada pelo esportista. Com efeito, o fim mais perceptível da atividade do esportista, é êle manter a natureza em estado de desolação crônica mediante a matança de tôdas as coisas vivas cujo aniquilamento possa empreender.

Há todavia um fundamento para a pretensão do esportista, de que ante as convenções existentes, suas necessidades de recreação e de contato com a natureza só possam ser satisfeitas mediante o procedimento por êle adotado. Certas regras de boa educação foram impostas pelo exemplo normativo de uma classe ociosa predatória no passado e vêm sendo um tanto penosamente conservadas nos costumes dos representantes mais recentes daquela classe; e essas regras não lhe permitirão, sem censura, procurar contato com a natureza em outras condições. Por serem uma atividade honorífica legada pela cultura predatória como a forma mais alta do ócio cotidiano, os esportes ficaram sendo a única forma de atividade ao ar livre a receber plena sanção honorífica. Entre os incentivos à caça e à pesca, pode existir a necessidade de recreação e de vida ao ar livre. A causa remota que impõe a necessidade de perseguir êsses objetivos sob capa de morticínio sistemático é uma norma que não pode ser transgredida exceto ao risco de descrédito e conseqüente agravo ao respeito próprio do transgressor.

O caso de outras espécies de esporte é algo similar. Dêstes, os jogos atléticos são o melhor exemplo. A

prática normativa das formas de atividade, exercício e recreação permitidas pelo código de uma vida bem conceituada também está aqui presente, como é natural. Os que se entregam aos esportes atléticos, ou os que os admiram, pretendem que êstes proporcionam os meios mais aceitáveis de recreação e de "cultura física". E a prática normativa empresta seriedade à essa pretensão. As regras da vida honorífica excluem do esquema de vida da classe ociosa tôda atividade que não possa ser classificada de ócio conspícuo. E, conseqüentemente, tendem, segundo a norma, a também excluí-la do esquema de vida da comunidade em geral. Ao mesmo tempo, o exercício físico sem propósito determinado é tedioso e desagradável ao ponto de ultrapassar os limites da tolerância. Como já se observou em outro contexto, pode-se em tal caso recorrer a alguma forma de atividade que pelo menos proporcione uns visos de finalidade, mesmo que a finalidade alegada seja apenas fictícia. Os esportes satisfazem a essas exigências de substancial futilidade, ao mesmo tempo com visos de propósitos fictícios. Além disso proporcionam campo para a emulação, e por isso atraem. A fim de ser honorífico, um emprêgo tem de conformar-se com a regra da honorabilidade do dispêndio, prevalecente na classe ociosa; ao mesmo tempo, tôda atividade, a fim de persistir como hábito, embora parcial, de expressão de vida, tem de conformar-se à regra genèricamente humana da eficiência no tocante a algum objetivo útil. A regra da classe ociosa exige uma futilidade rigorosa e circunstanciada; o instinto de artesanato exige ação com um fim em vista. A regra da dignidade da classe ociosa é lenta e penetrante, e age mediante a eliminação seletiva de todos os modos de ação substancialmente úteis ou com propósito definido, peculiares ao esquema de vida adotado; o instinto de artesanato atua impulsivamente e pode ser satisfeito, provisòriamente, por um propósito afim. É só na medida em que a ulterior fu-

tilidade percebida em uma determinada linha de ação entra no complexo reflexivo da consciência como um elemento essencialmente alheio à tendência normalmente intencional do processo de vida que o efeito perturbador e repressivo se forja na consciência do agente.

Os hábitos mentais do indivíduo compõem um complexo orgânico que necessàriamente tende para a utilidade do processo vital. Quando se experimenta neste complexo orgânico, assimilar o desperdício sistemático ou a futilidade como objetivo da vida, sobrevém uma revulsão. Mas essa revulsão do organismo pode ser limitada ao propósito irrefletido e aproximado do esfôrço de destreza ou emulação. Os esportes — caça, pesca, jogos atléticos, etc. — proporcionam um exercício para a destreza e a ferocidade emulativa e a característica astúcia da vida predatória. Enquanto o indivíduo é pouco dotado de reflexão ou de um sentido sôbre a tendência ulterior de suas ações — enquanto a sua vida é substancialmente uma vida de ação impulsiva — a intencionalidade imediata e irrefletida dos esportes, como expressão de domínio, satisfará na mesma medida o seu instinto de artesanato. Isto é especialmente verdadeiro se os seus impulsos dominantes são as inclinações emulativas e irrefletidas do temperamento predatório. Ao mesmo tempo, as regras da dignidade lhe aconselharão os esportes como expressões de uma vida pecuniária imune à censura. É pelo fato de satisfazerem essas duas exigências — a do ulterior dispêndio e a do propósito aproximado em vista — que qualquer determinado emprêgo mantém o seu lugar como um modo habitual e tradicional de recreação honorífica. No sentido de serem outras formas de recreação e exercício moralmente impossíveis a pessoas bem educadas e de sensibilidade delicada, são os esportes o melhor meio disponível de recreação nas circunstâncias existentes.

Mas os membros respeitáveis da sociedade que advogam os jogos atléticos, comumente justificam a si

próprios e a seus vizinhos nesse particular sob fundamento de que êsses jogos servem como um instrumento valioso de desenvolvimento. Não apenas melhoram o físico do competidor, dizem, mas em geral também promovem um espírito varonil, tanto nos participantes como nos espectadores. O futebol é o jôgo que primeiro ocorre a qualquer pessoa na comunidade quando se suscita a questão da utilidade dos jogos atléticos, pois essa forma de competição atlética é atualmente a mais importante no espírito dos que defendem ou atacam os esportes como meio de salvação física ou moral. Êsse típico esporte atlético pode portanto servir para ilustrar o comportamento do atletismo no desenvolvimento do caráter e do físico do competidor. Afirmou-se, e não sem razão, que a relação do futebol com a cultura física é quase a mesma que tem a tourada com a agricultura. A aptidão para essas instituições esportivas requer assíduo adestramento ou educação. O material usado, seja êste animal ou humano, é sujeito a cuidadosa seleção e disciplina, a fim de garantir e acentuar certas aptidões e propensões características do estado feral, e que tendem a tornar-se obsoletos com a domesticação. Isto não quer dizer que o resultado em qualquer dos casos seja uma harmoniosa e consistente reabilitação dos hábitos mentais ferais ou bárbaros da mente e do corpo. O resultado é, antes, um retôrno ao barbarismo ou à *ferae natura* — uma reabilitação e acentuação daqueles traços ferais que favorecem a depredação e a assolação sem um correspondente desenvolvimento dos traços que iriam servir à autoconservação e à plenitude de vida do indivíduo em um ambiente feral. A cultura conferida ao futebol dá um produto exótico de ferocidade e astúcia. É uma reabilitação do temperamento bárbaro primitivo, mais a supressão daqueles pormenores de temperamento que, vistos do ponto de vista das exigências sociais e econômicas, são os traços redentores do caráter selvagem.

O vigor físico adquirido na prática dos jogos atléticos — até onde possa êsse adestramento produzir tal efeito — é vantajoso tanto para o indivíduo como para a coletividade naquilo que diz respeito (outras coisas sendo iguais) à utilidade econômica. As características que acompanham os esportes atléticos são também econômicamente vantajosas para o indivíduo, em contraste com os interêsses da coletividade. Isto é verdadeiro em qualquer comunidade onde alguma dose de tais características esteja presente na população. A competição moderna é em grande parte um processo de auto-afirmação na base daquelas características da natureza predatória do homem. Na forma sofisticada em que ingressa na moderna emulação pacífica, a posse dêsses traços é em certo sentido quase necessária à vida do homem civilizado. Mas embora indispensável ao indivíduo competitivo, não é diretamente útil à comunidade. Naquilo que diz respeito à utilidade do indivíduo para os fins da vida coletiva, a eficácia emulativa é apenas indiretamente útil, quando o é. A ferocidade e a astúcia não têm utilidade para a comunidade, exceto no seu tratamento hostil em face de outras comunidades; e são úteis ao indivíduo só porque existe uma grande proporção dos mesmos traços ativamente presentes no ambiente humano ao qual êle se acha exposto. Qualquer indivíduo que ingresse na luta competitiva sem a devida posse dêsses traços está em desvantagem, algo assim como se acharia um novilho môcho no meio de um rebanho de gado bem provido de chifres.

A posse e o cultivo dos traços predatórios do caráter podem naturalmente ser vantajosos em terrenos outros que não o econômico. Há uma predileção estética ou ética pelas aptidões bárbaras, e os traços em questão suprem tão eficazmente essa predileção, que a sua utilidade no setor estético ou ético provàvelmente supera qualquer desvantagem econômica que possam trazer. Isto porém escapa ao nosso exame. Portanto, nada se disse aqui quanto à desejabilidade ou a reco-

mendabilidade dos esportes em conjunto, ou quanto ao seu valor em outros terrenos que não os econômicos.

Na idéia popular, há muita coisa admirável no tipo de virilidade promovido pela vida esportiva, tais a autoconfiança e a camaradagem, assim denominados no emprêgo coloquial um tanto vago dos têrmos. De um diferente ponto de vista, as qualidades assim caracterizadas correntemente podem ser classificadas de truculência e solidariedade de clã. O motivo da aprovação e admiração correntes dessas qualidades másculas, bem como o motivo de serem elas denominadas "másculas", é o mesmo motivo da sua utilidade para o indivíduo. Os membros da comunidade, e especialmente aquela classe da comunidade que regula as regras do gôsto, são dotados com essa série de pendores em quantidades suficientes para tornar a sua ausência nos outros sentida como uma deficiência, e tornar a sua posse em grau excepcional apreciada como um atributo de mérito superior. As características do homem predatório não são de modo algum obsoletas na generalidade das populações modernas. Estão presentes e podem ser provocadas com grande vigor a qualquer hora mediante o apêlo aos sentimentos nos quais se exprimem — a menos que êsse apêlo colida com as atividades específicas que compõem as nossas ocupações habituais e abranja a ordem geral dos nossos interêsses cotidianos. A generalidade da população de qualquer comunidade industrial está livre destas infaustas inclinações (econômicamente consideradas) tão-sòmente no sentido de terem elas caído mediante desuso parcial e temporário, no último plano dos motivos subconscientes. Em vários graus de potência em diferentes indivíduos, elas ficam disponíveis para a formação agressiva das ações e sentimentos humanos quando quer que um estímulo mais intenso que o costumeiro as chame à superfície, e afirmam-se violentamente, caso nenhuma ocupação alheia à cultura predatória usurpe a série cotidiana do

interêsse e sentimentos do indivíduo. Isso acontece na classe ociosa e em certas parcelas da população subordinadas a essa classe. Daí a facilidade com a qual os recém-chegados à classe ociosa se entregam aos esportes; e daí o rápido crescimento dos esportes e do espírito de esportividade em qualquer comunidade industrial onde a fortuna se acumulou suficientemente para isentar do trabalho uma parte considerável da população.

Um fato comum e familiar pode servir para demonstrar que o impulso predatório não prevalece no mesmo grau em tôdas as classes. Tomado simplesmente como uma característica da vida moderna, o hábito de carregar bengala, poderá parecer, no máximo, um detalhe trivial; mas o seu uso é significativo para o tópico aqui debatido. As classes nas quais êsse hábito é mais prevalecente — as classes com as quais a bengala se associa na idéia popular — são pròpriamente as dos homens da classe ociosa, as dos homens de esporte e as dos delinqüentes de classe inferior. A êstes talvez se possa acrescentar as dos homens empenhados em empregos pecuniários. O mesmo não se pode dizer da generalidade dos homens empenhados na indústria; e pode-se observar, a propósito, que as mulheres não usam bengala, exceto em casos de enfermidade, onde o seu uso é de espécie diferente. A prática, como é natural, constitui em grande medida uma questão de polidez de costumes; mas a base da polidez de costume é por sua vez constituída das inclinações da classe que regula essa polidez. A bengala serve ao propósito de anunciar que as mãos do portador estão ocupadas com outra coisa que não o esfôrço útil, e, em conseqüência, tem utilidade como prova de ócio. Mas é igualmente uma arma, e preenche nesse terreno, uma necessidade do homem bárbaro. O uso de um meio de agressão tão tangível e primitivo é deveras confortador para qualquer pessoa dotada até mesmo de uma ínfima parcela de ferocidade.

As exigências da linguagem tornam impossível evitar uma implicação aparente de censura às aptidões, pendores e expressões de vida aqui discutidas. Entretanto não se pretende implicar qualquer coisa à guisa de censura ou louvor de qualquer dêsses estágios do caráter humano ou do processo vital. Os vários elementos da natureza humana prevalecente são encarados do ponto de vista da teoria econômica, e as características aqui discutidas são aferidas e classificadas em consideração à sua influência econômica imediata sôbre a facilidade do processo de vida coletivo. Quer dizer: êsses fenômenos são aqui conceituados do ponto de vista econômico e avaliados em sua relação direta com a promoção ou a obstrução de um mais perfeito ajustamento da coletividade humana ao ambiente e com a estrutura institucional requerida pela situação econômica da coletividade no presente e seu futuro imediato. Para êsses propósitos, as características legadas pela cultura predatória são menos serviçais do que poderiam ser. Embora também nesta conexão não se deva menosprezar o fato de serem a agressividade enérgica e a pertinência do homem predatório uma herança de valor não pequeno. O valor econômico — considerando-se igualmente o valor social em um sentido mais estreito — dessas aptidões e pendores passamo-lo por alto sem que reflitamos sôbre o seu valor de outro ponto de vista. Quando contrastados com a mediocridade prosaica do mais recente esquema industrial de vida, e julgados pelos padrões aceitos de moralidade e, em particular, pelos padrões da estética e da poesia, essas sobrevivências de um tipo mais primitivo de varonilidade podem ter um valor muito diferente daquele que aqui se lhes atribui. Tudo isso, porém, (por estranho aos propósitos colimados) seria deslocado aqui. Admissível neste passo é a advertência de que a tais padrões de excelência, alheios ao nosso atual objetivo, não se

deve permitir que influenciem a nossa apreciação econômica dos contornos do caráter humano ou das atividades que promovem o seu crescimento. Isto se aplica tanto no que diz respeito aos que participam ativamente dos esportes como àqueles cuja experiência esportiva consiste apenas em assistir a êles. O que aqui se disse dos pendores esportivos é igualmente válido em vários comentários a serem feitos mais adiante neste contexto sôbre aquilo que vulgarmente se conhece como "vida religiosa".

O último parágrafo toca incidentalmente no fato de que a linguagem de todo dia mal pode ser empregada para discutir esta classe de aptidões e atividades sem que isso implique em censura ou louvor. O fato é significativo por mostrar a atitude habitual do homem desapaixonado comum para com as propensões que se exprimem nos esportes e nas proezas em geral. E êste talvez seja um lugar apropriado para discutirmos aquela tácita censura que penetra todo o torrencial discurso em defesa ou louvação dos esportes atléticos, bem como outras atividades de índole predominantemente predatória. A mesma atitude apologética de espírito está pelo menos começando a ser observável nos porta-vozes da maioria de outras instituições que nos vieram da época do barbarismo. Entre essas instituições arcaicas, que se sente precisarem de apologia, estão, entre outras, todo o sistema existente de distribuição da riqueza, mais a resultante distinção de classes em posições sociais; tôdas, ou quase tôdas as formas de consumo compreendidas no capítulo de dispêndio conspícuo; o estatuto da mulher no sistema patriarcal, e muitos aspectos dos credos tradicionais e observâncias devotas, especialmente as expressões exotéricas do credo e a concepção ingênua das observâncias que nos vieram do passado. O que se dirá nesse contexto sôbre a atitude apologética que consiste em louvar os esportes e o espírito esportivo, se aplicará portanto, com uma ade-

quada mudança de fraseologia, à apologia daqueles outros elementos relacionados com a nossa herança social.

Um sentimento existe — usualmente vago e em geral não expresso com tantas palavras pelo próprio apologista, mas ordinàriamente perceptível no estilo do seu discurso — de que êsses esportes, bem como a ordem geral dos impulsos e hábitos mentais predatórios que subjazem na índole esportiva, não se recomendam ao senso comum. "No que respeita à maioria dos assassinos, êles têm um caráter deveras incorreto". Êsse aforismo apresenta uma avaliação do temperamento predatório, e dos efeitos disciplinários de sua franca expressão e exercício, tal como é visto do ângulo moralista. Proporciona, como tal, uma indicação sôbre a manifestação do juízo desapaixonado do homem maduro quanto ao grau de eficácia do hábito mental predatório para os propósitos da vida coletiva. Sente-se que a presunção é contrária a qualquer atividade que envolva a prática habitual da atitude predatória, e que o ônus da prova está com aquêles que falam a favor da reabilitação da índole predatória e das práticas que a fortaleçam. Há uma forte parcela de sentimento popular favorável às diversões e emprêsas da espécie em questão; mas ao mesmo tempo está presente na comunidade um profundo sentido da necessidade de legitimação dêsse sentimento. A legitimação requerida é comumente apresentada mediante a demonstração de que, embora tenham os esportes um efeito substancialmente predatório e socialmente desintegrante; embora o seu efeito mais imediato siga o rumo de uma reversão a propensões industrialmente inservíveis; todavia, indireta e remotamente — por algum processo não prontamente compreensível de indução magnética, ou talvez de contra-irritação — pensa-se que os esportes favorecem um hábito mental deveras útil para os objetivos sociais ou industriais. Vale dizer que, embora os esportes pertençam essencialmente à natureza da proeza "invejo-

sa(1), presume-se que, por algum remoto e obscuro efeito, êles acabam por desenvolver um temperamento conducente ao trabalho não-invejoso. Comumente se tenta demonstrar tudo isso empìricamente; ou antes, presume-se que esta é a generalização empírica que deve ser óbvia a quem quiser vê-la. Quando se faz a prova desta tese, o terreno traiçoeiro da inferência da causa para o efeito é um tanto engenhosamente evitado, exceto na medida em que se procura demonstrar que as "virtudes másculas" acima referidas são incentivadas pelos esportes. Mas uma vez que são essas virtudes másculas as que precisam (econômicamente) da legitimação, o encadeamento de provas se rompe onde devia começar. Em têrmos econômicos mais gerais, essas desculpas representam um esfôrço para mostrar que, a despeito da lógica da coisa, os esportes de fato favorecem o que pode ser chamado artesanato em seu sentido mais alto. Enquanto não puder persuadir-se a si próprio ou aos outros de que é êsse o seu efeito, o apologista atento aos esportes não descansará, e deve-se confessar que geralmente não ficará satisfeito. Sua insatisfação com a justificativa que apresenta das práticas em questão é ordinàriamente revelada pelo tom truculento e o açodamento mediante o qual êle amontoa afirmações sôbre afirmações, em apoio da sua tese.

Mas por que são necessárias as apologias? Se prevalece um conjunto de sentimento popular a favor dos esportes, não é êsse fato uma suficiente legitimação?

---

(1) No original, *invidious* — "Ao usar a palavra *invidious*, notar que nenhuma intenção existe de elogiar ou depreciar, nem de recomendar ou lastimar, qualquer dos fenômenos por ela caracterizados. Usa-se aqui o têrmo num sentido técnico para descrever a comparação entre os indivíduos, classificando-os e estimando-os no tocante ao seu relativo valor, num sentido estético ou moral; o têrmo é usado para designar os graus relativos de complacência segundo os quais êles podem legìtimamente ser vistos por êles mesmos e por outros. Uma comparação odiosa é o processo de estimativa das pessoas relativamente ao seu valor". CAPÍTULO II — Emulação Pecuniária, último parágrafo. Pág. 31. (N. da T.)

A prolongada disciplina da proeza à qual a raça estêve sujeita na cultura predatória e quase pacífica transmitiu aos homens de hoje um temperamento que encontra satisfação naquelas expressões de ferocidade e astúcia. Em conseqüência, por que não aceitar tais esportes como legítimas expressões de uma natureza humana normal e sadia? Que outra norma existe pela qual viver, além daquela apresentada pela série conjunta das propensões que se exprimem nos sentimentos desta geração, inclusive a solicitação hereditária à proeza? A norma ulterior para a qual se apela é o instinto de artesanato, que é um instinto mais fundamental, de uso mais antigo, do que a propensão para a emulação predatória. O último é apenas um desenvolvimento especial do instinto de artesanato — uma variante, relativamente tardia e efêmera a despeito de sua grande e absoluta antiguidade. O impulso predatório emulativo — ou o instinto de esportividade, como se lhe poderá denominar — é essencialmente instável em comparação com o instinto primordial de artesanato de onde proveio, se desenvolveu e diferenciou. Testada por esta norma de vida ulterior, a emulação predatória, e portanto a vida de esporte, se torna insuficiente.

A maneira e a extensão mediante as quais a instituição de uma classe ociosa leva à conservação dos esportes e da proeza de emulação, naturalmente não podem ser sucintamente expostas. Segundo a evidência já aqui apresentada parece que, em sentimento e inclinações, a classe ociosa é mais favorável à atitude e ao ânimo guerreiros do que as classes industriais. Algo semelhante parece verdadeiro no tocante aos esportes. Mas é principalmente em seus efeitos indiretos, mediante as regras da vida honorífica, que a instituição influencia o sentimento prevalecente quanto à vida esportiva. Êste efeito indireto vai quase inequìvocamente fomentar uma sobrevivência do temperamento e dos hábitos predatórios; isto é verdadeiro até mesmo com respeito àquelas variantes da vida esportiva que

o código de propriedades da classe ociosa superior proscreve; por exemplo, pugilismo, brigas de galo e outras manifestações igualmente vulgares do temperamento esportivo. Diga o que disser a mais recente relação autenticada das propriedades em seus pormenores, a regra da decência vigente, sancionada pela instituição, reza sem equívoco possível que a emulação e o desperdício são bons, e seus contrários mal vistos. À luz crespuscular dos espaços sociais inferiores, os detalhes do código não são apreendidos com tôda a facilidade que se pudesse desejar, e essas amplas regras subjacentes da decência são portanto aplicadas um tanto irrefletidamente, com pouco exame do alcance de sua competência ou das exceções sancionadas em seus pormenores.

A inclinação pelos esportes atléticos, não apenas a modo de participação direta, mas também a modo de sentimento e apoio moral, constitui, em grau mais ou menos pronunciado, uma característica da classe ociosa que a partilha com os delinqüentes da classe inferior, e com aquêles elementos atávicos da massa da comunidade, também dotados de uma tendência predatória dominante. Poucos indivíduos nas populações dos países ocidentais civilizados são tão faltos de instinto predatório ao ponto de não se divertirem na contemplação dos jogos e esportes atléticos, mas na generalidade dos indivíduos das classes industriais, a inclinação pelos esportes não se afirma até o ponto de constituir o que pode chamar-se com justiça de hábito esportivo. Junto dessas classes, os esportes são uma distração ocasional, antes que uma característica séria da existência. Pode-se portanto dizer que a massa comum do povo não cultiva o pendor esportivo. Embora êste não seja obsoleto em grande parte dela, ou mesmo numa apreciável quantidade de indivíduos, todavia a predileção pelos esportes nas classes industriais comuns é da índole de uma reminiscência mais ou menos recrea-

tiva como interêsse ocasional, não um interêsse vital e permanente a contar como fator dominante na formação do complexo orgânico dos hábitos mentais do qual faz parte.

Segundo ela se manifesta na vida esportiva da atualidade, essa inclinação pode não parecer um fator econômico de graves conseqüências. Considerado em si mesmo, não conta grande coisa em seus efeitos diretos sôbre a eficiência industrial ou o consumo de qualquer determinado indivíduo; mas a prevalência e o crescimento do tipo de natureza humana do qual essa inclinação constitui um traço característico, é assunto de alguma conseqüência. Essa inclinação afeta a vida econômica da coletividade, tanto no que diz respeito à marcha do desenvolvimento econômico como no que se refere ao caráter dos resultados atingidos por êsse desenvolvimento. Para melhor ou para pior, o fato é que os hábitos mentais populares dominados em qualquer medida por êsse tipo de caráter, não podem senão afetar grandemente o alcance, a direção, os padrões e os ideais da vida econômica coletiva, bem como o grau de ajustamento da vida coletiva ao ambiente.

Algo de efeito semelhante se poderá dizer de outras características componentes do caráter bárbaro. Para os propósitos da teoria econômica, êsses ulteriores traços bárbaros podem ser considerados variações concomitantes daquele temperamento predatório cuja expressão é a proeza. Em grande proporção, não são primordialmente de índole econômica, nem têm grande influência econômica direta. Servem para indicar o estágio da evolução econômica ao qual se adaptou o indivíduo que os possui. Têm importância, portanto como testes do grau de adaptação do caráter no qual existem, isto é, da adaptação às exigências econômicas da atualidade; mas em alguma medida são importantes em sua qualidade de aptidões que concorrem para aumentar ou diminuir a utilidade econômica do indivíduo.

Segundo ela se manifesta na vida do bárbaro, a proeza revela duas direções principais: a fôrça e a fraude. Essas duas formas de expressão estão, em vários graus, igualmente presentes nas guerras modernas, nas ocupações pecuniárias, nos esportes e jogos. Ambas as séries de aptidões são cultivadas e fortalecidas pela vida esportiva, bem como pelas formas mais sérias da vida emulativa. A estratégia ou a astúcia é um elemento invariàvelmente presente em jogos, também em ações guerreiras ou na caça. Em tôdas essas atividades, a estratégia tende a desenvolver-se em esperteza ou chicana. A chicana, a falsidade e a intimidação ocupam um lugar bem estabelecido no método de comportamento de qualquer competição atlética e nos jogos em geral. A atividade habitual de um árbitro, e as minuciosas regulamentações técnicas que governam os limites e os detalhes da fraude permissível e da vantagem estratégica, atestam de sobejo o fato de que as práticas fraudulentas e as tentativas para superar os oponentes não são traços adventícios do jôgo. Em a natureza do caso, o hábito dos esportes devia conduzir a um desenvolvimento mais pleno da aptidão para a fraude; e o prevalecimento na comunidade daquele temperamento predatório que leva os homens para os esportes, revela uma predominância de prática afiada e calejada desconsideração pelos interêsses alheios, sejam êstes individuais ou coletivos. O recurso à fraude, sob qualquer disfarce ou sob a proteção de qualquer legitimação pela lei ou o costume, é expressão de um hábito mental estreitamente egoísta. Desnecessário insistirmos, por pouco que seja, no valor econômico que tem essa característica para o caráter esportivo.

No mesmo contexto deve-se também observar que a característica mais óbvia do aspecto assumido pelos homens de esporte ou atletismo é uma consumada astúcia. Os talentos e as façanhas de Ulisses não se classificam muito aquém dos de Aquiles, seja em sua promoção substancial do jôgo ou no brilho que empres-

tam ao austucioso homem esportivo entre seus iguais. A pantomima da astúcia é comumente o primeiro passo daquela assimilação ao homem profissional no esporte ao qual o jovem se submete em qualquer escola de boa reputação, de educação secundária ou superior, conforme o caso. E a fisionomia da astúcia, como traço decorativo, nunca deixa de receber a atenção deferente dos homens sèriamente interessados nos jogos atléticos, nas corridas ou em outras competições de igual natureza emulativa. Como ulterior indício de seu parentesco espiritual, pode-se salientar que os membros da classe delinqüente inferior igualmente revelam essa fisionomia de astúcia em alto grau, e muito comumente revelam igual exagêro histriônico da mesma, o que também freqüentemente se vê no jovem candidato a honras atléticas. A propósito, é esta a marca mais visível daquilo que vulgarmente se denomina "dureza" nos jovens aspirantes à má fama.

O homem astuto, deve-se notar, não tem valor econômico para a comunidade — a menos que a tenha pela sua afiada prática de lidar com outras comunidades. Seu funcionamento não é uma promoção do processo de vida genérico. É, no máximo, em sua influência econômica direta, uma conversão da substância econômica da coletividade em um desenvolvimento alheio ao processo de vida coletivo — muito parecido com o que em medicina se chamaria de tumor benigno, com alguma tendência para transgredir a linha incerta que separa o crescimento benigno do maligno.

As duas características bárbaras — ferocidade e astúcia — que compõem o temperamento predatório ou a atitude espiritual, são expressões de um hábito mental mesquinhamente egoísta, ambas altamente úteis para o progresso individual de uma vida que vise o bom êxito pela emulação. Possuem igualmente um alto valor estético e são ambas incentivadas pela cultura pecuniária. Mas nenhuma das duas tem qualquer valor para os propósitos da vida coletiva.

Capítulo XI

A crença na sorte

A PROPENSÃO PARA O JÔGO é outro traço subsidiário do temperamento bárbaro. É uma concomitante variação de caráter, quase universalmente prevalecente entre os homens do esporte e os que geralmente se dedicam a atividades guerreiras e emulativas. Êsse traço também possui um valor econômico direto. É tido na conta de um impedimento à mais alta eficiência industrial do conjunto em qualquer comunidade onde prevaleça em grau apreciável.

É duvidosa a classificação do pendor para o jôgo como sendo um traço exclusivamente pertencente ao tipo predatório da vida humana. O fator principal do hábito de jogar é a crença na sorte; e esta crença é aparentemente atribuível, pelo menos em seus elementos, a um estágio da evolução humana que antecipou a cultura predatória. Pode bem ser que na cultura predatória a crença na sorte tenha assumido a forma que apresenta na atualidade — a de principal elemento do pendor para o jôgo no temperamento esportivo. Ela provàvelmente deve à disciplina predatória a forma

específica na qual ocorre na cultura moderna. É uma forma da apreensão animística das coisas. A crença parece ser um traço transportado em substância de uma fase mais primitiva para a cultura bárbara, transformado e transmitido através dessa cultura para um estágio posterior do desenvolvimento humano sob uma forma específica imposta pela disciplina predatória. Mas, em qualquer caso, deve ser encarado como um traço arcaico, herdado de um passado mais ou menos remoto, mais ou menos incompatível com as exigências do moderno processo industrial e quase um impedimento à eficiência mais perfeita da vida econômica coletiva do presente.

Embora a crença na sorte seja a base do hábito de jogar, não é entretanto o único elemento que compõe o hábito de apostar. A aposta sôbre o resultado das competições de fôrça e habilidade procede de um motivo ulterior, sem o qual mal poderia a crença na sorte aparecer como traço proeminente da vida esportiva. Êste ulterior motivo é o desejo do provável vencedor ou do partidário do lado favorito, de aumentar a ascendência da sua torcida à custa do perdedor. Não só o lado perdedor sofre uma derrota mais humilhante e dolorosa desde que sejam grandes o lucro e a perda pecuniários do apostador, mas êste também tem uma intenção, não expressa em palavras nem mesmo muito clara *in petto,* de exaltar as probabilidades de sucesso do concorrente pelo qual torce. Sente que o dinheiro e a solicitude empregados com êsse intuito não deixam de influir no resultado. Há aqui uma manifestação especial do instinto de artesanato, respaldado por um sentido ainda mais manifesto de que a congruência animística das coisas deve pender para a vitória do partido a cujo favor a inclinação inerente aos acontecimentos foi propiciada e fortalecida mediante volição e movimentos tão impetuosos. O incentivo do apostador se exprime livremente sob a forma de apoio ao

favorito seja qual fôr a competição, e é inequìvocamente uma característica predatória. É tão dependente do impulso predatório, que a crença na sorte vem a exprimir-se no apostador; de modo a poder-se dizer que, na medida em que a crença na sorte vem a expressar-se em forma de aposta, deve-se levá-la na conta de um elemento integral típico do caráter predatório. Em seus elementos, tal crença é um hábito arcaico e parte essencial de uma natureza humana indiferenciada; quando porém essa crença é amparada pelo impulso predatório cumulativo, e portanto, é diferenciada na forma específica do hábito de jogar, deve ela ser classificada, neste alto desenvolvimento e forma específica, como uma característica do caráter bárbaro.

A crença na sorte é uma sensação de necessidade fortuita na seqüência dos fenômenos. Em suas várias mutações e expressões é de grande importância na eficiência econômica de qualquer comunidade onde ela prevaleça em grau apreciável, a ponto de autorizar um exame mais detalhado de sua origem e conteúdo, e da influência que exerce em suas várias ramificações na estrutura e função econômicas, bem como um exame sôbre a relação da classe ociosa quanto ao seu crescimento, diferenciação e persistência. Na forma desenvolvida e integrada na qual ela é mais fàcilmente observada no bárbaro da cultura predatória ou no esportista das modernas comunidades, a crença na sorte compreende pelo menos dois elementos distintos que devem ser encarados como duas diferentes fases do mesmo hábito mental fundamental, ou como o mesmo fator psicológico em duas fases sucessivas da sua evolução. O fato de serem êsses dois elementos fases sucessivas da mesma linha geral de desenvolvimento da crença não impede a sua coexistência nos hábitos mentais de qualquer determinado indivíduo. A forma primitiva (ou a fase mais arcaica) é uma incipiente crença animística, ou um sentido animístico de

relações e coisas, que imputa aos fatos um caráter quase pessoal. Para o homem arcaico, todos os objetos e fatos salientes e de conseqüência óbvia em seu ambiente possuem uma individualidade quase pessoal. Concebem-se os mesmos como causas e afetam os acontecimentos de modo inescrutável. O senso de probabilidade e sorte do homem esportivo, ou da necessidade fortuita, é um animismo inarticulado e incipiente. Aplica-se a objetos e situações, freqüentemente de maneira bastante vaga; mas usualmente se define como se implicasse a possibilidade de propiciar, ou de enganar e lisonjear, ou ao contrário, de perturbar a manifestação de pendores existentes nos objetos, o que constitui o aparelhamento e os acessórios de qualquer jôgo de azar ou de habilidade. Há poucos esportistas que não tenham o hábito de trazer consigo talismãs ou amuletos, aos quais atribuem maior ou menor eficácia. E a proporção não é muito menor dos que temem instintivamente o vudô dos concorrentes ou o aparelhamento de qualquer competição sôbre a qual apostam; ou que sentem que o fato de êles torcerem por um determinado concorrente ou lado do jôgo não deva fortalecer êsse concorrente ou lado; ou para os quais a "mascote" na qual acreditam não signifique algo mais do que uma simples brincadeira.

Em sua forma simples, a crença na sorte é êsse sentido instintivo de uma inescrutável inclinação teleológica dos objetos e das situações. Os objetos e os acontecimentos tendem para um fim determinado, seja êsse fim ou objetivo da seqüência concebido como fortuita ou deliberadamente procurado. Dêsse simples animismo a crença se transforma por insensíveis gradações na segunda forma derivativa acima mencionada, que é uma crença mais ou menos articulada em uma inescrutável fôrça sobrenatural. Esta opera mediante os objetos visíveis com os quais se associa, mas não se identifica com êsses objetos em questão de individualidade. O emprêgo da expressão "fôrça sobrenatural"

não comporta nenhuma implicação ulterior quanto à natureza de fôrça aqui aludida como sobrenatural. Esta apenas constitui um ulterior desenvolvimento da crença animista. O fator sobrenatural não se concebe necessàriamente como um agente pessoal em seu pleno sentido, mas é uma fôrça que partilha dos atributos da personalidade na medida de uma certa influência arbitrária no resultado de qualquer emprêsa especialmente de qualquer competição. A crença tão difundida na *hamingia* ou *gipta* (goefa, autona) que empresta tanto colorido especialmente às sagas islandesas, e em geral, às primitivas lendas populares alemãs, é um exemplo dêste sentido da tendência extrafísica no curso dos acontecimentos.

Nessa manifestação ou forma de crença, a inclinação é pouco personificada, embora uma personalidade lhes seja atribuída em vários graus; e julga-se que essa propensão individuada às vêzes cede diante das circunstâncias, em geral diante de circunstâncias de índole espiritual ou sobrenatural. Um exemplo marcante e bem conhecido de crença num estágio relativamente avançado de diferenciação e envolvendo uma personificação antropomórfica do agente sobrenatural ao qual se apela, nos é proporcionado pelo desafio ao combate singular. Nesse caso, julga-se que a fôrça sobrenatural quando solicitada, atua como árbitro, e molda o resultado da competição de acôrdo com alguma base estipulada de decisão, tais a eqüidade ou a legalidade das pretensões do respectivo concorrente. O mesmo sentido de tendência inescrutável mas espiritualmente necessária dos acontecimentos é ainda perceptível como um elemento obscuro na crença popular, como o que se revela, por exemplo, na seguinte máxima freqüentemente citada. "Três vêzes armado é aquêle cuja porfia é justa" — máxima que ainda conserva grande parte de sua significação para a pessoa irrefletida da média, mesmo nas comunidades civilizadas da atualidade. A moderna reminiscência da crença na *hamingia*, ou na

orientação de um mão invisível, perceptível na aceitação desta máxima, é fraca e talvez incerta; e parece em qualquer caso vir misturada com outros elementos psicológicos de índole animística não muito clara.

Para o nosso intuito neste passo, desnecessário é olhar mais de perto para o processo psicológico ou para a linha etnológica de descendência mediante o qual a última dessas duas idéias animísticas de inclinação deriva da primeira. Esta questão pode ter a maior importância para a psicologia popular ou para a teoria da evolução dos credos e dos cultos. O mesmo é verdadeiro quanto à questão mais fundamental de saber-se se ambos se relacionam como fases sucessivas em uma seqüência de desenvolvimento. Aqui se faz referência à existência dessas questões tão-sòmente para indicar que o interêsse do presente exame não está nesse setor. No que toca à teoria econômica, êsses dois elementos, ou fases, da crença na sorte, ou de uma tendência ou inclinação extracausal das coisas, são essencialmente da mesma índole. Têm significação econômica enquanto hábitos mentais que afetam a opinião usual do indivíduo sôbre os fatos e as seqüências com os quais êle entra em contato, em conseqüência afetam a utilidade do mesmo indivíduo em face dos fins industriais. Por êsse motivo, à parte tôda questão de beleza, valor ou benefício de qualquer crença animista, há lugar para um exame da sua influência econômica na utilidade do indivíduo como fator econômico, e especialmente, como agente industrial.

Já se observou, em anterior relação, que para uma maior utilidade nos complexos processos industriais da atualidade, o indivíduo deve ser dotado da aptidão e do hábito de apreender prontamente os fatos e relacioná-los em têrmos de seqüência causal. Tanto no conjunto como nos pormenores, o processo industrial é um processo de causação quantitativa. A "inteligência" exigida do trabalhador, bem como do diretor de um pro-

cesso industrial, é pouco mais do que uma certa facilidade na apreensão e adaptação a uma seqüência causal quantitativamente determinada. Essa facilidade de apreensão e adaptação faltam ao trabalhador obtuso; mas é essa mesma facilidade o fim que se busca atingir em sua educação — na medida que sua educação visar a promover a sua eficiência industrial.

O indivíduo decai em eficiência produtiva ou em utilidade industrial na medida em que as suas aptidões herdadas ou o seu adestramento o inclinem a explicar os fatos e seqüências em outros têrmos que não os de causação e rotina. Esta queda da eficiência mediante um pendor para os métodos animísticos de apreensão dos fatos é especialmente visível quando encarada em massa; quando, por exemplo, uma determinada população de pendor animista é vista como um todo. As desvantagens econômicas do animismo são mais patentes, e suas conseqüências de maior alcance, no moderno sistema industrial do que em qualquer outro. Nas modernas comunidades industriais, a indústria é organizada, em crescente medida, segundo um sistema pormenorizado de órgãos e funções um ao outro condicionados; e por êsse motivo, libertar-se de todos os ângulos na apreensão causal dos fenômenos se torna cada vez mais um requisito da eficiência por parte dos homens que se empenham na indústria. Em um sistema de trabalho manual, uma vantagem na habilidade, na diligência, na fôrça muscular ou na resistência, podem, em larga proporção, contrabalançar nos trabalhadores o pendor dêsses hábitos mentais.

Similarmente, na indústria agrícola de cunho tradicional, que muito se parece com o ofício manual nas exigências que impõe ao trabalhador. Em ambos, o próprio trabalhador é a primeira peça da qual se depende, e as fôrças naturais em jôgo são em sua maior parte apreendidas como agentes inescrutáveis e fortuitos, cuja ação vai muito além do contrôle e do arbítrio

do trabalhador. Segundo a idéia popular, só uma parte muito pequena dessas formas de indústria é deixada por conta da fatal oscilação de uma circunstanciada seqüência mecânica a ser compreendida em têrmos de causação, e à qual se deverão adaptar as operações industriais e os movimentos do trabalhador. Na medida em que os métodos industriais se desenvolvem, as virtudes do trabalhador manual contam cada vez menos para dar realce a uma inteligência apoucada ou a uma hesitante aceitação da seqüência de causa e efeito. A organização industrial assume cada vez mais o caráter de um mecanismo, no qual o ofício do homem é discriminar e escolher as fôrças naturais que ponham seus efeitos a seu serviço. A parte do trabalhador na indústria muda da de agente motor para a da discriminação e avaliação das seqüências quantitativas e dos fatos mecânicos. A faculdade de pronta apreensão e apreciação não oblíqua das causas que agem no seu ambiente crescem em importância econômica relativa, e qualquer elemento no complexo de seus hábitos mentais que aí introduza à fôrça um aspecto diferente desta pronta apreciação da seqüência positiva, ganha uma importância proporcional como elemento perturbador que diminui a sua utilidade industrial Devido ao seu efeito cumulativo na atitude habitual da população, até mesmo um ligeiro pendor imperceptível para explicar os fatos cotidianos mediante o recurso a outras bases que não as da causação quantitativa pode produzir uma baixa apreciável da eficiência industrial coletiva de uma comunidade.

O hábito mental animístico pode ocorrer na forma primitiva e indiferenciada da crença animística incipiente, ou na fase mais tardia e mais altamente integrada de uma personificação antropomórfica da tendência atribuída aos fatos. O valor industrial dêsse vivo senso animístico, ou do recurso a um agente sobrenatural, ou à orientação de uma mão invisível, são naturalmente quase a mesma coisa em ambos os casos. No que afeta

a utilidade industrial do indivíduo, o efeito é da mesma espécie nos dois casos; mas a extensão em que êsse hábito mental domina ou plasma os hábitos mentais varia segundo o grau de mediação, urgência ou exclusividade mediante os quais o indivíduo aplica habitualmente a fórmula animista ou antropomórfica no tratamento dos fatos do seu ambiente. O hábito animístico atua em todos os casos para prejudicar a percepção da seqüência causal; mas do senso animístico primitivo, menos refletido e menos definido dessa propensão, pode-se esperar que afete os processos intelectuais do indivíduo de um modo mais incisivo do que as formas mais altas de antropomorfismo. Onde esteja presente o hábito animístico em sua forma ingênua, o seu alcance e esfera de ação não são definidos ou limitados. Afetará portanto, palpàvelmente, o pensamento da pessoa quando quer que se trate dos meios de vida materiais. No desenvolvimento ulterior e mais amadurecido do animismo, depois que o mesmo se definiu mediante o processo de elaboração antropomórfica e quando o seu emprêgo se limitou um tanto consistentemente ao remoto e ao invisível, uma série crescente de fatos cotidianos são provisòriamente explicados sem que para isso se recorra à intervenção sobrenatural na qual se manifesta um animismo cultivado. Um agente sobrenatural altamente integrado e personificado não é um meio conveniente de lidar com as ocorrências trivais da vida, e portanto cai-se fàcilmente no hábito de explicar muitos fenômenos triviais e vulgares em têrmos de seqüência. A explicação a que assim se chega, permite-se, por negligência, erigir-se em definitiva para fins triviais, até que uma especial provocação ou perplexidade torne a chamar o indivíduo para que novamente se lhe submeta. Mas quando surgem exigências especiais, isto é, quando há uma necessidade peculiar de lançar mão plena e livremente da lei de causa e efeito, nesse caso o indivíduo comumente recorre à fôrça sobrenatural como solução universal, desde que possua uma crença antropomórfica.

A propensão extracausal, ou agente, tem grande utilidade como recurso na perplexidade, mas a sua utilidade é inteiramente de espécie não econômica. É especialmente um refúgio e um confôrto onde se atingiu o grau de consistência e especialização que pertence a uma divindade antropomórfica. Tem muita coisa a recomendá-la até mesmo em outros terrenos que não sejam o de proporcionar ao indivíduo perplexo um meio de fuga à dificuldade que consiste em explicar fenômenos em têrmos de seqüência causal. Seria deslocado repisar aqui os méritos evidentes e consagrados de uma divindade antropomórfica, segundo o ponto de vista do interêsse estético, moral ou espiritual, ou mesmo do ponto de vista menos remoto da política social, militar, ou simplesmente da política. A questão, aqui, concerne ao valor econômico menos pitoresco e menos urgente da crença num agente sobrenatural, encarado como hábito mental a afetar a prestimosidade industrial do crente. E mesmo dentro dêsse exíguo alcance econômico, o exame é necessàriamente confinado à influência imediata dêste hábito mental sôbre a prestimosidade operária do crente, antes do que extensivo a seus efeitos econômicos mais remotos. Êsses efeitos mais remotos são muito difíceis de rastrear. Seu exame é de tal modo embaraçado por preconcepções correntes quanto ao grau em que a vida é intensificada pelo contato espiritual com tal divindade, que qualquer tentativa para inquirir de seu valor econômico deve ser presentemente improfícua.

O efeito imediato, direto, do hábito mental animístico sôbre a geral disposição de espírito do crente faz baixar a sua inteligência efetiva naquilo em que a inteligência é de especial conseqüência na indústria moderna. Segue-se o efeito em grau variável, conforme o agente sobrenatural ou a propensão em que se acredita, seja de forma mais alta ou mais baixa. Isto é verdadeiro quanto à crença na sorte, peculiar ao bárbaro e ao homem de esporte, e o mesmo se poderá dizer da

crença um tanto mais alta numa divindade antropomórfica, tal a que é encontradiça na mesma classe. Isto se deve igualmente encarar como verdadeiro — embora não seja fácil dizer em que grau de irrefutabilidade — quanto aos cultos antropomórficos mais adequadamente desenvolvidos, tais como os que apelam ao moderno homem civilizado. A inaptidão industrial acarretada pela adesão a um dos mais altos cultos antropomórficos pode ser relativamente insignificante, mas não deve ser menosprezada. E mesmo êsses cultos de alta classe da cultura ocidental não representam a derradeira fase dissolvente dêsse sentido humano de propensão extra-causal. Além dêsse, o mesmo senso animístico se revela num antropomorfismo atenuado, tais o apêlo do século dezoito a uma ordem da natureza e aos direitos naturais, e a seu representante moderno, o conceito ostensivamente pós-Darwiniano de uma tendência para melhor no processo da evolução. Essa explicação animística dos fenômenos é uma forma de sofisma que os lógicos conhecem pelo nome de *ignava ratio*. Para fins industriais ou científicos, ela é considerada um êrro palmar para a compreensão e a avaliação dos fatos.

À parte suas conseqüências industriais diretas, o hábito mental animístico tem uma certa significação em outros terrenos da teoria econômica. 1 — êle é um indício razoàvelmente digno de confiança, da presença, e, em certa medida, até mesmo do grau de potência, de outros traços arcaicos que o acompanham e que são de conseqüência econômica substancial; e 2 — as conseqüências materiais dêsse código de convenções devotas que o hábito animístico faz surgir no desenvolvimento de um culto antropomórfico são de importância, tanto no que afetam ao consumo de bens da comunidade e às regras prevalecentes do gôsto, segundo já se sugeriu em capítulo anterior, como no induzir e conservar um certo reconhecimento habitual de relação com um superior, e assim consolidar o sentido corrente de posição social e submissão.

No que concerne ao ponto citado em último lugar, aquêle sistema de hábitos mentais que compõe o caráter de qualquer indivíduo, é em certo sentido um todo orgânico. Uma variação marcante em determinada direção de qualquer ponto, traz consigo, como seu correlativo, uma concomitante variação na expressão habitual da vida em outras direções ou outros grupos de atividades. Êsses vários hábitos mentais, ou expressões habituais de vida, são fases da seqüência vital única do indivíduo; por êsse motivo, um hábito formado em resposta a um determinado estímulo, necessàriamente afetará o caráter da resposta dada aos demais estímulos. Uma modificação da natureza humana em um ponto qualquer é uma modificação da natureza humana como um todo. Nesse terreno, e talvez em extensão ainda maior em terrenos mais obscuros que não podem ser discutidos aqui, existem essas variações concomitantes, bem como as diferentes características da natureza humana. Por exemplo, povos bárbaros com um bem desenvolvido esquema de vida predatória, são igualmente possuidores de um forte hábito animístico prevalecente, de um culto antropomórfico bem formado e de um vivo sentido de posição social. Por outro lado, o antropomorfismo e a viva compreensão de uma propensão animística nas coisas materiais estão mais discretamente presentes na vida dos povos nos estágios culturais que precedem e que seguem a cultura bárbara. O sentido de posição social também é mais fraco, em sua totalidade, nas comunidades pacíficas. Deve-se observar que uma crença viva mas levemente especializada e animística se faz notar na maioria, senão em todos os povos que vivem no estágio selvagem de cultura antepredatória. O selvagem primitivo encara o seu animismo com menos seriedade do que o faz o bárbaro ou o selvagem degenerado. No seu caso, o animismo resulta numa fantástica invenção de mitos, antes do que em superstição coercitiva. A cultura bárbara revela esportividade, po-

sição social e antropomorfismo. É comumente observável uma semelhante concomitância de variações aos mesmos respeitos no temperamento individual dos homens das comunidades civilizadas hodiernas. Êsses modernos representantes do temperamento predatório bárbaro que compõem o elemento esportivo comumente acreditam na sorte; têm, pelo menos, um sentido muito forte da propensão animística das coisas, por fôrça do qual são muito dados ao jôgo. O mesmo se poderá dizer do antropomorfismo dessa classe. Alguns que aderem a algum credo, comumente se entregam a um dos credos ingênua e consistentemente antropomórfico; há relativamente poucos homens de esporte que buscam confôrto nos cultos menos antropomórficos, tais o Unitário e o Universalista.

Estreitamente ligado a esta correlação de antropomorfismo e proeza está o fato de os cultos antropomórficos atuarem para conservar, senão iniciar, hábitos mentais favoráveis a um regime de *status*. Em consideração a êsse ponto, é de todo impossível dizer onde termina o efeito disciplinar do culto e onde começa a evidência de uma concomitância de variações nas características herdadas. Em seu desenvolvimento mais alto, o temperamento predatório, o senso de posição social e o culto antropomórfico pertencem todos à cultura bárbara; e alguma coisa assim como uma relação causal mútua subsiste entre os três fenômenos quando êles surgem em comunidades daquele nível cultural. O modo segundo o qual recorrem correlativamente nos hábitos e aptidões de indivíduos e classes hoje em dia, sobejamente implica relação causal e orgânica semelhante entre os mesmos fenômenos psicológicos considerados como características ou hábitos do indivíduo. Em um passo anterior desta exposição, pareceu que a relação de *status*, como traço de estrutura social, é uma conseqüência do hábito predatório de vida. No que toca à sua linha de derivação, ela é substancialmente uma expressão complexa da atitude predatória. Por outro lado,

um culto antropomórfico é um código de relações detalhadas de *status* sobreposta no conceito de uma propensão sobrenatural e inescrutável nas coisas materiais. De modo que, no que tange aos fatos externos da sua derivação, o culto pode ser encarado como uma excrescência do agudo senso animístico do homem arcaico, definido, e em certo grau transformado pelo hábito predatório de vida, sendo o resultado um agente sobrenatural personificado ao qual se imputa um pleno complemento de hábitos mentais característicos do homem da cultura predatória.

As características psicológicas mais gritantes no caso, que exercem imediata influência na teoria econômica e devem conseqüentemente ser aqui levadas em conta, são portanto: a — segundo se disse em capítulo anterior, o hábito mental predatório e emulativo aqui denominado proeza, não é senão a variante bárbara do instinto genèricamente humano de artesanato, que assumiu essa forma específica sob a orientação de um hábito de comparação invejosa das pessoas; b — a relação de *status* é uma expressão formal de tal comparação invejosa, devidamente medida e graduada de acôrdo com um plano consagrado; c — um culto antropomórfico, pelo menos na época de seu maior vigor, é uma instituição cujo elemento característico é uma relação de *status* entre o sujeito humano como inferior e o agente sobrenatural personificado, como superior. Com isso em mente, não pode haver dificuldade em reconhecer a íntima relação que subsiste entre esses três fenômenos da natureza e da vida humanas; a relação importa em uma identidade em alguns de seus elementos substanciais. Por um lado, o sistema de *status* e o hábito predatório de vida são uma expressão do instinto de artesanato quando a mesma se forma sob o costume de comparação invejosa; por outro, o culto antropomórfico e o hábito de observâncias devotas são uma expressão do senso animístico que tem o homem sô-

bre uma propensão das coisas materiais, elaborada, em substância, sob a orientação do mesmo hábito geral de comparação invejosa. As duas categorias — o hábito de vida emulativo e o hábito das observâncias devotas — devem portanto ser encaradas como elementos complementares do tipo bárbaro de natureza humana e suas modernas variantes bárbaras. São de há muito as expressões da mesma ordem de aptidões, dadas em resposta a diferentes conjuntos de estímulos.

Capítulo XII

Observâncias devotas

Uma repetição discursiva de certos incidentes da vida moderna mostrará a relação orgânica dos cultos antropomórficos com a cultura e o temperamento bárbaros. Servirá igualmente para mostrar como a sobrevivência e a eficácia dos cultos e a prevalência de seu plano de observâncias devotas se relacionam com a instituição da classe ociosa e com as molas de ação subjacentes a essa instituição. Sem qualquer intenção de louvar ou censurar as práticas às quais aludiremos no capítulo das observâncias devotas, ou às características espirituais e intelectuais expressas por essas observâncias, o fenômeno cotidiano dos cultos antropomórficos pode ser encarado do ponto de vista do interêsse que êles possuem para a teoria econômica. O de que pròpriamente se pode falar aqui são as características externas e tangíveis das observâncias devotas. O valor moral, bem como o valor devocional da vida da fé estão fora do âmbito do presente exame. Naturalmente, nenhuma dúvida é aqui acolhida quanto à beleza ou à verdade dos credos mediante os quais os cultos se processam. E até mesmo a sua influência econômica re-

mota não será discutida aqui; o assunto é demasiado recôndito e de importância demasiado grave para entrar num esbôço por tal forma modesto.

Alguma coisa se disse, em capítulo anterior, sôbre a influência que os padrões pecuniários de valor exercem sôbre os processos de avaliação realizados em outras bases não relacionadas com o interêsse pecuniário. A relação não é de todo unilateral. Os padrões econômicos ou regras de avaliação são por sua vez influenciados pelos padrões extra-econômicos de valor. Nossos julgamentos sôbre a influência econômica dos fatos são em certa medida moldados pela presença dominante daqueles interêsses mais ponderáveis. Com efeito, há um ponto de vista no qual o interêsse econômico só tem pêso por se subordinar àqueles interêsses não-econômicos mais altos. Para o nosso presente intuito, portanto, deve-se pensar em isolar o interêsse econômico ou a influência econômica dêsses fenômenos de cultos antropomórficos. Requer algum esfôrço a gente dar de mão a um ponto de vista mais sério, para lograr uma apreciação econômica de tais fatos, com um pendor — o menor possível — de interêsses mais altos, estranhos à teoria econômica.

Na discussão sôbre o temperamento esportivo, pareceu que o senso de uma propensão animística nas coisas e eventos materiais é o que proporciona a base espiritual do hábito de jogar, no esportista. Para a finalidade econômica, êste sentido de propensão é substancialmente o mesmo elemento psicológico conforme êle se exprime, sob uma variedade de formas, nas crenças animísticas e nos credos antropomórficos. Na medida em que êle concerne àquelas características psicológicas tangíveis com as quais a teoria econômica tem de tratar, o espírito de jôgo que permeia o elemento esportivo se transforma, em insensíveis gradações,

naquele estado de espírito que encontra satisfação nas observâncias devotas. Considerado do ponto de vista da teoria econômica, o caráter esportivo se transforma no caráter do religioso devoto. Onde o senso animístico do jogador foi auxiliado por uma tradição de certa consistência, êsse mesmo senso se desenvolveu numa crença mais ou menos articulada em um agente sobrenatural ou superfísico, com alguma coisa de conteúdo antropomórfico. Quando êsse é o caso, existe comumente uma inclinação perceptível de negociar com o agente sobrenatural mediante algum método aprovado de abordagem e conciliação. Êsse elemento de propiciação e adulação tem muito em comum com as formas mais crassas do culto — se não em derivação histórica, pelo menos em conteúdo psicológico real. Êsse elemento evidentemente se transforma, em continuidade ininterrupta, no que se chamam práticas e crenças supersticiosas, assim afirmando a sua pretensão ao parentesco com cultos antropomórficos mais grosseiros.

O temperamento esportivo, ou de jogador, compreende pois alguns dos elementos psicológicos substanciais que servem para formar quem acredita em credos e é praticante de formas devotas, o principal ponto de coincidência sendo a crença numa propensão inescrutável ou uma interposição sobrenatural na seqüência dos acontecimentos. Para praticar o jôgo, a crença num agente sobrenatural pode ser, e ordinàriamente é, menos cuidadosamente formulada, especialmente no que diz respeito aos hábitos mentais e ao esquema de vida atribuída ao agente sobrenatural; ou, em outras palavras, no que diz respeito ao seu caráter moral e aos seus propósitos de influir nos acontecimentos. No tocante à individualidade ou à personalidade do agente, cuja presença, em forma de sorte, casualidade, vodu ou mascote, etc., êle sente, e às vêzes teme ao ponto de se lhes evadir, as opiniões do homem de esporte também são menos específicas, menos integra-

das e diferenciadas. A base da sua atividade é em grande extensão simplesmente um sentido instintivo da presença de uma fôrça extrafísica e arbitrária, ou de uma propensão das coisas ou situações, escassamente reconhecidas como agentes pessoais. O apostador é freqüentemente ambas as coisas: tanto um crente na sorte, nesse sentido ingênuo, como um aderente bastante firme de alguma forma de credo vigente. É êle especialmente propenso a aceitar do credo aquilo que diz respeito ao poder inescrutável e aos hábitos arbitrários da divindade que granjeou sua confiança. Num caso dêsses, o apostador tem duas (às vêzes mais de duas) fases distintas de animismo. Com efeito, a série completa de fases sucessivas de crença animística, comumente se encontra intata no mobiliário espiritual de qualquer comunidade esportiva. Essa cadeia de concepções animísticas compreenderá a forma mais elementar de um senso instintivo da sorte, da casualidade e da necessidade fortuita por um lado, mais a divindade antropomórfica perfeitamente desenvolvida de outro, com todos os estágios intermediários de integração. A par dessas crenças em um agente sobrenatural está uma formação instintiva da conduta a fim de conformar-se com as supostas exigências de uma sorte feliz por um lado, e, por outro, como uma submissão mais ou menos devota aos inescrutáveis decretos da divindade.

Neste particular, existe uma relação entre o temperamento das classes esportivas e o temperamento das classes delinqüentes; e as duas se relacionam com o temperamento inclinado a um culto antropomórfico. Tanto o deliqüente como o esportista são em média mais aptos a aderirem a algum credo vigente, e são também mais inclinados às observâncias devotas do que a média geral da comunidade. É também de notar-se que os membros descrentes dessas classes revelam uma propensão a se tornarem prosélitos de algum culto existente, em maior grau do que o faria a

média da comunidade. Esta observação é aceita pelos porta-vozes do esporte, especialmente na apologia que fazem dos esportes atléticos mais ingênuamente predatórios. Com efeito, proclamam tais porta-vozes com alguma insistência, e para salientar a feição meritória da vida esportiva, que os habituais participantes dos jogos peculiarmente atléticos são adeptos das práticas devotas. E pode-se observar que o culto ao qual adere a classe dos homens esportivos e a dos delinqüentes predatórios, ou ao qual se ligam prosélitos saídos dessas classes, não é, ordinàriamente, um culto de fé mais alta, mas um culto que tem de tratar com uma divindade inteiramente antropomórfica. A natureza humana, arcaica e predatória não se compadece com concepções abstrusas de uma personalidade dissolvente diluídas no conceito de uma seqüência causal quantitativa, tais os credos especulativos e esotéricos que o cristianismo atribui à Causa Primeira, à Inteligência Universal, à Alma do Mundo ou ao aspecto Espiritual. Exemplo de culto do caráter que os hábitos mentais do atleta e do delinqüente exigem é aquêle ramo da igreja militante, conhecido como Exército de Salvação. Seus membros são em certa medida recrutados entre os delinqüentes da classe inferior, o Exército parece igualmente abranger, especialmente entre seus oficiais, uma vasta proporção de homens com uma longa fôlha de feitos esportivos — com efeito, em maior proporção do que os homens que recruta na totalidade da população de uma comunidade.

O atletismo colegial é outro exemplo oportuno. Dizem os expoentes do elemento devoto da vida colegial (e parece não existir nenhuma base para contradizer tal pretensão) que o material atlético desejável, proporcionado por qualquer corpo estudantil nos Estados Unidos, é predominantemente religioso; ou que é pelo menos dado a observências religiosas, isto em maior grau do que a média daqueles estudantes cujo interêsse em atletismo e outros esportes colegiais é menor.

Isto é o que se pode esperar em bases teóricas. Pode-se, a propósito, observar que, de certo ponto de vista, isso empresta prestígio à vida esportiva do colégio, aos jogos atléticos e às pessoas que se ocupam com êsses assuntos. Mas acontece (e com não pouca freqüência), que os homens dos esportes colegiais se dedicam à propaganda religiosa, ou como vocação ou como ocupação suplementar; e pode-se observar, quando isto acontece, a probabilidade de serem êles também propagandistas de algum dos cultos mais antropomórficos. Em seu ensino, são propensos a insistir principalmente na relação pessoal do *status* subsistente entre a divindade antropomórfica e o ser humano.

Essa íntima relação entre o atletismo e a observância devota no ensino é um fato de suficiente notoriedade; tem entretanto uma feição característica para a qual se deve chamar a atenção, por mais evidente que ela seja. O zêlo religioso que permeia grande parte do elemento esportivo é especialmente propenso a se exprimir numa devoção incontestável, e numa ingênua e complacente submissão a uma inescrutável Providência. Por isso, de conformidade com a preferência, procura filiar-se em alguma dessas organizações de religião leiga empenhadas na disseminação das formas exotéricas da fé — como, *e.g.*, a Associação Cristã de Moços ou a Sociedade Juvenil em Prol do Esfôrço Cristão. Êsses organismos laicos se organizam para fomentar a religião "prática"; e como para reforçar o argumento e estabelecer firmemente a estreita relação entre o temperamento esportivo e a devoção arcaica, tais sistemas religiosos leigos comumente dedicam uma apreciável parcela de suas energias à promoção de competições atléticas e jogos similares, de azar e habilidade. Pode-se até dizer que esportes dessa espécie têm uma certa eficácia como meio de obtenção da Graça. São aparentemente úteis para angariar prosélitos e amparar a atitude devota dos que se convertem. O que vale dizer,

os jogos que servem de exercício ao senso animístico e à propensão emulativa ajudam a formar e a conservar o hábito mental com o qual os cultos mais exotéricos são mais compatíveis. Em conseqüência, nas mãos das organizações leigas, essas atividades esportivas vêm a servir como noviciado, ou meio de indução para o desenvolvimento mais pleno da vida de *status* espiritual, que é privilégio apenas do pleno comunicante.

Que o exercício dos pendores animísticos emulativos e mais baixos são substancialmente úteis para os propósitos devotos — parece estar fora de qualquer dúvida pelo fato de o sacerdócio de muitas denominações estar a seguir, nesse particular, a liderança das organizações leigas. Especialmente aquelas organizações eclesiásticas que estão mais próximas das organizaões leigas em sua insistência sôbre a religião prática, caminharam um certo trecho para a adoção dessas e outras práticas análogas em conexão com as observâncias devotas tradicionais. Formaram-se, em conseqüência, "brigadas juvenis" e outras organizações, sob sanção clerical, que atuam para desenvolver a propensão emulativa e o sentido de *status* nos jovens membros da congregação. Essas organizações pseudomilitares tendem a elaborar e acentuar o pendor para a emulação e a comparação invejosa, e assim fortalecer a facilidade inata de discernir e aprovar a relação de domínio pessoal e subserviência. E o crente é eminentemente uma pessoa que sabe obedecer e aceitar de boa mente a punição.

Mas os hábitos mentais que tais práticas incentivam e conservam compõem apenas a metade da substância dos cultos antropomórficos. O outro elemento complementar da vida devota — o hábito mental animístico — é recrutado e conservado por uma segunda série de práticas organizadas sob sanção clerical. Pertencem estas à classe das práticas de jôgo, das quais o bazar ou a rifa beneficente, encontradiças nas igrejas, podem ser tomados como tipo. Para indicar o grau de legitimi-

dade destas práticas em conexão com as observâncias pròpriamente devotas, deve-se notar que essas rifas, e atividades parecidas — tôdas trivais oportunidades de jôgo — parecem apelar com mais eficácia para a generalidade dos membros das organizações religiosas do que para as pessoas de hábitos mentais menos devotos.

Tudo isso parece demonstrar, por um lado, que o mesmo temperamento inclina as pessoas para os esportes e para os cultos antropomórficos, e, por outro lado, que o hábito dos esportes, especialmente dos esportes atléticos, atua no sentido de desenvolver os pendores que encontram a sua satisfação nas observâncias devotas. Inversamente: também parece que o hábito de tais observâncias favorece o desenvolvimento de uma propensão para os esportes atléticos e para todos os jogos que dão ensejo ao exercício do hábito de comparação invejosa e de invocação da sorte. Substancialmente, a mesma série de propensões encontra expressão em ambas essas direções da vida espiritual. Aquela natureza humana bárbara onde o instinto predatório e o ponto de vista animístico predominam é normalmente inclinada para ambas as coisas. O hábito mental predatório envolve um sentido acentuado de dignidade pessoal e da relativa situação do indivíduo. A estrutura social na qual o hábito predatório foi o fator dominante na formação das instituições, é uma estrutura baseada no *status*. A norma que tudo permeia no esquema de vida da comunidade predatória é a relação de superior para inferior, do nobre para o vilão, das pessoas dominantes para as pessoas e classes servis, do amo para o escravo. Os cultos antropomórficos se originaram naquele estágio de desenvolvimento industrial e foram formados pelo mesmo esquema de diferenciação econômica — a diferenciação em consumidor e produtor — e são permeados pelo mesmo princípio dominante de supremacia e subserviência. Os cultos atribuem à sua divindade os hábitos mentais que corres-

pondem ao estágio de diferenciação econômica no qual os cultos se formam. A divindade antropomórfica se concebe como pontilhosa em tôdas as questões de precedência, e é propensa a uma afirmação de supremacia e a um exercício arbitrário do poder, em suma, ao recurso habitual à força como árbitro final.

Nas formulações mais tardias e mais maduras do credo antropomórfico, êsse hábito de domínio de parte de uma divindade de terrível presença e poder inescrutável é minorado com a "paternidade de Deus". A atitude espiritual e as aptidões atribuídas ao agente sobrenatural ainda são as mesmas existentes no regime de *status*, mas agora assumem um cunho patriarcal característico do estágio cultural quase-pacífico. Todavia, deve-se notar que, mesmo nesta fase avançada do culto, as observâncias nas quais se exprime a devoção visam consistentemente a propiciar a divindade mediante a exaltação da sua grandeza e da sua glória, e mediante profissão de subserviência e vassalagem. O ato de propiciação ou adoração é destinado a apelar para um sentido de *status* atribuído ao poder inescrutável assim abordado. As fórmulas propiciatórias mais em voga são ainda as que contêm ou implicam uma comparação invejosa. Um afeto leal à pessoa de uma divindade antropomórfica dotada de uma tal natureza humana arcaica implica as mesmas propensões arcaicas no devoto. Para fins de teoria econômica, a relação de vassalagem, seja a uma pessoa física ou extrafísica, deve ser encarada como uma variante daquela subserviência pessoal que compõe uma tão vasta parcela do esquema de vida predatório e quase-pacífico.

A concepção bárbara da divindade — chefe belicoso inclinado a um govêrno despótico — foi grandemente abrandada mediante as maneiras mais suaves e os hábitos mais sóbrios de existência que caracterizam aquelas fases culturais que medeiam entre o primitivo estágio predatório e o presente. Porém mesmo depois dêste suavizamento da fantasia devota, e a conseqüente

mitigação dos traços de conduta e caráter mais grosseiros correntemente atribuídos à divindade, ainda resta, na idéia popular sôbre a natureza e temperamento divinos, um resíduo deveras substancial da concepção bárbara. É por isso que, na caracterização da divindade e das suas relações com o processo da vida humana, oradores e escritores ainda fazem uso eficaz de símiles tomados de empréstimo ao vocabulário da guerra e do estilo predatório de vida, bem como de locuções que envolvem uma comparação invejosa. Figuras dessa espécie são usadas com grande efeito nos discursos, mesmo os que se fazem aos auditórios modernos menos belicosos, compostos de aderentes das variações mais brandas do credo. Êsse uso eficaz de epítetos bárbaros e têrmos de comparação de parte de oradores populares demonstra que a geração moderna conservou uma viva apreciação da dignidade e do mérito das virtudes bárbaras; e também demonstra haver uma certa dose de congruência entre a atitude devota e o hábito mental predatório. Só após reflexão (se a houver) é que a fantasia devota dos modernos adoradores se revolta ante a imputação de emoções ferozes e vingativas ao objeto de sua adoração. É caso de comum observação o fato de que os epítetos sanguinários, aplicados à divindade, possuem um alto valor estético e honorífico na idéia popular. O que vale dizer que as sugestões que tais epítetos carreiam são deveras aceitáveis à nossa distraída compreensão.

> "Meus olhos viram a gloria da vinda do Senhor;
> Êle vem pisando a vindima onde estão depositadas
> as vinhas da ira;
> Êle soltou o raio mortífero de sua espada veloz;
> Sua verdade está a caminho".

Os hábitos mentais que orientam uma pessoa devota se movimentam no plano de um esquema de vida arcaico que mal sobrevive à sua utilidade no que diz

respeito às exigências econômicas da vida coletiva da atualidade. No grau em que a organização econômica serve às exigências da vida coletiva atual, ela sobreviveu ao regime de *status*, e não tem emprêgo nem lugar para uma relação de subserviência pessoal. Na medida em que concernem à eficiência econômica da comunidade, o sentimento de submissão pessoal, e o hábito mental generalizado do qual aquêle sentimento é expressão, são sobrevivências que atravancam o terreno e impedem um ajustamento adequado das instituições humanas à situação existente. O hábito mental que melhor se presta aos propósitos de uma comunidade pacífica e industrial é aquêle temperamento positivo que vê simplesmente o valor dos fatos materiais como um objeto opaco da seqüência mecânica. Temperamento que é um estado de espírito que não atribui instintivamente uma propensão animística às coisas, nem recorre à intervenção sobrenatural como explicação para um fenômeno desconcertante nem depende de uma mão invisível para dirigir o curso dos acontecimentos segundo os desejos dos objetivos humanos. Para corresponder às exigências da mais alta eficiência econômica sob condições modernas, o mundo em seus processos tem de ser habitualmente compreendido em têrmos de fôrça quantitativa e desapaixonada, e de seqüência.

Considerada do ponto de vista das exigências econômicas mais recentes, deve a devoção, talvez em alguns casos, ser tida na conta de uma sobrevivência de uma fase mais primitiva da vida em sociedade, isto é, de um indício de desenvolvimento espiritual interrompido. Continua naturalmente verdadeiro dizer-se que numa comunidade, onde a estrutura econômica ainda é essencialmente um sistema de *status;* onde a atitude da média das pessoas na comunidade é conseqüentemente formada e adaptada segundo a relação de domínio e subserviência pessoais; ou onde por qualquer outra razão — de tradição ou de atitude herdada —

a população como um todo é fortemente inclinada para as observâncias devotas, um hábito mental devoto de qualquer indivíduo (que não exceda a média da comunidade) deve ser simplesmente encarado como um pormenor do hábito da vida prevalecente. A esta luz, o indivíduo devoto numa comunidade devota não pode ser classificado como um caso de reversão, de vez que êle está ombro a ombro com a média da comunidade. Considerado porém do ponto de vista da situação industrial moderna, a devoção excepcional — isto é, o zêlo devoto que transcende apreciàvelmente o diapasão médio de devoção na comunidade — pode seguramente ser classificado, em todos os casos, como uma característica atávica.

É naturalmente do mesmo modo legítimo considerar êsses fenômenos de um ponto de vista diferente. Podem ser entendidos com um diferente propósito e a caracterização aqui apresentada pode ser invertida. Falando do ponto de vista do interêsse devocional, ou do interêsse do gôsto devoto, pode-se dizer, com igual irrefutabilidade, que a atitude espiritual engendrada nos homens pela vida industrial moderna não favorece o livre desenvolvimento da vida da fé. Pode-se razoàvelmente objetar, dizendo que a disciplina do mais recente desenvolvimento do processo industrial tende para o "materialismo" e para a eliminação da piedade filial. Do ponto de vista estético, pode-se dizer algo no mesmo sentido. Entretanto, por mais legítimas e valiosas que sejam essas observações e suas congêneres, feitas com êsse intuito, seriam elas deslocadas no presente exame, que concerne exclusivamente à avaliação de tais fenômenos do ponto de vista econômico.

A séria significação econômica do hábito mental antropomórfico e a inclinação para as observâncias devotas devem servir de desculpa para dizermos algo mais sôbre um tópico que só pode ser desagradável de discutir apenas como um fenômeno econômico em comunidade tão devota quanto a nossa. As observâncias

devotas têm importância econômica como indício que são de uma concomitante variação de temperamento a acompanhar o hábito mental predatório e a indicar por êsse modo a presença de características industrialmente prejudiciais. Indicam elas a presença de uma atitude mental que possui um certo valor econômico próprio, mercê de sua influência sôbre a utilidade industrial do indivíduo. São, entretanto, de uma importância mais direta na modificação que imprimem nas atividades econômicas da comunidade, especialmente no que diz respeito à distribuição e ao consumo de bens.

A influência econômica mais evidente dessas observâncias se verifica no consumo devoto de bens e serviços. O consumo dos acessórios rituais requeridos por qualquer culto — altares, templos, igrejas, paramentos, sacrifícios, sacramentos, vestimenta de dias santos, etc., — não serve a nenhum fim material imediato. Todo êsse aparato material pode portanto, sem que isso implique em censura, ser classificado como objetos de dispêndio conspícuo. De modo geral, o mesmo será verdadeiro quanto ao serviço pessoal consumido nesse setor, tais a educação sacerdotal, o culto sacerdotal, as peregrinações, os jejuns, os dias santos, as devoções domésticas e coisas semelhantes. Ao mesmo tempo, as observâncias na execução das quais ocorre êsse consumo, servem para disseminar e prolongar a voga daqueles hábitos mentais onde repousa o culto antropomórfico. Vale dizer que elas fomentam os hábitos mentais característicos do regime de *status*. São com efeito um impedimento em face de uma organização mais efetiva da indústria em condições modernas; e são, em primeiro lugar, antagônicas ao desenvolvimento das instituições econômicas no rumo exigido pela situação hodierna. Para o fim aqui visado, os efeitos indiretos bem como os diretos dêsse consumo envolvem uma diminuição da eficiência econômica da comunidade. Em teoria econômica portanto, e considerando as suas con-

seqüências próximas, o consumo de bens e esfôrço no serviço de uma divindade antropomórfica significa uma baixa de vitalidade na comunidade. O que serão os efeitos remotos, indiretos e morais dessa classe de consumo não nos permite uma resposta sucinta, e representa um problema que não cabe tratar aqui.

Será entretanto oportuno notar o caráter geral econômico do consumo devoto, em comparação com o consumo em outros setores. Um exemplo da série de motivos e propósitos dos quais procede o consumo devoto de bens concorrerá para uma apreciação de valor tanto do próprio consumo como do hábito mental geral com o qual o mesmo é compatível. Há um impressionante parelelismo, se não uma identidade substancial de motivo, entre o consumo ao serviço de uma divindade antropomórfica e o consumo ao serviço de um cavalheiro da classe ociosa — chefe ou patriarca — nas camadas mais altas da sociedade da cultura bárbara. Tanto no caso do chefe como no da divindade, existem dispendiosos edifícios apartados para o benefício da pessoa servida. Êsses edifícios, bem como os acessórios que os suplementam no serviço, ou no culto, não devem ser de qualidade ou nível comum; sempre revelam uma grande parcela de dispêndio conspícuo. Pode-se igualmente notar que os edifícios devotos são, invariàvelmente, de molde arcaico em sua estrutura e em seus aprestos. Da mesma forma os servidores, tanto do chefe como da divindade, têm de apresentar-se vestidos com trajes de um tipo especial e ornamentado. O traço econômico característico dêsse vestuário é um dispêndio conspícuo mais do que ordinàriamente acentuado; e segunda característica (mais acentuada no caso dos servidores sacerdotais do que no caso dos servidores ou cortesãos do potentado bárbaro) êsse vestuário de côrte deve ser sempre de molde arcaico. O vestuário dos membros leigos da comunidade, ao entrarem êles à presença do chefe ou da divindade, devem também ser de espécie mais dispendiosa do que o de seu vestuário

comum. Novamente o paralelismo entre a utilização do salão de audiência do chefe e o santuário é bem marcado. A êsse respeito, requer-se uma certa "pureza" ritual de indumentária, cuja característica essencial, no setor econômico, é não deverem os trajes usados nessas ocasiões apresentar a mínima sugestão de qualquer ofício industrial ou de qualquer contato com os empregos de utilidade de material.

Essa exigência de dispêndio conspícuo e pureza ritual quanto a indícios industriais também se estende ao vestuário, e, em menor grau, ao alimento consumido nos dias santos; vale dizer, em dias consagrados — tabu — à divindade ou a algum membro das camadas inferiores da classe ociosa sobrenatural. Em teoria econômica, os dias santos devem evidentemente ser interpretados como uma estação de ócio vicário vivida para a divindade ou o santo em cujo nome se impõe o tabu e para cuja boa reputação entra em vigor nesses dias a abstenção de todo e qualquer esfôrço útil. A feição característica de tôdas essas estações de ócio vicário devoto é um tabu mais ou menos rígido impôsto a qualquer atividade humana de utilidade. No caso dos dias de jejum, a abstenção conspícua de ocupações remuneradas e de todo trabalho que materialmente promova a vida humana é ulteriormente acentuada pela abstinência compulsória de todo consumo que induza ao confôrto ou à maior plenitude de vida do consumidor.

Pode-se notar, entre parênteses, que os feriados seculares têm a mesma origem, mediante uma derivação ligeiramente distante e gradualmente se diluem de dias santos genuínos, mediante uma classe intermediária de natalícios semi-sagrados de reis e grandes homens de certa forma canonizados, no feriado deliberadamente inventado e pôsto em destaque para promover a boa reputação que se imagina necessitada de restauração. Êste requinte mais remoto no emprêgo do ócio vicário como meio de aumentar a boa reputação de um

fenômeno ou de um dado, é visto com maior clareza em sua mais recente aplicação. Um dia de ócio vicário foi em algumas comunidades destacado sob o nome de Dia do Trabalho. Esta observância é designada para aumentar o prestígio do fato "trabalho", segundo o método arcaico e predatório de uma abstenção compulsória do esfôrço útil. A êsse dado "trabalho" se atribui em geral o bom conceito atribuível à fôrça pecuniária posta em evidência pela abstenção do trabalho.

Os dias santos e os feriados em geral pertencem à natureza de um tributo arrecadado da totalidade do povo. O tributo é pago em ócio vicário, e o efeito honorífico que vem à tona é imputado à pessoa ou ao fato para cuja boa reputação foi o feriado ou o dia santo instituído. Essa parcelazinha de ócio vicário é um pré-requisito de todos os membros da classe ociosa sobrenatural e é indispensável à sua boa reputação. *Un saint qu'on ne chôme pas* é com efeito um santo caído em desgraça.

Além dêsse pequeno tributo de ócio vicário levantado sôbre o laicato, há também classes especiais de pessoas — os vários graus de sacerdotes e hieródulos — cujo tempo é inteiramente reservado para serviço similar. Não é apenas à classe sacerdotal que incumbe abster-se do trabalho vulgar, especialmente quando êste é lucrativo ou contribui para o bem-estar temporal da humanidade. O tabu no caso da classe sacerdotal vai mais além e acrescenta um requinte sob forma de injunção contra a busca de lucros mundanos, mesmo quando êstes podem ser obtidos sem que ela se envileça aplicando-se à indústria. Julga-se indigno para o servidor da divindade, ou antes, julga-se de pouco valor para a dignidade da divindade cujo servidor êle é, a busca de ganho material ou a preocupação com assuntos temporais. "De tôdas as coisas desprezíveis, a mais desprezível é o homem que pretende ao sacerdócio de Deus, ser sacerdote de seu próprio confôrto e ambições" .

Há uma linha discriminatória, que um gôsto cultivado em assuntos de observâncias devotas terá pouco dificuldade em traçar, uma linha, repetimos, entre ações e a conduta que elevam à plenitude da vida humana, e aquelas que levam à boa reputação da divindade antropomórfica; e a atividade da classe sacerdotal, no esquema bárbaro ideal, cai inteiramente neste último lado da linha. O que cai na ordem econômica, igualmente cai abaixo do nível da solicitude do sacerdócio em seu máximo apogeu. As aparentes exceções a essa regra, proporcionadas, por exemplo, por algumas ordens de monges medievais (cujos membros na realidade trabalhavam para algum fim útil), difìcilmente desmentem a regra. Essas estranhas ordens da classe sacerdotal não são um elemento sacerdotal no pleno sentido da expressão. É também digno de observar-se que essas ordens obscuramente sacerdotais, que encorajavam os seus membros a ganhar a vida, caíram em descrédito por ofenderem o senso das conveniências nas comunidades onde existiam.

O sacerdote não deve pôr a mão em trabalho mecânicamente produtivo; deve entretanto consumir com largueza. Porém, mesmo no que respeita ao consumo, deve êle (note-se) assumir certas formas que não levem visìvelmente ao seu próprio confôrto ou plenitude de vida; deve o consumo conformar-se com as regras que governam o consumo vicário, segundo ficou explicado sob êsse tópico em capítulo anterior; ordinàriamente, não é boa forma a classe sacerdotal parecer bem nutrida ou mostrar um espírito jovial. Com efeito, em muitos dos cultos mais complexos, a injunção contra qualquer outro consumo que não seja vicário por parte dessa classe, freqüentemente vai tão longe ao ponto de prescrever a mortificação da carne. E mesmo nessas modernas denominações organizadas segundo as mais recentes formulações do credo numa moderna comunidade industrial, julga-se que tôda jovialidade intempestiva e o prazer confesso pelas boas coisas da vida,

são alheios ao verdadeiro decôro clerical. Qualquer sugestão de que êsses servidores de um amo invisível não estão se devotando a uma vida que aumente a boa reputação do mesmo, mas sim levando uma vida dedicada a seus próprios fins, irrita àsperamente as nossas sensibilidades, como se se tratasse de algo fundamentalmente, eternamente errado. Sendo uma classe de servidores, embora servidores de um amo muito louvado, também êles estão em alta posição na escala social, mercê dessa luz de empréstimo. Seu consumo é um consumo vicário; e daí, nos cultos mais adiantados, não tendo o amo necessidade de ganho material, ser a ocupação dêles o ócio vicário no mais pleno sentido da expressão. "Quando comerdes, ou beberdes, ou seja o que fôr que fizerdes, tudo fazei para a glória de Deus".

Pode-se acrescentar que, quando os leigos se assimilam tanto aos sacerdotes, ao ponto de serem considerados servidores da divindade, a índole vicária também se apega à vida dêles. O alcance da aplicação dêste corolário é um tanto vasta. Aplica-se especialmente aos movimentos pela reforma ou reabilitação da vida religiosa de molde austero, pietista e ascético — onde se concebe que o ser humano conserva a vida a título de uma tolerância direta e servil de seu soberano espiritual. Vale dizer que, quando a instituição do sacerdócio caduca, ou quando existe um sentido excepcionalmente vivo da presença imediata e dominadora da divindade nos assuntos da vida, considera-se o leigo como estando em relação servil imediata com a divindade, e sua vida se interpreta como uma realização de ócio vicário destinado a realçar a reputação de seu amo. Nesses casos de reversão, há um retôrno sem intermediário de subserviência, como fato dominante da atitude devota. A ênfase é portanto lançada num ócio vicário austero e incômodo, em prejuízo de um consumo conspícuo como meio para a obtenção da Graça.

No entanto haverá dúvidas quanto à inteira legitimidade dêste aspecto do esquema de vida sacerdotal,

quando uma proporção considerável do moderno sacerdócio se distancie em muitos pormenores dêsse esquema. Com efeito, aquêle não é válido para o clero das denominações que têm divergido em certo grau do antigo plano estabelecido de crenças ou observâncias. Estas se preocupam, ostensivamente, ou mediante permissão, com o bem-estar temporal do laicato, bem como com o seu próprio. Sua maneira de viver, não apenas na intimidade do lar como muitas vêzes perante o público, não difere em grande proporção da vida das pessoas de mentalidade secular, seja em sua austeridade ostensiva, seja no arcaísmo de seu aparelhamento. Isto é ainda mais verdadeiro naquelas denominações que se afastaram mais longe. A essa objeção ouve-se dizer que aqui temos de lidar não com uma discrepância na teoria da vida sacerdotal, mas com um conformismo imperfeito ao esquema, de parte dessa parcela do clero. Elas são apenas representantes de um sacerdócio parcial e imperfeito, e não se deve encará-las como exemplo de um esquema de vida sacerdotal autêntico e suficiente. O clero das seitas e denominações pode ser caracterizado como um sacerdócio de meia casta ou como um sacerdócio em processo de vir-a-ser, ou de reconstituição. Tal sacerdócio pode revelar as características do ofício sacerdotal apenas fundidas e obscurecidas, como alheios motivos e tradições devidos à presença perturbadora de outros fatôres que não o animismo e o *status* nos propósitos das organizações à qual pertence essa fração não conformista do sacerdócio.

Pode-se apelar diretamente ao gôsto de qualquer pessoa que possua um sentido discriminado e cultivado das conveniências sacerdotais, ou ao senso prevalecente sôbre o que em verdade constitui o decôro clerical de qualquer comunidade não acostumada a pensar ou a criticar aquilo que o clero pode ou não pode fazer sem incorrer em censura. Mesmo nas denominações mais secularizadas, existe algum sentido de distinção que

deveria ser observado entre o esquema de vida sacerdotal e o laico. Não há pessoa alguma dotada de sensibilidade que não sinta que os membros dêsse clero denominacional ou sectário quando se afastam do uso tradicional para adotar um comportamento e acessórios de culto menos austeros ou menos arcaicos, estão com isso se afastando do ideal do decôro sacerdotal. Não há provàvelmente nenhuma comunidade e nenhuma seita no âmbito da cultura ocidental onde as cadeias de uma indulgência autorizada não sejam mais apertadas para o encarregado do ofício sacerdotal do que para o homem laico. Se a própria compreensão das conveniências sacerdotais não impuser um limite eficaz, a compreensão prevalecente das conveniências por parte da própria comunidade geralmente se afirmará de modo tão indiscreto que o sacerdote ou se conforma ou deixa o cargo.

Pode-se acrescentar que poucos (ou talvez nenhuns) membros de qualquer corpo clerical procuraria confessadamente obter um aumento de salário pelo interêsse de ganhar mais; e se uma tal confissão fôsse feita abertamente por um clérigo, a mesma se consideraria prejudicial ao sentido de conveniência da sua congregação. Deve-se igualmente notar, neste assunto, que ninguém senão os motejadores e os muitos obtusos, deixa de sentir-se instintivamente ofendido perante um gracejo dito do púlpito; e que ninguém existe cujo respeito pelo pastor não sofra ao menor indício de leviandade de sua parte em uma conjuntura qualquer da vida, exceto se se tratar de uma leviandade de espécie palpàvelmente histriônica, de uma quebra forçada da dignidade. A linguagem adequada ao santuário e ao ofício sacerdotal não deve apresentar a menor sugestão da vida cotidiana efetiva nem empregar o vocabulário tirado do comércio e indústria modernos. Do mesmo modo, o nosso senso de adequação se ofende fàcilmente com um tratamento muito detalhado e íntimo de questões industriais e puramente humanas de parte do clero.

Há um certo nível de generalidade abaixo do qual um sentido cultivado da adequação do discurso homilético, não permite a um clérigo bem educado decair em sua pregação para os interêsses temporais. Os assuntos de importância simplesmente humana e secular devem ser tratados com uma generalidade e altivez que impliquem ser o orador o representante de um amo cujo interêsse em assuntos seculares não vai além de uma aprovação condescendente.

Deve-se ainda observar que as seitas e as variantes não conformistas, cujo sacerdócio ora examinamos, variam entre elas segundo o grau de sua conformidade ao esquema ideal da vida sacerdotal. De modo geral, a divergência a êsse respeito é maior no caso das denominações relativamente mais jovens, especialmente no caso das denominações mais recentes, constituídas principalmente pela pequena classe média. Revelam elas em geral uma grande mistura de motivos humanitários, filantrópicos e outros, que não podem ser classificados como expressões da atitude devota — tais o desejo de instrução e de convivência, largamente presentes nos interêsses efetivos dos membros de tais organizações. Os movimentos não conformistas ou sectários comumente provieram de uma mescla de motivos, alguns dos quais discrepam do sentido de *status*, onde repousa o ofício sacerdotal. Algumas vêzes o motivo é em grande parte uma revulsão contra um sistema de *status*. Nesse caso, a instituição do sacerdócio se desintegrou na transição, pelo menos parcialmente. O porta-voz de uma organização dessa espécie é no comêço um servidor e representante da mesma, não um membro especial da classe sacerdotal e o porta-voz de um mestre divino. E é sòmente mediante um processo de especialização gradual que, em gerações sucessivas, êsse porta-voz recupera a posição de sacerdote, com a plena investidura da autoridade sacerdotal, e com o seu concomitante teor de vida austero, arcaico e vicário. O mesmo se poderá dizer da desintegração e reintegração

do ritual devoto após uma tal revulsão. O ofício sacerdotal, o esquema de vida sacerdotal e o programa das observâncias devotas só se reabilitam gradual e insensìvelmente, e com mais ou menos variações de pormenores, enquanto o persistente sentido humano da adequação devota reafirma o seu primado em assuntos que dizem respeito ao interêsse no sobrenatural, e, pode-se acrescentar, enquanto a organização aumenta em riqueza, assim adotando uma parte maior do ponto de vista e dos hábitos mentais da classe ociosa.

Além da classe sacerdotal, e na linha de uma hierarquia ascendente, vem de ordinário uma classe ociosa vicária super-humana de santos, anjos, etc., ou seus equivalentes nos cultos étnicos. Êstes sobem de nível, um acima do outro, de acôrdo com um complicado sistema de *status*. O princípio de *status* permeia todo o sistema hierárquico, tanto o visível como o invisível. A boa reputação dessas diversas ordens da hierarquia sobrenatural comumente também exige um certo tributo de consumo vicário e de ócio vicário. Por conseguinte, em muitos casos, dedicaram êles ao serviço de tais ordens uma ordem de atendentes ou dependentes que exercem em seu lugar o ócio vicário, segundo uma moda bastante parecida com a que se descreveu em capítulo anterior, como inerente à classe ociosa do sistema patriarcal.

À falta de reflexão no assunto, essas observâncias devotas e as peculiaridades de temperamento que elas implicam, ou o consumo de bens e serviços compreendidos no culto, podem não parecer relacionados com a classe ociosa de uma comunidade moderna ou com os motivos econômicos dos quais essa classe é o expoente no esquema de vida hodierno. Nesse intuito, será de utilidade aqui uma resenha de certos fatos que se lhes correlacionam.

Segundo um trecho anterior desta exposição, parece que, para o propósito da vida coletiva hodierna, espe-

cialmente no que concerne à eficiência industrial da comunidade de hoje, os traços característicos do temperamento devoto são antes um impedimento do que um auxílio. Conseguintemente, vê-se que a vida industrial moderna tende seletivamente a eliminar tais traços de natureza humana da constituição espiritual das classes imediatamente empenhadas no processo industrial. Seria aproximadamente verdadeiro dizer-se que a devoção declina ou tende para a caducidade entre os membros do que se pode denominar uma comunidade industrial efetiva. Ao mesmo tempo parecerá que esta aptidão ou hábito sobrevive com vigor apreciàvelmente maior entre as classes que não entram imediata ou primordialmente como um elemento industrial no processo de vida da comunidade.

Já se disse que estas últimas classes, que vivem *pelo* processo industrial antes do que *no* processo industrial, são grosseiramente classificadas em duas categorias: 1 — a classe pròpriamente ociosa, que é defendida da tensão da situação econômica; e 2 — as classes indigentes, abrangendo os delinqüentes de classe inferior, excessivamente expostos a essa tensão. Na primeira dessas classes, persiste um hábito mental arcaico porque nenhuma pressão econômica efetiva a constrange à adaptação de seus hábitos mentais à situação em mudança; enquanto na última, a razão do fracasso no ajustamento de seus hábitos mentais às exigências alteradas da eficiência industrial é a subnutrição, a ausência de um excesso de energia necessário a fim de facilitar o ajustamento, mais a falta de oportunidade para adquirir o moderno ponto de vista e com êle se habituar. A tendência do processo seletivo corre quase paralelamente em ambos os casos.

Do ponto de vista inculcado pela vida industrial moderna, os fenômenos são habitualmente classificados sob uma relação quantitativa de seqüência mecânica. As classes indigentes não apenas não alcançam o pou-

quinho de ócio necessário a fim de se apropriarem e assimilarem as mais recentes generalizações da ciência envolvidas nesse ponto de vista, como também ordinàriamente permanecem numa relação de dependência ou subserviência pessoal em face dos seus superiores pecuniários, ao ponto de materialmente retardarem a sua emancipação dos hábitos mentais peculiares ao regime de *status*. O resultado é conservarem essas classes, em certo grau, o hábito mental geral, cuja principal expressão é um forte sentido de *status* pessoal — *status* do qual a devoção é um traço característico.

Nas comunidades mais antigas da cultura européia, a classe ociosa hereditária, mais a massa da população indigente, são inclinadas às observâncias devotas em um grau apreciàvelmente mais alto do que a generalidade da industriosa classe média, onde quer que exista uma classe considerável dêsse último tipo. Mas em alguns dêsses países, as duas categorias de humanidade conservadora acima citadas abrangem virtualmente tôda a população. Onde essas duas classes preponderam grandemente, a sua inclinação modela o sentimento popular em tal extensão, ao ponto de anular qualquer possível tendência divergente na insignificante classe média, ao mesmo tempo que impõe uma atitude devota a tôda a comunidade.

Isto porém não deve ser interpretado como se tais classes, excepcionalmente inclinadas às observâncias devotas, tendam a se conformar em alguma proporção excepcional às especificações de qualquer dos códigos de moral que costumamos associar com esta ou aquela confissão de fé. Grande parte do hábito mental devoto não precisa comportar uma rigorosa observância das injunções do Decálogo ou do direito comum. Com efeito, já se está tornando um chavão entre os observadores da vida criminal nas comunidades européias, que as classes criminosas e dissolutas são mais devotas, e de uma devoção mais ingênua, do que a média da população. Entre os que constituem a classe média pecuniá-

ria e a massa dos cidadãos respeitadores da lei é que se deve procurar uma relativa isenção da atitude devocional. Os que mais apreciam os méritos dos credos e observâncias mais altos protestarão a tudo isso dizendo que a devoção dos delinqüentes da classe inferior é espúria ou, quando muito, uma devoção supersticiosa. O argumento é sem dúvida pertinente e vai direta e irrefutàvelmente ao propósito visado. Mas para o objetivo do presente exame, essas distinções extra-econômicas e extrapsicológicas têm por fôrça de ser negligenciadas, por mais válidas e mais decisivas que possam ser em face do propósito para o qual foram feitas.

O que realmente aconteceu no tocante à emancipação da classe *vis-a-vis* do hábito de observância devota é demonstrado pelas mais recentes queixas do clero — de que as igrejas estão perdendo a simpatia das classes artesanais e o domínio que sôbre as mesmas exerciam. Ao mesmo tempo, é crença corrente que a classe média, assim comumente chamada, também está decaindo na cordialidade do seu apoio à igreja, especialmente de parte do setor masculino adulto da dita classe. São fenômenos êsses comumente conhecidos, e pode parecer que uma simples referência a êsses fatos bastaria para comprovar suficientemente a situação geral aqui esboçada. A citação do fenômeno geral de freqüência popular à igreja e do convite a aderir serão mais que suficientes para atestar a asserção aqui expendida. Mas todavia será oportuno traçar com alguma minúcia o curso dos acontecimentos e as fôrças particulares que induziram essa mudança na atitude espiritual das comunidades industriais hodiernas mais adiantadas. Servirá para ilustrar a maneira pela qual as causas econômicas operam a favor da secularização dos hábitos mentais dos homens. A êsse respeito, a comunidade norte-americana proporcionará um exemplo excepcionalmente convincente, de vez que essa comuni-

dade foi a menos estorvada pelas circunstâncias externas de qualquer conjunto industrial igualmente importante.*

Após dar o devido desconto às exceções e aos desvios esporádicos da normalidade, a situação nos Estados Unidos na presente época, pode ser sumariada em poucas palavras. Por via de regra, as classes inferiores em eficiência econômica ou em inteligência ou em ambas as coisas são peculiarmente devotas — como, por exemplo, a população negra do Sul, grande parte da população rural, especialmente naquelas regiões mais atrasadas em face da educação, do desenvolvimento industrial ou no que toca aos contatos industriais com o resto da comunidade. Por igual modo, as parcelas que possuímos de uma classe indigente especializada ou hereditária, ou de uma classe segregada criminosa ou dissoluta, conquanto nestas últimas o hábito mental devoto seja passível de assumir a forma de uma ingênua crença animista na sorte e na eficácia de práticas shamanísticas, talvez com mais assiduidade do que o faria sob a forma de adesão formal a qualquer credo vigente. A classe artesanal, por outro lado, se afasta notòriamente dos credos antropomórficos aceitos e de tôda a observância devota. Essa classe se acha exposta, em um grau especial, à tensão intelectual e espiritual característica da indústria moderna organizada, que requer uma constante percepção dos indisfarçáveis fenômenos de seqüência imparcial e positiva, e um conformismo sem reservas em face da lei de causa e efeito. Esta classe não é ao mesmo tempo subnutrida ou esgotada no trabalho ao ponto de não deixar nenhuma sobra de energia para a hora de adaptação.

O caso da classe ociosa inferior ou dúbia nos Estados Unidos — a assim comumente chamada classe média — é um tanto peculiar. Difere no tocante à vida devota de sua contraparte européia, mas difere antes em grau e método do que em essência. As igrejas continuam recebendo a apoio pecuniário dessa classe; embora os credos aos quais a classe adere com a maior

facilidade sejam relativamente pobres em conteúdo antropomórfico. Ao mesmo tempo, a congregação efetiva da classe média, tende em muitos casos, e talvez mais ou menos remotamente, a se tornar uma congregação de mulheres e de menores. Há uma notável carência de fervor devocional entre os adultos masculinos da classe média, embora em grau considerável sobreviva entre êles uma certa aquiescência complacente e decorosa às linhas gerais do credo sob cuja sanção nasceram. Sua vida diária se passa em um contato mais ou menos estreito com o processo industrial.

Essa peculiar diferenciação sexual, que tende a relegar as observâncias devotas às mulheres e seus filhos se deve, pelo menos em parte, ao fato de as mulheres da classe média serem em ampla medida uma classe ociosa (vicária). O mesmo é verdadeiro em menor grau quanto às mulheres das classes artesanais inferiores. Vivem elas num regime de *status* legado por um estágio anterior de desenvolvimento industrial, e por isso conservam um estado de espírito e hábitos mentais que as inclinam para uma opinião arcaica sôbre as coisas em geral. Ao mesmo tempo, não estão em relação orgânica direta com os processos industriais que em sua totalidade tenderiam fortemente a desintegrar aquêles hábitos mentais obsoletos, em face do moderno objetivo industrial.

Vale dizer, a devoção peculiar às mulheres é uma expressão particular daquele conservantismo que as mulheres das comunidades civilizadas devem, em vasta medida, à sua posição econômica. Para o homem moderno, a relação patriarcal de *status* não é de modo algum o traço dominante da vida; por outro lado, para as mulheres (e, principalmente, para as mulheres da classe média superior, limitadas como elas são à "esfera doméstica" pelo preceito e as circunstâncias econômicas) essa relação é o elemento mais real de sua vida e o que mais influi sôbre a mesma. Daí resulta um

hábito mental propício às observâncias devotas e à interpretação dos fatos da vida em têrmos de *status* pessoal. A lógica e os processos lógicos da sua vida doméstica cotidiana são transportados para o reino do sobrenatural e a mulher se encontra à vontade e satisfeita em uma ordem de idéias que para o homem são em vasta medida estranhas e imbecis.

Todavia, os homens dessa classe não são despidos de piedade, embora essa piedade não seja comumente de uma qualidade agressiva ou exuberante. Os homens da classe média superior assumem uma atitude mais complacente em face das observâncias devotas do que o fariam os homens da classe artesanal. Isto talvez possa se explicar em parte, dizendo-se que aquilo que é verdadeiro no que toca às mulheres da classe é também verdadeiro, mas em menor grau, quanto aos homens. Compõem êles uma classe privilegiada; e a relação patriarcal de *status,* que todavia persiste em sua vida conjugal e no seu trato habitual com os servidores, pode igualmente resultar na conservação de um hábito mental arcaico e pode exercer uma influência retardadora sôbre o processo de secularização ao qual estão sujeitos os seus hábitos mentais. As relações do homem americano de classe média com a comunidade econômica são entretanto muito estreitas e exigentes, embora seja lícito observar, a modo de diferenciação, que a sua atividade econômica freqüentemente partilha alguma coisa do caráter patriarcal ou quase-predatório. As ocupações que gozam de boa reputação nessa classe e que têm mais influência na formação dos hábitos mentais da mesma são as ocupações pecuniárias anteriormente citadas em idêntica conexão. Há uma boa parcela de relações de mando arbitrário e de submissão, remotamente afins da fraude predatória. Tudo isso faz parte do plano de vida predatória do bárbaro, ao qual é costumeira uma atitude devocional. Acresce que as observâncias devotas também se recomendam a essa classe por razões de respeitabilidade.

Mas êste último incentivo à piedade merece por si só um tratamento, do qual falaremos a seguir.

Não há nenhuma classe ociosa hereditária de qualquer importância na comunidade norte-americana, exceto no Sul. Esta classe ociosa sulina é de certo modo mais propensa às observâncias devotas, mais do que o seriam quaisquer classes de posição pecuniária correspondente em outras regiões do país. Sabe-se igualmente que os credos do Sul são de molde mais antiquado do que os credos do Norte. Correspondendo a esta vida devocional mais arcaica do Sul, acha-se o menor desenvolvimento industrial da mesma região. A organização industrial do Sul é na atualidade, e especialmente o foi até bem recentemente, de um tipo mais primitivo que o da comunidade americana em sua totalidade. Está quase próxima da indústria manual, na pobreza e rudeza de seus aparelhos mecânicos, e há ali um maior elemento de domínio e subserviência. Pode-se igualmente notar que, devido a circunstâncias econômicas especiais, a maior devoção da população sulina, tanto branca como negra, está relacionada com um esquema de vida que de muitos modos relembra os estágios bárbaros do desenvolvimento industrial. No seio dessa população, os delitos de tipo arcaico são relativamente mais encontradiços e menos censurados do que em qualquer outro lugar; como, por exemplo, os duelos, as rixas, as inimizades, a embriaguez, as corridas de cavalo, as brigas de galo, a jogatina, a incontinência sexual masculina (evidenciada pelo número considerável de mulatos). Há igualmente um mais vivo senso de honra — expressão de esportividade e derivativo da vida predatória.

No tocante às classes mais ricas do Norte — a classe ociosa norte-americana no melhor sentido do têrmo — é dificilmente possível falar de sua atitude devocional hereditária. Essa classe é de desenvolvimento demasiado recente para possuir um hábito bem formado

transmitido nesse setor ou mesmo uma tradição doméstica especial. Todavia pode-se notar a propósito uma tendência perceptível nessa classe para, pelo menos, dar algo de uma adesão nominal, às vêzes aparentemente real, a um dentre os credos sancionados. Da mesma forma, os casamentos, os enterros e os acontecimentos honoríficos dessa classe são bastante uniformemente solenizados com uma certa dose de pompa religiosa. É impossível dizer até que ponto essa adesão a um credo é uma reversão *bona fide* a um hábito mental devoto, e até que ponto deve ela ser classificada como um caso de mímica protetora, feita no intuito de uma assimilação externa a regras de respeitabilidade tomadas de empréstimo a ideais estranhos. A julgar especialmente pelo grau um tanto peculiar da observância ritualística que está em processo de desenvolvimento nos cultos das classes superiores, qualquer coisa de propensão devocional substancial parece aí acusar sua presença. Há uma tendência perceptível nos adoradores da classe superior para se filiarem àqueles cultos que dão ênfase relativamente grande ao cerimonial e aos acessórios espetaculares do culto; e nas igrejas onde predominam os membros da classe média existe ao mesmo tempo uma tendência para acentuar as características ritualísticas em prejuízo das intelectuais, no culto e no aparelhamento das observâncias devotas. Isto é válido até mesmo quando a igreja em questão pertence a uma denominação dotada de um desenvolvimento geral relativamente insignificante de ritual e acessórios. Êste peculiar desenvolvimento do elemento ritualístico é sem dúvida em parte devido a uma preferência por espetáculos conspìcuamente dispendiosos, mas também, provàvelmente, em parte indica qualquer coisa da atitude devocional dos adoradores. Até o ponto em que é verdadeiro, isto indica uma forma relativamente arcaica do hábito devocional. A predominância dos efeitos espetaculares nas observâncias devotas é perceptível em tôdas as comunidades devotas que se

acham em um estágio de cultura relativamente primitivo e com escasso desenvolvimento intelectual. É especialmente característico na cultura bárbara. Está aqui presente com bastante uniformidade nas observâncias devotas um apêlo direto às emoções por tôdas as vias de acesso dos sentidos. E uma tendência para voltar a êste método ingênuo e sensacional de apêlo existe inegàvelmente nas igrejas hodiernas das classes superiores. É perceptível em menor grau nos cultos que procuram a submissão da classe ociosa inferior e das classes médias. Há uma reversão ao uso de luzes coloridas e espetáculos brilhantes, do emprêgo mais amplo de símbolos, de musica orquestral e incenso, e pode-se até captar, nas cerimônias "processionais" e "recessionais" e nas evoluções genuflexórias ricamente variadas, uma incipiente reversão a um acompanhamento tão antigo do culto qual seja a dança sagrada.

Essa reversão às observâncias espetaculares não se limita aos cultos das classes superiores, embora encontre o seu melhor exemplo e sua maior ênfase nos setores sociais e pecuniários mais altos. Os cultos da parcela devota da classe inferior da comunidade, tais os negros sulinos e o elemento estrangeiro mais atrasado da população, naturalmente também revelam uma forte inclinação para o ritual, o simbolismo e os efeitos espetaculares, conforme é de esperar, vistos os antecedentes e o nível cultural de tais classes. Nestas, a prevalência do ritual e do antropomorfismo não são tanto uma questão de reversão, como de um contínuo desenvolvimento, vindo do passado. Mas o uso do ritual e das características de devoção correlatas também estão se espalhando em outras direções. Nos albores da comunidade norte-americana, as denominações prevalecentes começaram com um ritual e objetos de culto de uma austera simplicidade; mas todo mundo sabe que, no decorrer do tempo, essas denominações adotaram, em grau variável, grande parte dos elementos

espetaculares ao qual outrora renunciaram. De modo geral, êsse desenvolvimento anda paralelo com o crescimento da riqueza e da facilidade de vida dos adoradores e alcançou a sua máxima expressão nas classes que mais alto se situam em riqueza e reputação.

As causas às quais se deve essa estratificação pecuniária da devoção já foram mencionadas de modo geral quando aludimos às diferenças de classe no tocante aos hábitos mentais. As diferenças de classe no que diz respeito à devoção são apenas uma expressão especial de um fato genérico. A frouxa submissão da classe média inferior, ou o que se pode designar grosseiramente como o fracasso da piedade filial dessa classe, é principalmente perceptível nas populações urbanas empenhadas na indústria mecânica. De um modo geral, ninguém hoje procura uma piedade filial impoluta naquelas classes cujo emprêgo roça pelo do engenheiro e do mecânico. Tais empregos mecânicos são um fato moderno. Os trabalhadores manuais de outrora, que serviam a um fim industrial de tipo similar àquele ora servido pelo mecânico, não eram igualmente refratários à disciplina devocional. A atividade habitual de homens que se empenham nesses ramos da indústria mudou grandemente no que concerne à sua disciplina intelectual, desde que entraram em voga os modernos processos industriais; e a disciplina à qual o mecânico se expõe em seu trabalho diário afeta os métodos e os padrões de seu pensamento também nos assuntos que estão fora do seu trabalho cotidiano. A familiaridade com os processos industriais altamente organizados e altamente impessoais do presente perturba os hábitos mentais animísticos. O ofício do trabalhador está se tornando cada vez mais um ofício de critério e supervisão individuais num processo de seseqüências mecânicas desapaixonadas. Enquanto o indivíduo é o chefe e o primeiro motor típico do processo; enquanto a característica saliente do processo industrial é a perícia e a fôrça do trabalhador individual —

o hábito de interpretar os fenômenos em têrmos de motivo e pendor pessoais não sofrerá qualquer desarranjo considerável e consistente mediante os fatos, ao ponto de levar à sua eliminação. Mas nos processos industriais recentemente desenvolvidos, quando os primeiros dispositivos mediante os quais o trabalhador opera são de um tipo impessoal não individual, as bases da generalização habitualmente estão presentes em sua mente e o ponto de vista segundo o qual êle aprende os fenômenos é uma compreensão obrigatória de seqüência positiva. O resultado, no que concerne à fé do trabalhador, é uma tendência para o ceticismo não devoto.

Parece, pois, que o hábito mental devoto alcança o seu maior desenvolvimento numa cultura relativamente arcaica; sendo que o têrmo "devoto" é aqui empregado em seu mero sentido antropológico e não como se implicasse qualquer coisa relativa à atitude espiritual assim caracterizada por um fato outro que não uma propensão para a observância devota. Parece, ao mesmo tempo, que essa atitude devota indica um tipo de natureza humana mais em consonância com o modo de vida predatório, do que com o modo de vida mais consistente e orgânicamente industrial da comunidade. É em vasta medida uma expressão do sentido arcaico habitual de *status* pessoal — a relação do domínio com a subserviência — e por isso se ajusta no esquema industrial da cultura predatória e quase-pacífica, mas não se adapta ao esquema industrial da atualidde. Igualmente se diria que êste hábito persiste com maior tenacidade nas classes das comunidades modernas onde a vida cotidiana mais se distancia dos processos industriais mecânicos e que também são mais conservadoras a outros respeitos; enquanto aquelas classes estão em contato imediato habitual com os modernos processos, os industriais, e cujos hábitos mentais estão, em con-

seqüência, expostos a uma fôrça compulsória de necessidades tecnológicas, aquela interpretação animística dos fenômenos e aquêle respeito pelas pessoas das quais procede a observância devota estão em processo de caducidade. Ao mesmo tempo — a influenciar especialmente o presente exame — parece que o hábito mental ganha progressivamente um certo alcance e complexidade nas classes das modernas comunidades para as quais a riqueza e o ócio aumentam em grau mais pronunciado. Nesta, como em outras relações, a instituição de uma classe ociosa age para conservar e até para reabilitar, aquêle tipo arcaico de natureza humana e aquêles elementos da cultura arcaica que a evolução industrial da sociedade procura eliminar em ulteriores estágios.

Capítulo XIII

Sobrevivências do interêsse não emulativo

À MEDIDA QUE CORRE O TEMPO o culto antropomórfico com o seu código de observâncias devotas, sofre, em crescente proporção, uma desintegração progressiva mediante a pressão das exigências econômicas e da decadência do sistema de *status*. À medida que a desintegração prossegue, vêm a associar-se e misturar-se com a atitude devota certos motivos e impulsos que nem sempre são de origem antropomórfica, nem atribuíveis ao hábito de subserviência pessoal. Nem todos êsses impulsos subsidiários que se mesclam ao hábito devocional são de todo congruentes com a atitude devota ou com a compreensão antropomórfica da seqüência dos fenômenos. Sua origem não sendo a mesma, sua ação no esquema de vida devota também não segue a mesma direção. De muitos modos, permeiam êles a norma subjacente de subserviência ou vida vicária, às quais devem ser atribuídos, como seu fundamento essencial, o código de observâncias devotas e as instituições eclesiásticas e sacerdotais. Mediante a presença dêsses motivos

alheios, o regime de *status* social e industrial lentamente se desintegra, e a regra da subserviência pessoal perde o apoio oriundo de uma tradição ininterrupta. Hábitos e propensões estranhos usurpam o campo de ação preenchido por essa regra, e então acontece serem as estruturas eclesiástica e sacerdotal parcialmente convertidas para outros usos, alheios, em certa medida, aos propósitos do esquema de vida devota segundo ela se apresentava na época de um desenvolvimento mais vigoroso e mais característico do sacerdócio.

Entre êsses alheios motivos, que afetam o esquema devoto em seu ulterior desenvolvimento, pode-se mencionar motivos como a beneficência e a boa camaradagem ou convivência sociais; ou em têrmos mais gerais, as várias expressões de solidariedade e simpatia humanas. Pode-se acrescentar que êsses estranhos usos da estrutura eclesiástica contribuem materialmente para a sua sobrevivência nominal e formal, mesmo entre pessoas prestes a abandonar a sua essência. Elemento alheio ainda mais característico e incisivo nos motivos que serviram para sustentar formalmente o esquema da vida devota é aquêle senso de irreverente congruência estética, deixado como resíduo no exercício do culto de época recente, após a eliminação de seu conteúdo antropomórfico. Isto prestou bom serviço na manutenção da instituição sacerdotal mercê de sua fusão com o motivo de subserviência. Êste sentido ou impulso de congruência estética não é primordialmente de caráter econômico, mas um considerável efeito indireto na formação do hábito mental do indivíduo com objetivos econômicos, em estágios posteriores de desenvolvimento industrial; seu efeito mais perceptível nesse setor reside em mitigar o pendor um tanto pronunciadamente egoístico transmitido pela tradição de fases anteriores e mais idôneas do regime de *status*. A influência econômica dêsse impulso penetra o da atitude devota; a

primeira serve para qualificar, se não para eliminar, o pendor egoístico, mediante a remoção da antítese ou antagonismo do ego e do não-ego; enquanto a última, sendo uma manifestação do sentido de domínio e subserviência pessoais, serve para acentuar essa antítese e insistir na divergência entre o interêsse egoístico e os interêsses do processo vital genèricamente humano.

O resíduo não emulativo da vida religiosa — o sentido de comunhão com o ambiente ou com o processo vital genérico — bem como o impulso para a benemerência e a sociabilidade, atuam de modo incisivo para formar os hábitos mentais dos homens com fins econômicos. Mas a ação de tôda essa classe de propensões é um tanto vaga, e seguir seus efeitos é difícil em detalhe. Entretanto parece claro que a ação de tôda essa classe de motivos ou aptidões tende para uma direção contrária aos princípios subjacentes da instituição da classe ociosa, segundo já aqui se formulou. A base daquela instituição, bem como dos cultos antropomórficos a ela associados no desenvolvimento cultural, é o hábito de comparação invejosa (ou emulativa); e êsse hábito discrepa do exercício das aptidões agora tratadas. As regras essenciais do esquema de vida da classe ociosa são um conspícuo desperdício de tempo e substância e um afastamento do processo industrial; enquanto as aptidões particulares aqui tratadas se afirmam, pelo lado econômico, como uma desaprovação do desperdício e da futilidade no modo de viver, e em um impulso para a participação ou a identificação com o processo de vida, seja êste econômico ou qualquer de suas fases e aspectos.

Claro está que essas aptidões e hábitos de vida, que aparecem quando as circunstâncias favorecem a sua manifestação ou quando êles se firmam de modo dominante, contrariam o esquema de vida da classe ociosa; mas não está claro que a vida, segundo o esquema da classe ociosa, segundo se viu nos últimos estágios de

seu desenvolvimento, tenda consistentemente à repressão destas aptidões ou à isenção dos hábitos mentais os quais elas se manifestam. A disciplina positiva do esquema de vida da classe ociosa vai quase tôda ela por outro caminho. Em sua disciplina positiva, mediante prescrição e eliminação seletiva, o esquema da classe ociosa favorece a incisiva e dominadora supremacia das regras de dispêndio conspícuo e comparação invejosa em tôdas as conjunturas da vida. Mas em seus efeitos negativos, a tendência da disciplina da classe ociosa não é tão inequìvocamente verdadeira para com as regras fundamentais do esquema. Em sua regulação da atividade humana para fins de decência pecuniária, a regra da classe ociosa insiste no afastamento do processo industrial. Vale dizer, inibe a atividade em setores onde os membros sem pecúnia da comunidade habitualmente desenvolvem seus esforços. Especialmente quando se trata de mulheres e, mais particularmente, no que diz respeito às mulheres da classe superior e da classe média superior das comunidades industrialmente adiantadas, essa inibição chega ao ponto de insistir no afastamento até mesmo do processo emulativo de acumulação de bens pelos métodos quase predatórios das ocupações pecuniárias.

A cultura da classe ociosa ou pecuniária, que começou como uma variante emulativa do impulso de artesanato, está começando, em seu mais recente desenvolvimento, a neutralizar suas próprias bases, mediante a eliminação do hábito de comparação invejosa no que toca à eficiência ou até mesmo à posição pecuniária. Por outro lado, o fato de membros da classe ociosa, tanto homens como mulheres, estarem em certa medida isentos da necessidade de procurar um meio de vida em uma luta de competição com os seus semelhantes, torna possível aos membros dessa classe não apenas sobreviver, mas até, dentro de certos limites, seguir a sua inclinação caso sejam êles dotados das aptidões

que levam ao bom êxito na luta de competição. Vale dizer: no mais recente e mais pleno desenvolvimento da instituição, o meio de vida dos membros dessa classe não depende da posse ou do exercício implacável daquelas aptidões que caracterizam a média geral da população que vive no sistema competitivo.

Em capítulo anterior, ao discutirmos as condições de sobrevivência de traços arcaicos, pareceu que a posição peculiar da classe ociosa proporciona possibilidades excepcionalmente favoráveis à sobrevivência de traços que caracterizam os tipos de natureza humana próprios de uma fase cultural anterior e obsoleta. A classe é abrigada contra a tensão das exigências econômicas, e está nesse sentido afastada do rude impacto de fôrças que levam a sua adaptação à situação econômica. A sobrevivência na classe ociosa, e no esquema de vida da classe ociosa, as características e tipos reminiscentes da cultura predatória, já foram aqui examinados. Essas aptidões e hábitos têm uma probabilidade excepcionalmente favorável de sobrevivência no regime da classe ociosa. Não apenas a posição pecuniária protegida da classe ociosa proporciona uma situação favorável à sobrevivência dos indivíduos não dotados das aptidões exigidas pela utilidade no moderno processo industrial, mas as regras de respeitabilidade na classe ociosa exigem ao mesmo tempo o exercício conspícuo de certas aptidões predatórias. Os empregos nos quais as aptidões predatórias podem se manifestar servem como prova de riqueza, bom nascimento e isenção do processo industrial. A sobrevivência das características predatórias na classe ociosa é promovida tanto negativamente, mediante a isenção industrial da classe, como positivamente, mediante a sanção das regras de decência da classe ociosa.

Com respeito à sobrevivência dos traços característicos da cultura selvagem antepredatória, o caso é algo diferente. A posição abrigada da classe ociosa também favorece a sobrevivência dêsses traços; mas

o exercício das aptidões que levam à paz e à boa vontade não tem a sanção aprobatória do seu código das conveniências. Os indivíduos dotados de temperamento que lembre a cultura antepredatória têm uma certa vantagem na classe predatória, se comparados com indivíduos similarmente dotados fora dela, no sentido de que êles não têm a necessidade pecuniária de contrariar aquelas aptidões favoráveis a uma vida não competitiva; mas êsses indivíduos estão expostos todavia a algo de um constrangimento moral que os impele a desconsiderar essas inclinações, pois o código de conveniências lhes proscreve hábitos de vida baseados nas aptidões predatórias. Enquanto o sistema de *status* continua intato, e enquanto a classe ociosa possui outras linhas de atividade não industrial para seguir (que não seja evidentemente a de matar o tempo em esforços esparsos e sem objetivo), não se deve procurar na classe ociosa nenhum considerável desvio do esquema de vida pecuniàriamente bem conceituada. A ocorrência de um temperamento não predatório no interior da classe durante essa fase deve ser considerada um caso esporádico de regressão. Mas os escoadouros não industriais bem conceituados em face do pendor humano para a ação falham nessa fase, mediante o progresso do desenvolvimento econômico, o desaparecimento da caça grossa, o declínio da guerra, a caducidade do govêrno-proprietário e a decadência do ofício sacerdotal. Quando isso acontece, a situação principia a mudar. A vida humana tem de procurar expressão em uma direção ou outra; e se o escoadouro predatório se fecha, êla procura alívio em outra parte.

Como indicamos acima, a isenção de tensão pecuniária foi levada muito longe no caso das mulheres da classe ociosa das comunidades industriais adiantadas — muito mais longe, com efeito, do que qualquer outro considerável grupo de pessoas. Deve-se portanto esperar que as mulheres demonstrem, mais que os ho-

mens, uma pronunciada reversão ao temperamento não emulativo. Mas também existe entre os homens da classe ociosa um perceptível aumento de alcance e âmbito nas atividades que procedem das aptidões que não devem ser classificadas como egoísticas, as quais não visam uma distinção emulativa. Assim, por exemplo, o maior número de homens que tem que se haver com a indústria no setor da direção pecuniária de uma emprêsa, tem algum interêsse e sente algum orgulho ao ver que a obra está bem feita e é industrialmente efetiva, e isto mesmo sem o lucro que possa resultar de qualquer melhoramento dessa espécie. Os esforços de clubes comerciais e de organizações de fabricantes nessa direção de progresso não emulativo de eficiência industrial são bem conhecidos.

A tendência para qualquer outro propósito na vida que não o emulativo tem influído numa porção de organizações, cujo propósito é alguma obra de beneficência ou de melhoramento social. Essas organizações são freqüentemente de índole quase religiosa ou pseudo-religiosa, e nelas participam homens e mulheres. Basta refletir um pouco para que os exemplos surjam com grande abundância; mas para o nosso intuito, que é indicar o alcance dos pendores em questão, e também para caracterizá-los, pode-se citar alguns dos casos mais óbvios e concretos. Tais, por exemplo, o movimento em prol da temperança e de reformas sociais similares, a reforma das prisões, a disseminação da educação, a supressão do vício, a eliminação da guerra pelo arbitramento, o desarmamento e outros meios; e, em certa medida, a criação de universidades, as guildas de bairro, as várias organizações cujo protótipo é a Associação de Moços e a Sociedade de Jovens para o Esfôrço Cristão, os círculos de costura, os clubes sociais, os clubes de arte e até mesmo os clubes comerciais; tais são, igualmente, em menor escala, as fundações pecuniárias de estabelecimentos de caridade, educação e recreação semipúblicos, sejam êles dotados

por indivíduos ricos ou por contribuições coletadas entre pessoas de poucos meios, desde que tais estabelecimentos não sejam de índole religiosa.

Entretanto não se pretende dizer que essas iniciativas procedem inteiramente de outros motivos que não aquêles da espécie egoística. O que se pode afirmar é que outros motivos estão presentes na generalidade dos casos, e que a prevalência perceptìvelmente maior das iniciativas dessa espécie no ambiente da vida industrial moderna, antes do que no regime inflexível baseado no *status,* indica a presença, na vida moderna, de um ceticismo efetivo quanto à total legitimidade de um esquema de vida emulativo. É assunto bastante conhecido, ao ponto de se tornar um gracejo muito comum, que motivos estranhos estão geralmente presentes entre os incentivos dessa espécie de atividade — motivos êsses, de índole egotística e, especialmente, motivos de distinção emulativa. Isto é verdadeiro até certo ponto, pois muitas obras reveladoras de um espírito público desinteressado são sem dúvida originalmente iniciadas e continuadas com o objetivo de realçar a reputação e até mesmo o lucro pecuniário de seus promotores. No caso de alguns grupos consideráveis de organizações ou estabelecimentos dessa espécie, o motivo emulativo é aparentemente o motivo dominante, tanto dos iniciadores da obra como daqueles que as apóiam. Esta última observação é válida especialmente quanto às obras que refletem distinção em quem as executa — uma distinção alcançada mediante um grande e conspícuo dispêndio como, por exemplo, a fundação de uma universidade, de uma biblioteca pública ou de um museu; mas é talvez igualmente verdadeiro quanto à atividade corriqueira de participação em tais organizações e movimentos como as organizações peculiares às classes superiores. Estas servem para autenticar a reputação pecuniária de seus membros, bem como fazê-los gratamente lembrados da sua superior posição indicando-lhes o contraste entre

êles próprios e a humanidade colocada mais abaixo, para a qual executam as obras de melhoramento; tal, por exemplo, a fundação universitária, presentemente em moda. Mas depois de todos os descontos e deduções que se fizerem, ainda restarão alguns motivos de espécie não emulativa. O próprio fato de que a distinção ou uma reputação decente é buscada mediante êsse método, é evidência bastante de um prevalecente sentido de legitimidade e da presença eficaz e presuntiva de um interêsse não emulativo, não invejoso, como fator componente dos hábitos mentais das comunidades modernas.

Em tôda série de atividades da classe ociosa de época mais recente, exercidas na base de um interêsse não emulativo e não religioso, deve-se notar que as mulheres participam mais ativamente ou com mais persistência do que os homens — exceto, naturalmente, no caso de obras que exijam grandes gastos. A posição de dependência pecuniária das mulheres as incapacita para êsse tipo de obras. No que tange à ordem geral dos melhoramentos, os membros do sacerdócio ou do clero, das seitas devotas menos ingênuas, ou as denominações secularizadas, acham-se associadas com a classe das mulheres. Assim reza a teoria. Em outras relações econômicas, êsse clero se apresenta numa posição um tanto equívoca, colocado que está entre a classe das mulheres e a dos homens empenhados em atividades econômicas. Por tradição e pelo sentido vigente das conveniências, tanto o clero como as mulheres das classes ricas estão colocadas na posição de uma classe ociosa vicária; com ambas as classes, a relação característica que vai formar os hábitos mentais da classe, constitui uma relação de subserviência — vale dizer, uma relação econômica concebida em têrmos pessoais; em ambas as classes, é conseqüentemente perceptível uma tendência especial para interpretar os fenômenos em têrmos de relações pessoais, em vez de seqüência causal; ambas as classes são tão inibidas pe-

las regras da decência em face dos processos ritualìsticamente impuros das ocupações lucrativas ou produtivas, que fazem da participação no processo industrial da existência de hoje uma impossibilidade moral para elas próprias. O resultado dessa exclusão cerimonial do esfôrço produtivo de espécie vulgar é a absorção de uma parcela relativamente grande das energias das classes femininas e sacerdotais no serviço de outros interêsses que não os meramente egotísticos. O código não deixa nenhuma alternativa onde o impulso da ação intencional possa encontrar expressão. O efeito de uma consistente inibição em atividade industrialmente útil no caso das mulheres da classe ociosa é revelado numa inquieta afirmação do impulso para o artesanato em outros rumos que não o da atividade comercial.

Segundo já se observou, a vida diária das mulheres ricas e dos elementos do clero contém um coeficiente de *status* maior do que o da média dos homens, especialmente dos homens empenhados nas modernas ocupações industriais. Daí a atitude devota sobreviver em melhor estado de conservação nessa classe do que na generalidade dos homens das comunidades modernas. Razão também de uma apreciável parcela da energia dêsses membros, da classe ociosa vicária que busca emprêgo não lucrativo, derivar para as observâncias devotas e obras de benemerência; razão, também, pelo menos em parte, do excesso de inclinação devota nas mulheres, assunto ao qual já aludimos em capítulo anterior. Entretanto, é mais oportuno para o presente tópico notar o efeito dessa inclinação no plasmar a ação e colorir os propósitos dos movimentos e organizações não lucrativos aqui examinados. Onde esteja presente êsse colorido, o seu efeito consiste em baixar a eficiência imediata das organizações em qualquer objetivo econômico para o qual tendam seus esforços. Muitas organizações, benemerentes e de melhoramentos, dividem a sua atenção entre o bem-estar devocional

e o secular do povo cujos interêsses desejam promover. Dificilmente é possível duvidar que, dando elas uma atenção igualmente séria e um esfôrço incisivo aos interêsses seculares do povo, o imediato valor econômico de sua obra fôsse apreciàvelmente mais alto do que é. Como é natural, pode-se igualmente dizer (se é êste o lugar de dizê-lo) que a eficiência imediata de tais obras de melhoria para fins devotos podia ser maior, não fôsse ela dificultada pelos motivos e alvos seculares que usualmente se fazem sentir.

Deve-se deduzir alguma coisa do valor econômico dessa classe de emprêsa não invejosa, e isso por causa da intromissão do interêsse devocional. Mas há igualmente deduções a serem feitas mercê da presença de motivos alheios, que mais ou menos permeiam a tendência econômica desta expressão não emulativa do instinto de artesanato. Em tal extensão é isto verdadeiro mediante um escrutínio mais atento, que, depois que tudo ficar dito, pode até parecer que essa classe geral de empresas é de todo duvidosa quanto a seu valor econômico — medido êste em têrmos da plenitude ou da facilidade de vida de indivíduos ou classes para cuja melhoria foi a emprêsa dirigida. Por exemplo, muitos esforços, hoje em voga bem conceituada, pela melhoria da população indigente das grandes cidades, possuem em grande parte a natureza de uma missão cultural. Por êsse meio procura-se acelerar a velocidade mediante a qual determinados elementos culturais da classe superior encontram aceitação no esquema diário de vida das classes inferiores. A solicitude das "fundações educativas" nos bairros pobres é em parte dirigida no sentido de salientar a eficiência industrial dos indigentes e ensinar-lhes uma utilização mais adequada dos meios disponíveis; mas não é menos consistentemente dirigida no sentido de inculcar, por preceito e exemplo, certas miúdas formalidades referentes às conveniências da classe superior, no tocante às maneiras e aos costumes. A essência econômica dessas con-

veniências comumente se verá, mediante escrutínio, constar de um dispêndio conspícuo de tempo e bens. A boa gente que sai a humanizar os pobres é, em geral e prudentemente, muito escrupulosa, e insiste tàcitamente em matéria de decôro e vida decente. São pessoas de uma vida exemplar, dotadas de uma grande teimosia no tocante à pureza cerimonial dos vários artigos de seu consumo diário. A eficácia cultural ou civilizadora dessa inculcação de hábitos mentais corretos, respeitante ao consumo de tempo e utilidades, dificilmente se poderá encarecer; nem é pouco considerável o seu valor econômico para o indivíduo que adquire êsses ideais mais altos e melhormente reputados. Nas circunstâncias da cultura pecuniária existente, a boa reputação, e, em conseqüência, o bom êxito do indivíduo, depende em grande parte do seu bom comportamento e métodos de consumo que demonstrem um desperdício habitual de tempo e bens. Mas no que diz respeito à influência econômica ulterior dêsse treinamento em métodos de vida mais dignos, deve-se dizer que o efeito produzido é em grande parte uma substituição de métodos mais custosos e menos eficientes de alcançar os mesmos resultados materiais em relações nas quais o resultado material é um fato de valor econômico substancial. A propaganda cultural é em grande parte uma inoculação de novos gostos ou, antes, de um nôvo programa de conveniências, adaptadas ao esquema de vida da classe superior segundo a formulação da classe ociosa no tocante aos princípios de *status* e decência pecuniária. Êste nôvo programa de conveniências é impôsto ao esquema de vida das classes inferiores, mercê do código elaborado por um elemento da população cuja vida decorre fora do processo industrial; e êsse programa impôsto dificilmente pode convir às exigências de vida dessas classes inferiores, em todo caso não mais adequadamente do que o programa já em voga entre elas e, especialmente, não

mais adequadamente do que o programa que elas próprias estão forjando sob a pressão da vida industrial moderna.

Naturalmente que tudo isto não serve para contestar o fato de que as conveniências do programa substituto sejam mais honoríficas do que as que elas vêm substituir. A dúvida que se apresenta é simplesmente uma dúvida quanto à oportunidade dessa obra de regeneração; isto é, quanto à oportunidade econômica da influência imediata e material na qual os efeitos da mudança podem ser verificados, com alguma dose de confiança, do ponto de vista não do indivíduo, mas da facilidade de vida da coletividade. Para uma apreciação da oportunidade econômica dessas emprêsas de melhoramentos, portanto, seus resultados efetivos não devem ser encarados pelo seu valor nominal, mesmo quando o alvo da emprêsa é primordialmente econômico e quando o interêsse do qual êle procede não é de modo algum egotístico ou emulativo. A reforma econômica operada pertence largamente à natureza de uma permuta nos métodos de dispêndio conspícuo.

Deve-se entretanto dizer algo mais quanto ao caráter dos motivos desinteressados e das regras de procedimento de tôda obra dessa classe afetada pelos hábitos mentais característicos da cultura pecuniária; e essa ulterior consideração pode ainda levar a uma ulterior distinção nas conclusões já alcançadas. Segundo já se verificou em capítulo anterior, as regras da respeitabilidade ou da decência na cultura pecuniária insistem na futilidade habitual do esfôrço como sinal de uma vida pecuniária impecável. Daí resulta não apenas um hábito de desestima quanto às ocupações fecundas, mas igualmente resulta aquilo que é de conseqüência ainda mais decisiva na orientação dos atos de qualquer conjunto organizado de pessoas com pretensões a uma boa reputação social: a tradição que exige que não estejamos vulgarmente familiarizados com qualquer dos processos

ou pormenores que digam respeito às necessidades materiais da vida. É meritório demonstrar alguém um interêsse quantitativo no bem-estar do vulgo, mediante subscrições ou atividades em comissões diretoras e semelhantes. Pode-se talvez, ainda com maior mérito, mostrar uma solicitude em geral e em detalhe pelo progresso cultural do vulgo, mercê de dispositivos para elevar-lhe os gostos e proporcionar-lhe oportunidades de melhoramento espiritual. Mas ninguém deve trair um conhecimento íntimo das circunstâncias materiais da vida do vulgo ou dos hábitos mentais das classes vulgares, como se efetivamente dirigisse os esforços dessas organizações para um fim materialmente útil. Esta relutância para confessar um íntimo e indevido conhecimento das condições de vida das classes inferiores prevalece em diferentes graus em diferentes indivíduos; mas há em geral uma grande dose dêsse sentimento em qualquer organização da espécie aludida, bastante para influenciar profundamente a marcha de sua ação. Por sua ação cumulativa em moldar os usos e os precedentes de um tal sistema, êste encolhimento ante a imputação de uma familiaridade indevida com a vida vulgar tende gradualmente a pôr de lado os motivos iniciais da emprêsa em prol de certos princípios que orientam a boa reputação, finalmente redutíveis a têrmos de mérito pecuniário. De modo que, em uma organização de longa data, o motivo inicial da promoção da facilidade de vida nessas classes vem a transformar-se gradualmente em um motivo apenas ostensivo, e a obra vulgarmente eficaz da organização tende para o envelhecimento.

O que é válido quanto à eficiência da organização na obra não emulativa a êsse respeito é igualmente válido no que diz respeito ao procedimento dos indivíduos pelos mesmos motivos, conquanto isso talvez seja ainda mais restringido aos indivíduos do que aos grandes empreendimentos. O hábito de medir o mérito segundo as regras de dispêndio conspícuo da classe ociosa

e a nenhuma familiaridade com a vida vulgar, seja do lado da produção, seja do lado do consumo, é necessàriamente forte nos indivíduos que aspiram a empreender alguma obra de utilidade pública. E se o indivíduo esquecer a sua situação e voltar seus esforços para a eficácia vulgar, o senso comum da comunidade — o senso da decência pecuniária — rejeitará a sua obra e corrigi-lo-á do êrro. Exemplo disso vê-se na administração de legados feitos por homens de espírito público com o único propósito (pelo menos ostensivamente) de promover a facilidade da vida humana em algum aspecto particular. Os objetivos aos quais tais legados são feitos com mais freqüência são atualmente as escolas, as bibliotecas, os hospitais e os asilos de enfermos e desgraçados. O propósito confesso do doador é nesses casos o melhoramento da vida humana no setor particular nomeado no legado; mas é uma regra invariável na execução da obra que vários outros motivos, em geral incompatíveis com o motivo inicial, estejam presentes e determinem a disposição particular eventualmente feita de uma boa partilha dos meios postos de parte pelo legado. Por exemplo, certos fundos podem ter sido postos de parte para a fundação de um asilo de enjeitados ou de um retiro de inválidos. O desvio das despesas com fins honoríficos não é em tais casos bastante raro ao ponto de surpreender ou provocar o riso. Uma cota apreciável dos fundos é gasta na construção de um edifício revestido de alguma pedra estèticamente censurável mas dispendiosa, coberto de detalhes grotescos e incongruentes e projetado, com seus muros ameados, torreões, portais maciços e abordagens estratégicas, para sugerir certos métodos bárbaros de guerra. O interior do edifício revela a mesma indefectível regra de dispêndio conspícuo e proeza predatória. As janelas, por exemplo, (para não nos aprofundarmos em detalhes) são feitas para impressionar pela sua excelência pecuniária quem acaso as contemple do lado de fora, e não para realçar a eficácia do seu

fim ostensivo que é a conveniência ou o confôrto de seus beneficiários; e o arranjo interno é igualmente feito para combinar o melhor possível com a estranha mas imperiosa exigência da beleza pecuniária.

Em tudo isto, naturalmente, não se deve presumir que o doador achasse algum defeito ou que o fizesse diferente no caso de ser êle próprio o executor da obra; parece que, nesses casos, onde se exerce uma direção pessoal (quando a emprêsa é dirigida por dispêndio e superintendência diretos em vez de doação testamentária), os alvos e os métodos da gerência não diferem a êsse respeito. Nem os beneficiários ou os observadores de fora, cujo confôrto ou vaidade não são imediatamente afetados, ficariam satisfeitos com uma diferente disposição de fundos. A ninguém agradaria ver a emprêsa conduzida na direção de um emprêgo mais econômico e efetivo dos meios existentes quanto ao objetivo inicial e material da construção. Todos os interessados, seja o seu interêsse egoísta ou apenas contemplativo, concordam em que uma parte considerável dos gastos deve ir para as necessidades mais altas ou espirituais derivadas do hábito de uma comparação emulativa na proeza predatória e no desperdício pecuniário. Isto porém apenas quer dizer que as regras de respeitabilidade emulativa e pecuniária, de tal modo permeiam o senso comum da comunidade, que não permitem nenhum escape ou evasão, mesmo no caso de uma emprêsa que ostensivamente se comporta tôda ela na base de um interêsse não emulativo.

Pode ser até mesmo que a emprêsa deva a sua virtude honorífica, como meio de realçar a boa reputação do doador, à presença insinuada dêsse motivo não invejoso; isto porém não impede o interêsse emulativo que orienta suas despesas. A presença efetiva de motivos de origem emulativa ou invejosa em obras não emulativas dessa espécie pode revelar-se afinal e pormenorizadamente em qualquer classe de empreendimentos

acima mencionados. Na ocorrência dêsses pormenores honoríficos, êstes comumente se mascaram sob designações pertencentes ao campo dos interêsses estéticos, éticos ou econômicos. Êsses motivos especiais, derivados dos padrões e regras da cultura pecuniária, agem sub-reptìciamente para desviar o esfôrço de espécie não invejosa do serviço efetivo, sem perturbar o senso de boa intenção do agente ou impor à sua consciência a futilidade substancial de sua obra. Seu efeito pode ser rastreado na série completa daquele programa de emprêsa não invejosa e benemerente — característica tão considerável e especialmente tão conspícua do esquema de vida público e notório dos abastados. Mas a influência teórica é talvez bastante clara e pode não exigir uma ulterior ilustração, especialmente porque se dará uma atenção mais pormenorizada a um dêsses setores empresariais — o estabelecimento dos estudos superiores — em outra conexão.

Na situação protegida onde se coloca a classe ociosa parece portanto existir algo de uma reversão à série de impulsos não invejosos que caracterizam a cultura selvagem antepredatória. A reversão compreende tanto o sentido de artesanato como o pendor para a indolência e a boa camaradagem. Mas no esquema de vida moderno as regras de conduta baseadas no mérito pecuniário ou emulativo barram o caminho ao livre exercício dêsses impulsos; e a presença dominante dessas regras de conduta vão longe no sentido de desviar êsses esforços feitos na base do interêsse não invejoso para o serviço daquele interêsse invejoso onde repousa a cultura pecuniária. As regras da decência pecuniária são redutíveis, para o nosso atual propósito, aos princípios de desperdício, futilidade e ferocidade. As exigências da decência estão imperiosamente presentes na emprêsa benemerente bem como em outras espécies de conduta, e exercem uma vigilância seletiva sôbre os detalhes de conduta e direção de qualquer empreendimento. Mediante a orientação e a adaptação pormeno-

rizadas do método, essas regras de decência muito contribuem para tornar inoperantes tôda a aspiração ou esfôrço não invejoso. O princípio de futilidade, penetrante, impessoal e indolente, está à mão todos os dias e opera obstrutivamente para tolher a expressão efetiva de grande parte das aptidões antepredatórias classificadas sob o instinto de artesanato; mas a sua presença não impede que a transmissão daquelas aptidões ou a contínua recorrência de um impulso descubram expressão para elas.

No último e mais remoto desenvolvimento da cultura pecuniária, a exigência, quanto ao afastamento do processo industrial a fim de evitar o ódio social, é levada tão longe, ao ponto de abranger a abstenção de empregos emulativos. Nesse estágio avançado, a cultura pecuniária favorece negativamente a afirmação de pendores não invejosos, mercê do afrouxamento da tensão, aplicado ao mérito de ocupações emulativas, predatórias ou pecuniárias, em contraste com as da espécie industrial ou produtiva. Segundo ficou indicado acima, a exigência dêsse afastamento de todo o emprêgo de utilidade humana se aplica às mulheres da classe superior com maior rigor do que a qualquer outra classe, a menos que se possa citar o sacerdócio de certos cultos como exceção (talvez mais aparente do que real) a esta regra. A razão da insistência mais extremada sôbre uma vida fútil para essa classe de mulheres do que para os homens do mesmo nível pecuniário e social consiste em não ser ela apenas uma classe superior, mas também uma classe ociosa vicária. Há no seu caso uma dupla base para um distanciamento consistente em face do esfôrço útil.

Foi muito bem dito, e dito repetidamente por escritores e oradores populares (que refletem o senso comum das pessoas inteligentes em questões de estrutura e função sociais) que a posição da mulher em qualquer comunidade é o índice mais impressionante

do nível cultural atingido pela comunidade e, pode-se acrescentar, de qualquer determinada classe da comunidade. Esta observação é talvez mais verdadeira quando se trata de desenvolvimento econômico, do que quando se trata de qualquer outro desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a posição atribuída à mulher no esquema de vida adotado em qualquer comunidade ou cultura, é em grande parte uma expressão das tradições moldadas pelas circunstâncias de um anterior estágio de desenvolvimento, e que apenas se adaptaram parcialmente às circunstâncias econômicas existentes ou às exigências existentes de temperamento e de hábitos mentais mediante as quais são influenciadas as mulheres dessa moderna situação econômica.

Já se observou incidentalmente, no curso da discussão sôbre o crescimento das instituições econômicas em geral, e em especial sôbre o ócio vicário e o vestuário, que a posição da mulher no esquema econômico moderno está mais ampla e consistentemente em desacôrdo com os estímulos do instinto de artesanato do que a posição dos homens da mesma classe. É também aparentemente verdadeiro que o temperamento da mulher inclui uma maior parcela dêsse instinto que aprova a paz e condena a futilidade. Não é portanto uma circunstância fortuita revelarem as mulheres das modernas comunidades industriais um sentido mais vivo da discrepância existente entre o esquema de vida adotado e as exigências da situação econômica.

As muitas fases do "problema feminino" têm feito aflorar, de forma inteligível, a extensão na qual a vida da mulher, nas sociedades modernas, e especialmente nos círculos mais requintados, é regulada por um sistema de senso comum formulado nas circunstâncias econômicas de uma fase anterior de desenvolvimento. Ainda se sente que a vida da mulher, em sua posição civil, econômica e social, é essencialmente e normalmente uma vida vicária, cujo mérito ou demérito, em a natureza das coisas, é atribuível a algum outro indi-

víduo que está perante ela numa relação de propriedade ou tutela. Assim, por exemplo, qualquer ação, de parte da mulher, que contrarie uma injunção do programa de conveniências aceito, vai imediatamente refletir na honra do marido. Pode, como é natural, existir algum senso de incogruência na mente de qualquer um que faça uma opinião dessa espécie sôbre a fraqueza ou a perversidade da mulher; mas o julgamento segundo o senso comum da comunidade em tais assuntos é em todo caso manifestado sem muita hesitação, e poucos homens duvidariam da legitimidade de seu senso de tutela ultrajado quando quer que isso possa surgir. Por outro lado, um descrédito relativamente pequeno adere à mulher mediante as fraquezas do homem a cuja vida está ela ligada.

O bom e belo esquema da vida, portanto — vale dizer, o esquema ao qual estamos habituados — atribui à mulher uma "esfera" ancilar à atividade do homem; e sente-se que qualquer desvio dos deveres tradicionais a ela atribuídos é pouco feminino. Se o assunto é de direitos civis ou de sufrágio, nosso senso comum na matéria — isto é, a manifestação lógica do nosso esquema geral de vida sôbre o tópico em questão — diz que a mulher deve ser representada na política e perante a lei, não imediatamente por sua própria pessoa, mas através da mediação do chefe da casa à qual ela pertence. É pouco feminino de sua parte aspirar a uma vida autodirigida e concentrada em si mesma; e o nosso senso comum nos diz que a sua participação direta nos assuntos da comunidade, sejam êstes comerciais ou industriais, é uma ameaça àquela ordem social que os nossos hábitos mentais exprimem segundo foram êles formados sob a orientação tradicional da cultura pecuniária. "Tôda essa fumaça e todo êsse palavrório sôbre a 'mulher emancipada da escravidão do homem' e assim por diante (para usar ao revés a linguagem castiça e expressiva de Elizabeth Cady Stanton) é 'puro

disparate'. As relações sociais dos sexos são fixadas pela natureza. Tôda a nossa civilização — o que nela existe de bom — é baseada no lar". O "lar" é a casa com o seu chefe masculino. Essa opinião, comumente expressa ainda com maior simpleza, é a opinião prevalecente do *status* da mulher, não apenas entre a generalidade dos homens das comunidades civilizadas, mas igualmente entre as mulheres. As mulheres possuem um sentido muito vivo daquilo que é requerido pelo esquema das conveniências, e embora seja verdade que muitas delas se sentem mal em face dos pormenores impostos pelo código, poucas há que não reconheçam que a ordem moral existente, por necessidade, e pelo divino direito de prescrever, coloca a mulher numa posição subordinada ao homem. Em última análise, de acôrdo com o seu próprio sentido do que é bom e belo, a vida da mulher é, e em teoria deve ser, uma expressão aproximada da vida do homem.

Mas a despeito de todo êsse apurado sentido sôbre a situação adequada e natural da mulher, é também perceptível um incipiente desenvolvimento de sentimento, visando a demonstrar que todo êsse conjunto de tutela, vida vicária, atribuição de mérito e demérito, é de certa forma um êrro. Ou que, sendo embora um crescimento natural e um arranjo aceitável em seu tempo e lugar, e a despeito do seu patente valor estético, isso entretanto não serve aos fins mais comuns da vida do dia a dia numa moderna comunidade industrial. Mesmo para aquêle vasto e substancial conjunto de mulheres bem educadas da classe média e alta, para as quais o sentido moderado e matronal do decôro tradicional determinado pela relação de *status* parece como fundamental e eternamente certo, — até mesmo essas cuja atitude é conservadora, comumente descobrem alguma insignificante discrepância de detalhe entre as coisas tal como elas são e tal como deveriam ser nesse particular. Mas aquêle grupo menos tratável de mulheres modernas, que por fôrça da juventude, da edu-

cação ou do temperamento, estão de certo modo afastadas das tradições de *status* recebidas da cultura bárbara, e nas quais talvez haja uma regressão indevida ao impulso de auto-expressão e artesanato, afeta-as um senso de injustiça que não lhes dá sossêgo.

Nesse movimento da "Mulher Nova" — como se denominam êsses esforços cegos e incoerentes para reabilitar a posição pré-glaciária da mulher — há pelo menos dois elementos discerníveis, ambos os quais são de índole econômica. Êsses dois elementos, ou motivos, se exprimem na dupla senha — "Emancipação" e "Trabalho". Cada uma dessas duas palavras representa alguma coisa à guisa de um disseminado senso de injustiça. A prevalência do sentimento reconhecem-na até mesmo as pessoas que não percebem nenhuma base real de injustiça na situação contemporânea. É entre as mulheres das classes abastadas, nas comunidades industrialmente mais adiantadas, que êsse senso de injustiça a ser reparada está mais vivo e se manifesta com mais freqüência. Vale dizer, em outras palavras, há um anseio, mais ou menos sério, de emancipação, em face de tôda a relação de *status*, tutela e vida vicária; e a revulsão se afirma especialmente na classe de mulheres às quais o esquema de vida legado pelo regime de *status* impõe com mais rigor uma vida vicária, e naquelas comunidades cujo desenvolvimento econômico mais se distanciou das circunstâncias às quais se adapta êsse esquema tradicional. A exigência parte daquela parcela do sexo feminino que foi excluída, pelas regras da boa reputação, de todo trabalho efetivo, e que se reserva estritamente a uma vida de lazer e de consumo conspícuo.

Não poucos foram os críticos que apreenderam errôneamente o motivo dêsse movimento da nova mulher. O caso da nova mulher norte-americana foi recentemente resumido com algum entusiasmo por um observador popular dos fenômenos sociais: "Ela é

mimada pelo marido — o marido mais dedicado do mundo e que trabalha mais àrduamente... Ela é superior ao marido em educação e em quase todo o resto... Cercam-na de inúmeras e delicadas atenções. Todavia, não está satisfeita... A "nova-mulher" anglo-saxônica é a produção mais ridícula dos tempos modernos e está destinada ao mais espantoso fracasso do século". Descontando o tom de protesto — talvez não deslocado — contido no pressentimento acima, isto só vem acrescentar obscuridade à questão feminina. Os protestos da nova mulher surgem daquelas coisas que essa caracterização típica do movimento apresenta como outras tantas razões por que devia ela estar satisfeita. Mimada ela é, e lhe permitem, até exigem, que consuma largamente e conspìcuamente — vicàriamente para seu marido ou qualquer outro protetor natural. Isentam-na ou privam-na de um emprêgo vulgarmente útil, a fim de que ela cumpra o ócio vicário em prol da boa reputação de seu protetor natural (pecuniário). Êsse ofício é a marca convencional dos que não são livres, e é ao mesmo tempo incompatível com o impulso humano que leva a uma atividade com um fim em vista. Mas a mulher é dotada com a sua parcela — e há razões para acreditar, com uma parcela e meia — do instinto de artesanato, ao qual é nociva a futilidade da vida ou dos gastos. Deve ela desenvolver a sua atividade em resposta ao estímulo direto e instintivo do ambiente econômico com o qual se acha em contato. O impulso de viver sua própria vida como bem entender e o de ingressar no processo industrial num pôsto mais alto do que o segundo é talvez mais forte na mulher do que no homem.

Enquanto o lugar da mulher fôr consistentemente o de criada, ela viverá, na média dos casos, razoàvelmente satisfeita com a sua sorte. Tem algo em vista, algo tangível para fazer, mas não tem o tempo nem a idéia para a afirmação rebelde contra a propensão humana que ela herdou, de se dirigir sòzinha. Depois que passa a fase da servidão universal da mulher, e

o ócio vicário isento de uma atividade estrênua se torna em emprêgo bem conceituado entre as mulheres das classes abastadas, a fôrça prescritiva da regra de decência pecuniária, que exige de sua parte a observância da futilidade do cerimonial, preservará por muito tempo as mulheres de mentalidade mais alta de qualquer pendor sentimental para se dirigirem sòzinhas, protegendo-as igualmente contra qualquer "esfera de utilidade". Isto é especialmente verdadeiro durante as primeiras fases da cultura pecuniária, enquanto o ócio da classe ociosa é ainda em grande parte uma atividade predatória, uma afirmação ativa de domínio com bastantes propósitos tangíveis de espécie emulativa para permitir que êle seja levado à conta de um emprêgo no qual se pode sem nenhum vexame pôr a mão. Òbviamente, tais condições perduram até hoje em certas comunidades e continuam a existir em diferentes graus para diferentes indivíduos, variando com a sensibilidade do sentido do *status* ou com a fraqueza dos impulsos para o artesanato de que os mesmos são dotados. Mas quando a estrutura econômica da comunidade de muito superou o esquema de vida baseado no *status*, ao ponto de não mais sentir-se que a relação de subserviência pessoal é a única relação humana "natural" — aí, o antigo hábito de atividade intencional começará a afirmar-se nos indivíduos menos conformados contra os hábitos e opiniões mais recentes, relativamente superficiais, relativamente efêmeros, com que a cultura predatória e pecuniária contribuiu para o nosso esquema de vida. Êsses hábitos e opiniões começaram a perder sua fôrça coercitiva para a comunidade ou classe em questão, tão logo o hábito mental e as opiniões sôbre a vida, devidos à disciplina predatória e quase-pacífica, cessem de estar em acôrdo razoàvelmente íntimo com a situação econômica desenvolvida mais recentemente. Isto é evidente no caso das classes industriosas das comunidades modernas; para elas, o esquema de vida

da classe ociosa perdeu muito de sua fôrça aglutinante, especialmente no que diz respeito ao elemento de *status*. Mas o mesmo se verifica no caso das classes superiores, conquanto não o seja da mesma maneira.

Os hábitos derivados da cultura predatória e quase-pacífica são variantes relativamente efêmeras de certos pendores subjacentes e de características mentais da raça — o que ela deve à continuada disciplina do estágio cultural anterior e pré-antropóide de uma vida econômica pacífica e relativamente indiferenciada vivida em contato com um ambiente material relativamente simples e invariável. Quando os hábitos induzidos pelo método emulativo de vida cessam de receber a sanção das exigências econômicas existentes, surge um processo de desintegração, mediante o qual os hábitos mentais de desenvolvimento mais recente e de caráter menos genérico, cedem em parte o terreno perante as características espirituais mais antigas e mais absorventes da raça.

Em certo sentido, portanto, o movimento da nova mulher indica uma reversão a um tipo mais genérico do caráter humano ou a uma expressão menos diferenciada da natureza humana. É um tipo de natureza humana a ser caracterizada como pré-antropóide, e no que diz respeito à substância, senão à forma, de seus traços dominantes, pertence a uma fase cultural que pode possìvelmente ser classificada como subumana. O movimento particular ou feição evolucionária em questão naturalmente partilha desta caracterização com o resto do desenvolvimento social mais recente, na medida que êsse desenvolvimento social revela a evidência de uma reversão à atitude espiritual que caracteriza o primeiro estágio indeferenciado da evolução econômica. Essa evidência de uma tendência geral à reversão, a partir do domínio do interêsse emulativo, não está totalmente ausente, conquanto não seja abundante nem inquestionàvelmente convincente. A geral decadência do sentido de *status* nas comunidades indus-

triais modernas constitui uma certa prova nesse setor; e o retôrno perceptível à desaprovação diante da futilidade na vida humana, e à desaprovação das atividades que apenas servem ao lucro do indivíduo a expensas da coletividade ou a expensas de outros grupos sociais, constitui uma prova de igual efeito. Existe uma tendência perceptível para o protesto diante de uma dor que se inflige, bem como para o descrédito de emprêsas aventureiras, mesmo quando essas expressões do interêsse emulativo não contribuem tangìvelmente para o detrimento material da comunidade ou do indivíduo que os condena. Pode-se até dizer que, nas comunidades industriais modernas, o senso desapaixonado da média dos homens lhes diz que o caráter humano ideal é um caráter que contribui para a paz, a boa vontade e a eficiência econômica, não para uma vida de egoísmo, de fôrça, de fraude e de domínio.

A influência da classe ociosa não é consistentemente pró ou contra a reabilitação dessa natureza humana pré-antropóide. Naquilo que diz respeito à probabilidade de sobrevivência dos indivíduos dotados de uma parcela excepcionalmente grande de traços primitivos, a posição protegida da classe favorece diretamente a seus membros, afastando-os da luta pecuniária; mas indiretamente, mediante as regras do dispêndio conspícuo de bens e esforços da classe ociosa, a instituição da citada classe diminui a probabilidade de sobrevivência de tais indivíduos na totalidade da população. A exigência de dispêndio honorífico absorve o excesso de energia da população em uma luta emulativa e não deixa margem para a expressão não emulativa da vida. Os efeitos espirituais mais remotos e menos tangíveis da disciplina honorífica seguem o mesmo rumo e talvez operam com maior eficácia para o mesmo fim. As regras da vida honorífica são uma elaboração do princípio de comparação emulativa e por conseguinte atuam consistentemente a fim de inibir todo o esfôrço não emulativo e inculcar a atitude egotista.

Capítulo XIV

A cultura superior como expressão da cultura pecuniária

A FIM DE QUE OS HÁBITOS mentais adequados de certos intelectos possam conservar-se nas novas gerações, o senso comum da comunidade sancionou uma disciplina escolástica e a incorporou ao esquema de vida por ela adotado. Os hábitos mentais assim formados sob a orientação de professôres e tradições escolásticas têm valor econômico — um valor que afeta a serventia do indivíduo, e que não é menos real do que o valor econômico similar dos hábitos mentais formados sem nenhuma orientação pela disciplina da vida diária. As características do esquema e da disciplina escolásticos, atribuíveis às predileções da classe ociosa ou à orientação segundo as regras do mérito pecuniário, devem ser levadas à conta daquela instituição, e o valor econômico que êsses traços do esquema educacional possuem constituem a expressão circunstanciada do valor daquela instituição. Será por conseguinte oportuno indicar aqui quaisquer traços peculiares do sistema educacional atribuíveis ao esquema de vida da classe

ociosa, digam êles respeito ao alvo e ao método da disciplina, ou aos limites e à índole do sistema de conhecimento que se deseja inculcar. É pròpriamente no ensino e, mais particularmente, no ensino superior, que é mais patente a influência dos ideais da classe ociosa; e desde que o nosso objetivo não é fazer uma relação exaustiva de dados para mostrar o efeito da cultura pecuniária sôbre a educação, mas sim ilustrar o método e a tendência da influência da classe ociosa no setor educativo, tentaremos fazer aqui um exame de certos aspectos mais salientes do ensino superior, tais os que poderão servir a êsse propósito.

Quanto à sua derivação e primeiro desenvolvimento, o ensino está um tanto ìntimamente relacionado com a função devocional da comunidade, particularmente com o conjunto de observâncias pelas quais a mencionada classe externa o culto prestado por ela ao sobrenatural. A cerimônia mediante a qual se procura conciliar os agentes sobrenaturais nos cultos primitivos não é uma ocupação industrialmente lucrativa do tempo e do esfôrço da comunidade. Deve portanto ser em grande parte classificado como um ócio vicário exercido em face dos podêres sobrenaturais com os quais se estabelecem as negociações, e cuja boa vontade julgam propícias, mediante o culto e profissões de subserviência. Em sua maior parte a cultura dos inícios consistia na aquisição de conhecimento e de desenvoltura no trato de um agente sobrenatural. Era portanto de índole muito parecida com o adestramento requerido para o serviço doméstico de um amo temporal. O conhecimento adquirido dos mestres sacerdotais na comunidade primitiva era em grande extensão um conhecimento do ritual e do cerimonial; isto é, um conhecimento da maneira mais apropriada, mais efetiva ou mais aceitável de abordagem dos agentes sobrenaturais e de prestação de serviço aos mencionados agentes. O que se aprendia era o modo de ser indispensável a êsses

podêres e, por conseguinte o de colocar-se em posição de pedir ou mesmo de exigir a sua intercessão na marcha dos acontecimentos ou a sua abstenção de interferir em qualquer determinada emprêsa. A propiciação era o fim, e êste fim era procurado, em grande parte, pela aquisição da prática na subserviência. Parece que só gradualmente outros elementos, que não os da eficiência ao serviço do amo, tiveram entrada no cabedal de instrução sacerdotal ou shamanística.

O servidor sacerdotal dos podêres inescrutáveis que se movem no mundo externo veio a ficar na posição de mediador entre aquêles podêres e a generalidade da humanidade inculta, pois era dono de um conhecimento da etiquêta sobrenatural que lhe dava ingresso à sua presença. E como geralmente acontece com os mediadores entre o vulgo e seus amos, sejam êstes naturais ou sobrenaturais, acharam êles conveniente, com os meios de que dispunham, impressionar tangìvelmente o vulgo quanto ao fato de poderem êles levar os podêres sobrenaturais a fazer tudo quanto se lhes pedisse. Daí o conhecimento de certos processos naturais que pudessem servir ao efeito espetacular, e mais uma certa dose de prestidigitação, virem ambas a fazer parte integrante da tradição sacerdotal. Conhecimento dessa espécie passava por conhecimento do "incognoscível" e deve à sua índole recôndita, a serventia de que se reveste para o objetivo sacerdotal. Parece que foi dessa fonte que a cultura surgiu como instituição, e sua diferenciação dêste acervo ancestral de ritual mágico e fraude shamanística foi lenta e enfadonha, continuando até hoje incompleta mesmo nos mais adiantados seminários de alta cultura.

Êsse elemento recôndito do saber ainda é, como o foi em tôdas as idades, um elemento deveras atraente e eficaz para impressionar os não instruídos, até mesmo para promover-lhes a submissão; e a posição do sábio

na mente dos iletrados é em grande parte calculada em têrmos da sua intimidade com as fôrças ocultas. Assim, por exemplo, há um caso típico e recente dos meados do século, em que os campônios noruegueses instintivamente encaravam a superior erudição de doutores em teologia tais como Lutero, Melanchton, Peter Dass (e mesmo um teólogo mais recente como Grundtvig) em têrmos de Magia Negra. Estas, mais uma extensa lista de celebridades menores, tanto vivas como mortas, foram mestres afamados em tôdas as artes da magia; e uma alta posição no corpo eclesiástico implica, na compreensão do povo, uma profunda familiaridade com a prática da magia e das ciência ocultas. Há ainda um paralelo mais próximo, que também serve para mostrar a íntima relação, na mente popular, entre o erudito e o incognoscível, que servirá ao mesmo tempo para ilustrar, num esbôço um tanto grosseiro, a inclinação que a vida da classe ociosa imprime ao interêsse cognitivo. Conquanto a crença não se limite absolutamente à classe ociosa, esta compreende atualmente um número desproporcionadamente grande de crentes nas ciências ocultas de tôda a casta e gradação. Para aquêles cujos hábitos mentais não são formados mediante o contato com a indústria moderna, o conhecimento do incognoscível ainda constitui o fim último, senão o único, de todo conhecimento verdadeiro.

Por conseguinte, a cultura começou, em certo sentido, como um subproduto da classe ociosa vicária sacerdotal; e pelo menos até recentemente, permaneceu como um subproduto ou subocupação das classes sacerdotais. À medida que aumentou o conhecimento sistematizado, surgiu também uma distinção que se pode rastrear até os indícios da história da educação, entre o conhecimento esotérico e o exotérico — compreendendo o primeiro, na medida da diferença entre os dois, um conhecimento que não tem primordialmente nenhum efeito econômico ou industrial; enquanto o último

compreende principalmente o conhecimento dos processos industriais e dos fenômenos naturais que de hábito servem aos propósitos materiais da vida. Essa linha de demarcação se tornou com o tempo (pelo menos na compreensão popular) a linha normal entre a cultura mais alta e a mais baixa.

É significativo, não apenas como prova de sua íntima filiação ao ofício sacerdotal, mas também como indício de que o seu exercício cai, de certo modo, na categoria do ócio conspícuo, conhecida como boas maneiras e boa educação; é significativo, dizíamos, as classes cultas de tôdas as comunidades primitivas insistirem grandemente na forma, no precedente, nas gradações de classe do ritual, nas vestimentas cerimoniais e, geralmente, nos acessórios do culto. Isto é de esperar-se, naturalmente, e vale dizer que a cultura superior, em sua fase incipiente, é uma ocupação da classe ociosa, mais especìficamente uma ocupação da classe ociosa vicária a serviço da classe ociosa sobrenatural. Mas esta predileção pelos acessórios da cultura também indica um ulterior ponto de contato ou de continuidade entre o ofício sacerdotal e o ofício do sábio. Quanto à derivação, a cultura, bem como o ofício sacerdotal, é em grande parte uma conseqüência da magia simpática; e êsse aparato mágico, de forma e ritual, encontra portanto o seu lugar natural na classe culta da comunidade primitiva. O ritual e os acessórios possuem uma eficácia oculta para fins de magia; de modo que a sua presença como fator integrante das primeiras fases do desenvolvimento da magia e da ciência é questão de conveniência, tanto quanto de consideração afetuosa para com o simples simbolismo.

Êsse senso da eficácia do ritual simbólico e o do efeito simpático a ser produzido mediante o hábil emprêgo dos acessórios tradicionais do ato ou do objetivo visados estão naturalmente presentes mais òbviamente, e em maior medida, na prática da magia, do que na

disciplina científica, mesmo em se tratando das ciências ocultas. Mas, segundo imagino, existem poucas pessoas possuidoras de um senso cultivado do mérito escolástico para as quais os acessórios ritualísticos da ciência sejam uma matéria de todo ociosa. A tenacidade deveras grande, mediante a qual tais acessórios persistem na marcha ulterior de seu desenvolvimento, é evidente para quem quiser refletir sôbre o que tem sido a história da cultura em nossa civilização. Ainda hoje existem, na comunidade culta, objetos tais como o capelo e a beca, a matrícula, a iniciação e as cerimônias de diplomação, a conferição de graus escolásticos, honrarias e prerrogativas que de algum modo sugerem uma espécie de sucessão apostólica. Os costumes das ordens sacerdotais são, sem dúvida, a fonte próxima de tôdas essas característica rituais de vestimenta e iniciação sacramental, de transmissão de certas dignidades e virtudes mercê da imposição das mãos e coisas semelhantes; mas a sua origem se pode rastrear até além dêsse ponto — até à fonte da qual a classe sacerdotal especializada os recebeu no decurso da diferenciação que serviu para distinguir-se o sacerdote do feiticeiro por um lado e, por outro, do criado servil de um amo temporal. No que diz respeito tanto à sua origem como ao seu conteúdo psicológico, êsses usos e concepções onde tais costumes repousam pertencem a um estágio do desenvolvimento cultural não mais remoto do que o bote de couro do Alaska ou do fazedor de chuva. O seu lugar nas últimas fases da observância devota, bem como no sistema educacional superior, é o da sobrevivência de uma fase animística muito primitiva, processada no desenvolvimento da natureza humana.

Essas características rituais do sistema educacional do presente e do passado recente, seja-nos lícito dizer, têm primordialmente o seu lugar nas instituições e graus mais altos, liberais e clássicos da cultura, antes do que nos graus e ramificações mais baixos,

práticos ou tecnológicos do sistema. Na medida em que as possuem, as ramificações mais baixas e menos conceituadas do esquema de educação, evidentemente as tomaram de empréstimo aos graus mais altos; e sua contínua persistência entre as escolas práticas, sem a sanção do exemplo continuado dos graus clássicos e mais altos, seria altamente improvável, para não dizer mais. No que toca às escolas e aos estudiosos práticos e de menor grau, a adoção e o cultivo de tais usos é um caso de mímica — o desejo de conformação, tanto quanto possível, aos padrões de respeitabilidade escolástica mantidos pelos graus e classes superiores que legìtimamente entraram na posse dessas características acessórias mediante o direito de sucessão linear.

A análise pode sem risco ser levada um passo mais longe. As sobrevivências e as reversões rituais surgem em seu maior vigor e com um ar de liberdade mais espontânea naqueles seminários de cultura que tem a ver, primordialmente, com a educação das classes ociosas e sacerdotais. Por conseguinte haveria de parecer, e bastante razoàvelmente parece mesmo num exame dos recentes desenvolvimentos da vida escolar e universitária, que, onde quer que escolas fundadas para a instrução das classes inferiores nos setores imediatamente úteis se transformem em instituições de cultura superior, o crescimento do cerimonial ritualístico e seus acessórios, bem como das complexas "funções" escolásticas, caminham de mãos dadas com a transição das escolas de simples utilidade para a esfera clássica mais alta. O propósito inicial dessas escolas, e o trabalho com que têm a ver no primeiro de ambos êsses estágios de sua evolução, tem sido o de adaptar ao trabalho os jovens das classes industriais. No plano da cultura clássica mais alta para o qual tendem em geral, sua meta dominante se torna a preparação da juventude das classes ociosa e sacerdotal (ou de uma classe ociosa incipiente) para o consumo de

bens, materiais e imateriais, de acôrdo com um programa e um método honoríficos, convencionalmente aceitos. Êste feliz resultado tem sido em geral o destino das escolas fundadas pelos "amigos do povo" para auxiliar os jovens esforçados, e onde isto se faça em boa forma, existe comumente, senão invariàvelmente nas escolas, uma coincidente mudança para uma vida mais ritualística.

Na vida escolar da atualidade, o ritual de cultura está comumente mais à vontade nas escolas cujo fim principal é o cultivo das "humanidades". Esta correlação se revela, talvez com maior nitidez do que alhures, na história biográfica dos colégios e universidades americanos de data mais recente. Podem existir muitas exceções à regra, especialmente naquelas escolas fundadas pelas igrejas tìpicamente honoríficas e ritualistas, e que portanto tiveram início no plano conservador e convencional, ou alcançaram a posição clássica por vias travessas. Mas a regra geral quanto aos colégios fundados nas comunidades americanas mais novas durante o século atual foi a de que, enquanto a comunidade permaneceu pobre, e enquanto a clientela de onde os colégios tiravam seus alunos era dominada por hábitos de indústria e de poupança, as reminiscências do curandeiro encontraram uma parca e precária aceitação no esquema da vida escolar. Mas assim que a riqueza começou a acumular-se na comunidade, e assim que determinada escola começou a se apoiar em uma clientela composta pela classe ociosa, surgiu também uma insistência perceptìvelmente aumentada no ritual escolástico e na conformidade com as formas antigas no que diz respeito à vestimenta e às solenidades sociais e escolásticas. Houve, por exemplo, uma coincidência aproximada entre o aumento da riqueza da clientela que patrocinava qualquer determinada escola do Centro-Oeste e a data da aceitação — primeiro, da tolerância; depois, da voga imperiosa — do traje de rigor para os homens e do *decolleté* para as mulheres, em

sua qualidade de vestimenta apropriada às ocasiões de solenidades culturais, ou das temporadas de amenidades sociais nos círculos escolares. Pondo de parte a dificuldade mecânica de tarefa tão vasta, seria muito pouco difícil identificar uma tal correlação. O mesmo é verdadeiro no que toca ao capelo e à beca.

Nos últimos anos o capelo e a beca foram adotados como insígnia cultural por muitos colégios dêste setor, e é lícito dizer-se que isto difìcilmente ocorreria em data muito anterior ou antes que surgisse um sentimento de classe ociosa de suficiente volume na comunidade, em apoio a um forte movimento de reversão a um ponto de vista arcaico quanto aos legítimos fins da educação. Esta parcela típica do ritual de cultura, não apenas se recomenda ao senso de conveniência da classe ociosa, no sentido de apelar à propensão arcaica pelo efeito espetacular do antigo simbolismo e a predileção pelo mesmo, mas também se ajusta ao esquema de vida da classe ociosa mercê de envolver um notável elemento de dispêndio conspícuo. A data precisa na qual ocorreu a reversão ao capelo e à beca, bem como a circunstância de haver a mesma afetado tão grande número de escolas ao mesmo tempo, parece dever-se, em certa medida, a um aumento do sentimento atávico de conformidade e respeitabilidade que naquela época atingiu a comunidade.

Pode ser oportuno observar-se aqui que, com referência à epoca, essa curiosa reversão parece coincidir com a culminação de uma certa voga de sentimento e tradição atávicos também em outras direções. A onda de reversão parece ter recebido seu impulso inicial dos efeitos psicològicamente desintegradores da Guerra Civil. O hábito da guerra acarreta um conjunto de hábitos mentais predatórios, nos quais o espírito de clã substitui em certa medida o senso de solidariedade, e em que um sentido de distinção emulativa suplanta o impulso da serventia equitativa de todos os dias. Como

resultado da ação cumulativa dêsses fatôres, a geração que vem logo após uma temporada de guerra está apta a testemunhar uma reabilitação do elemento de *status*, tanto na vida social e seu esquema de observâncias devotas como em outras formas simbólicas e cerimoniais. Nas décadas de oitenta, e menos fàcilmente perceptível nas décadas de setenta, podia-se rastrear o avanço gradual de uma onda de sentimento favorável a hábitos comerciais quase-predatórios, à insistência no *status*, ao antropomorfismo e conservantismo em geral. As mais diretas destas expressões não intermediárias do temperamento bárbaro, tais a recrudescência do banimento e das espetaculares carreiras fraudulentas quase-predatórias de certos "capitães de indústria", chegaram ao apogeu mais cedo e declinaram apreciàvelmente ao findarem as décadas de setenta. A recrudescência do sentimento antropomórfico também parece ter passado pela sua fase mais aguda antes de findarem as décadas de oitenta. Mas o ritual e os acessórios culturais aqui mencionados são uma expressão ainda mais remota e mais recôndita do senso animístico bárbaro; e por conseguinte entraram em moda e lentamente se tornaram mais complexos, alcançando o seu mais pleno desenvolvimento em uma época ainda posterior. Há razão para acreditarmos que o seu apogeu já passou. Exceto pelo novo ímpeto dado por uma nova experiência de guerra e excepto pelo apoio que o desenvolvimento de uma classe abastada proporciona a todo ritual e, especialmente, a qualquer cerimonial dispendioso e que acentuadamente indique gradações de *status*, é provável que os mais recentes melhoramentos e multiplicações de insígnias escolásticas e de cerimoniais gradualmente declinem. Mas se é verdade que o capelo e a beca, e a observância mais rigorosa das conveniências escolásticas que os acompanham, vieram flutuando nessa maré alta pós-guerra, de reversão ao barbarismo, não é sem dúvida menos verdadeiro que uma tal reversão ritualística não podia efetuar-se no

esquema de vida escolar até que a acumulação de dinheiro nas mãos de uma classe abastada chegasse ao ponto de proporcionar o requisito de base pecuniária para um movimento que deveria elevar as escolas do país ao nível das exigências de cultura superior requeridas pela classe ociosa. A adoção do capelo e da beca é uma das impressionantes características atávicas da vida escolar moderna, e indica ao mesmo tempo terem essas escolas se tornado definitivamente estabelecimentos da classe ociosa, seja em suas realizações atuais ou em suas aspirações.

Como prova ulterior da íntima relação entre o sistema educacional e os padrões culturais da comunidade, pode-se observar que existe uma certa tendência posterior de substituir o capitão de indústria pelo sacerdote como cabeça dos seminários de cultura superior. A substituição não é de modo algum completa ou inequívoca. São melhor aceitos os chefes de instituições que combinam o ofício sacerdotal com um alto nível de eficácia pecuniária. Há uma tendência similar, porém menos acentuada, para confiar a obra de instrução superior a homens de certa distinção pecuniária. A competência administrativa e o ensejo de fazer propaganda da emprêsa valem mais do que outrora valiam as qualificações requeridas para obra de instrução. Isto especialmente se aplica àquelas ciências que mais dizem respeito aos fatos diários da vida, e é especialmente verdadeiro em se tratando de escolas das comunidades econômicamente ingênuas. Esta parcial substituição de eficácia pecuniária pela sacerdotal é uma concomitância da moderna transição do dispêndio conspícuo para o consumo conspícuo, para ser respeitado. A correlação dos dois fatos ficou provàvelmente esclarecida aqui, sem necessidade de ulterior explicação.

A atitude das escolas e da classe culta para com a educação das mulheres serve para mostrar de que maneira, e em que extensão, a cultura se desviou de sua

antiga posição de prerrogativa sacerdotal e de classe ociosa, e também indica a abordagem feita pelos verdadeiramente cultos em face do ponto de vista moderno e positivo: econômico ou industrial. As escolas superiores e as profissões intelectuais eram até recentemente tabu às mulheres. Aquêles estabelecimentos eram desde o início, e em larga medida continuam a ser, dedicados à educação de sacerdotes e da classe ociosa.

As mulheres, segundo se mostrou alhures, eram a classe subserviente original e, em certa medida (especialmente quanto à sua posição nominal e cerimonial) continuaram nessa relação até os dias de hoje. Prevalecia um forte sentimento de que a admissão das mulheres aos privilégios da cultura superior (tais os mistérios de Elêusis) seria desairosa para a dignidade do ofício cultural. Por conseguinte só recentemente, e quase que só nas comunidades industrialmente mais avançadas, é que os graus escolares mais altos foram livremente franqueados às mulheres. E mesmo nas prementes circunstâncias prevalecentes nas modernas comunidades industriais, as universidades mais altas e melhor conceituadas revelam uma extrema relutância em mudar. O senso de dignidade de classe, vale dizer, de *status*, o senso de uma diferenciação honorífica dos sexos de conformidade com uma distinção entre a dignidade intelectual superior e a inferior, sobrevive vigorosamente nessas corporações da aristocracia do saber. Julga-se que as mulheres deveriam com propriedade adquirir tão-sòmente o conhecimento que se pudesse classificar sob um ou outro de ambos os seguintes títulos: 1 — o conhecimento que conduz imediatamente a um melhor desempenho do serviço doméstico — a esfera doméstica; 2 — as qualidades e a habilidade quase culta e quase artística que entram simplesmente sob a classificação de exercício do ócio vicário. Julga-se o conhecimento pouco feminino desde que se trate de um conhecimento para a expansão da própria vida daquela que o busca, ou da aquisição que se processa no pró-

prio interêsse cognitivo daquela que aprende, independentemente das exigências do código de conveniências e sem nenhuma referência ao amo cujo confôrto e reputação deve ser pôsto em relêvo pelo seu emprêgo ou exibição. Da mesma forma, todo conhecimento útil que evidencie um ócio não vicário, difìcilmente é feminino.

Para se apreciar a relação que êsses seminários superiores de cultura mantém com a vida econômica da comunidade, os fenômenos aqui examinados têm importância antes como indicações de uma atitude geral do que por serem fatos de conseqüência econômica de capital importância. Servem para mostrar quais são a atitude instintiva e o ânimo da classe culta diante do modo de vida de uma comunidade industrial. Servem como expoentes de um estágio de desenvolvimento com propósitos industriais atingido pela cultura superior e a classe culta, e dêsse modo proporcionam uma indicação daquilo que razoàvelmente se pode prever dessa classe em assuntos onde a cultura e a própria classe influem mais de perto sôbre a vida econômica e a eficiência da comunidade, e sôbre o ajustamento de seu esquema de vida às exigências da época. O que essas sobrevivências ritualísticas servem para indicar é uma prevalência de conservadorismo, se não de sentimento reacionário, especialmente nas escolas superiores onde se promove a cultura convencional.

A êsses indícios de uma atitude conservantista deve-se acrescentar ainda outra característica que aponta na mesma direção, mas que é um sintoma de conseqüência muito mais séria do que essa divertida inclinação para trivialidades de forma e ritual. Decididamente, a maior parte das escolas e universidades norte-americanas, por exemplo, se filiam a alguma denominação religiosa e são um tanto dadas às observâncias devotas. Sua suposta familiaridade com os métodos e os pontos de vista científicos devem presumìvelmente isentar essas escolas dos hábitos mentais

animísticos; existe todavia uma proporção considerável das mesmas que professam a sua fidelidade a crenças antropomórficas e a observâncias de uma cultura anterior. Essas profissões de zêlo devocional são sem dúvida, e em grande extensão, oportunas e negligentes, tanto de parte das escolas em sua qualidade de corporações, como de parte dos membros individuais do corpo de instrutores; mas apesar disso não se pode duvidar que existe um elemento deveras apreciável de sentimento antropomórfico, presente nas escolas superiores. Quando êsse sentimento existe, deve-se classificá-lo como a expressão de um hábito mental arcaico e animístico. Êsse hábito mental deve necessàriamente afirmar-se em certa medida no ensino ministrado, e a sua influência na formação dos hábitos mentais do estudante contribui nessa mesma medida para o conservantismo e a reversão; influência que também serve para tolher o seu desenvolvimento em direção ao conhecimento positivo, tal o que melhor serve aos fins industriais.

Os esportes colegiais, que hoje têm voga tão grande nos seminários conceituados de cultura, tendem para a mesma direção; e, com efeito, os esportes têm muito em comum com a atitude devota dos colégios, tanto no que diz respeito à sua base psicológica, como no tocante a seu efeito disciplinar. Mas essa expressão do temperamento bárbaro deve ser primordialmente atribuída ao corpo estudantil, não à índole das escolas como tais, exceto quando as escolas ou os seus funcionários (como às vêzes acontece) aprovam e promovem o desenvolvimento dos esportes. O mesmo é verdadeiro quanto às "repúblicas" de estudantes, mas com uma diferença. Os esportes escolares são principalmente uma expressão do mero impulso predatório, sendo os primeiros uma expressão mais específica daquela herança do espírito de clã que é uma característica tão ampla do temperamento bárbaro predatório. É também digna de reparo a estreita relação que subsiste entre as "repúblicas" e a atividade esportiva das es-

colas. Segundo o que aqui já se disse em capítulo anterior sôbre o esporte e o hábito de jôgo, é pouco necessário um ulterior exame sôbre o valor econômico dêsse adestramento nos esportes ou na atividade e organizações de facções.

Mas tôdas essas características do esquema de vida da classe ociosa e dos estabelecimentos que se dedicam à conservação da alta cultura são em grande parte apenas incidentais. Dificilmente devem ser levadas à conta de elementos orgânicos da obra de pesquisa e instrução que ali se professa e por cujo causa ostensiva as escolas existem. Mas êsses indícios sintomáticos servem para estabelecer uma presunção quanto à índole da obra realizada — segundo seja a mesma observada de um ponto de vista econômico — e quanto à inclinação que a seriedade da obra executada sob seus auspícios imprime à juventude que recorre às escolas. A presunção suscitada pelas considerações já apresentadas é a de que, também em sua obra, bem como em seu cerimonial, pode-se esperar que as escolas superiores tomem uma posição conservadora; mas esta presunção deve ser conferida mediante uma comparação da índole econômica da obra realmente executada e mediante um certo exame da cultura cuja conservação é confiada às escolas superiores. Neste tópico, sabe-se perfeitamente que os seminários mais conceituados de cultura têm, até data recente, mantido uma posição conservadora e assumido uma atitude de desaprovação diante de tôda e qualquer inovação. Como regra geral, um nôvo ponto de vista ou uma nova formulação do conhecimento foi apoiado e adotado nas escolas apenas depois que essas inovações abriram caminho fora das instituições escolares. Como exceções a esta regra, pode-se principalmente mencionar as inovações de espécie inconspícua e os desvios que não influem tangìvelmente sôbre o ponto de vista ou sôbre o esquema de vida convencionais; como, por exemplo, os detalhes

fatuais nas ciências físico-matemáticas, as leituras e interpretações dos clássicos, especialmente daqueles que possuem uma influência apenas filológica ou literária. Excetuando o domínio das "humanidades" em seu sentido mais estreito, e excetuando o ponto de vista tradicional das humanidades até hoje deixados intatos pelos inovadores, geralmente se considera verdadeiro ter a classe consagradamente culta e os seminários de cultura superior olhado de revés para tôda inovação. Novas opiniões, novos desvios da teoria científica, especialmente os novos desvios que tocam, em qualquer altura, a teoria das relações humanas, só tardiamente, e mediante uma tolerância relutante (antes do que uma cordial acolhida), encontraram lugar no esquema universitário; e os homens que se esforçaram para ampliar o âmbito do conhecimento humano não foram em geral bem recebidos pelos seus contemporâneos cultos. As escolas superiores não deram em geral o seu apoio a um progresso mais sério dos métodos ou do conteúdo do conhecimento, antes que as inovações ultrapassassem a sua juventude e muito de sua utilidade, ou antes que as mesmas se tornassem lugares-comuns do equipamento intelectual de uma nova geração que cresceu sob o nôvo sistema de conhecimento extra-escolástico e teve formados por êste ou seus hábitos mentais. Isto é verdadeiro com relação ao passado recente. Até que ponto será verdadeiro quanto ao presente imediato, é arriscado dizer, pois é impossível ver os fatos da atualidade numa perspectiva que proporcione uma justa concepção de suas relativas proporções.

Todavia, ainda não aludimos à função do mecenato praticada pelos abastados, a qual é de hábito examinada com certa minuciosidade por escritores e oradores que tratam do desenvolvimento da cultura e da estrutura social. Essa função da classe ociosa se reveste de grande importância para a cultura superior e a disseminação do conhecimento e do saber. A maneira e o grau segundo os quais a classe promove a cultura

mediante patrocínio dessa espécie são bastante conhecidos e têm sido freqüentemente apresentados em têrmos afetuosos e eficazes por porta-vozes cujo conhecimento do assunto os habilita a explicar a seus ouvintes a profunda significação dêsse fator cultural. Êsses porta-vozes, entretanto, descrevem o mecenato do ponto de vista do interêsse cultural ou do interêsse honorífico, não do interêsse econômico. Segundo é êle compreendido do ponto de vista econômico, e avaliado para fins de serventia industrial, o mecenato dos abastados bem como a atitude intelectual dos membros das classes abastadas, merece a nossa atenção e admite alguma ilustração.

Para caracterizar a relação do Mecenas, dir-se-á que, considerada externamente e simplesmente como uma relação econômica ou industrial, a mesma constitui uma relação de *status*. O estudante patrocinado cumpre vicàriamente para seu patrono os deveres da vida cultural, dando-lhe reputação, tal como o ócio vicário de alguns subordinados dá prestígio a um senhor. Deve-se igualmente observar que, em questão de fato histórico, a promoção da cultura ou a manutenção da atividade estudiosa mediante a relação do Mecenas tem sido comumente uma promoção de proficiência na literatura clássica ou nas humanidades. Ora, êste conhecimento tende a baixar, não a elevar, a eficiência industrial da comunidade.

Além disso, no que toca à participação direta dos membros da classe ociosa na promoção do conhecimento, as regras do viver com dignidade agem no sentido de lançar o interêsse intelectual que busca expressar-se, no setor da erudição clássica e formal, antes do que no setor das ciências que tenham alguma relação com a vida industrial da comunidade. As mais freqüentes incursões em campos outros que não o do conhecimento por parte dos membros da classe ociosa se fazem no setor das leis ou da política e, mais especialmente, no

das ciências administrativas. As assim chamadas ciências são essencialmente sistemas de máximas utilitárias para orientar a classe ociosa no ofício de governar, com base na propriedade. O interêsse mediante o qual se abordam essas disciplinas não é portanto comumente o mero interêsse intelectual ou cognitivo, mas o interêsse prático das exigências daquela relação de domínio, onde se colocam os membros da classe. Em questão de derivação, o ofício de governar é uma função predatória, e pertence integralmente ao esquema de vida arcaica da classe ociosa. É um exercício de contrôle e coerção sôbre a população da qual a classe extrai o seu sustento. Essa disciplina, bem como os incidentes práticos de seu conteúdo, têm portanto uma certa atração para a classe, à parte as questões cognitivas. Tudo isto é e será verdadeiro por todo o tempo em que o ofício governamental continue na forma ou na essência, a ser um ofício relativo à propriedade; e é ainda verdadeiro além dêsse limite, na medida em que a tradição da fase mais arcaica da evolução governamental durar até a vida mais recente daquelas modernas comunidades nas quais o govêrno proprietário exercido por uma classe ociosa começa agora a definhar.

Quanto àquele campo de cultura onde o interêsse cognitivo ou intelectual é dominante — no das assim chamadas ciências — o caso é um tanto diferente, não apenas quanto à atitude da classe ociosa, mas quanto à total tendência da cultura pecuniária. O conhecimento por si mesmo, o exercício da faculdade de compreensão sem propósito ulterior, deviam (é de se esperar) ser buscados por homens aos quais nenhum interêsse material urgente desvie de uma tal procura. A posição industrial bem protegida da classe ociosa devia facultar livre jôgo ao interêsse cognitivo dos membros dessa classe, e assim, conseqüentemente teríamos (e muitos escritores acham que temos) uma proporção muito grande de eruditos, cientistas e sábios

oriundos dessa classe e que dela derivam incentivo para a pesquisa científica e as especulações sôbre a disciplina da classe ociosa. Alguns dêsses resultados devem ser procurados, mas há características do esquema de vida da classe ociosa, já suficientemente debatidas aqui, que servem para desviar o interêsse intelectual dessa classe para outros rumos que não a seqüência causal dos fenômenos que compõem o conteúdo das ciências. Os hábitos mentais que caracterizam a vida da classe giram em tôrno da relação pessoal de domínio e de conceitos derivativos e emulativos de honra, dignidade, mérito, caráter e coisas semelhantes. A seqüência causal que compõe o tema da ciência não é perceptível dêste ponto de vista. Tampouco a dignidade está ligada ao conhecimento de fatos vulgarmente úteis. Daí parecer provável dever o interêsse da comparação invejosa quanto ao mérito pecuniário ou honorífico ocupar a atenção da classe ociosa a expensas do interêsse cognitivo. Quando êsse interêsse se afirma, deve êle em geral ser desviado para campos de especulação ou pesquisa honoríficos e fúteis, não para a procura do conhecimento científico. Tal foi com efeito a história da cultura sacerdotal e da classe ociosa, enquanto nenhum conjunto de conhecimento sistematizado se impôs mercê de uma disciplina escolástica à disciplina extra-escolástica. Mas de vez que a relação de predomínio e subserviência está deixando de ser o fator dominante e formativo do modo de vida da comunidade, outros traços do modo de vida e outros pontos de vista vêm-se impondo aos estudiosos.

O legítimo cavalheiro ocioso devia ver (e com efeito vê) o mundo do ponto de vista da relação pessoal; e o interêsse cognitivo, na medida em que nêle se afirma, devia procurar sistematizar os fenômenos nessa base. Tal é efetivamente o caso do cavalheiro da velha escola, em quem os ideais da classe ociosa não sofreram desintegração; e tal é a atitude de seu rebento mais recente,

na medida que o mesmo herdou, em tôda a plenitude, as virtudes da classe superior. Mas são ínvios os caminhos da hereditariedade, e nem todo filho de cavalheiro é nascido para o nobre solar. É especialmente a transmissão dos hábitos mentais o que caracteriza o amo predatório um tanto precário no caso de uma linha de descendência da qual apenas um ou dois dos últimos degraus assentavam na disciplina da classe ociosa. As probabilidades de uma forte inclinação inata ou adquirida para com o exercício das aptidões cognitivas são aparentemente melhores nos membros da classe ociosa com antecedentes de classe inferior ou média — vale dizer, naqueles que herdaram o complemento de aptidões próprias das classes industriais, e que devem o seu lugar na classe ociosa à posse de qualidades que hoje contam mais do que contavam na época em que o esquema de vida da classe ociosa se formou. Porém, mesmo fora do âmbito dêsses últimos acréscimos à classe ociosa, existe um apreciável número de indivíduos nos quais o interêsse emulativo não é suficientemente dominante para lhes formar opiniões teóricas e nos quais a propensão para a teoria seja bastante forte para os impelir à pesquisa científica.

O ensino superior deve em parte a introdução das ciências a êsses rebentos aberrantes da classe ociosa que caíram sob a influência dominante da mais recente tradição de relação impessoal e que herdaram um complemento de aptidões humanas diferentes em certos traços salientes da índole característica do regime de *status*. Mas a presença dêsse corpo estranho de conhecimento científico também é em parte, e num alto grau, devida aos membros das classes industriosas suficientemente abastados para voltarem sua atenção para outros interêsses que não os de procurar o sustento diário, e cujas aptidões herdadas remontam ao regime de *status* no sentido de que o ponto de vista emulativo e antropomórfico não domina os seus processos intelectuais. Entre êsses dois grupos, que abrangem aproximada-

mente a fôrça efetiva do progresso científico, é o último dêles que contribui com a maior parte. E quanto a ambos, parece verdadeiro não serem êles tanto a fonte como o veículo ou no máximo o instrumento de permuta, mediante o qual os hábitos mentais impostos à comunidade pelo contato com as exigências da moderna vida associada e as indústrias mecânicas do ambiente são aproveitados pelo conhecimento teórico.

A ciência, no sentido de uma identificação articulada da seqüência causal dos fenômenos, sejam êstes físicos ou sociais, foi uma característica da cultura ocidental só quando o processo industrial das comunidades ocidentais veio a ser essencialmente um processo de dispositivos mecânicos nos quais o ofício do homem consistia na discriminação e na avaliação das fôrças materiais. A ciência floresceu quase na mesma medida em que a vida industrial da comunidade se conformou com êsse padrão, e quase na mesma medida em que o interêsse industrial dominou a vida da comunidade. E a ciência, especialmente a teoria científica, progrediu nos vários setores da vida e do conhecimento humano, na medida em que cada um dêsses vários setores entrou em contato mais íntimo com o processo industrial e o interêsse econômico; ou talvez seja mais verdadeiro dizer: na medida em que cada um dêles escapou sucessivamente ao domínio das concepções de relação pessoal ou *status*, e das regras derivativas da aptidão antropomórfica e da dignidade honorífica.

Só quando as exigências da moderna vida industrial impuseram o reconhecimento da seqüência causal no contato prático da humanidade com o seu ambiente é que os homens vieram a sistematizar os fenômenos dêsse ambiente, e os fatos de seu próprio contato com êle em têrmos de seqüência causal. Do mesmo modo em que a cultura superior em seu ponto mais alto — como a flor perfeita de escolasticismo e classicismo — foi um subproduto do ofício sacerdotal e da vida de ócio,

assim também pode-se dizer que a ciência moderna foi um subproduto do processo industrial. Portanto, mediante êsses grupos de homens — pesquisadores, sábios, cientistas, inventores, especuladores, a maior parte dos quais realizaram a sua obra mais importante fora das escolas — os hábitos mentais impostos pela vida industrial moderna encontraram expressão e elaboração coerentes como um corpo de ciência teórica relacionada com a seqüência causal dos fenômenos. E mediante êsse campo extra-escolástico de especulação científica, mudanças de método e objetivos se introduziram de tempos a tempos na disciplina escolástica.

Deve-se observar, neste particular, uma diferença bastante perceptível de substância e propósito entre a instrução proporcionada nos graus primário e secundário das escolas, por um lado, e as escolas de estudos superiores, por outro. A diferença em questão de viabilidade prática da instrução dada e da proficiência adquirida pode ter alguma importância e merecer a atenção que de vez em quando tem recebido. Há entretanto uma diferença mais substancial na tendência mental e espiritual, diferença essa, que é favorecida por uma disciplina ou pela outra. Essa tendência divergente da disciplina entre a cultura mais alta e a mais baixa é especialmente observável no que diz respeito à educação primária em seu mais recente desenvolvimento nas comunidades industriais adiantadas. Aí, é a instrução orientada principalmente para a proficiência e a habilidade intelectuais ou manuais, para fins de compreensão e emprêgo de fatos impessoais em sua incidência causal antes do que honorífica. É entretanto verdadeiro, segundo as velhas tradições, quando a educação primária também era predominantemente um produto da classe ociosa, ter sido a emulação empregada como um acicate visando a uma maior diligência na maior parte das escolas primárias; porém mesmo êste emprêgo da emulação como expediente está visìvelmente declinando nos graus primários da instrução nas co-

munidades onde a educação não se orienta pela tradição eclesiástica ou militar. Tudo isto é especialmente verdadeiro, particularmente no lado religioso, tratando-se de certos setores do sistema educacional imediatamente afetados por ideais e métodos de jardim-de-infância.

A tendência peculiar não emulativa da disciplina do jardim-da-infância, e a índole similar da influência do jardim-de-infância na educação primária (quando a tendência e a índole ultrapassam os limites do próprio jardim-de-infância) devem ser encaradas em conexão com o que aqui já se disse sôbre a atitude espiritual típica das mulheres da classe ociosa nas modernas circunstâncias da situação econômica. A disciplina do jardim-de-infância atinge o ponto mais alto — ou a sua maior distância dos antigos ideais patriarcais e pedagógicos — nas comunidades industriais adiantadas, quando aí existe um grupo considerável de mulheres inteligentes e ociosas, e quando o sistema de *status* abrandou um pouco seu rigor sob a influência desintegradora da vida industrial e na ausência de um sistema consistente de tradições militares e eclesiásticas. É destas mulheres abastadas que a vida industrial recebe o seu apoio moral. Os alvos e métodos do jardim-de-infância se recomendam com maior eficácia a esta classe de mulheres que já não se sente à vontade sob o código pecuniário da vida honorífica. O jardim-de-infância, e tudo o mais que seu espírito contribua para a educação moderna, deve portanto ser pôsto, junto com o "movimento da nova mulher", na conta daquela revulsão contra a futilidade e a comparação invejosa que a vida da moderna classe ociosa induz nas mulheres expostas à sua disciplina mais imediata. Dêste modo parece, indiretamente, que a instituição de uma classe ociosa também aqui favorece o crescimento de uma atitude não invejosa que pode, ao fim e ao cabo, tornar-se uma ameaça à estabilidade da própria instituição e mesmo para a instituição da propriedade individual sôbre a qual repousa.

Em passado mais recente, várias mudanças ocorreram no âmbito do ensino secundário e universitário. Essas mudanças consistiram principalmente num deslocamento parcial das humanidades — aquêles ramos de ensino que se acredita comporem a "cultura", o caráter, os gostos e os ideais tradicionais — a favor de disciplinas mais positivas, de eficácia cívica e industrial. Para dizer o mesmo em outras palavras, aquêles ramos do conhecimento que levam à eficiência (uma ulterior eficiência produtiva) têm ganho terreno gradualmente contra aquêles ramos que levam a um consumo mais alto ou a uma eficiência industrial mais baixa, e a um tipo de caráter adequado ao regime de *status*. Nesta adaptação do esquema de instrução, as escolas superiores ficaram em geral do lado conservador; cada passo por elas dado rumo ao progresso pertence, em certa medida, à natureza de uma concessão. As ciências foram introduzidas de fora da disciplina escolar, para não dizer *de baixo*. É digno de notar-se que as humanidades, que com tamanha relutância cederam terreno às ciências, são bastante uniformemente adaptadas para formar o caráter do estudante de acôrdo com um plano autocentralizado de consumo; um plano de contemplação e fruição do verdadeiro, do belo e do bom, de acôrdo com um padrão convencional de propriedade e excelência, e cuja característica mais saliente é o ócio — *otium cum dignitate*. Numa linguagem velada pelo longo hábito do ponto de vista arcaico e honorífico, os porta-vozes das humanidades insistem no ideal corporificado na seguinte máxima, *fruges consumere nati*. Esta atitude não devia causar surprêsa no caso das escolas formadas pela cultura da classe ociosa e que sôbre estas se baseiam.

As bases confessas nas quais se procurou, tanto quanto possível, manter intatos os padrões e métodos de cultura herdados, são igualmente características do temperamento arcaico e da teoria de vida da classe

ociosa. A fruição e a tendência derivadas da contemplação habitual da vida, os ideais, as especulações e os métodos de consumo de tempo e bens em voga na classe ociosa da antiguidade clássica, por exemplo, são "mais altos", "mais nobres" e "mais dignos" do que os derivados de uma semelhante familiaridade com a vida de todo o dia, com o conhecimento e as aspirações de uma humanidade lugar-comum numa comunidade moderna. Aquela cultura, cujo conteúdo consiste num conhecimento implacável de homens e de coisas mais recentes é, comparativamente "mais baixo", "mais vil" e "mais ignóbil". Chega-se até mesmo a ouvir o epíteto "subumano" aplicado a êsse conhecimento positivo da humanidade e da vida cotidiana.

Esta alegação dos porta-vozes da classe ociosa sôbre as humanidades parece substancialmente sadia. Em questão do fato substancial, a satisfação e a cultura, ou a atitude espiritual ou o hábito mental, resultantes da contemplação habitual do antropomorfismo, espírito de clã e ociosa auto-complacência do cavalheiro de outrora, ou de uma familiaridade com as superstições animísticas e a truculenta exuberância dos heróis homéricos, por exemplo, é estèticamente considerada mais legítima do que os correspondentes resultados derivados de um conhecimento positivo das coisas e de uma contemplação mais recente da eficiência cívica ou do trabalho. Pouco se pode duvidar de que os hábitos primeiro citados levam vantagem quanto ao valor estético ou honorífico e, por conseguinte, quanto ao "valor" que é dado como base da recompensa na comparação. O conteúdo das regras do gôsto e, mais particularmente, das regras da honra é, em a natureza das coisas, uma resultante da vida e circunstâncias passadas da raça, transmitidas às gerações sucessivas por herança ou tradição; e o fato de que o domínio continuado de um plano de vida predatório de classe ociosa formou profundamente os hábitos mentais e o ponto de vista da raça no passado é base suficiente para um domínio

estèticamente legítimo de um tal esquema de vida em quase tudo que diz respeito a assuntos de gôsto no presente. Para o propósito em questão, as regras do gôsto são hábitos raciais, adquiridos numa habituação mais ou menos continuada à aprovação e à desaprovação das coisas sôbre as quais se passa um julgamento estético favorável ou desfavorável. Sendo outras coisas idênticas, quanto mais antigos ou ininterruptos os hábitos, tanto mais legítimo o cânone de gôsto em questão. Tudo isto parece ainda mais verdadeiro quanto aos julgamentos que dizem respeito à dignidade e à honra; mais verdadeiro do que se se tratasse apenas de julgamentos de gôsto em geral .

Mas seja qual fôr a legitimidade estética do julgamento depreciativo feito sôbre a nova cultura pelos porta-vozes das humanidades, e por mais substanciais que sejam os méritos da alegação que diz que a literatura clássica tem mais valor e traz como resultado uma cultura e caráter verdadeiramente humanos, isto não concerne à presente questão. Esta diz respeito àqueles ramos do saber e pontos de vista do sistema educacional que promovem ou tolhem uma vida coletiva eficiente nas circunstâncias industriais modernas — ou até o ponto em que elas fomentem uma adaptação mais fácil à situação econômica da atualidade. A questão é econômica, não estética; e os padrões de cultura da classe ociosa, que encontram expressão na atitude depreciativa das escolas superiores para com o conhecimento positivo devem, para o nosso propósito de agora, ser avaliados apenas dêsse ponto de vista. Para êsse propósito, o uso de epítetos tais como "nobre", "vil", "mais alto", "mais baixo", etc., só é significativo quando revela o ânimo e o ponto de vista dos contendores; contendam êles pela dignidade do velho ou do nôvo. Todos êsses epítetos são têrmos honoríficos ou humilhantes; vale dizer, são têrmos de comparação emulativa, os quais, em última análise, caem na categoria de

honroso ou de desonroso; isto é, pertencem à série de idéias que caracterizam o esquema de vida do regime de *status;* isto é, são em essência a expressão da esportividade — do hábito mental predatório e animístico; isto é, indicam um ponto de vista e teoria de vida arcaicos, que podem se ajustar à fase predatória da cultura e da organização econômica das quais provieram, mas que são, do ponto de vista da eficiência econômica em seu sentido mais alto, anacronismos inservíveis.

Os clássicos, e a sua posição privilegiada no esquema de educação ao qual as instituições de alta cultura se apegam com tão afetuosa predileção, servem para formar a atitude intelectual e baixar a eficiência econômica das novas gerações ilustradas. Fazem isto não apenas mediante a manutenção de um ideal arcaico de varonilidade, mas também mediante a discriminação que inculcam quanto ao que é digno ou indigno no conhecimento. Êste resultado se alcança de dois modos: 1 — inspirando uma habitual aversão ao que é meramente útil, se comparado com o que é meramente honorífico na cultura, e de tal modo plasmando os gostos do novato, que êste venha de boa fé a achar a satisfação de seus gostos tão sòmente (ou quase) no exercício do intelecto que normalmente não traga como conseqüência nenhum lucro industrial ou social; 2 — consumindo o tempo do aluno e seus esforços em adquirir conhecimento sem utilidade, exceto quanto êste conhecimento foi por convenção incorporado na soma de cultura exigida do estudioso, e que por conseguinte afetou a terminologia e o estilo empregados nos ramos úteis do conhecimento. Excetuando essa dificuldade terminológica, — que é em si mesma uma conseqüência da voga dos clássicos no passado — um conhecimento das línguas antigas, por exemplo, não teria nenhuma eficiência prática para qualquer cientista ou estudioso não empenhado numa obra de índole primordialmente lingüística. Naturalmente, tudo isso nada tem a dizer quanto

ao valor cultural dos clássicos, nem temos a menor intenção de rebaixar a disciplina dos clássicos ou os pendores que seu estudo faculta ao estudioso. Êsses pendores parece que são econômicamente inservíveis; isso porém, não deve perturbar a ninguém que tenha a felicidade de haurir fôrça e vigor na literatura clássica. O fato de que a cultura clássica age no sentido de transtornar as aptidões do aluno para o trabalho, deve pesar muito de leve na idéia daqueles que têm o trabalho em pouca conta em comparação com o cultivo dos ideais honoríficos:

> *Iam fides et pax et honos pudorque*
> *Priscus et neglecta redire virtus*
> *Audet.*

Devido à circunstância de ter êsse conhecimento se tornado parte das exigências elementares do nosso sistema educativo, a aptidão para usar e entender certas línguas mortas do sul da Europa não é apenas uma satisfação para a pessoa que aí encontra a oportunidade de mostrar as suas conquistas nesse setor; mas a exibição de um tal conhecimento serve ao mesmo tempo para recomendar qualquer sábio ao seu auditório, seja êste compôsto de cultos ou de incultos. Espera-se, comumente, que um certo número de anos se houvesse gasto na aquisição dessa matéria essencialmente inútil, e a sua falta cria uma suposição de cultura precária e apressada, bem como de um préstimo vulgar, igualmente nocivo aos padrões convencionais de boa erudição e fôrça intelectual.

O mesmo acontece na compra de qualquer artigo de consumo feita por um comprador que não é juiz conhecedor do material ou da mão-de-obra, e que faz a sua estimativa do valor do artigo principalmente baseado na despesa aparente do acabamento daquelas partes e características decorativas que não têm relação imediata

com a utilidade intrínseca do artigo, supondo-se que alguma espécie de proporção mal definida subsista entre o valor substancial do artigo e a despesa ornamental acrescentada a fim de o vender. A suposição de que não pode ordinàriamente haver genuína erudição quando falta o conhecimento dos clássicos e das humanidades conduz ao dispêndio conspícuo de tempo e trabalho de parte dos estudantes, impelindo-os à aquisição de tal conhecimento. A insistência convencional sôbre uma tintura de dispêndio conspícuo incidental a tôda erudição bem conceituada afetou as nossas regras de gôsto e utilidade do mesmo modo em que o mesmo princípio influenciou o nosso julgamento sôbre a serventia dos bens manufaturados.

É bem verdade que, uma vez que o consumo conspícuo progrediu cada vez mais em comparação com o ócio conspícuo como instrumento de honorabilidade, o aprendizado das línguas mortas já não é uma exigência tão imperiosa como outrora, e sua virtude de talismã como garantia de erudição sofreu uma concomitante diminuição. Conquanto isto seja verdadeiro, não é menos verdadeiro que os clássicos pouco perderam em valor absoluto como garantia da respeitabilidade escolástica, uma vez que, visando êsse objetivo, é apenas necessário o estudioso ser capaz de pôr em evidência alguma cultura convencionalmente reconhecida, como prova de desperdício de tempo; e os clássicos se prestam com grande facilidade a êsse papel. Com efeito, já não se pode duvidar de que é a sua utilidade em relação ao desperdício de tempo e esfôrço (e, daí, da fôrça pecuniária necessária a fim de permitir êsse desperdício) que garantiu aos clássicos a sua posição e prerrogativa no esquema de cultura superior, e levou as letras clássicas a serem estimadas como o elemento mais honorífico de tôda cultura. Servem elas aos fins decorativos da cultura da classe ociosa, melhor do que a que serve qualquer outro ramo do saber, e daí elas serem um meio eficaz de obtenção de respeitabilidade.

A êste respeito os clássicos quase não tiveram rival até recentemente. Continuam a não ter nenhum rival perigoso no continente europeu, mas ùltimamente, desde que os jogos atléticos conquistaram nos colégios uma posição reconhecida e aprovada nas realizações estudantis, êsse último ramo do saber (se é que assim se pode chamar ao atletismo) se tornou rival dos clássicos em relação ao primado da educação da classe ociosa nas escolas americanas e inglêsas. O atletismo tem uma vantagem óbvia sôbre os clássicos para o objetivo cultural da classe ociosa, uma vez que o sucesso em matéria atlética pressupõe não apenas um desperdício de tempo, mas também um desperdício de dinheiro, bem como a posse de certos traços de caráter altamente arcaicos e não industriais de caráter e temperamento. Nas universidades alemãs, o lugar do atletismo e das "*Greek-letter fraternities*"* em sua qualidade de ocupação escolar de classe ociosa, têm em certa medida sido supridas por uma embriaguez proficiente e bem dosada e pelo duelo perfuntório.

A classe ociosa e seu padrão de virtude —arcaísmo e desperdício — pouco pôde preocupar-se com a introdução dos clássicos no esquema da cultura superior; mas um tenaz apêgo aos clássicos pelas escolas superiores, e um alto grau de dignidade que ainda se lhes adere, são sem dúvida devidos ao fato de êles se conformarem tão de perto com as exigências do arcaísmo e do desperdício.

A palavra "clássico" sempre traz consigo essa conotação de desperdício e arcaísmo, seja ela empregada para denotar as línguas mortas ou as formas mentais e estilos obsoletos da linguagem viva ou para denotar outros tópicos da atividade e do aparelhamento escolar

---

* Nos colégios norte-americanos, uma organização estudantil formada principalmente para promover a camaradagem e o bem-estar entre seus membros; em geral, tem ritos secretos e um nome formado de letras gregas. (N. da T.).

em que é ela empregada com menos propriedade. Assim pois, ao idioma arcaico da língua inglêsa chama-se inglês "clássico". Seu emprêgo é obrigatório em todo o discurso e em tôda escrita sôbre temas sérios, e um emprêgo desenvolto do mesmo empresta dignidade até mesmo à enfiada de palavras mais trivial e sediça. A forma mais nova do estilo inglês naturalmente jamais é escrita; o senso das conveniências da classe ociosa, que exige o arcaísmo no discurso, está presente até mesmo nos mais iletrados e sensacionais escritores para impedir êsse lapso. Por outro lado, o estilo mais alto e mais convencional da dicção arcaica é — caracterìsticamente — adequadamente empregado apenas na comunicação entre uma divindade antropomórfica e seus vassalos. A meio caminho entre êsses extremos jaz o discurso cotidiano da conversação e da literatura da classe ociosa.

O estilo elegante, seja no falar ou no escrever, é um meio eficaz na conquista da honorabilidade. É importante saber-se com alguma precisão qual é o grau de arcaísmo convencionalmente requerido no discurso sôbre um tópico qualquer. O uso destoa apreciàvelmente entre o púlpito e a praça do mercado; esta última, logo se vê, permite o uso de palavras eficazes relativamente novas e volteios de expressão, até mesmo por pessoas mais exigentes. Uma abstenção discriminada de neologismos é honorífica, não apenas por que isso demonstra que se desperdiçou o tempo na aquisição do hábito obsoleto do discurso, mas também para mostrar que o orador habitualmente se associou, desde a infância, a pessoas conhecedoras do idioma obsoleto. Por conseguinte, isto serve para mostrar os seus antecedentes de classe ociosa. A grande pureza de linguagem é a provável evidência de uma sucessão de vidas vividas em outras ocupações que não as vulgarmente utilitárias; conquanto essa evidência não seja absolutamente concludente nesse ponto.

Exemplo mais feliz do fútil classicismo, que se pode encontrar fora do Extremo Oriente é a ortografia convencional da língua inglêsa. Uma quebra das propriedades ortográficas é extremamente aborrecida e servirá para desacreditar qualquer escritor aos olhos de todas as pessoas possuidoras de um sentido desenvolvido do verdadeiro e do belo. A ortografia inglêsa satisfaz tôdas as exigências das regras de respeitabilidade sob a lei do dispêndio conspícuo. É ela arcaica, incômoda e ineficaz; a sua aquisição consome demasiado tempo e esfôrço, e o malôgro para conquistá-la logo se percebe. Em conseqüência, é ela o primeiro teste, e o mais expedito, de boa formação cultural, e a conformidade a seus ritos é indispensável a uma vida escolástica impecável.

Nesta questão de pureza do discurso, bem como em outros pontos onde o uso convencional se baseia nas regras do arcaísmo e do desperdício, os porta-vozes do bom uso assumem instintivamente uma atitude apologética. Alega-se, em essência, que o uso pontilhoso de locuções antigas e aceitas servirá para transmitir o pensamento mais adequada e concisamente do que o uso direto da última forma do inglês falado, conquanto seja notório o fato das idéias atuais serem expressas com eficácia na gíria corrente. A linguagem clássica possui a virtude honorífica da dignidade; faz jus à atenção e ao respeito, em sua qualidade de método de comunicação aprovado no esquema de vida da classe ociosa, por que contém uma viva sugestão da isenção industrial do orador. A vantagem das locuções sancionadas repousa no sua honradez; e são honradas por que são incômodas e antiquadas, e por conseguinte atestam desperdício de tempo e isenção do uso e da necessidade do discurso direto e enérgico.

ÍNDICE REMISSIVO

OBRAS DO AUTOR

The Theory of the Leisure Class (1899)
The Theory of Business Enterprise (1904)
The Instinct of Workmanship (1914)
Imperial Germany and the Industrial Revolution (1915)
The Higher Learning in America (1918)
The Nature of Peace and the Terms of its Perpetuation (1919)
The Vested Interests and the State of the Industrial Arts (1919)
The Place of Science in Modern Civilization (1921)
The Engineers and the Price System (1921)
Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times (1924)
Essays in Our Changing Order (Edited by Leon Ardzrooni) (1934)